

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DA RECONCILIAÇÃO:
Abreu e Lima e a negação do passado nacional

Thamara de Oliveira Rodrigues

Mariana, MG
2019

Thamara de Oliveira Rodrigues

**SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DA RECONCILIAÇÃO:
Abreu e Lima e a negação do passado nacional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito à obtenção do grau de Doutora em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Mariana, MG
2019

R696s

Rodrigues, Thamara de Oliveira.

Sobre a impossibilidade da reconciliação [manuscrito]: Abreu e Lima e a negação do passado nacional / Thamara de Oliveira Rodrigues. - 2019. 175f.:

Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Historiografia. 2. Brasil - História - Império, 1822-1889. 3. Lima, José Inácio de Abreu e, 1794-1869. I. Araujo, Valdei Lopes de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

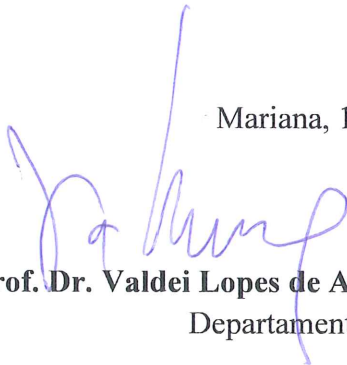
CDU: 94(81)(043.2)

Thamara de Oliveira Rodrigues

SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DA RECONCILIAÇÃO: Abreu e Lima e a negação do passado nacional

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

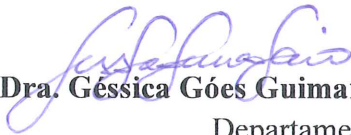
Mariana, 19 de agosto de 2019



Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (Orientador)
Departamento de História/UFOP




Profa. Dra. Luisa Rauter Pereira (Membro)
Departamento de História/UFOP



Profa. Dra. Gessica Góes Guimarães Gaio (Membro)
Departamento de História/UERJ

Participação por video conferência.
Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (Membro)
Departamento de História/UFES



Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar (Membro)
Departamento de História/UFRGS

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *Sobre a impossibilidade da reconciliação: Abreu e Lima e a negação do passado nacional*. Tese de Doutorado (História). Ouro Preto, UFOP, 2019.

Resumo: Esta tese investigou a construção social da temporalidade no Império a partir das contribuições historiográficas de José Inácio da Abreu e Lima. O general e escritor, considerado um dos principais intérpretes do Brasil da primeira metade do século XIX, protagonizou uma série de debates em um contexto no qual disputavam-se os primeiros protocolos institucionais para a escrita de uma história nacional. As expectativas que remetiam à construção do “Brasil” como país passavam pela mediação da “distância histórica” em relação às heranças lusitanas, ameríndias e africanas por meio da narrativa histórica. Embora as obras do autor sejam atravessadas por diferentes direcionamentos políticos – oscilando, por exemplo, entre certo “realismo-conservador” na década de 1830, certo ímpeto revolucionário na década de 1840 e protagonizando uma leitura do socialismo nos anos 1850 – encontra-se nelas uma ênfase significativa e crítica no que tange à experiência colonial. Este passado assume, em seus textos, a forma de um passado-presente que teria impedido a projeção de futuros “bem-delimitados” e “ideais”. Essa performance discursiva lhe causou certa negação por seus pares, sobretudo, aqueles ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como foi o caso de Francisco Adolpho de Varnhagen. Acompanhamos nesta tese algumas dessas tensões e como elas repercutiram na definição do cânone historiográfico oitocentista, colocando em disputa e em evidência, portanto, formas de escrita, conteúdos e imaginários próprios a nossa história que se tornaram caros a tradições historiográficas brasileiras.

Palavras-chave: História da Historiografia, História do Brasil Império, Experiência de Tempo

Abstract: This thesis investigated the social construction of temporality in the Brazil Empire based on the historiographic contributions of José Inácio da Abreu e Lima. The general and writer, considered one of the main interpreters of Brazil in the first half of the 19th century, led a series of debates in a context in which the first institutional protocols for the writing of a national history were disputed. The expectations that referred to the construction of “Brazil” as a country were based on the mediation of “historical distance” in relation to Portuguese, Amerindian and African heritage through the historical narrative. Although the author's works are crossed by different political directions – oscillating, for example, between a certain “conservative realism” in the 1830s, a certain revolutionary momentum in the 1840s and leading a reading of socialism in the 1850s – there is a significant and critical emphasis on them regarding the colonial experience. This past takes, in its texts, the form of a past-present that would have prevented the projection of “well-defined” and “ideal” futures. This discursive performance caused him some denial by his peers, especially those linked to the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), as was the case with Francisco Adolpho de Varnhagen. We follow in this thesis some of these tensions and how they impacted the definition of the 19th century historiographic canon, putting in dispute and in evidence, therefore, forms of writing, content and imagery specific to our history that have become central to Brazilian historiographic traditions.

Keyword: History of Historiography, History of Brazil Empire, Time Experience

Esta pesquisa contou com o financiamento da bolsa de doutorado UFOP e da bolsa CAPES PDSE que permitiu a minha estadia na Universidade de Stanford entre abril de 2017 e março de 2018. Agradeço a ambas as Instituições por terem tornado possível a realização deste trabalho.

Ao Marcelo Rangel, manifesto a alegria pelo amor e pelo companheirismo que se expressa na vida que escolhemos e no trabalho que dividimos, além, claro, de ter sido com quem mais compartilhei a construção dessas linhas, as felicidades e as dificuldades. À minha mãe e ao meu irmão, o amor e o entusiasmo.

Ao pai amado pai, porque os mortos precisam ser lembrados.

Ao Valdeir Araujo, amigo e orientador, o diálogo e os incentivos constantes nessa trajetória, cuja parceria garantiram a construção de minhas próprias inquietações.

Ao Hans Ulrich Gumbrecht, pela presença contínua em minha formação desde 2009, pela acolhida em Stanford e pela amizade e carinho que me estimularam a confiar nas minhas decisões.

Aos meus professores do Departamento de História e, em particular, aos professores do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) pelos espaços de formação e diálogo.

Aos professores Julio Bentivoglio e Luísa Rauter, pelas valiosas considerações no exame de qualificação e pela participação na banca. O agradecimento se estende aos professores Géssica Guimarães e Temístocles César. À Helena Mollo e ao Rodrigo Perez pelo pronto e carinhoso aceite para compor a banca como membros suplentes.

Ao André Ramos, a amizade e a parceria de longa data, com quem compartilhei muitas dessas questões, além da leitura cuidadosa da tese até os últimos momentos. Ao Bruno Franco, que mesmo longe, motivo de saudades diárias, me lembra de onde eu vim. Ao Mamede Queiroz porque não houve momento da minha formação longe dele.

Ao Cláudio Coração, por ter me aberto tantos espaços de felicidade me aceitando para suas disciplinas e atividades no Departamento de Comunicação da UFOP. Amplio o agradecimento ao grupo de Extensão e Pesquisa Quintais pela vida que pulsa de nossos encontros.

Aos colegas da equipe da *HH Magazine: Humanidades em rede* com os quais tenho a alegria de dividir um dos espaços mais singulares e vibrantes das Humanidades hoje no Brasil.

Ao Rafael Haddock-Lobo, o caminho cruzado e aberto.

À Janaína Tette, à Luciana Nascimento, à Mariana Fontes e ao André Lana pela assistência fundamental junto à secretaria do PPGHIS.

SUMÁRIO

<i>ABREU E LIMA E OS FUTUROS-PASSADOS DO BRASIL</i>	8
<i>AS REGÊNCIAS: DA UTOPIA À ORDEM</i>	21
<i>O BOSQUEJO E A POPULARIZAÇÃO DA ORDEM</i>	27
<i>ENTRE A REFORMA E A REVOLUÇÃO</i>	34
<i>O PROGRESSO COMO ENTRETENIMENTO, A REPÚBLICA COMO UTOPIA</i>	37
<i>ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA: UM ABISMO, UM INFERNO</i>	46
<i>NÓS DESCENDENTES DOS PORTUGUESES, NÓS PORTUGUESES</i>	52
<i>A LITERATURA: O CONFLITO ENTRE A HERANÇA COLONIAL E O CLIMA LOCAL</i>	55
<i>OS BASTIDORES DO CÂNONE: “DISTÂNCIA HISTÓRICA” E AS ESCRITAS DO BRASIL</i>	68
<i>AS EXPECTATIVAS DO IHGB E SUAS DISSIDÊNCIAS</i>	70
<i>SOBRE O QUE ESPERAR DE UMA HISTÓRIA DO BRASIL: MARTIUS E A PERFECTIBILIDADE</i>	82
<i>OS HORIZONTES HISTORIOGRÁFICOS DO COMPÊNDIO DO BRASIL</i>	86
<i>AS EXPECTATIVAS DE ABREU E LIMA</i>	90
<i>O PLAGIÁRIO</i>	92
<i>ENTRE SOUTHEY E BEAUCHAMP: O QUE SEPARA O BRASIL DE PORTUGAL?</i>	94
<i>A CONSTRUÇÃO DO CÂNONE: ABREU E LIMA E SUA RETIRADA DO IHGB</i>	99
<i>SER HISTORIADOR: VERTER EM LINGUAGEM NOVA</i>	99
<i>A HISTÓRIA DO BRASIL DISPUTADA EM IMAGEM</i>	102
<i>QUEM SÃO OS BRASILEIROS?</i>	107
<i>O INDÍGENA</i>	107
<i>PALMARES: A REPÚBLICA</i>	110
<i>OS PAULISTAS: PIRATAS DA TERRA</i>	112
<i>A ESPECULAÇÃO ESTRANGEIRA: VARNHAGEN OUTRO CONSTÂNCIO!</i>	114
<i>A SAÍDA DO “MESQUINHO CÍRCULO DE SOUTHEY E BELLEGARDE”</i>	118
<i>A SINOPSE E O ESQUIVO DA TERRÍVEL FOICE DO INSTITUTO HISTÓRICO</i>	120
<i>A PRAIEIRA E O SOCIALISMO: DO ÓDIO À CONCILIAÇÃO</i>	127
<i>A PRAIEIRA</i>	127
<i>A “CARTILHA DO POVO”: O ÓDIO COMO MOVIMENTO HISTÓRICO</i>	132
<i>O BRASIL, VASTAS SOLIDÕES</i>	140
<i>O SOCIALISMO</i>	143
<i>UMA HISTORIOGRAFIA DOS VENCIDOS: sobre o que não fizemos ainda</i>	154
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	161

A verdade é que estou absolutamente farto desta vida e do século XIX em geral. Estou convencido de que tudo vai mal. Além disso, anseio por saber quem será o presidente em 2045.

Edgar Alan Poe, "Some words with a mummy", 1845.

ABREU E LIMA E OS FUTUROS-PASSADOS DO BRASIL

Os horizontes desta pesquisa situam-se no campo da História da Historiografia, cujas atividades dedicam-se à investigação das condições de possibilidade da reflexão histórica. Não se trata apenas da reflexão “científica” que compõe as matrizes curriculares dos cursos de formação dos historiadores e dos professores de História, o campo também abrange as formas de conhecimento e de relação com o passado que atravessam as fronteiras disciplinares. A História da Historiografia, em sua íntima relação com a Teoria da História, investiga as relações dos seres humanos com os passados, presentes e futuros. Dessa relação do homem com seu tempo, emergem “experiências” e “imaginações” de consequências decisivas para a sociedade que construímos.¹

As narrativas históricas do século XIX foram um dos espaços privilegiados para a organização e projeção de sentidos que se tornaram “necessários” mediante a crise da representação e a emergência do perspectivismo que retiraram dos homens a estabilidade e previsibilidade de seus mundos e de seus valores.² Quando a história passou a ser vista como processo, despontou-se a consciência de que tudo poderia mudar, que o futuro poderia ser profundamente diferente do passado. Explodiu-se uma infinidade de possibilidades: o fim do absolutismo, a emergência dos sonhos republicanos e democráticos, a negação da colonização, a crítica à escravidão, a possibilidade do casamento por amor... São inúmeras as transformações das experiências e dos desejos que a manifestação do tempo histórico moderno trouxe consigo junto também ao desenvolvimento da técnica industrial, que redimensionou a relação com o

¹ Minha reflexão sobre o campo da história da historiografia no Brasil está em diálogo com as seguintes referências: ARAUJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34-44, 2013. ARAUJO, Valdei. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006. ARAUJO, Valdei; RANGEL, Marcelo. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, v. 8, n. 17, p. 318-332, 2015. CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. antropol.* São Paulo, v. 61 n. 2: p. 78-95, 2018. NEVES, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj: 2011. OLIVEIRA, Maria da Glória. A História da Historiografia Brasileira e suas evidências. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 275-276, 2012. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (187801951). In: SILVA, Ana Clocllet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Org.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec/ Belo Horizonte: Fapemig, 2014, p. 15-73.

² FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000. GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998. KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da história. In.: ____ *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006, p. 161-188.

espaço e com a própria consciência. Mas a euforia diante dos mundos que emergiam foi acompanhada do medo da perda daquilo que “morria”. Algum consolo era buscado para facilitar a pulsão para esses futuros desconhecidos.³ Uma herança cristã se secularizava: a expectativa de redenção e de perfeição após a morte prometida pelo cristianismo passaria a ser construída na Terra. O homem junto às supostas leis universais da história ambicionava construir nesta vida o paraíso. Era o progresso moderno que nascia.⁴

As consequências desse gesto metanarrativista e progressista do século XIX, que buscava em suas expectativas de futuro supostos sentidos enraizados no passado, desembocaram como cascata no século XX.⁵ Mas a perfeição imaginada se expressou no terror dos totalitarismos, nas guerras, na ameaça nuclear, nas ditaduras militares. Daí as Ciências Humanas (eu prefiro o termo Humanidades), sobretudo a História, precisarem se confrontar, a partir do século XX, com as heranças de seu pensamento autorreferenciável e processual. Nesse cenário, a historiografia – compreendida como acomodações da reflexão histórica – ia perdendo parte significativa do seu *status* de “organizadora” da realidade e das identidades. A partir do século XX, o estudo da História tornava-se uma necessidade no que diz respeito à identificação das condições de possibilidades dos fenômenos próprios ao século XX e também à desconstrução das heranças do século XIX. Passava-se a se perguntar pelas inúmeras possibilidades obscurecidas pela ideia de progresso. Emergia o compromisso com a pluralidade do tempo, o questionamento dos sentidos “bem-acabados”.⁶

Pontuando a discussão. O fato é que o século XIX foi um dos laboratórios mais cruciais para sedimentação de olhares que direcionamos a nós mesmos, os aspectos identitários que, de inventados, passaram a ser cuidadosamente construídos, por exemplo: um povo, o brasileiro; uma nação, o Brasil; alguns sentidos a guiar “nosso” comportamento e imaginário social e político: ordem, progresso... O diagnóstico dos impactos dessas construções históricas e sua desconstrução tem sido uma atividade basilar da História em geral. Esta pesquisa compartilha esse objetivo, retornando a um personagem emblemático do século XIX que nos impossibilita contar uma história bem-acabada, conciliatória, harmônica, a respeito de si e do Brasil sobre o qual escreveu. Foi justamente devido a essa impossibilidade da acomodação de explicações

³ KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006. _____. *Estratos de tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2014. _____. *Historia de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

⁴ Löwith, Karl. *Meaning in History*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1949.

⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. Cascatas de Modernidade. In: *Modernização dos sentidos*. Op. Cit., 1998.

⁶ KOSELECK, Reinhart. *Estratos de tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2014.

sobre o Brasil que as reflexões e os debates de José Inácio de Abreu e Lima foram escolhidos para os problemas abordados nesta tese.

Quando se deflagrou o escândalo da Petrobras – um esquema de corrupção na Estatal relativo ao desvio e lavagem de dinheiro envolvendo diretores, empreiteiras e políticos –, o nome Abreu e Lima aparecia diariamente nos noticiários brasileiros, especialmente um pouco antes da reeleição de Dilma Rousseff em 2014, e, também, ao longo de 2015, quando a opinião pública angariava as bases de apoio popular para seu *impeachment* em 2016. Abreu e Lima estava todos os dias nas bocas dos principais jornalistas. A refinaria tornou-se a metonímia da corrupção da Petrobras, que se tornou, por sua vez, a metonímia da corrupção do Estado e da corrupção do Partido dos Trabalhadores. De repente, parecia não mais haver outro ente corrupto e corruptor no Brasil que não fosse o PT. As investigações e acusações vindas da Operação Lava Jato, especialmente em torno do superfaturamento das obras da Refinaria, foram um dos motes desestabilizadores do governo de Dilma Rousseff e, como não poderia deixar de ser, de um projeto e de uma interpretação de Brasil atrelado a ele.

A refinaria de petróleo está localizada em Ipojuca, cidade do litoral pernambucano pertencente à microrregião do Suape, que recebeu investimentos bilionários após os anos 2000. Entre esses empreendimentos, a refinaria Abreu e Lima (RNEST) destaca-se pelo maior contingente de investimentos, tendo recebido mais de 20 bilhões de dólares.⁷ Ela é a unidade com maior nível de automação, cuja tecnologia avançada de refino foi projetada para atender a demandas internacionais relativas a questões ambientais, por exemplo. A previsão era a criação de 230 mil empregos. Ela iniciou suas operações em 2014. O projeto teria como objetivo principal “produzir óleo diesel e viabilizar o atendimento da demanda de derivados da região Norte e Nordeste, com redução das importações”.⁸ Posto em outros termos, trata-se de um empreendimento balizado pela transformação dos horizontes econômicos e políticos nacionais, a partir do qual estava em questão a ênfase socioeconômica da região Nordeste, produzindo um deslocamento histórico do foco industrial do país, tradicionalmente situado no Sudeste.

⁷ O relatório da CPI da Petrobras concluiu que a refinaria custou 4,2 bilhões de dólares a mais do que o previsto. Ver: “[RNEST custou US\\$ 4,2 bi a mais do que deveria, diz CPMI da Petrobras](#)”, *Brasil Econômico*. iG. 10 de dezembro de 2014. Acesso em: 11 jul. 2019. “[TCU identifica superfaturamento de R\\$ 673 milhões na refinaria Abreu e Lima](#)”. *EBC*. 13 de agosto de 2015. Acesso em: 11 jul. 2019.

⁸ Refinaria Abreu e Lima. In: *Petrobras*. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-abreu-e-lima.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Embora suas operações tenham se iniciado em 2014, a demanda pela refinaria envolve antigas negociações. Desde a década de 1970, estudavam-se acordos para a criação de uma refinaria que atendesse às demandas de refino do petróleo na Venezuela, mas não avançaram muito. Na década de 90, no governo Itamar Franco, alguns acordos entre a Petrobras e a PDVSA (estatal de petróleo da Venezuela) foram firmados. Mas apenas em 2008, durante os governos Lula, no Brasil, e Chávez, na Venezuela, foi fechado o primeiro convênio no qual se estabelecia que o petróleo dessa refinaria seria fornecido em partes iguais pelos dois países.

Hugo Chávez foi figura central na escolha do nome da refinaria. No *III Fórum Social Mundial*, realizado em Porto Alegre, em 2003, o então presidente da Venezuela, em seu discurso no qual conclamava a importância da integração e cooperação entre os países latino-americanos, citou José Inácio de Abreu e Lima como *o general infinito*. Abreu e Lima, figura já comum no imaginário histórico venezuelano e colombiano, era apresentado por Chávez como um dos principais generais de Simon Bolívar. Chávez o colocava no panteão de lideranças históricas da América Latina que teriam assumido o compromisso com a integridade do continente sul-americano frente ao imperialismo mundial junto com Che, Fidel, Prestes – “o cavalheiro da Esperança”, San Martín, Zapata, Pancho Villa...

Chávez atualizava o discurso anti-imperialista de Simon Bolívar e sua proposta de integração que se voltaria especialmente contra os Estados Unidos. A República venezuelana se transformara em bolivariana – buscava a negação dos poderes centrais da ordem mundial, com base em um projeto de cooperação latino-americana. Foi nesse sentido que se programava uma cooperação entre Venezuela e Brasil que teve, na refinaria, sua maior repercussão. Não por acaso, Abreu e Lima seria o símbolo de uma suposta herança comum aos dois países latinos: a permanente luta pela liberdade e autonomia frente aos poderes internacionais. Essa performance política e discursiva de Chávez, no entanto, nunca esteve presente da mesma forma nos governos petistas. Lula e Dilma não conclamavam o povo contra os poderes “imperialistas”. Ao contrário, a política desses governos, especialmente o de Lula, buscava uma “conciliação” com as forças internacionais. A ironia é que essa postura não foi suficiente, contudo, para evitar a provocação, em parte do imaginário popular brasileiro, do medo de uma República bolivariana no Brasil. Abreu e Lima era um fantasma que não deveria ter sido incomodado!

Em 2008, foi lançado o documentário *Todo esto me parece um sueño*, do diretor baiano Geraldo Sarno, sobre Abreu e Lima. O filme foi financiado pela Odebrecht. Ao receber o prêmio de melhor diretor no *41º Festival de Brasília*, Sarno falava do trabalho como um filme carioca, baiano, pernambucano, venezuelano... Ele valorizou em seu discurso a experiência

regional e latino-americana. O curioso, entretanto, é que o documentário metanarrativo abordava, na verdade, uma impossibilidade. Não havia como preencher com imagens a trajetória desse personagem esquecido no Brasil. O documentário deixava explícito o desafio: só era possível falar de Abreu e Lima a partir de seu esquecimento e das tentativas, quase sempre frustradas, de construção de uma memória “heroica”.

Abreu e Lima reapareceu no século XX, sobretudo, com as pesquisas de Vamireh Chacon. Na biografia *Abreu e Lima: General de Bolívar*, Chacon refez o percurso intelectual e político do general e o apresentou como um elo do liberalismo radical com o socialismo utópico ibero-americano. Com “certo toque romântico”, o general seria uma “retomada direta de Frei Caneca, ligando-se, em seguida, com o socialismo por meio do utopismo de Saint-Simon, Fourier, Owen e do radicalismo social religioso de Lammenais”.⁹ A obra de Chacon é importante ao recuperar um pensamento denegado da tradição política brasileira daquilo que, em primeiro plano, defendia a sociedade civil e a conquista de seus direitos básicos, considerado por ele como “radicalismo social”. A tese de Chacon, apesar de embasada por uma rica análise documental, não deixa de trazer uma perspectiva teleológica, na qual Abreu e Lima teria ido de certo conservadorismo ao socialismo. O problema dessa linha interpretativa é que leva ao risco de denegar algumas tensões importantes no percurso do pensamento de Abreu e Lima e de suas interpretações sobre o Brasil.

Quando Anthony Garotinho foi eleito governador do Rio de Janeiro, em 1999, tendo Benedita da Silva (PT) como vice, o apoio de Leonel Brizola e o suporte de uma ampla base de esquerda (PDT, PT, PSB e PCdoB), cujo mote da campanha situava-se em um programa de fortalecimento dos direitos sociais, houve o financiamento, junto à FAPERJ, à segunda edição do livro *O Socialismo*, de Abreu e Lima (publicado pela editora Paz e Terra). Anthony Garotinho dedicou o livro “ao povo fluminense, em reconhecimento a sua luta permanente pela liberdade, igualdade e bem-estar social”.¹⁰ Em 2006, um pequeno livro, *Abreu e Lima: general das massas*, foi publicado pela editora Expressão Popular na coletânea *Viva o povo brasileiro*.¹¹ Os autores são Ângelo Diogo Mazin e Miguel Enrique Stedile, à época, estudantes do curso de História, da Universidade Federal da Paraíba/MST – Turma Apolônio de Carvalho. Mazin integrava o setor de formação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), contribuindo no que diz respeito à coordenação pedagógica do Movimento. Stedile era

⁹ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 66.

¹⁰ Dedicatória do livro *O Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 2001.

¹¹ MAZIN, Angelo Diogo; STEDILE, Miguel Henrique. *Abreu e Lima: general das massas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

militante do MST, no Rio Grande do Sul, e atuava no setor de comunicação. Em 2010, outra biografia de autoria de Sérgio Bruni foi publicada pela FGV – *O mui desassossegado Senhor General*.¹²

As produções editoriais indicam que, não apenas no plano político e pragmático, a memória de Abreu e Lima era articulada, mas também a “ascensão” da esquerda ao poder, nos anos 2000, parecia ter estimulado isto que foi a constituição de um “patrono” próprio a essa esquerda, especialmente no que tange ao imaginário popular. Buscava-se um ente que não apenas tivesse relação com as armas e com atitudes revolucionárias, mas também com as letras.

Em 2009, em um dos encontros entre Chávez e Lula, o jornal *El economista* registrou o seguinte:

Os dois líderes começaram a jornada de trabalho com uma visita ao Centro de Formação Socialista Agrária “José Inácio Abreu e Lima”, no qual a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) coopera para o plantio e produção de soja. Chávez, ao volante de um veículo *off-road* “Tiuna” vermelho, e Lula, usando um chapéu de *cogollo*, um tradicional chapéu de camponês, percorreram os campos de soja, onde fizeram as práticas de colheita a bordo de uma unidade de coleta [...]. Os dois líderes foram prestar homenagem ao busto do herói José Inácio Abreu e Lima, nascido em Recife, em 1794. O ato foi interrompido por ventos fortes e chuvas de furacões.¹³

Os ventos e chuvas de furações desse encontro diante da estátua de Abreu e Lima podem ser, quem sabe, interpretados como metáfora/anúncio de um projeto que encontraria seus limites muito em breve. As investigações contra a corrupção, embora importantes, foram se tornando parciais, com a ênfase na corrupção do Estado e no Partido que estava no poder. O resultado foi o reforço de um imaginário antigo em nossa cultura política de que o problema da corrupção no Brasil é o Estado, mediante seu caráter patrimonialista. A iniciativa privada seguiu “ilesa” e as privatizações continuavam a ser entendidas como sugere nosso antigo “liberalismo conservador” – vitorioso nos governos FHC – como melhor caminho para o

¹² BRUNI, Sergio. *O mui desassossegado Senhor General*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

¹³ Tradução livre. No original: “Los dos mandatarios iniciaron la jornada de trabajo con un recorrido al Centro de Formación Agrario Socialista “José Inácio Abreu e Lima” en el que coopera la empresa Brasileña de Pesquisa Agropecuaria (Embrapa) para la siembra y producción de soja. Chávez, al volante de un todoterreno “Tiuna” de color rojo, y Lula, con sombrero de cogollo, tocado tradicional campesino, recorrieron los campos de siembra de soja, donde hicieron prácticas de cosecha subidos a bordo de una unidad de recolecta [...]. Ambos mandatarios acudieron luego a rendir honores ante un busto del prócer José Inácio Abreu e Lima, nacido en Recife en 1794. El acto fue interrumpido por la fuerte lluvia y vientos huracanados”. “Chávez y Lula refuerzan la cooperación bilateral con un acuerdo para la refinería Abreu e Lima”. *El Economista*. Publicado em 30 de outubro de 2009. Disponível em: <https://ecodiario.economista.es/politica-eD/noticias/1659465/10/09/Chavez-y-Lula-refuerzan-la-cooperacion-bilateral-con-un-acuerdo-para-la-refineria-Abreu-e-Lima.html>. Acesso em: 11 jul. 2019.

Brasil.¹⁴ Hugo Chávez está morto. (E a situação da Venezuela é difícil de verbalizar).¹⁵ Lula está preso. E Abreu e Lima, como espectro, viveu mais uma derrota. A refinaria, “símbolo da Lava-Jato”, acaba de ser posta à venda pelo atual presidente da companhia, Roberto Castello Branco, indicado por Jair Bolsonaro. O objetivo é dar valor ao pré-sal e às chamadas “joias da coroa”, as refinarias do Sudeste.¹⁶ A estagnação do tempo chegara de vez às Américas. A política progressista perdia força e Abreu e Lima, enquanto pai da esquerda brasileira, não faz mais sentido algum, senão como um dos futuros-passados do Brasil.¹⁷

José Inácio de Abreu e Lima nasceu em 06 de abril de 1794 no engenho da Casa Forte, em Recife. Uma semana após seu nascimento, a parteira e astróloga, Suzana das Dores do Céu, entregou o mapa astral do recém-nascido aos pais. Isso nos conta Sergio Bruni em biografia sobre Abreu e Lima. Destaco o seguinte trecho:

Urano em Leão sinaliza que as *mudanças revolucionárias*, os movimentos que trazem a renovação lançam mão da energia de Leão, um signo de fogo, como Áries, seu signo solar; trazendo para ele uma crença profunda de que *a renovação só pode surgir pela destruição do velho, do ultrapassado*. [...]

Netuno está em conjunto e Marte em Escorpião e isto reforça as características da identidade solar e *o caráter revolucionário* de sua personalidade. [...]

Saturno em touro indica que os grandes desafios encontrados por ele se localizarão no campo das realizações de trabalho e projetos, reforçando o perfil da posição de Júpiter em Capricórnio ao mesmo tempo que sinaliza as grandes limitações pessoais que enfrentará. Como esses limites estão no mesmo âmbito da sua identidade solar, ele será uma pessoa que conviverá, até o fim de sua vida, *com uma angústia permanente*, uma insatisfação crônica por tarefas a realizar.¹⁸

Utilizo o mapa astral como um documento histórico não-convencional.¹⁹ Não parto do pressuposto de que seja verdade ou ficção a crença de que os astros exercem ou não influência sobre a nossa personalidade. Ao trazer o mapa para a discussão, analiso-o como um documento

¹⁴ Sobre o liberalismo conservador no Brasil, consultar: OLIVEIRA, Rodrigo Perez. A cultura política da crise brasileira: um ensaio de síntese histórica. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez, GUIMARÃES, Géssica, BRUNO, Leonardo. (Org.). *Conversas sobre o Brasil*: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 249-291.

¹⁵ Sobre a situação contemporânea da Venezuela, recomendo a leitura da Coluna “Trânsitos Cotidianos” de Livia Vargas para o site *HH Magazine*: Humanidades em Rede. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/category/colunas/transitos-cotidianos/>. Acesso em: 11 jul. 2019.

¹⁶ “Símbolo da lava jato, refinaria Abreu e Lima é posta à venda pela Petrobras”. *InfoMoney*. 30 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/8449295/simbolo-da-lava-jato-abreu-e-lima-e-posta-a-venda>. Acesso em: 11 jul. 2019.

¹⁷ GUMBRECHT, Hans U. *Nosso amplo presente*. O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

¹⁸ BRUNI, Sergio. *O mui desassossegado... Op. Cit.*, 2010, p. 21-22 – grifos meus.

¹⁹ DOMANSKA, Ewa. Sincerity and the Discourse of the Past. Paper presented at the International Conference on the History and Theory of Historical Studies: Historical Studies: Disciplines and Discourses. CEU, Budapest, October 21-24, 2004. RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Theory of history and history of historiography: Openings for ‘unconventional histories’. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 96-123, 2019.

no qual algo sobre o tempo histórico pode ser identificado. Quando Abreu e Lima nasceu, os efeitos da Revolução Francesa apenas iniciavam os seus ecos. As “mudanças revolucionárias”, diz o mapa, levariam a ele “a crença profunda de que a renovação só pode surgir pela destruição do velho, do ultrapassado”. A Revolução Francesa repercutia a “descoberta” da história como um fenômeno sujeito à transformação, no qual cada época e acontecimento poderia produzir algo novo, abrindo, com isso, um espaço inédito para a atuação do homem em direção a futuros antes inimagináveis e que estariam além da responsabilidade divina. O futuro assumia um lugar preponderante na vida política e social. Ao se distanciar do passado, o futuro se tornava algo a ser realizado, um exercício sob os quais os homens se dedicariam. Mas essa descoberta conviveu com o confronto diário dos limites que tais expectativas experimentavam – frustrando-se ou realizando-se de formas diferentes do planejado. “Ele será uma pessoa que conviverá, até o fim de sua vida, *com uma angústia permanente*, uma insatisfação crônica por tarefas a realizar”. A estrutura temporal moderna – abertura para o futuro e o afastamento com o passado – revela uma angústia que marca a modernidade e que, definitivamente, esteve presente na vida de homens como Abreu e Lima, diretamente envolvidos na construção de projetos políticos e intelectuais ao longo do século XIX: as expectativas nunca, jamais estiveram garantidas.

Abreu e Lima teve sua formação no Seminário de Olinda, criado alguns anos após a Revolução de 1789. Em 1811, aos 17 anos, entrou na Academia Militar do Rio de Janeiro, onde adquiriu habilidade em matemática, desenho, além dos manejos da guerra. Circulava também pela vida cultural e letrada do Rio. Mas levava muito a sério a carreira militar. Seus diários íntimos revelam algumas paixões que teria deixado de viver pelo compromisso com as armas.²⁰ Em 1816, já capitão, recebeu a primeira missão militar em Angola. Luanda era, naquela conjuntura, o maior porto de exportação de escravos do litoral ocidental da África. Essa missão durou nove meses. Retornou ao Brasil em dezembro de 1816, indo a Recife ver sua família. Nessa conjuntura, a hostilidade aos portugueses e ao Rio de Janeiro, crescia nas capitanias do Norte, as quais se sentiam denegadas no que diz respeito às políticas da Corte. Em fevereiro de 1817, um de seus irmãos, Luís Roma, ofendeu soldados lusitanos. Houve uma briga. Abreu e Lima feriu dois soldados em defesa do irmão. Ambos foram presos e levados à Bahia.

²⁰ Abreu e Lima registrava suas experiências em um diário, chamado por ele de *Diário íntimo*. Embora alguns pesquisadores tenham tido acesso ao material, hoje, parte considerável das anotações parecem ter se perdido mediante as condições do arquivamento onde estava em Recife.

O pai, conhecido como Padre Roma, foi um dos participantes da Revolução que eclodira em 1817. Foi preso na tentativa de expandir o movimento para outras regiões como Alagoas e Bahia. Na Bahia, sua tentativa falhou, a capitania não aderiu ao movimento. O Padre Roma foi preso e fuzilado. Os filhos foram obrigados a assistir ao fuzilamento. “Os baianos viram como se morre um homem livre”, escreveria o general em seus trabalhos historiográficos futuros. Abreu e Lima dedicou muitas páginas à valorização de seu pai e de membros do clero como Padre João Ribeiro, também assassinado pelo envolvimento com a Revolução de 1817, e ainda associaria, em seus textos, a Revolução ao primeiro gesto da Independência do Brasil.²¹

Sua família sofreu o confisco de bens pelos “atos” do pai. Foram à ruína. E Abreu e Lima, expulso do exército. Em agosto do mesmo ano, com a ajuda do primeiro tenente de infantaria, Paulo Roberto da Cruz, os irmãos fugiram da prisão e receberam cem pesos da maçonaria baiana. Na semana seguinte, Paulo Cruz foi fuzilado por tê-los ajudado a escapar. Os irmãos estavam longe, a caminho da Filadélfia, lugar de encontro dos revolucionários latino-americanos, onde Abreu e Lima conheceu o irmão de Bolívar. Em abril de 1818, ele viajou para a Venezuela disposto a prestar serviços ao Libertador. Em carta a Bolívar, oferecia suas habilidades militares, contava sobre sua expatriação e finalizava dizendo que daria a vida, se necessário, pela independência da Venezuela e da América do Sul. Foi aceito. Esteve nas principais batalhas. Tornou-se general, a patente mais alta. E ganhava também o título de general *das massas*, o general popular. O povo, dizem, o seguia. Viu nascer a Grã-colômbia – a pátria que buscou construir para si. E a viu também morrer pelas guerras civis junto do sonho da integração.

Em 1830, morreu Bolívar. Em 1831, com a posse de um novo ministro da guerra, Abreu e Lima, assim como os demais oficiais estrangeiros que teriam vivido a saga integralista, foi expulso da Colômbia onde lecionava. Em seu diário, ao escrever sobre seus últimos dias na Colômbia, falava já com afeto e saudades de uma taverna que costumava frequentar onde “era tecida a Atenas da Sul-américa”.²² Os rumores de que continuaria o projeto de Bolívar se espalharam. Estava expatriado mais uma vez. Viajou aos Estados Unidos e depois à Europa, onde conheceu pessoalmente d. Pedro I, então abdicado. Retornou ao Brasil. Situou-se no Rio de Janeiro. Encerravam-se as atividades como general. Nascia o escritor que se enredaria em polêmicas intelectuais e políticas com homens importantes do Império: Evaristo da Veiga,

²¹ Sobre Abreu e Lima e a Revolução de 1817, consultar: RODRIGUES, Tamara de Oliveira. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, v. 6, p. 289-308, 2017.

²² BRUNI, Sergio. *O mui desassossegado general...Op. Cit.*, 2010, p. 73.

Januário da Cunha Barbosa, Francisco Adolpho de Varnhagen. Foi considerado por esses homens um enganador quixotesco, um plagiador nada original.

Embora seja importante apresentar ao leitor algumas informações básicas sobre esse personagem para as questões que se seguem, esta tese não é propriamente sobre Abreu e Lima. Esta pesquisa teve como pergunta fundamental: quais relações com o passado herdamos daqueles homens do século XIX, entre eles Abreu e Lima, intérpretes do Brasil? Sabemos que o debate sobre a suposta nacionalidade brasileira, no século XIX, ajudou na construção de uma imaginação histórica sobre o país materializada em práticas políticas e sociais que atravessam uma longa duração. Questões como a tendência à conciliação e à disposição para evitar conflitos, a valorização de certa “índole” pacífica e ordeira do povo brasileiro foram disputadas e sedimentadas nas narrativas e decisões políticas. Esses debates todos, sem exceção, eram atravessados por uma pergunta definitivamente incômoda para aqueles que “construíam o Brasil”: o que fazer com aquela herança colonial e escravocrata? Não são poucas ou simples as respostas. Mas, de modo geral, pode-se dizer que parte significativa desses homens se lançara ao passado procurando estabelecer com ele alguma conciliação, no sentido de conforto, que adviria da “civilização” lusitana, do homem branco, a organizar e determinar as dissonâncias do encontro entre povos tão diferentes. Essa conciliação ganhou corpo, sobretudo, no Segundo Reinado, com a “direção Saquarema”, a qual organizava política, intelectual e moralmente a ordem imperial que não se encerraria com a proclamação da República.²³ Trata-se, como nos revelou Ilmar Rohloff de Mattos, da constituição da classe senhorial junto à construção do Estado Nacional, tendo como marcos uma restauração e uma expansão.²⁴ Buscava-se preservar uma ordem e difundir uma civilização. A ordem dizia respeito à garantia das relações entre senhores e escravos, à manutenção dos privilégios coloniais, ao monopólio da violência e da força repressora pelos “donos das terras”. Tratava-se, ao fim, da própria continuidade no que diz respeito a certa hierarquia. A expansão da “civilização”, por sua vez, procurava assegurar o progresso lento e contínuo por meio da adesão à ordem. A direção Saquarema, como dito, não dependeu apenas da conciliação de práticas políticas entre liberais e conservadores, mas, sobretudo, de uma conciliação com o passado colonial. Esse foi o caso, por exemplo, de Francisco Adolpho de Varnhagen, que construiu e conquistou em disputas

²³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

²⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/ INL, 1987.

com seus pares (e também *a posteriori*) o título de mais importante historiador do Brasil ao publicar, a partir de 1854, sua *História Geral*. Uma história geral naquela conjuntura representava a conquista de uma interpretação sólida sobre o país recém-independente, seu futuro a ser percorrido se basearia na opção pela “ordem” e “civilização”.

Com Abreu e Lima foi um pouco diferente. Não que ele estivesse comprometido com valores antagônicos aos da “ordem” e da “civilização”. Absolutamente. Mas suas interpretações sobre o Brasil, reunidas nas obras aqui investigadas, edificam-se com base em uma dúvida permanente sobre o futuro nacional. O país é um gesto inacabado. São as características dessa dúvida que esta pesquisa percorre, chegando à hipótese de que a experiência da colonização e da escravidão inviabilizou, no pensamento de Abreu e Lima e, por extensão, em parte do pensamento brasileiro, o que podemos chamar de uma reconciliação positivante com o passado e, conseqüentemente, uma tranquilidade e confiabilidade no futuro a ser construído. Quais as implicações dessa dúvida? Abreu e Lima viveu em um século em que o futuro era o lugar para o qual as ações humanas se direcionavam, era necessário *conformar* os passados e, sobretudo, o futuro. Desse gesto, resultaria a experiência fundamental a qual denominamos história. A dúvida inviabilizou Abreu e Lima de dar forma à história porque suas narrativas não permitiam que o passado colonial retrocedesse por meio de interpretações que a prática historicista lhe imputaria. Mas também se tornava difícil acatá-la tão rápida e automaticamente. Não se trata de dizer que Abreu e Lima não era historicista. Definitivamente. Mas o autor mobilizou um passado que não pôde abandonar, um passado-presente que não o levou a futuros mais bem-delimitados e ideais. Em seu tempo, isso lhe causou o esquecimento e a negação continuada por seus pares. Tensões que repercutiriam na construção do cânone historiográfico oitocentista.

No primeiro capítulo, por meio da análise de *O Bosquejo histórico político e literário do Brasil* (1835) e de *Resumen histórico de la última ditadura del libertador Simón Bolívar* (1828), procurou-se identificar as implicações das reflexões do autor na construção social da temporalidade no Império, especialmente das Regências. Investigou-se a descontinuidade discursiva de seus trabalhos entre a experiência bolivariana, com base na qual defendia a república e a revolução, e a experiência regencial, quando preferiu a Monarquia Constitucional, especialmente, no que diz respeito ao Brasil. Foi dedicada atenção à temporalização presente na narrativa – as apreensões do passado, bem como a preocupação e as dificuldades em dar forma ao futuro – por meio da análise de algumas disputas e flutuações conceituais presentes nos textos do general em resposta a propostas republicanas do período regencial. Com essa

análise, identificou-se certa interpretação da história do Brasil relacionada ao desejo por um ritmo histórico menos acelerado e que exigia uma atenção maior ao “espaço de experiência” americano. Há ainda a presença de uma linguagem antilusitana que incorporou críticas à colonização e à escravidão e que esteve presente em toda atuação intelectual de Abreu e Lima. Essa linguagem esteve associada a uma crítica ao projeto “civilizatório” e à noção de progresso europeu. Ainda neste capítulo, abordo a participação do general no debate público sobre a literatura brasileira, primeiro espaço de elaboração de interpretações mais amplas e complexas sobre a identidade nacional.

No segundo e no terceiro capítulos, foram investigadas as polêmicas vividas por Abreu e Lima a partir da publicação de seu *Compêndio da História do Brasil* (1843) e como elas corroboraram na estruturação de certo cânone historiográfico, que colocou em destaque autores como Southey, Beauchamp, Bellegarde... Entre os principais desentendimentos, destaca-se o que Abreu e Lima protagonizara com Varnhagen, considerada a primeira polêmica historiográfica do campo. Alguns estudos da História da Historiografia já se dedicaram a ela, mas argumento que tais abordagens, ao conferirem prioridade às questões mais formais do texto, acabaram reafirmando certa centralidade das pesquisas históricas em torno de Varnhagen, tido como autor moderno e científico. Enquanto Abreu e Lima, na contramão, foi tido como atrasado e arcaico. A ênfase em Varnhagen, apesar de relevante para a compreensão dos protocolos historiográficos correntes no campo, não abrange as demais experiências da apreensão e escrita da história existentes no Império do Brasil. Nesses capítulos, argumento que o entendimento da querela entre Abreu e Lima e Varnhagen, além das distintas compreensões sobre as funções e caminhos da História/Historiografia, também precisa acompanhar a “distância histórica” em relação à herança colonial, um dos pontos centrais de organização das narrativas sobre o Brasil no período. Considero que a querela entre Abreu e Lima e Varnhagen aponta para um “estrato temporal” que reúne experiências modernas ambíguas em relação ao passado e ao futuro. De um lado, uma necessidade de afastamento imediato em relação ao passado (exatamente porque ele parece demasiadamente próximo); do outro, a expectativa de continuidade como um recurso de produção de segurança para o futuro. Ainda nesses capítulos, abordo algumas condições para a formação dos perfis intelectuais como um historiador mais público ou aquele mais institucional, ligado, por exemplo, ao IHGB.

Por fim, no quarto capítulo, investigou-se a reconfiguração da linguagem antilusitana do general, a qual teve implicações pragmáticas e diretas na Revolução Praieira, de 1848. Ao analisarmos um pequeno livro do autor, *A cartilha do Povo* (1849), identifico que, se no período regencial ele mobilizou certo chamado à ordem e à pacificação, no contexto da Praieira,

Abreu e Lima lançou mão de uma economia sentimental, na qual o ódio às estruturas coloniais e à vida cortesã tornava-se um direito histórico, especialmente no que diz respeito à possibilidade/necessidade de mudança. Nesse capítulo, ainda tematizamos o seu projeto de uma historiografia popular, manifestada desde o *Bosquejo*, a partir da qual se identifica um processo de convergência entre duas formas de práticas historiográficas, uma mais pragmática e outra mais teórica. Ao fim, abordou-se o texto *O socialismo* (1855), obra na qual o Brasil deixou de ter proeminência, e uma interpretação mais direcionada a uma história universal ganhou corpo. Entre todas as obras estudadas nesta tese, *O socialismo* é a única na qual um futuro ganhava forma por meio da expectativa do cuidado com as demandas sociais, embora algumas dúvidas também lá se materializaram. Mas um futuro do todo, não necessariamente de cada parte, não necessariamente do Brasil.

Mariana, agosto de 2019.

AS REGÊNCIAS: DA UTOPIA À ORDEM

A abdicação de d. Pedro I, em 1831, abriu uma década de exasperação de luta social e política na qual ganharam espaço amplas discussões sobre o futuro do território brasileiro, muitas vezes manifestadas em forma de rebeliões profundamente violentas (especialmente se levada em conta a repressão). Trata-se das Regências. A descentralização do poder, a diversidade e a grande hierarquia social, política e étnica do Império somada à crise e à miséria que se abatia sobre as populações mais pobres – mestiços, escravos de ganhos, libertos – produziram tensões, resultando em motins, roubos, assassinatos, revoltas populares e escravas. A variação de atores e demandas correspondeu a um dos momentos mais agitados da história “brasileira”, nos quais inúmeras interpretações e desejos emergiram e impactaram o que veio a se chamar “Brasil”. Foram postos em pauta, sobretudo no espaço público que se construía, debates sobre o absolutismo, monarquia constitucional, republicanismo, federalismo, liberaisismos, democracia, organização do Estado (se mais ou menos centralizado) e também discussões sobre a “identidade” dos povos que ocupavam o território e que começavam mais sistematicamente a serem tematizados no singular.

O imaginário sobre as Regências repercutiu, de modo geral, chaves interpretativas que vieram a ser questionadas pela historiografia mais recente.²⁵ De um lado, no esteio narrativo dos historiadores monarquistas, havia uma impressão do período a partir da desordem e da anarquia. De outro, em razão da ênfase nas rebeliões, uma perspectiva ufanista que compreendia as Regências como um momento de resistência e de soberania popular. Ambas as leituras possuem seus limites, uma vez que o enrijecimento da interpretação incide no risco de obscurecer a complexidade dos atores e demandas históricas do período. Há ainda a atravessá-las o problema de certa preocupação com a questão nacional “que aplaina, oculta ou estigmatiza as contradições, na tentativa de compor imagem unitária e harmoniosa da sociedade nacional”²⁶.

Em contraponto, vale destacar as Regências, junto à historiografia contemporânea como um *tempo de dissonâncias*, um “laboratório de formulações e práticas políticas e sociais”²⁷ do

²⁵ Sobre a historiografia do período regencial, consultar: LYRA, Maria de Lourdes Viana, *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000. BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte imperial*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001. RICCI, Magda *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1184-1843)*. Campinas, Unicamp, 2001. MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

²⁶ MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 52.

²⁷ MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 9. Ver também: BASILE, Marcello. “O laboratório da nação”: a era regencial (1831-1840). In.: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

qual não é possível extrair uma leitura sem contradições e desencontros. Nenhum outro período da história brasileira viveu tamanha violência social e política em um tempo tão curto: Sabinada, Cabanada, Balaiada, Farroupilha, Revolta dos Malês, Revolta das Carrancas, Revolta de Manoel Congo... Insurreições atravessadas por reivindicações populares de um povo distinto com demandas distintas, mas que levaram ao acirramento de uma questão amplamente presente em nossa “cultura política”²⁸: a suposta propensão do “brasileiro” à docilidade e à cordialidade.²⁹ O tema não era inédito. Vários estrangeiros, desde a Colônia, escreveram sobre essa “tendência”. No processo de Independência a questão reapareceu. Mas, nas Regências, o debate acompanhou a própria constituição do espaço público, repercutindo no parlamento, permitindo que o tema se expandisse para o Segundo Reinado e se tornasse um “verdadeiro lugar-comum durante a República”³⁰. As Regências instituíram mais radicalmente as disputas que definiram a identidade nacional baseada em interpretações específicas que ecoam até hoje na sociedade brasileira.

A abordagem dessas disputas é complexa, posto que se trata de um momento de pluralidade de demandas e de sujeitos. Mas, de forma geral, é possível mapear algumas divergências através de agrupamentos políticos expressos no parlamento e, sobretudo, na imprensa.³¹ Foram três os “partidos” das Regências por meio dos quais os sujeitos se “organizaram”: exaltados, moderados e restauradores ou caramurus. Vale observar que esses grupos não equivalem à organização partidária, tal como as que se tornariam comuns nos finais do século XIX com pautas determinadas e organização por classe (no sentido marxista). Julio

²⁸ A categoria de “cultura política” aqui utilizada segue as proposições interpretativas sugeridas por Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira. “... Estudar uma cultura política, ou melhor, trabalhar com a sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos – é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive os nacionais”. GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In.: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 32-33.

²⁹ Sérgio Buarque de Holanda formulou em seu livro *Raízes do Brasil* o conceito de “homem cordial, no qual as virtudes do povo brasileiro como hospitalidade e generosidade registradas por estrangeiros representariam um traço definitivo da identidade brasileira. Para Buarque de Holanda, essas características, contudo, não repercutiriam em práticas políticas nas quais o bem-comum prevaleceria. O indivíduo brasileiro através da máscara da cordialidade conseguiria manter os seus interesses privados, mediante à esfera pública, mostrando-se incapaz de certo formalismo social. Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Homem Cordial*. In.: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁰ MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 56.

³¹ Sobre os grupos políticos e suas manifestações na imprensa ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In.: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos P. Neves. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014, v. 1, p. 37-62; BASILE, Marcello. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *ALMANACK*, v. 20, p. 1-9, 2018.

Bentivoglio identificou uma descontinuidade nos conceitos de “partido” entre a historiografia que estuda a política oitocentista e aquilo que os próprios políticos e/ou agentes do século XIX entendiam sobre o conceito. Para Bentivoglio, a historiografia teria estendido ao período em questão “uma leitura sociológica ou embasada pela ciência política moderna”, importando uma leitura contemporânea de partido ao século XIX.³² Há ainda outras razões para essa descontinuidade, como a historiografia que, ao procurar precisar “os partidos políticos através dos discursos veiculados na imprensa, nas tribunas do parlamento e do senado”, produziu uma distinção dos grupos “segundo seus projetos para o Brasil, como se estes estivessem determinados de antemão, desde o período regencial”³³.

Observamos, ainda, agora junto a Marco Morel, que seria equivocado conceber os partidos regenciais unicamente como elitistas, uma vez que “a presença das camadas pobres nas lutas políticas era resultado de um jogo de mútuas tentativas de manipulação e apropriação”, cuja atividade política escapava com frequência ao controle dos grupos privilegiados.³⁴ Fato é que os moderados, exaltados e restauradores expressavam, com limites, sem dúvida, as dificuldades de uma sociedade hierarquizada e injusta bem como seus conflitos e negociações.

Feitas essas observações, podemos, então, descrever as características fundamentais de cada grupo, considerando tais descrições tipos ideais de análise, que não esgotam a atuação política e social desses sujeitos. Os exaltados valorizavam a experiência e o ideário da soberania popular, convocando a população pobre à vida pública, fosse através de motins e sedições urbanas ou rurais. Havia um aceno crítico ao despotismo manifestado na vida econômica, social e étnica. De modo mais amplo, defendiam o federalismo e a descentralização administrativa, razão pela qual cooptavam certas oligarquias regionais. Apesar de grande diversidade entre seus membros, “condenavam a escravidão em diferentes graus, variando a forma e o ritmo com que propunham sua extinção, em geral de forma gradual”³⁵.

Os moderados defendiam a ponderação e a razão na prática política como condição fundamental à participação da vida pública, um Estado mais centralizado, a monarquia constitucional e recusavam o absolutismo. Foram os mais decisivos na organização institucional durante as Regências e também na imprensa, manifestando suas opiniões em

³² BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos* - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v.14, n. 3, 2010, p. 539.

³³ *Idem*.

³⁴ MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 38.

³⁵ *Idem*, p. 34.

jornais como *O sete de Abril*, *Aurora Fluminense* e tantos outros. Não lançaram mão, nesse período, da luta armada e da convocação das camadas mais baixas da população à vida política.³⁶

Os restauradores ou caramurus, sem negar por completo o liberalismo, organizaram-se em torno de uma tendência mais crítica a ele. Defendiam mais prontamente o apego constitucional a partir da monarquia, hierarquizando a experiência monárquica acima da soberania popular ou nacional. Desse modo, estava em questão a defesa de um Estado centralizado e alguns membros defendiam o “reforço do poder de antigos corpos sociais, como senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas”³⁷. Faziam apelo à luta armada, convocando a população, como na Cabanada, em Pernambuco e Alagoas.

A historiografia política e social tem realizado estudos específicos sobre os grupos em questão, suas dissonâncias e convergências. O que interessa a esta tese ao mencioná-los, mesmo que de forma simplificada, é reforçar que a abdicação de d. Pedro não deve ser interpretada apenas como uma “substituição do monarca controlada pelas elites”³⁸. A renúncia ao trono abriu um momento de descentralização do poder, que permitiu disputas decisivas sobre os caminhos do Estado e da sociedade que veio a se tornar brasileira. O momento foi atravessado por uma diversidade de atores históricos que procuravam, à sua maneira e dentro de suas possibilidades, intervir nos debates em andamento.

*

Foi nessa conjuntura que José Inácio de Abreu e Lima desembarcou no Rio de Janeiro após o retorno de seu exílio imposto mediante o envolvimento com a Revolução de 1817. No período em que esteve ausente do país, atuou como um dos mais importantes generais de Bolívar. Após a morte do Libertador, teve sua saída forçada da Colômbia em 1831. Seguiu para uma viagem aos Estados Unidos e depois à Europa, onde teria conhecido e estabelecido “boas relações” com o abdicado d. Pedro I. Ainda em 1831, o ex-combatente do exército bolivariano se estabelecia na sede do Império do Brasil e começava uma intensa atividade como redator de periódicos em defesa da monarquia. Preocupado com o que vivera na Grã-Colômbia – as intensas guerras civis devido às divergências de interesses das elites políticas intelectuais, econômicas e da população de modo geral e à dissolução da unidade territorial –, Abreu e Lima dedicou-se ao trabalho em periódicos, procurando convencer seus pares de que o Brasil,

³⁶ *Idem*, p. 36.

³⁷ *Idem*, p. 36-37.

³⁸ *Idem*, p. 24.

naquela conjuntura, deveria evitar, de qualquer forma, guerras civis. Defendia, ainda, que a monarquia constitucional seria o caminho mais adequado para garantia da ordem e da integridade do território nacional.

No jornal *A Torre de Babel* (1833), Abreu e Lima expressava que a abdicação do imperador teria “causado um estremecimento político no Brasil”³⁹, sustentando, ainda, a tese de que o Sete de Abril era responsável pela propagação de um estado anárquico de riscos estruturais para a integridade territorial.⁴⁰ Diferentemente dos entusiastas da abdicação que consideravam ter expulsado o despotismo do Brasil, Abreu e Lima não associava d. Pedro a um déspota, mas nem por isso deixou de mencionar alguns erros do imperador que apresentaram uma natureza distinta do autoritarismo.⁴¹

Em *A Torre de Babel* e nos outros jornais que viria a publicar durante a década de 1830, Abreu e Lima expressava seus posicionamentos em defesa da monarquia, manifestava a crítica à “expulsão” do imperador e à política das regências que teriam instaurado um verdadeiro dilúvio a partir da desordem.⁴² Sua voz era, portanto, eco dos caramurus. Mas Abreu e Lima dividia esse grupo em sete graus ou níveis, nos quais os mais baixos desejavam o retorno de d. Pedro, a restauração e a valorização integral da vida cortesã. Em contraponto, os graus mais “elevados” dos caramurus, os “sublimes” e os “sábios” não seriam partidários do retorno de d. Pedro nem mesmo preocupavam-se com a edificação de sua memória. Abreu e Lima colocava-se ao lado desses, cujo afastamento com a figura de d. Pedro era fundamental para o alicerce da Constituição e para a produção da estabilidade da Coroa de seu sucessor.

Os posicionamentos de Abreu e Lima produziram reações críticas na imprensa, entre elas a de Evaristo da Veiga, o autor da letra do Hino da Independência e redator do *A Aurora Fluminense*, jornal liberal de maior tiragem na capital do Império. Na edição de 15 de fevereiro de 1833, Veiga criticava os caramurus e, entre eles, “um aventureiro Roma, disfarçado com o pomposo título de General Lima”⁴³. A resposta violenta de Abreu e Lima a Evaristo, na defesa de seu título de general, rendeu-lhe outros artigos igualmente impetuosos, nos quais o redator do *Aurora* o acusava de ter abandonado o país para “buscar serviço em uma terra estrangeira,

³⁹ ABREU E LIMA *apud* MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007, p. 52.

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ “Não por aí [despotismo] que pecou o governo do ex-imperador nem será desse pé que se coxeará a Regência; as suas faltas mais notáveis foram o desmazelo, a in-administração, o peculato, os afilhados, a imoralidade dos crimes, a profusão dos dinheiros públicos, finalmente as bagatelas em vez das coisas úteis”. *Idem*, p. 56.

⁴² Sobre a experiência editorial de Abreu e Lima durante a Regência, ver: MATTOS, Selma. *Op. Cit.*, 2007, especialmente o capítulo 1.

⁴³ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima. General de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 156.

e que regressando daí” estaria tentando por todos os meios “tornar-se famoso no Brasil”⁴⁴. O *Aurora* apresentava Abreu e Lima como um aproveitador à espera de uma oportunidade ideal na política imperial: “acredita-se um ator famoso no drama político, supõe que lhe é fácil mover as massas, fazer apelos ao povo, e que a um assobio seu a multidão o acompanhará a qualquer sítio que queira”⁴⁵. Como observam os estudos de Vamireh Chacon, “o escárnio do General das Massas” na imprensa não foi iniciado por Evaristo da Veiga, mas pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa. Este teria escrito, de forma anônima, em três atos e em prosa, a comédia *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, publicada no ano de retorno de Abreu e Lima ao Brasil. As tensões expressas com Evaristo da Veiga e Januário da Cunha Barbosa levaram à interdição por parte do governo regencial ao periódico *A Torre de Babel*. Foi, então, que Abreu e Lima iniciou outras experiências editoriais, como *A Arca de Noé* (1833), *O Mensageiro Niteroiense* (1835) e *O Raio de Júpiter* (1836), com conteúdo e ideias similares ao anterior: não eram poupadas críticas às regências e às reformas liberais que propunham alterações à Constituição de 1824.

Junto às posições de Abreu e Lima na imprensa, que causavam incômodo aos principais nomes dos agentes liberais, no início de 1834, deflagraram-se suspeitas de que o general estaria envolvido na projeção de um “golpe” ao governo pernambucano junto aos cabanos. Os seus irmãos Francisco, João e Luiz Inácio Ribeiro Roma destacaram-se nos eventos que levaram à Guerra dos Cabanos, em Pernambuco.⁴⁶ Cartas de Abreu e Lima ao seu irmão Luiz, foram interceptadas e publicadas no *Diário de Pernambuco*, em 1834, sugerindo uma articulação dos restauradores da Corte com os restauradores da província pernambucana. Uma das cartas de Abreu e Lima sugeria ao irmão que o golpe fosse antecipado. Abreu e Lima assegurava ter “20

⁴⁴ MATTOS, Selma. *Op. Cit.*, 2007, p. 62

⁴⁵ *Idem*, p. 63.

⁴⁶ “Cabanada foi movimento basicamente rural inicialmente capitaneado por pessoas ligadas aos Caramurus e que pertenciam a instituições de contato estreito com as camadas pobres da população: chefes militares e padres, além de certo apoio de comerciantes lusos. As primeiras colunas foram crescendo, englobando milhares de pessoas, índios e caboclos, trabalhadores pobres e também escravos que, ao final, formaram a principal base do movimento. As bandeiras, os discursos e os objetivos declarados eram ultramontanos, católicos tradicionais, arcaicos, conservadores e absolutistas. Em seu messianismo tinham como principal alvo a reintrodução de d. Pedro I no trono e pretendiam dizimar maçons, liberais e republicanos. Os gestos e as práticas desses contingentes revelavam, ao mesmo tempo, revolta contra a miséria, ataques às propriedades, luta contra escravidão e injustiças sociais. Estabeleciam-se em arraiais, moravam em cabanas (daí o nome do movimento) e atuavam em forma de guerrilha, comandados por chefes de bandos armados, na mesma região onde, dois séculos antes, existiram os quilombos de Palmares”. MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 60-61.

Sobre a Cabanada, ver também: CARVALHO, Marcus J. M. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)”. In.: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

bons oficiais, tanto de Cavalaria como de Caçadores, que iriam com ele”⁴⁷. Orientava, ainda, os Cabanos a se organizarem em torno de um “objetivo único e conquistar uma primeira vitória. A adesão de Abreu e Lima ao partido seria a senha para um movimento geral”⁴⁸. As suspeitas, além de terem rendido ofensivas do governo pernambucano aos irmãos, alimentavam ainda mais as sugestões do Cônego Januário e de Evaristo da Veiga do “quixotismo” de Abreu e Lima. Mas seu desprestígio na imprensa não seria unânime, especialmente com a articulação do Regresso.

O Bosquejo e a popularização da ordem

Na primeira página do *Diário do Rio de Janeiro*, na edição de primeiro de fevereiro de 1836, figurava uma resenha cuja obra deveria “andar nas mãos do Povo”. O *Bosquejo histórico político e literário do Brasil*, de Abreu e Lima, reunia uma crítica ao projeto do deputado baiano Antônio Ferreira França (1771-1848) lido na sessão da Câmara Legislativa em 16 de maio de 1835. O texto do deputado que integrava a bancada exaltada propunha a mudança da monarquia constitucional para o sistema republicano.⁴⁹ O *Bosquejo* também incluía uma análise negando o projeto do deputado Estevam Raphael de Carvalho, que sugeria a separação da Igreja Católica brasileira da Cúria Romana. Não abordarei a crítica de Abreu e Lima ao projeto de Raphael de Carvalho, mas vale mencionar que, quando o padre Diogo Feijó fora eleito o primeiro regente uno, em 1835, tendo derrotado, mediante eleição direta, Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Feijó levantava questionamentos que colocava o governo brasileiro em posição crítica à Igreja por ser, por exemplo, contrário ao celibato, ao poder temporal e a relação desta com a monarquia. O grupo ligado ao regente, no qual se encontrava Raphael de Carvalho, procurou medidas institucionais para separar a Igreja brasileira do Vaticano. Antônio Ferreira França, em 1831, também já havia apresentado projeto de separação entre Igreja e Monarquia e tornaria a trazer o tema na sessão de 9 de julho de 1836.⁵⁰ Mediante reações como as de Abreu e Lima

⁴⁷ CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. “Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a 1835)”. In.: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 22 a 26 de junho de 2013, s. p.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Antônio Ferreira França, médico, político, matemático, filósofo e professor, nasceu em Salvador. Realizou os estudos iniciais em sua cidade natal e seguiu para Portugal. Na Universidade de Coimbra, cursou Medicina, Matemática e Filosofia. Após a Independência, foi membro do Conselho Provincial (1822) e Deputado Constituinte (1823). Em 1835, foi eleito deputado pela Bahia, apresentando projetos mais radicais à época, favoráveis ao fim do tráfico, à promulgação da República e à separação entre a Igreja e o Estado brasileiro. Sobre esses projetos, ver: BASILE, Marcello. Propostas radicais no Parlamento regencial: República, religião e escravidão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 459, p. 13-42, 2013.

⁵⁰ Consultar: BASILE, Marcello. Propostas radicais no Parlamento regencial... *Op. Cit.*, 2003.

na imprensa e outras semelhantes no parlamento, as propostas para a separação entre Igreja e Estado não foram adiante. Ironicamente, Abreu e Lima, mais de trinta anos depois, entrou em confronto com a Igreja Católica por ter defendido a liberdade religiosa e o direito de circulação no Brasil da bíblia protestante. A crítica lhe custou em morte a negação de ser enterrado no cemitério católico. O corpo do general descansa no cemitério dos ingleses, em Recife.⁵¹

Retornando ao *Bosquejo*, a obra organizada pelos editores da tipografia *Niterói Rego e Companhia* foi publicada em 1835 e era um conjunto de alguns artigos de Abreu e Lima outrora publicados no *Mensageiro Niteroiense*. O livro buscava “popularizar” a defesa da monarquia e de certa noção de ordem por meio de uma síntese histórica e literária do Brasil, submetendo os projetos mencionados “ao grande tribunal da pública opinião”.⁵² Na resenha do *Diário do Rio de Janeiro*, o *Bosquejo* foi recomendado como obra “útil” e “primorosa” – o “mais brilhante rasgo literário que se t[inha] publicado no Brasil” e sua singularidade era atribuída ao fato de ter sido escrito por um brasileiro, já que grande parte dos relatos sobre o Brasil haviam sido produzidos por estrangeiros naquela conjuntura. A concisão do autor foi valorizada, pois ela teria permitido a abordagem das doutrinas políticas dos governos, dando “um golpe mortal no sistema republicano”.⁵³ Até aquele momento, o *Diário* considerava que nenhum outro livro teria repercutido “perfeita ideia do Brasil”⁵⁴. Aos olhos dos editores do periódico carioca, Abreu e Lima teria definido as *instituições morais* brasileiras “de modo que, pela primeira vez, pode-se conceber o estado da nossa posição social e deter-nos na carreira de todos os nossos desvarios”. O *Bosquejo* foi considerado um “catecismo político e religioso” que deveria servir de instrução ao povo. A resenha dava publicidade a obra como um manual voltado à formação “patriótica”, devendo “girar de um a outro extremo do Império”⁵⁵.

Em 09 de janeiro de 1838, *O Cronista* também fez uma resenha elogiosa ao *Bosquejo* ressaltando o sucesso de venda. Dos setecentos exemplares emitidos restavam pouco mais de uma dúzia até aquele momento. Na opinião do editor, a obra reunia um conjunto de interpretações sobre o Brasil e sobre a monarquia que precisavam ser divulgadas e popularizadas:

as ideias sobre o governo monárquico, análise da literatura portuguesa e brasileira, [...], a resenha do estado atual das duas Américas, sua marcha intelectual [...] para provar a excelência da monarquia sobre toda outra forma de governo; a erudição com a qual

⁵¹ Sobre as polêmicas religiosas nas quais se enredara Abreu e Lima, ver: CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima. General de Bolívar. Op. cit.*, 1983, especialmente: “A última batalha em favor da liberdade de consciência”.

⁵² ABREU E LIMA, José Inácio. *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835, p. 5.

⁵³ *Diário de Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. N. 1. 1 de fevereiro de 1836, p. 1.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Idem*.

sustenta os princípios do direito constitucional [...] foram um complexo de doutrinas, que a cada dia se tornam mais interessantes e mais necessárias que se divulguem e façam populares; principalmente agora que tornam a germinar em diversas partes do Brasil ideias de demagogia e de desordem.⁵⁶

O projeto de França, questionado por Abreu e Lima no *Bosquejo*, foi lido pouco antes da Regência Una Moderada de Diogo Feijó e apenas figurou na primeira discussão na Câmara, encontrando forte oposição.⁵⁷ Araújo Lima, presidente da Câmara ligado aos Caramurus, recusou colocar a proposta em votação argumentando que a Constituição não autorizava tal reforma. A oposição rebateu. Houve uma votação que avaliou se a proposta poderia ser discutida ou não. O encaminhamento foi rejeitado por uma pequena diferença de votos, 44 contra 33. Interrompeu-se aí os anseios no parlamento a respeito da instauração da República. Como sublinhou Marcello Basile, a partir de 1835, as forças políticas começaram a se organizar em torno do Regresso, reforçando o compromisso “com o revigoramento do elemento monárquico, nutrido pela ideia de que a experiência regencial representara um ensaio de republicanismo, que deixou como grande lição, às avessas, o fortalecimento da monarquia”⁵⁸.

A derrota da proposta de França, contudo, não parecia suficiente para tranquilizar Abreu e Lima. O projeto integrava uma série de outros embates institucionais que ecoaram no parlamento com propostas dissidentes para o período. Reformas liberais afloradas por uma experiência de maior liberdade foram aprovadas no Congresso, como a implementação de uma monarquia federativa, a extinção do poder moderador, os senadores passariam a ser eletivos e temporários, as eleições parlamentares seriam bienais e o Conselho de Estado seria extinto. Essas propostas foram barradas no Senado, composta por maioria Caramuru. Mas não deixavam de preocupar os seus críticos.

Importante reforçar que, em maio de 1835, momento da leitura do projeto de França na Assembleia, a Revolta dos Malês havia eclodido em janeiro, na Bahia, cuja população era 42%

⁵⁶ *O cronista*. Rio de Janeiro. N.128. 9 de janeiro de 1838, p. 512.

⁵⁷ “Apesar da diminuta representação dos exaltados na Assembléia Geral, durante a Regência a questão da mudança da forma de governo chegou a entrar algumas vezes em pauta graças, principalmente, às iniciativas do deputado exaltado baiano Antônio Ferreira França. O tema veio à baila pela primeira vez, na Câmara dos Deputados, na sessão de 16 de junho de 1831, por ocasião da tramitação do chamado projeto Miranda Ribeiro, que versava sobre a realização de reformas constitucionais. Antônio Ferreira França propôs então “que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa do imperador D. Pedro II, e depois temporário na pessoa de um presidente das províncias confederadas do Brasil”; ou seja, a República federalista (o deputado baiano, contudo, teve o cuidado de não usar o termo) só seria estabelecida após o término do Segundo Reinado.[...] A Câmara, todavia, decidiu, sem qualquer debate, que a proposta não seria objeto de deliberação.” BASILE, Marcello. *Propostas radicais no Parlamento regencial... Op. Cit.*, 2003, p. 21.

⁵⁸ *Idem*, p. 24.

escrava e 63% dos africanos estavam em condições servis.⁵⁹ A Revolta das Carrancas ocorrera em Minas; a Cabanagem já havia irrompido no Norte e a Farroupilha despontou depois, no sul do país. O clima de efervescência colocava em risco (ou sob maior vigilância) os pactos construídos na Independência, como os escravocratas. A Revolta dos Malês, que mais expressivamente despertou o medo de um levante aos modos do Haiti, levou a um acirramento de leis no parlamento para maior controle e punição dos escravos insurgentes. Mas, no próprio parlamento e na esfera pública, também crescia a crítica à escravidão.

A Assembleia Provincial da Bahia estava entre as mais atuantes na defesa da abolição do tráfico e, em 1835, enviou à Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro uma representação solicitando a “repatriação imediata de Africanos e a proibição peremptória de qualquer intercuro mercantil entre o Império e a África” a fim de evitar mais derramamento de sangue na Província.⁶⁰ Propostas mais radicais foram enviadas, como aquelas que, alicerçadas pela pressão política inglesa, pediam a abolição imediata do tráfico. Diante dessa conjuntura, a Comissão de Assembleias Provinciais transformou em projeto de lei a suspensão do intercuro comercial com a África.⁶¹ Como observou Tamis Parron, entre os projetos da Assembleia que mais se destacaram estavam os do deputado França – “propondo a abolição imediata do ventre, outro a liberação dos nascituros pardos; uma indicação que [...] pedia data-limite para o fim da escravidão no país; e, por fim, um projeto fixando este prazo para vinte e cinco anos”⁶². Esse fato interessa diretamente a este capítulo. França esteve entre os deputados mais atuantes pela defesa do fim do tráfico e também pela implementação da República. A resposta de Abreu e Lima a ele insere-se, portanto, no acirramento radical desses debates, no momento de profunda tensão entre propostas antiabolicionistas e abolicionistas, republicanas e monarquistas.

Ao longo deste capítulo veremos que, no *Bosquejo*, Abreu e Lima associou as expectativas republicanas, como as apresentadas por França, como utopias (em sentido negativo). Segundo ele, o Brasil não teria direito em vivenciar tais expectativas por ter se constituído por práticas violentas e contradições sociais que destoariam dos princípios teóricos republicanos e democráticos. Essa crítica, contudo, não remete a um entusiasmo em relação à monarquia, e essa é uma das dimensões à qual quero dar destaque. Essa dissonância reforça as tensões que marcam o pensamento brasileiro e a vida política no século XIX.

⁵⁹ PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Dissertação de Mestrado (História). USP. São Paulo, 2009, p. 78.

⁶⁰ *Idem*, p. 81.

⁶¹ *Idem*, p. 82.

⁶² *Idem*, p. 82 e 83.

O argumento de Abreu e Lima não era isolado, ao contrário, era uma tópica comum no discurso conservador. O deputado caramuru Martim Francisco Ribeiro de Andrada, na sessão de 12 de maio de 1832, por exemplo, ao discutir a possibilidade da República no Brasil, considerava a proposta uma “heresia política”⁶³. Mas, como analisou Basile, argumentava que República seria o “mais perfeito” sistema político e que demarcaria “a maior soma de virtudes da parte do maior número dos membros de qualquer associação”⁶⁴. Acrescentava, contudo, ao seu argumento se estaria o Brasil preparado para essa experiência. “Que importa que eu conheça no seio desta câmara alguns republicanos honrados e virtuosos que eu amo, e que eu respeito? Por ventura o grande todo nacional se cifra neles?”⁶⁵.

Esse tipo de argumento que repercute princípios do “realismo político” ganhou destaque nos anos 1830 no Brasil, momento no qual se tornou mais expressivo, como ressaltam os estudos de Luisa Pereira e Hebert de Sena, tendências de interpretação do mundo a partir dos temas da “experiência”, “circunstâncias” e “grau” ou “estado de civilização”⁶⁶. Segundo os historiadores, as dissonâncias da experiência “democrática” da década de 1830 constituíram um novo espaço de experiências cujas proposições de ação e projeção do futuro davam-se mediante a negação do que era considerado “vãs teorias, ou argumentos baseados em experiências estranhas à realidade nacional”⁶⁷. A abordagem estava diretamente relacionada a uma tópica do liberalismo da restauração, que tinha em Benjamin Constant, Guizot e Tocqueville seus principais nomes. Mas, como reforçam Pereira e Sena, “a emergência deste tópico no debate brasileiro [...] devia-se não apenas a uma filiação intelectual a teorias europeias, mas à necessidade premente de interpretar e fazer frente um conjunto de fenômenos cuja intensidade forçava uma reorientação da atividade política”⁶⁸.

A ênfase conservadora em torno da necessidade de observação dos fatos, da experiência e do momento civilizatório no qual vivia o Brasil “pautou o movimento pelas reformas do chamado ‘regresso conservador’ a partir de 1837”⁶⁹. As experiências regenciais, nas quais se viu o crescimento das pautas dos exaltados na esfera pública e no parlamento, somado às insurreições, haviam convencido parte significativa da elite mais conservadora que “ideias abstratas de liberdade e progresso haviam levado à onda revolucionária e à anarquia”⁷⁰. Esses

⁶³ *Idem*, p. 22.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria da. A historicidade do político. O debate sobre representação e cidadania no império brasileiro (1823-1840). *Revista História da Historiografia*. N. 22, p. 258-274, 2016.

⁶⁷ *Idem*, p. 269.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ *Idem*, p. 270.

⁷⁰ *Idem*.

grupos tenderam, portanto, a diagnosticar o que entendiam ser o despreparo do povo para a participação na vida política. Acreditava-se ser necessário aguardar e postergar, por meio de um lento desenvolvimento processual, o momento adequado no qual “a soberania do povo pudesse existir plenamente na nova nação em construção”⁷¹.

No que tange à perspectiva temporal, sublinham Pereira e Sena, não estava em questão a construção propriamente de um “futuro para o processo histórico”. Mas, na visão dessas elites políticas, pautava-se de forma lenta e melancólica uma compreensão sobre o destino nacional, cuja dependência da monarquia era imprescindível.⁷² “Os eternos diagnósticos sobre o estado ou grau inicial de civilização encerravam-se em si mesmos, pois parecia ainda impossível vislumbrar a constituição de um novo povo cidadão absolutamente apto à vida política moderna”⁷³.

Não por acaso, nas regências, expressava-se o confronto entre duas vertentes semânticas referentes ao conceito de povo. Como mostram as pesquisas de Luisa Pereira, de um lado, estaria a noção de povo essencialmente político e abstrato e, do outro lado, o povo como portador de estruturas sociais e culturais possíveis de serem empiricamente identificadas. Os discursos dos liberais moderados e dos conservadores evocavam as noções do povo brasileiro como pacífico e ordeiro, caracterizado mais por “seus dotes e características históricas, culturais e sociológicas do que por sua capacidade como agente político e revolucionário”⁷⁴. Essa compreensão de povo era disputada mediante as revoltas e sedições e pela população mais pobre que mobilizavam um conceito mais revolucionário, abstrato, mas que, ao ser usado pelas elites, também mantinham um papel restritivo. Após a abdicação de d. Pedro I, os liberais moderados que assumiram a administração do Império passaram a evocar o povo como ordeiro, pacífico e disciplinado ao passo que associavam o conceito revolucionário à facção e à insubordinação. A “soberania do povo” não significava a participação política irrestrita da população, pois a política real não poderia se determinar por fundamentos teóricos, “mas na análise acurada das circunstâncias do tempo, capaz de apontar o estágio de civilização do povo”⁷⁵. Tratava-se de um esforço de análise chamado “realista” que procurava legitimar o projeto político monárquico e centralizador – “enquanto o povo

⁷¹ *Idem*, p. 272.

⁷² Sobre a experiência melancólica da construção do Estado e nação brasileira ver: RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

⁷³ PEREIRA, Luísa Rauter; SENA, Hebert Faria. A historicidade do político... *Op. Cit.*, 2016, p. 272.

⁷⁴ PEREIRA, Luísa Rauter. O conceito político de povo no período regencial brasileiro: revolução e historicização da linguagem política (1831-1840). *Revista de historia social y de las mentalidades*, v. 15, 2011, p. 97.

⁷⁵ PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil. Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 312.

estivesse seguindo lento e gradual processo de civilização, cabia à Coroa auxiliada pelas elites ocupar-se dos negócios políticos”⁷⁶.

É com base no contexto acima que a leitura do *Bosquejo*, de Abreu e Lima, é realizada, procurando identificar as implicações da obra na construção social da temporalidade moderna. Mas é importante mencionar que, se tomarmos a leitura da obra do ponto de vista essencialmente político, procurando defini-la como monarquista ou republicana, por exemplo, ou caramuru ou liberal, chegaríamos à conclusão de que o *Bosquejo* atuou como uma tentativa de conciliação, procurando evitar conflitos de todas as ordens, especialmente aqueles que entrariam em choque com os interesses dos herdeiros coloniais. Nessa perspectiva, a defesa da monarquia, ainda que sem entusiasmo, repercutiu necessariamente no seu fortalecimento. A obra seria apenas mais um exemplo da popularização de uma das respostas de certo conservadorismo no Brasil quando algum prejuízo para as elites se apresenta: evocação e defesa da ordem, que foi, no contexto particular das Regências, uma voz decisiva a chamar pelo Regresso.

Não se procura negar a relação da obra com determinadas linguagens conservadoras que se tornaram tópicos recorrentes na experiência monárquica e também na republicana. Mas eu gostaria de acrescentar que, se for levado em consideração a dimensão historiográfica do livro, elementos mais complexos aparecem. Destaco que, ao usar o termo historiográfico, não me refiro apenas aos protocolos formais que fundamentam a escrita da história, mas, sobretudo, às preocupações com os enraizamentos das próprias formas de conhecimento do passado e ao imaginário desse conhecimento no tempo histórico – sendo que ambos, o conhecimento e o imaginário, não podem ser completamente racionalizados por categorias analíticas como conservadores, liberais ou progressistas. Mesmo atuando como categorias fundamentais para interpretação histórica, elas incidem no risco de algum enrijecimento da abordagem. Sobre esse aspecto, minha expectativa é permitir identificar, por meio da análise a seguir, que a defesa da monarquia realizada por Abreu e Lima é menos importante do que a percepção das diferentes vivências das linguagens e tradições políticas que atravessam a modernidade brasileira.

Desse modo, dedicamos atenção à temporalização presente na narrativa – as apreensões do passado bem como a preocupação e as dificuldades em dar forma ao futuro – por meio da análise de algumas disputas conceituais presentes no texto do general, como reforma *versus* revolução, utopia e progresso *versus* realidade prática, Europa *versus* América. Com essa análise, visualiza-se uma disputa para interpretação da história do Brasil relacionada ao desejo

⁷⁶ *Idem.*

por um ritmo histórico menos acelerado e que exigia mais atenção ao “espaço de experiência” americano e menos às teorias europeias. Há, ainda, a presença de uma linguagem antilusitana que incorporou críticas à colonização e à escravidão e que esteve presente em toda atuação intelectual de Abreu e Lima, não apenas no *Bosquejo*, e continuaram fundamentais em suas posições mais “progressistas” manifestadas em sua atuação na Praieira, por exemplo, tema abordado no capítulo três. Na década de 1830, tal linguagem tensionava com o projeto civilizatório europeu de modo amplo, mas em sentido antagônico à Linguagem da Regeneração, que, na década de 1820, considerava o território americano como o futuro da civilização.⁷⁷ Está presente no texto de Abreu e Lima uma dúvida a respeito do futuro da América. Ainda neste capítulo abordaremos a participação do general no debate sobre a literatura brasileira, primeiro espaço de elaboração de interpretações mais amplas sobre a identidade nacional.

Entre a reforma e a revolução

O projeto de Antônio Ferreira França apresentava uma “reforma” para o sistema monárquico vigente. Em linhas gerais, foi defendido: 1) que o governo do Brasil deixasse de ser patrimônio de uma família; 2) que o imperador e suas irmãs cedessem seus privilégios em troca do financiamento para concluírem seus estudos e fixarem seu estabelecimento; 3) que o Brasil fosse governado por um chefe eleito a cada dois anos no dia 7 de setembro. Tratava-se, ao fim, de uma proposta republicana. A resposta de Abreu e Lima ao projeto girou em torno do argumento de que o país não era posse da família real, pois, desde a Revolução Francesa, os governos monárquicos se comportariam atentos às demandas do povo. Como o poder era exercido pelos Ministros de Estado, a família real teria por função apenas produzir estabilidade política à nação. Ele também alegou que a proposta de “expulsão” da família real deveria ser submetida à decisão do povo, pois a ausência dessa reivindicação por meio de uma demanda popular significaria a quebra arbitrária dos pactos sociais.

⁷⁷ No contexto da Independência, Valdeci Araujo identificou a proeminência de uma linguagem da regeneração que emergiu com o sentimento de esgotamento da história europeia. A partir dessa experiência, o Brasil passou a ser visto, em especial pelos letrados brasílicos, mas não só por eles, como a possibilidade de um novo começo para Portugal. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, em especial o capítulo 2.

Ver também sobre o tema: MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, capítulos 1 e 2.

Retomando algumas linguagens que emergiram junto à experiência da Revolução Francesa,⁷⁸ o general estabeleceu uma disputa em torno dos conceitos de “revolução” e “reforma” procurando vetar a proposta de França: “Porém não, não é uma reforma simplesmente a que se propõe [o projeto de França], é uma mudança, um transtorno de *princípios*, é tudo quanto pode constituir um povo em revolução, e é a isto que se dá o nome de reforma?”⁷⁹. A disputa conceitual da experiência revolucionária foi uma tópica recorrente nas Regências. Como esclareceu Marco Morel, a Abdicação de d. Pedro, também chamada Revolução de Sete de Abril, foi interpretada, de forma generalizante, de três formas. Havia aqueles, os caramurus, que negavam o caráter revolucionário da Abdicação com base na defesa da Constituição sem que nada fosse alterado.⁸⁰ Os moderados, que, “apesar dos esboços de uma memória de ruptura revolucionária que eles tentaram criar para o Brasil em alguns momentos, como 1831”, entendiam que deveriam completar e encerrar a Revolução “sem jamais terem participado de uma. Em outras palavras: aspiravam ao fim de um processo revolucionário que jamais deveria existir”⁸¹. Não por acaso foram fundamentais à articulação do Regresso. Na ponta oposta aos moderadores e caramurus, estavam os exaltados que desejavam continuar a revolução através de um “hibridismo entre referências tradicionais e modernas”⁸².

Abreu e Lima e o deputado França estavam em polos opostos no que tange ao entendimento em torno da experiência revolucionária. No *Bosquejo*, o general argumentou que o termo “reforma” deveria ser utilizado para referir às modificações pontuais na Constituição. Nesse sentido, França, ao sugerir a mudança de um sistema político por outro, não pretendia uma “reforma” apenas, pois estaria em jogo uma alteração mais radical das estruturas sociais. O conceito de revolução, por sua vez, segundo Abreu e Lima, mobilizava dois pressupostos. Primeiro, a revolução como condição necessária à destruição de uma determinada tradição para a edificação de uma nova. Segundo, a experiência revolucionária não estaria destituída de algum grau de violência, pois o novo não poderia emergir sem a negação das forças históricas sedimentadas. O conceito de revolução usado pelo general, portanto, refere-se à instauração de novas estruturas históricas associadas à violência.

⁷⁸ Sobre o conceito de revolução na modernidade, ver: KOSELLECK, Reinhart. *Revolución como concepto y como metáfora. Sobre la semántica de una palabra en un tiempo enfática. In.: Historia de Conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social.* Madrid: Editorial Trotta, 2012, p.161-170; _____. *Critérios históricos do conceito moderno de Revolução. In.: Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006, p. 61-77.

⁷⁹ ABREU E LIMA. *Op. Cit.* 1835, p. 21.

⁸⁰ MOREL, Marco. *O período das regências... Op. Cit.* 2003, p. 24.

⁸¹ *Idem*, p. 21.

⁸² *Idem*, p. 24.

Abreu e Lima argumentou que a proposta de França ao sugerir o republicanismo para o Brasil importaria uma mudança no sistema sociopolítico e evocaria “uma subversão da ordem”, “uma revolução de princípios”.⁸³ Tratava-se de uma proposta revolucionária que importaria uma alteração de práticas e horizontes que organizavam uma determinada realidade histórica. Uma questão sobre a qual insistia Abreu e Lima neste contexto era: “Como pretende o Deputado França que o Brasil amanheça uma Monarquia, e anoiteça uma República democrática com um Chefe eletivo e de curta duração?”⁸⁴. Com essa pergunta, Abreu e Lima direcionava uma leitura sobre as condições de possibilidade do projeto de França.

Um dos problemas centrais da proposta do deputado, segundo o letrado pernambucano, era estar baseada em um determinismo teórico e não em uma demanda concreta da realidade. A instituição “repentina” da República no Brasil, em um contexto no qual não estava assegurada a integração nacional e a abolição, faria emergir o caráter mais violento da revolução. O que estaria em jogo, na interpretação de Abreu e Lima sobre o projeto, seria uma suposta inadequação da narrativa republicana ao tempo acelerado das Regências e às condições estruturais do país recém-independente. A proposta também incentivaria o aumento da violência porque previa a antecipação de um destino histórico ainda não preparado para se sedimentar.

Em contextos anteriores à escrita do *Bosquejo*, ao se referir, por exemplo, à Revolução de 1817 ou à Independência dos países americanos, o conceito de revolução assumiu conotação necessária e positiva para Abreu e Lima. No *Correo del Orinoco*, no qual contribuiu com a redação no começo de suas atividades com Bolívar, ele escreveu – “Pelas revoluções é que o homem tem podido se libertar de todas as tiranias em todas as partes e em todos os tempos”. E também: “Não há uma só reforma de primeira ordem que não tenha sido obra das revoluções”⁸⁵. Nesse contexto, a revolução foi assimilada como o catalizador de rupturas estruturais – e foi tomada em termos positivos como uma necessidade histórica.⁸⁶ Na Regência, a revolução como

⁸³ “Nunca se viu passar repentinamente de uma forma de governo para outra sem uma forte reação, sem sublevação da ordem existente, sem um transtorno da moral, sem uma revolução de princípios; ultimamente sem destruir para edificar de novo.” ABREU E LIMA. *Op. cit.* 1835, p. 17.

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ ABREU E LIMA *Apud* MAZIN, Angelo Diogo. STEDILE, Miguel Henrique. *Abreu e Lima: general das massas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 32.

⁸⁶ Como apresentam os estudos de João Paulo Pimenta sobre a relação entre a Independência do Brasil e sua interpretação como processo revolucionário, vale destacar que, embora tenham ocorrido disputas sobre a questão, pode-se dizer que, de modo geral, ela assumiu contornos interpretativos de uma “revolução conservadora”, isto é, “as colônias americanas deveriam necessariamente se emancipar das metrópoles europeias, assim como um filho maduro se emancipa da mãe que o criou” (PIMENTA 2009, p. 57). Contudo, a continuidade com os laços dinásticos do antigo Império Português “ofereceu à historiografia um dos principais subsídios definidores do processo de Independência como *conservador*, sem solavancos, pouco significativo e, muitas vezes, ‘não-revolucionário’; no entanto, nas primeiras décadas do século XIX, o monarquismo pôde ser considerado como

índice de uma ruptura radical não foi relativizada pelo general, mas houve uma desconfiança a respeito de sua adequação àquela conjuntura. O republicanismo como expressão de uma experiência revolucionária estaria em dissonância com o tempo histórico do Brasil na década de 1830. Como sublinharam Lúcia Bastos das Neves e Guilherme Pereira das Neves, embora o entusiasmo com o Sete de Abril de 1831 tenha feito com que o conceito de revolução começasse a ser discutido, “derivado de Montesquieu e entendido como modificação da estrutura política, o sentido moderno de uma ruptura profunda, embora conhecido, permaneceu inaceitável para as elites políticas e intelectuais até 1870”⁸⁷.

O progresso como entretenimento, a república como utopia

O letrado pernambucano associava a instabilidade e a violência que preenchiam as Regências à admissão de “utopias como realidades práticas”. O projeto de França (bem como as propostas mais críticas à estrutura monárquica), inspirado por teorias políticas destoantes da realidade nacional, aproximava do país a “execração da posteridade e as maldições da presente geração”⁸⁸. No argumento apresentado no *Bosquejo*, o conceito de utopia assumiu um tom negativo, como referência àquelas expectativas impossíveis de se materializar. A história do Brasil, na narrativa do general, seria determinada por contradições e tensões intensas e praticamente indissolúveis, que não poderiam se resolver mediante princípios teóricos. Seriam três as tensões básicas da história nacional que inviabilizariam a experiência republicana: 1) a escravidão que cimentou um “ódio” profundo entre as “classes”; 2) a ideia “vaga e soberba” da superioridade do país em razão de seu território; 3) a limitação intelectual dos brasileiros.

Sobre o primeiro empecilho, a escravidão seria a maior dificuldade estrutural a ser superada e o projeto de França não enfrentaria esse problema, pois, segundo Abreu e Lima, ele insistia na defesa do direito à liberdade política, mas, que diante de uma população em sua maioria escrava, estaria ignorando o direito civil. No contexto da Independência, as práticas sociais em torno do direito político e da liberdade foram circunscritas “frente à dominação metropolitana; mas não fora capaz de gerar uma unidade, [...], constituída por indivíduos livres

condição própria da ‘gloriosa revolução do Brasil, isto é, seu emblema nobilitador. Revolução se tornava um conceito indicativo de profundas transformações, mas dentro de limites considerados ‘adequados’ por alguns grupos políticos” (*Idem*, p. 58). PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *In.: História da Historiografia*, Ouro Preto, número 3 – setembro, p. 53-82, 2009.

⁸⁷ NESVES, Lúcia Bastos & NEVES, Guilherme. Revolução. *In.:* FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 394.

⁸⁸ ABREU E LIMA. *Op. cit.* 1835, p. 60.

e iguais perante a lei e partícipes de uma mesma comunidade imaginada”⁸⁹. Foram combinados elementos de cunho social, racial e cultural de modo que a liberdade não tornou contraditória a posse do escravo pelo seu senhor. A liberdade política no Brasil “repelia a igualdade, deixando-se guiar por um sentimento aristocrático que se apresentava como uma espécie de gramática para todos aqueles que reproduziam, a cada instante, as hierarquias e as práticas hierarquizantes que definiam a sociedade”⁹⁰.

Se, por um lado, os debates em torno da definição da liberdade endossaram discursos pela Independência, associando liberdade à autonomia da nação, das províncias e dos homens brancos, por outro, eles produziram um fenômeno no qual escravidão e liberdade não eram uma contradição. Contudo, essa prática não significou a ausência de debates que a negavam. Nos anos 1820, já estava disponível uma compreensão de liberdade associada a um “constitucionalismo popular” que pressupunha a igualdade de participação como “patriota”. Nessa linguagem, a liberdade significava o direito a “atos e conquistas obtidas ou desejadas no cotidiano”⁹¹. Esse argumento reivindicava a autonomia para os escravos e homens livres pobres e uma compreensão de cidadania que não se restringia à participação na vida política, mas incorporava a inclusão na vida social.⁹² Após a Abdicação, as discussões em torno dos direitos civis e dos direitos políticos se acentuaram.⁹³ Abreu e Lima lançou mão desse debate ao criticar o projeto de França. O autor do *Bosquejo* argumentou que uma República precisaria envolver radicalmente a definição do que organizaria os direitos fundamentais à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei. Nesse aspecto, Abreu e Lima negou a conciliação entre escravidão e liberdade. O general insistiu na pergunta: como promover uma República em um país majoritariamente escravo?

Querer que o coração do escravo não sinta o injusto do cativo e que seus olhos não vejam a diferença que existe entre seres da mesma espécie [...] é na verdade o cúmulo do delírio. [...] Eles [os escravos] o *sabem* e o *sentem* mais que nós; [...] eles experimentam todo o peso dessas verdades [...] e quando nos empenhamos em demonstrá-las [...] para fazer sentir o quão contraditório é em moral o *belo ideal* da liberdade política sem a liberdade civil.⁹⁴

⁸⁹ MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In.: *Almanack Braziliense*, número 1, 2005, p. 21.

⁹⁰ *Idem*, p. 22.

⁹¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico* e *O Tribuno do Povo*. In.: LESSA, Mônica & FONSECA, Silvia Clara P.B. (org). *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008, p. 40.

⁹² *Idem*.

⁹³ Sobre a discussão entre direitos civis e políticos no Primeiro Reinado e Regências, ver: SENA, Hebert Faria. *História e temporalidade no debate político brasileiro sobre representação e cidadania* (1823-1842). Dissertação de Mestrado (História). UFOP, 2017. Consultar, especialmente, capítulos 1 e 2.

⁹⁴ ABREU E LIMA. *Op. Cit.*, 1835, p. 53.

Abreu e Lima revelava a contradição expressa na convivência da defesa da liberdade como direito universal e o direito à propriedade. A injustiça da escravidão era sentida e comprovada no corpo e no coração dos escravos e essa injustiça não poderia ser obscurecida pelos “belos ideais” evocados pelas nações “civilizadas”. O letrado insistia que a Europa era a responsável por ter legado um sistema no qual excluía outros “seres da mesma espécie” dos direitos universais. Nesse contexto, o argumento dele em relação à escravidão não é propriamente historicista (evita-se aqui a submissão do problema ao contexto) – ela era injusta em seu fundamento e, por isso, suas consequências eram pouco negociáveis. Sem o desejo autêntico da elite brasileira de romper com o domínio escravagista não se poderia esperar a construção de uma República legítima.

Entre os pactos estabelecidos na Independência, estava previsto a continuidade da escravidão. Como observou Ilmar Mattos, um dos processos de construção do Estado Nacional, orquestrado por parte significativa da elite política, levava à frente uma herança colonial – o compromisso com a consolidação de um Império forjado no próprio território brasileiro. Essa escolha envolveu “a opção pela convivência da nação brasileira, que estava sendo forjada, com outras ‘nações’ no interior do mesmo território unificado e contíguo”⁹⁵. A “convivência” entre essas diferentes “nações” – proprietários de escravos, escravos, indígenas, libertos, baixo povo... – foi posta em marcha ressaltando as noções de ordem e hierarquia, instituindo uma ideia de liberdade que não era contraditória à manutenção da escravidão e à forte hierarquização social como visto acima. Entre os predicados dessa herança, destacou-se a presença de uma linguagem antiabolicionista e antirrepublicana herdeira do pensamento ilustrado português. Autores, como Azeredo Coutinho e Silva Lisboa ligados à economia política, ao proporem “medidas conciliatórias, as quais seriam capazes de preservar a ordem, os direitos dos proprietários, assim como conter ocasionais excessos no trato dos escravos” teriam tido mais sucesso na vulgarização de uma linguagem antiabolicionista quando comparada à defendida pela figura de José Bonifácio, por exemplo, que ressaltava a importância da abolição gradual do tráfico.⁹⁶

A crise que levou à Abdicação do imperador, além de problemas socioeconômicos e étnicos, também esteve relacionada ao debate intelectual e parlamentar sobre o futuro da escravidão. Algumas medidas que vinham sendo tomadas por d. Pedro I e seus ministérios foram interpretadas como colocando em dúvida a permanência do escravo enquanto

⁹⁵ MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros... *Op. Cit.*, 2005, p. 80.

⁹⁶ SILVA, André Drumond Mello. *Sem Rei e sem escravos*. O republicanismo e as linguagens políticas do abolicionismo no Brasil. Tese de Doutorado. UFMG. Belo Horizonte, 2015, p. 112.

propriedade, por exemplo, ao assinar com a Inglaterra tratados que acenavam para a abolição gradual da escravidão. Esse fora um dos motivos estruturais para que parte significativa da elite imperial tenha retirado o apoio a d. Pedro I. A parte da elite crítica aos tratados argumentou que a interrupção rápida do tráfico colocaria em risco os interesses nacionais, infamava a dignidade do país e alocaria em perigo a Independência.⁹⁷

Para Abreu e Lima, uma das razões que evidenciaria que a elite não estaria interessada na abolição (ou não poderia estar) era a inexistência de mão de obra. A instituição da liberdade civil no território nacional significaria um ataque direto ao egoísmo e à exploração do trabalho, dos quais os donos da propriedade não estariam dispostos a abrir mão. O Brasil, desse modo, estaria fadado à hipocrisia e à contradição ao propor a ampliação da liberdade política por meio da República sem a imediata instituição dos direitos civis mediante a emancipação da escravidão. Tendo o país se fundado “sobre base tão incerta de direito e justiça”, não poderia, sem temor, “invocar em seu auxílio as teorias de outros Povos mais felizes”, uma vez que os brasileiros “resistem a todos os meios legais para destruir o flagelo da escravidão”⁹⁸. O que Abreu e Lima não mencionou, contudo, é que o deputado França já havia apresentado projetos abolicionistas, e que antes dele outros, como José Bonifácio. Há, no argumento de Abreu e Lima, portanto, a repercussão de um pessimismo no qual parte significativa da elite não estaria efetivamente disposta a ouvir os projetos abolicionistas como possíveis. Entre essa elite, nesse momento, estava o próprio Abreu e Lima.

Segundo o general, a escravidão teria construído um país determinado pelo “ódio de classes” e o partido em dois grandes grupos: homens livres e escravos. O primeiro grupo era ainda subdividido em cinco grandes “famílias” sem nenhuma afinidade entre si: africano e afro-brasileiros livres, mulatos livres, brancos natos, brancos adotivos e os indígenas – esta última “família” também longe de qualquer homogeneidade. A partir dessa compreensão, Abreu e Lima alegou que, para provar o ódio sedimentado entre as classes no Brasil, bastaria colocar “a mão na sua consciência e consult[ar] os sentimentos de seu próprio coração”⁹⁹. Nesses termos, a República seria inoperável em um território constituído por homens que se odeiam. Como garantir a igualdade entre as classes em um sistema organizado pela assimetria de poder? Caso fosse sugerida a República estadunidense como modelo (argumento recorrente à época),

⁹⁷ Sobre os tratados antitráfico de 19 de julho de 1926 e 2 de julho de 1927, consultar: PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Op. Cit., 2009, especialmente capítulo 1.

⁹⁸ ABREU E LIMA. Op. Cit. 1835, p. 54.

⁹⁹ *Idem*, p. 56.

Abreu e Lima defendeu que os Estados Unidos não poderia ser um exemplo, pois não teriam o interesse em restituir aos afro-americanos os direitos civis.¹⁰⁰

Outro problema que tornava inviável a experiência republicana no Brasil, segundo o general, era a ideia propagada por parte significativa da elite intelectual e política de que o território, clima e recursos naturais do país seriam superiores aos demais e suficientes para assegurar a grandeza necessária a uma nação independente. Abreu e Lima rigorosamente criticou esse argumento – de nada valeria uma exuberante natureza, um grande território e sua excelente posição no globo. Um país não se consolidaria apenas por possuir esses atributos, mas pelo uso que se faria deles. Ao comparar o Brasil com a Europa, ressaltou que muito embora, na maior parte dos países europeus, não havia riquezas naturais semelhantes às brasileiras, eram infinitamente superiores pela expansão do comércio e da indústria. Ao “presunçoso orgulho” brasileiro associado à exuberância natural de sua terra, Abreu e Lima destacou a insuficiência da natureza e o estado de infância nacional – “Ainda hoje comemos o pão que nos vende o Estrangeiro; em meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa”¹⁰¹.

Posteriormente, explicitarei a terceira contradição da história do Brasil – o desenvolvimento de sua inteligência e sua relação com a herança lusa. Por ora, destaco apenas que na narrativa do autor está presente a compreensão de que um país “mediano” no que tange às suas condições materiais e à sua capacidade intelectual, estaria fadado ao sistema político “mediano” herdado dos seus progenitores, pois ele acompanharia o nível de civilização construído até então – “Nossa sociedade tem tantas desvantagens que nos colocam em uma posição inferior àquela em que se achavam todos os nossos vizinhos [ilegível] visto que não guardamos a menor proporção *entre as nossas respectivas capacidades*”¹⁰². O argumento do general converge para defender a monarquia como uma necessidade do Brasil naquela conjuntura. Mas a defesa da monarquia enquanto o modelo de governo não significava a negação dos princípios republicanos.

É importante observar que, na década de 1830, a intensificação das inspirações rousseunianas de República não eram propriamente conflitantes com o governo monárquico:

A República seria o corpo político a que todos deveriam aderir para sair do estado natural. Seria o lugar da liberdade civil e moral e da igualdade também moral, porque limitada pela convenção e pelo direito. Para dirigir o corpo político (República), tanto faria a forma de

¹⁰⁰ *Idem*, p. 57.

¹⁰¹ *Idem*, p. 59.

¹⁰² *Idem*, p. 61.

governo. O fundamental era que o governo fosse legítimo, isto é, baseado no contrato social, no cumprimento das leis; caso contrário, o governante seria usurpador e o governo poderia assumir formas degenerativas. Partindo dessas concepções, no início da década de 1830 era admissível chamar d. Pedro I de déspota e tirano sem recusar a monarquia como forma de governo.¹⁰³

O projeto de França, ao sugerir que o Brasil pertenceria à família real, ofendia, segundo Abreu e Lima, a independência e a autonomia conquistadas pelos novos pactos sociais remanescentes da Revolução Francesa – “A Independência e soberania de um Povo, são objetos de tanta magnitude, que a ideia somente de que possa ter um amo [pertencer a uma família]; ofende o seu próprio decoro”¹⁰⁴. O que está posto no *Bosquejo* é que os ideais republicanos no Brasil não conseguiriam se expandir e se sedimentar por meio de uma República. Esse sistema permitiria a evidência dos interesses diversos entre os grupos políticos e sociais e, com isso, ele poderia levar à fragmentação do território nacional. A monarquia constitucional, em seu compromisso com a ordem, seria mais adequada para garantir no Brasil as bases do espírito republicano. Para reforçar essa parte de seu argumento, o general associou a República à utopia. Antes de dar continuidade a esse aspecto na narrativa do letrado pernambucano, a seção seguinte será dedicada a um rápido esboço do conceito de utopia na modernidade a partir das contribuições de Reinhart Koselleck.

*

Os estudos de Reinhart Koselleck mostraram que a modernidade pode ser explicada como um processo de “temporalização da utopia”. Isso significa que foi atribuído ao futuro o lugar no qual as aporias e frustrações coletivas seriam diluídas.¹⁰⁵ Até a metade do século XVIII, as experiências utópicas eram majoritariamente espaciais, bem como seu modo de representação. Nesse contexto, uma ideia não poderia ser utópica. A utopia fazia referência a um lugar – um território reuniria as expectativas de uma vida perfeita. Geralmente, esses espaços eram projetados para regiões desconhecidas e exóticas do globo, como às Américas depois dos “descobrimientos”. Após o mapeamento de quase todo o globo e o fim das expectativas de “alcance” de novas terras, contudo, houve um deslocamento na projeção das utopias. Em um primeiro momento, as narrativas utópicas imaginaram a vida ideal fora do planeta Terra, como em Marte ou na Lua, mantendo ainda a associação da utopia à dependência

¹⁰³ RIBEIRO, G. Sabina. *Nação e cidadania... Op Cit.*, 2008, p. 43.

¹⁰⁴ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.* 1835, p. 32.

¹⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia conceptual de la utopia temporal. In.: *Historia de Conceptos. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta, 2012, p. 171-187; _____. A temporalização da utopia. In.: *Estrados de tempo. Estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014a, p. 121 – 138.

territorial. Nesse momento, o conceito de utopia estava relacionado ao cumprimento de expectativas literárias, tendo claramente o caráter de algo irrealizável.

Em um segundo momento, a partir de meados do século XVIII, esse processo se radicalizou e as narrativas utópicas se dissociaram de um espaço em particular. Elas passaram a ser projetadas no futuro. Acreditava-se que o “horizonte de expectativas” iria oferecer a compensação das misérias sociais, políticas, morais, culturais... As utopias foram inseridas diretamente nos ideais dos filósofos iluministas e visavam cumprir a expectativa de “realização” de propostas intelectuais e políticas antes nunca imaginadas como possíveis.¹⁰⁶ O deslocamento das utopias para o futuro, para este “não lugar”, levou a projeções empenhadas de espaços perfeitos, ainda que o acesso a eles fosse quimérico. Nesse aspecto, como ressaltou Michel Foucault, as utopias atuaram como uma espécie de consolo diante dos desafios que o homem moderno encontrou para a construção da sociedade que emergia postergando ao futuro a solução das contradições.¹⁰⁷

Esse deslocamento do conceito de utopia para a vida política e social acompanhou o chamado processo de secularização, no qual a promessa do paraíso cristão passou a ser esperado e buscado na vida terrena e não mais após a morte ou no dia do Juízo. Junto à irrupção de uma temporalidade interpretada como linear e progressiva, a passagem do tempo realizaria a concretização dos postulados morais adequados a um mundo perfeito. Acreditava-se que o homem estava destinado a progredir e que as condições ideais para seu futuro estariam previamente dadas, cabendo aos homens decifrá-los e, quando possível, acelerar os princípios próprios ao progresso. Nesse contexto, o conceito de utopia passou a associar-se às expectativas que eram desenhadas como caminhos para esse futuro ideal: o liberalismo, o socialismo, a anarquia, as propostas dos reformadores modernos como Fourier, Saint Simon... O conceito de utopia adquiriu, portanto, um caráter político que fazia referência à sua capacidade de execução, e não propriamente apenas ao seu caráter “irrealizável”. Nas palavras de Koselleck, utopia “se converteu em um conceito de posicionamento político com uma pretensão de caráter universal do qual pode participar qualquer um que mire o futuro”¹⁰⁸. O exercício de lançar-se

¹⁰⁶ *Idem.*

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.8.

¹⁰⁸ Tradução livre: “[...] se convierte en un concepto de posicionamiento político con una pretensión de carácter universal de la que puede participar cualquiera que mire al futuro”. KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia conceptual de la utopia temporal. *Op. Cit.*, 2012, p. 178-179.

ao futuro, portanto, “arrastou como um redemoinho as pessoas que se viram obrigadas a pensar e atuar também programaticamente”¹⁰⁹.

A modernidade destacou-se pela produção de “futuros utópicos”: a capacidade de projeção de futuros distantes das realidades disponíveis até então. Nesse processo, era central um desejo de ultrapassar a experiência. Contudo, esse desejo e essa prática se confrontavam com as frustrações, retrações e constantes reelaborações impostas pela própria experiência, resultando em distintas expectativas. Por essa razão, a modernidade constitui também uma experiência ambivalente e tensa, na qual a disponibilidade para o futuro conduzia e convivia com a experiência angustiante de vê-lo não chegar, de estar condenado ao horizonte ou acontecer distinto do que previsto. Por essa razão, o conceito de utopia também assumiu um caráter negativo frequentemente usado para se referir aos inimigos políticos (capitalistas *versus* socialistas e vice-versa) – o conceito era mobilizado para acusar de impossíveis aquelas propostas demasiadamente distantes do que se compreendia por realidade.¹¹⁰

*

Retornemos a Abreu e Lima. Ele classificou o projeto de França como utópico porque ressoaria a ausência de uma atenção à realidade do Brasil. Os ímpetos da nação, seus projetos e sistemas políticos deveriam acompanhar, nas palavras do general, sua “realidade prática”. Um povo que teria herdado uma lenta capacidade de desenvolvimento intelectual em razão da colonização e da escravidão precisaria ser prudente ao promover revoluções e transformações políticas e sociais. Essas mudanças deveriam ocorrer no mesmo ritmo da inteligência do povo: “as revoluções políticas devem fazer-se por gradações, seus efeitos são mais salutares e duradouros quando são calculados pelo estado em que se acha o povo...”¹¹¹. O letrado lançou mão desse argumento para justificar a razão pela qual o Brasil tinha como governo uma Monarquia Constitucional ao passo que os Estados Unidos e, especialmente, as ex-colônias espanholas se organizavam por Repúblicas. Essa diferença dava-se em função das assimetrias dos ritmos de progresso determinados historicamente. Embora estivesse posto no horizonte que o progresso era uma realidade para todos os povos, seu estado dependeria dos elementos civilizacionais conquistados anteriormente. Como exemplo, nas ex-colônias espanholas, a presença de universidades desde o começo da empresa colonial teria dado a esses povos condições mais concretas para a aceleração e desenvolvimento de sua inteligência.

¹⁰⁹ Tradução livre: “arrastró como un remolino a las personas, que se vieron obligadas a pensar y actuar también programáticamente”. KOSELLECK, Reinhart. Sobre la historia conceptual de la utopia temporal. *Op. Cit.*, 2012, p. 178-179.

¹¹⁰ *Idem*, p. 186.

¹¹¹ ABREU E LIMA. *Op. Cit.* 1835, p. 60.

A narrativa de Abreu e Lima solicitava aos brasileiros que enxergassem e admitissem o seu estágio mediano no processo universal de civilização. O destino político do Brasil precisaria ser planejado próximo à preservação da estabilidade através da resolução gradual de suas contradições. A instauração de uma república faria emergir mais violentamente essas contradições sob as quais o país se edificou, impossibilitando o enfrentamento ordeiro delas. Essa interpretação foi defendida no momento em que o autor já havia vivenciado as frustrações da Revolução de 1817, do sonho da Grã-Colômbia, mas, sobretudo, temia a conjuntura de instabilidade própria ao período regencial. Por isso, resistia à interpretação do desenvolvimento progressivo e positivo do Brasil a partir de uma república; embora esse modelo fosse adequado às ex-colônias espanholas, projeto pelo qual lutou ao lado de Bolívar: “Devemos convencer-nos que os planos perfeitos não convêm ao nosso estado de imperfeição” e sublinhou que “a preconizada *perfectibilidade* das coisas humanas não é mais do que *entretenimento* para aqueles que tem pouco *conhecimento prático do mundo*”¹¹².

A partir dessa leitura do *Bosquejo* é possível identificar uma relação com a temporalidade moderna na qual uma determinada desconfiança em relação ao futuro se impôs. Essa desconfiança viria de uma atenção radical à história do Brasil, no que tange, especialmente, à escravidão e à colonização e também foi potencializada pelo medo da instauração da “desordem” e da violência. A modernidade significou a descoberta do caráter não unificado e estático do tempo, isto é, a permanente disponibilidade e sujeição do homem à mudança. A emergência de repertórios sociais e políticos novos levou os sujeitos a uma preocupação e empenho maior em relação àquilo que o futuro poderia ser. Contudo, isso não significou que a modernidade, embora mais afastada do passado enquanto fonte de exemplaridade e segurança, não tenha tido receio em relação a certo poder de determinação do “espaço de experiência” no futuro. Se, por um lado, não há dúvidas do caráter revolucionário dos tempos modernos – a permanente instauração do novo; por outro, não há dúvidas do poder de reação da tradição aos fenômenos que emergiram.¹¹³ A modernidade, sobretudo nas décadas de maior “aceleração do tempo”, como a década de 1830 no Brasil, foi determinada por uma tensão entre a abertura para demandas sociais e políticas novas e o receio do confronto desses horizontes com o passado já sedimentado.¹¹⁴ É diante dessa conjuntura que o conceito de utopia

¹¹² *Idem*, p. 84 – grifos meus.

¹¹³ Sobre a relação entre progresso e reação, ver: KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. *In.: Futuro Passado... Op. cit.*, 2006, p., 21-39; _____. “Progresso” y “decadencia”. Apéndice sobre la historia de dos conceptos. *In.: Historia de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012a, p. 95-112.

¹¹⁴ A aceleração do tempo, segundo Koselleck, é um fenômeno que corresponde à desnaturalização da experiência “pré-moderna” de tempo. Há diferentes possibilidades para abordá-la, como a partir da crise política, econômica

na narrativa apareceu como referência a uma experiência negativa. Trata-se de uma recusa ao consolo que a entrega ao futuro poderia oferecer.

Por essas razões, a crítica de Abreu e Lima recaiu também sobre certa noção de progresso. Embora não estivesse em questão negá-lo, ele colocava sob suspeita a ideia de que o progresso por si mesmo seria capaz de garantir a felicidade. Com isso, o autor procurou desconstruir a associação imediata entre progresso e república. A crença demasiadamente entusiasmada no progresso oferecia o risco do obscurecimento do “conhecimento prático do mundo”. O receio em relação à teoria não se justifica aqui pelo seu caráter irrealizável propriamente, mas Abreu e Lima pareceu temer a potência que a teoria poderia liberar na ação. O realismo do autor frente à determinada compreensão de progresso e de república apela para um senso de limite em relação às novas experiências modernas. Retomarei a seguir, rapidamente, alguns elementos biográficos do general para compreender melhor aquilo que constitui o seu “conhecimento prático do mundo” e como isso interferiu em suas expectativas direcionadas ao futuro do território americano.

Entre a Europa e a América: um abismo, um inferno

Após as principais batalhas que permitiram a independência às colônias espanholas na América, iniciou-se o processo de busca da autonomia nacional desses territórios que se organizaram em Repúblicas. Entre esses projetos, destacou-se a Grã-Colômbia – extinto país estabelecido em 1819, formado pela união da Venezuela e Nova Granada – à qual depois aderiram Panamá e Equador. Essa República existiu legalmente entre 1821 e 1831 e seu território integrava o que hoje corresponde aos atuais países da Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela e partes do que hoje é o Brasil, Peru e Nicarágua. O projeto de integração sul-americano idealizado por Francisco de Miranda encontrou em Bolívar seu sucessor e em Abreu

ou da aceleração resultante do progresso tecnológico-industrial. Em termos gerais, trata-se de um fenômeno moderno que remete a uma mudança na experiência, na sensação e na consciência do tempo. Na aceleração tudo muda mais rapidamente do que foi experimentado ou imaginado anteriormente. Os ritmos temporais se tornam curtos e constantemente interrompidos por novas experiências igualmente percebidas como inéditas. Esse tipo de aceleração incorporou uma experiência linear e progressiva da história, concebida como um movimento que se supera e se abre recorrentemente para o novo (o qual seria melhor que o anterior). Em resumo, a aceleração temporal da modernidade se refere à perda de familiaridade em relação às experiências anteriores, e houve a emergência continuada de novas expectativas que se constituem a partir dessas conjunturas que foram se diferenciando incessantemente do passado. KOSELLECK, Reinhart. “Is There an Acceleration of History”? In.: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William E. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. State College: Penn State University Press, 2009, p. 113-134.

e Lima um de seus maiores entusiastas. Em carta ao General Paez datada de 1868 já próximo ao final de sua vida, Abreu e Lima escreveu sobre a Grã-Colômbia:

Eu não tinha pátria, e fiz de Colômbia a minha pátria. Eu vi nascer Colômbia nas Queceras del Madio [...]. Também assisti à infância de Colômbia na Nova Granada. [...] Declaro que tenho orgulho de ter servido à Colômbia [...] que me desvanço de ter sido General na velha República de Colômbia. Tenho orgulho de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos da Nova Granada.¹¹⁵

O afeto de Abreu e Lima pela Grã-Colômbia foi registrado não apenas na carta ao general Paez, mas em suas obras e diário. Fugitivo e expatriado após a Revolução de 1817, sem expectativas de retornar ao Brasil, ele precisou construir para si uma pátria e viu no projeto de Bolívar essa oportunidade para a qual se doou. Mas a Grã-Colômbia, desde sua origem, foi marcada por diferenças políticas significativas entre os partidários do federalismo e do centralismo, bem como pelas demandas aristocráticas de cada região. Sua desintegração foi profundamente violenta. Nas tentativas de manter sua unidade, Bolívar de Libertador da América passou a receber o título de déspota.

Em 1828, o Libertador escreveu para Abreu e Lima em caráter de urgência solicitando que o general organizasse um dossiê sobre sua vida política para defendê-lo dos ataques de tirano que vinham, sobretudo da Europa na figura de Benjamin Constant. O texto seria enviado ao Abade de Pradt, que estaria defendendo Bolívar das acusações de Constant.¹¹⁶ Abreu e Lima assim o fez e, no mesmo ano, concluiu o *Resumen histórico de la última ditadura del libertador Simón Bolívar*. O livro abordou as batalhas a partir de 1826, destacando as dificuldades encontradas por Bolívar que levaram à fragmentação da Grã-Colômbia e ao consequente surgimento dos novos países. Abreu e Lima acusava as elites locais da impossibilidade de união da América e descreveu o contexto de terror que elas teriam produzido, no qual Bolívar teria feito tudo para evitar a partir de um compromisso profundamente republicano, o qual jamais teria traído.

Entre os vários documentos anexados pelo general a fim de comprovar que as acusações de tirania a Bolívar eram injustas, destaca-se uma carta do Libertador, datada de 6 de março de 1826, em resposta ao general José Antônio Paez. Diante da brutal violência que se instaurou na

¹¹⁵ ABREU E LIMA, José Inácio. Carta ao General Páez. 18/09/1868. In.: CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima general de Bolívar*. Op. Cit., 1983, p. 231.

¹¹⁶ Sobre as reflexões do Abade de Pradt a respeito das independências das colônias americanas, ver: PIMENTA, João Paulo G. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*. Nº11, p. 88-99, 2010; MEDEIROS, Bruno F. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Op. Cit., 2016, especialmente parte 1.

América Hispânica, o que levava a associação da conjuntura americana à experiência do terror da revolução Francesa, Paez teria sugerido a Bolívar que adotasse o sistema monárquico e que governasse tal como Napoleão. O Libertador, contudo, rejeitou essa proposta. Destaco alguns trechos da carta, necessários para melhor compreensão do eixo usado por Abreu e Lima para defesa de Bolívar:

[...] Eu não sou Napoleão, nem quero ser. Também não quero imitar César, menos ainda Iturbide. Tais exemplos me parecem indignos da minha glória. O título de Libertador é superior a todos aqueles que receberam orgulho humano. Portanto, é impossível degradá-lo. [...] As repúblicas que cercam a Colômbia, nunca foram um reino. [...] Direi francamente que este projeto não é do vosso interesse, nem do meu, nem do país. No entanto, acredito que no próximo período indicado para a reforma da Constituição, mudanças notáveis podem ser feitas em favor de bons princípios conservadores, e sem violar uma única regra republicana [...].¹¹⁷

Na carta, Bolívar ressaltou a distância histórica entre a França e a América e também sua diferença em relação a Napoleão. Este último, apesar de grande e singular, seria ambicioso, enquanto que Bolívar estaria satisfeito com o título de libertador. A monarquia, portanto, não era uma opção para Grã-Colômbia. A instabilidade se resolveria por uma reforma da Constituição que recuperaria princípios conservadores (ordeiros) sem o ataque às normas republicanas. Bolívar estaria disposto a enviar um projeto que conciliaria liberdade, igualdade e ordem desde que fosse colocado à disposição da opinião do povo.

Abreu e Lima defendeu Bolívar das acusações de tirania, ressaltando, portanto, o compromisso dele com o republicanismo, no qual a monarquia não se tornou uma opção nem nos momentos mais sangrentos. As acusações sofridas pelo Libertador vindas da Europa foram explicadas pela diferença radical entre os continentes e o desconhecimento daqueles que se dispunham a condenar Bolívar sem experiência do que se passava na América. Abreu e Lima insistia radicalmente que as críticas de Constant ao Libertador reivindicavam uma realidade que era impossível à América, fruto de uma assimetria das experiências europeias e americanas no que tange ao desenvolvimento da razão e das paixões. A conjuntura de guerra civil vivenciadas pela América foi associada por Abreu e Lima ao inferno. No trecho a seguir, está

¹¹⁷ Tradução livre: “[...] Yo no soy Napoleón, ni quiero serlo. Tampoco quiero imitar a César, menos aún a Iturbide. Tales ejemplos me parecen indignos de mi gloria. El título de Libertador es superior a todos los que ha recibido el orgullo humano. *Por tanto es imposible degradarlo.* [...] Las Repúblicas, las que rodean a Colombia, jamás han sido un Reino. [...] Diré a V. con toda franqueza, que *este proyecto no conviene ni a V., ni a mí, ni al país.* Sin embargo, creo que en el próximo período señalado para la reforma de la Constitución, se pueden hacer a ella notables mutaciones en favor de los buenos principios conservadores, y sin violar una sola de las reglas más republicanas [...]” ABREU E LIMA, José Inácio. *Resumen histórico de la última ditadura del Libertador Simón Bolívar – comprobada con documentos.* (1828). Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O norte”. 1922, p. 214-216.

presente uma descrição da situação da Venezuela seguida de um ressentimento do autor em relação à Europa, ao seu projeto civilizador e à intervenção de homens como Constant na política americana:

A Venezuela era um inferno, cheio de fúria, vomitando discórdia de cada uma de suas bocas. Você, que dos seus armários pesa o mundo na balança do seu quietismo; sim, você que está inchado com a civilização europeia: venha para as regiões ardentes do equador e para os países conquistados pela liberdade por um gênio que não pertence à era da nossa infância, e você notará a diferença entre os cabelos grisalhos do velho mundo e o cabelo da puberdade americana. Venha, e você verá o infinito na cadeia de nossas paixões desenfreadas; você verá a natureza lutando com a razão para expulsá-la de seu seio, e os turbilhões de Descartes representados vividamente pela multidão de nossos vícios e necessidades. Ah! Como parar o braço que serve de represa para os nossos delírios!¹¹⁸

O general insistiu que “nenhuma esperança o guia[va] na escrita do livro” dedicado a Bolívar.¹¹⁹ Seu objetivo era mostrar que o Libertador não teria traído os ideais republicanos e que a violência que se instaurara na América era resultado de uma assimetria das expectativas europeias impostas à realidade americana e das diferentes demandas das elites locais. A ausência de esperança à qual Abreu e Lima se referiu diz respeito à preservação da imagem de Bolívar, mas sobretudo à possibilidade da sobrevivência do sonho da Grã-Colômbia. Ele estava desfeito. A Independência, da qual ele se orgulhava profundamente, não foi seguida pela construção de uma América unida. E do mesmo modo em que a viu a Grã-Colômbia nascer, assistiu também a suas “últimas agonias” após ter lutado pela “integridade da República” e ter “sempre fugi[do] da guerra civil”. Abreu e Lima viu a Grã-Colômbia morrer diante das guerras violentas que tomaram aquele território e que se tornariam uma presença constante na Venezuela e na Colômbia a partir de então.

A ruptura do sonho republicano pelas guerras civis bem como o fuzilamento de seu pai e a expatriação constituem o espaço de experiência do general o qual ele denominou de “conhecimento prático do mundo”. Abreu e Lima evocou esse espaço de experiência no modo pelo qual leu o projeto republicano de França, em 1835, diante das guerras civis que irrompiam

¹¹⁸ Tradução livre: “Venezuela era un Infierno, lleno de furias, vomitando la discordia por cada una de sus bocas. Vosotros, que desde vuestros gabinetes pesáis el mundo en la balanza de vuestro quietismo; sí, vosotros, envanecidos con la civilización europea: venid a las ardientes regiones del ecuador y a los países conquistados para la libertad por un genio que no pertenece a la era de nuestra infancia, y notaréis la diferencia que existe entre las canas del viejo mundo y el vello de la pubertad americana. Venid, y veréis lo infinito en la cadena de nuestras pasiones desenfreadas; veréis la naturaleza luchando con la razón para expelerla de su seno, y los torbellinos de Descartes vivamente representados por la multitud de nuestros vicios, y de nuestras necesidades. Ah! y cómo, detenéis el brazo que sirve de dique a nuestros desvaríos!” ABREU E LIMA. *Resumen histórico... Op. Cit.*, 1922, p.146.

¹¹⁹ *Idem*, p. 187.

no Brasil. O passado aqui não tem uma função de exemplaridade ou visava oferecer segurança. O passado na condição de “conhecimento prático” atuou como um instrumento de produção de tensão e antagonismo aos futuros oferecidos pelas teorias europeias.

Abreu e Lima argumentou que o Brasil teria iniciado uma *revolução de fato* – a Independência – enquanto os europeus viviam uma *revolução de princípios*, por essa razão não era possível “admitir realidades práticas aquilo mesmo que eles (os europeus) admitiram como ensaio”¹²⁰. Nessa crítica, o autor dispôs um argumento no qual as transformações pelas quais a América e o Brasil passavam respondiam diretamente a uma *realidade histórica* instaurada em grande medida pela presença dos colonizadores. Era necessário, portanto, enfrentar essa realidade. Na Europa, as “revoluções de princípios” determinavam-se por interpretações teóricas, por apostas que obscureciam a realidade. Eram propostas utópicas que, caso alcançassem sucesso no velho mundo, ainda assim não poderiam ser adotadas sem críticas no território americano em função das diferenças do seu estado político, social, intelectual e, sobretudo, histórico.

A assimetria que o general identificou entre a experiência americana e europeia o levou a pouco entusiasmo com o conceito de progresso naquela conjuntura e como já citado “a preconizada *perfectibilidade* das coisas humanas não é mais do que entretenimento para aqueles que têm pouco conhecimento prático do mundo”¹²¹. O progresso como entretenimento significava uma esperança quase que religiosa na redenção oferecida pelo tempo sem a atenção à realidade histórica. Por isso, o conceito de “progresso” na década de 1830 ganhou uma carga de significado tão pejorativo como o conceito de utopia. A elite política não escolheu a palavra Regresso por acaso.

A narrativa crítica de Abreu e Lima ao progresso e à revolução de princípios à moda dos europeus esteve entre os principais componentes de uma linguagem “antieuropeia”. Essa linguagem sobrevive até os dias atuais (sob o nome de uma linguagem anti-imperialista) nas terras da já extinta Grã-Colômbia. Não ocasionalmente, Hugo Chávez, um dos protagonistas na atualização recente dessa linguagem anti-imperialista na América Latina, tinha na recuperação da memória de Abreu e Lima um projeto central para a integração das relações entre Brasil e Venezuela. A linguagem antieuropeia mobilizada por Abreu e Lima revelava a desconfiança em relação às expectativas que compreendiam a América como o futuro da civilização diante da sensação de certo esgotamento da Europa. A América vivida por Abreu e

¹²⁰ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 529.

¹²¹ *Idem*, p. 84.

Lima não estava apta a regeneração. O progresso estaria, por isso, mais próximo daqueles que a colonizaram. As utopias modernas do século XIX partiriam de certa crença e dependência de valores universais. Abreu e Lima, na sua crítica à República, questionava se, de fato, poderiam ser tidos como tal.

Christian Lynch identifica duas espécies de discursos antiliberais no oitocentos. O primeiro ele denomina legitimismo e, o segundo, conservadorismo propriamente dito. O primeiro, também chamado tradicionalismo, refere-se a uma ideologia reacionária, porque, além de contrária ao liberalismo, desejava retornar às bases fundamentais do Antigo Regime.¹²² De modo diferente do tradicionalismo, o conservadorismo, o qual Lynch denomina “propriamente dito”, não negava o governo constitucional e representativo, mas resistia a demandas de um liberalismo mais radical, considerado exagerado. Esses conservadores nem bem acreditavam que o poder emanava do direito divino, nem bem que a única forma legítima de exercer o poder fosse derivada da soberania popular. Partindo de uma compreensão “mais realista do que otimista do progresso”, essa ideologia defendia uma postura política na qual a tradição “pudesse ao menos guiar o progresso numa senda prudente e gradual, sem cair nos excessos das rupturas revolucionárias”¹²³. Por esta ótica, Lynch sugere que esse conservadorismo deva também ser considerado uma forma de liberalismo – “um liberalismo de direita, de caráter reformista e antirrevolucionário”¹²⁴. Esse pensamento teve em Edmund Burke seu eco mais fundamental, no qual não estava em questão a negação dos direitos individuais, mas era negado o seu “caráter abstrato e universal para afirmar sua particularidade conforme a cultura histórica concreta de cada sociedade”¹²⁵.

Na experiência hispano-americana junto ao processo de independência, Lynch identificou que antigos absolutistas se tornaram monarquistas constitucionais. Um segundo grupo, que nos interessa mais, foi formado por antigos republicanos, que teriam se decepcionado com a experiência caótica e violenta que se seguiu aos processos emancipatórios. Lynch os denomina “neoconservadores” que, embora fossem incapazes de negar suas “antigas convicções republicanas, eles haviam perdido o otimismo universalista e racionalista do Iluminismo [...]” A redução dessa expectativa utópica deu lugar a um pessimismo rousseauiano: “a descrença na possibilidade da democracia, [...]; a decadência cívica provocada pela modernidade do luxo, que corrompera a virtude e a substituíra pelo egoísmo; a

¹²² LYNCH, Christian. *Monarquia sem despotismo e Liberdade sem anarquia*. O pensamento político do marques de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 25.

¹²³ *Idem*, p. 29.

¹²⁴ *Idem*, p. 30.

¹²⁵ *Idem*, p. 31.

ignorância de uma humanidade abandonada por suas elites inescrupulosas”.¹²⁶ Bolívar teria sido o melhor representante desse republicanismo conservador. Apesar de nada entusiasta da monarquia, Bolívar entendia a Constituição inglesa como modelo adequado para estabilização da ordem e liberdade, sendo necessário adaptá-la à experiência republicana e hispano-americana mediante a adoção de um Senado hereditário, adequado à estabilização das instituições e da adoção de um quarto poder, o Poder Moral – determinado por um conjunto de censores que capacitasse o povo a longo prazo para agir de modo virtuoso.¹²⁷ Optava-se pela proposta de Montesquieu até que fosse possível a vivência de uma República rousseauiana. Era com essa experiência que Abreu e Lima retornava ao Brasil. A derrota de Bolívar e o desmembramento da Grã-Colômbia o levou, ainda mais precisamente, a uma opção mais intensa pelo conhecimento prático do mundo e à negação das abstrações. Mas essa opção não marcaria toda a sua vida política e intelectual, como se verá mais adiante no terceiro capítulo.

Nós descendentes dos portugueses, nós portugueses

A desconfiança em torno da efetividade do progresso na América aumentou quando o Brasil se tornou o foco da análise no *Bosquejo*. Abreu e Lima argumentou que a Independência, ainda que fundamental para o Brasil, não havia sido capaz de romper com a herança lusitana. Os portugueses “nos tinham legado *todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes*”¹²⁸. O Sete de Setembro não estabeleceu um desligamento permanente com Portugal e, embora os brasileiros tenham se julgado superiores aos seus progenitores, o general reforçava o vínculo entre esses povos sublinhando a ameaça que o legado luso representava para o futuro brasileiro: “se ainda queremos salvar-nos do naufrágio que nos aguarda, é forçoso reconhecer o que somos [...] *somos portugueses*, porém já degenerados”¹²⁹.

A aproximação com Portugal em função da colonização foi reivindicada em grande parte do texto, tecendo uma interpretação na qual se vê uma diminuição da distância histórica entre os dois países.¹³⁰ Abreu e Lima entrelaçou os destinos luso e brasileiro de forma pouco entusiasta, colocando no horizonte do país americano o risco de repetir a decadência portuguesa em função da presença e permanência da escravidão. O general insistia que os brasileiros, como descendentes de um povo atrasado e bélico, no qual se via a prosperidade distante dos

¹²⁶ *Idem*, p. 36.

¹²⁷ *Idem*, p. 37.

¹²⁸ ABREU E LIMA. *Op. Cit.*, p. 59 – grifos meus.

¹²⁹ ABREU E LIMA 1835, p. 59 – grifos meus.

¹³⁰ A categoria de distância histórica é abordada na primeira seção do capítulo 2.

princípios comerciais, não poderia cumprir ideais utópicos de um projeto republicano – “*nós descendentes dos portugueses, nós portugueses, haveremos de realizar o belo ideal das instituições políticas? [Nós...] conservamos a escravidão civil, a pior de todas as tiranias*”¹³¹.

A crítica à escravidão foi um elemento fortemente presente em sua narrativa como já abordado. Além de promover o “ódio” entre as “classes” do país, ela teria estabelecido um limite material à realidade nacional: a ausência da dinamização das forças produtivas. A ausência de mão de obra teria criado um ciclo de dependência trágico que mantinha a presença da escravidão como uma necessidade – “podíamos fazer outra coisa [que não manter a escravidão]? Creio que não; nem era possível fazer-se mais”¹³². A impossibilidade de alternativas diante da escravidão organiza o ressentimento do general com a herança lusitana. A Independência não significou (e nem poderia significar) a ruptura imediata com as estruturas coloniais. Nesse sentido, era necessário que os brasileiros se convencessem e tematizassem com cuidado a presença colonial e hierárquica que preenchiam as práticas e os comportamentos sociais e políticos no Brasil. Incorporando a si mesmo em sua crítica a partir do uso da primeira pessoa do plural – era necessário admitir “o que *somos*. *Somos* portugueses...” – o letrado reforçava que aqueles que desfrutavam dos direitos políticos e civis eram, na verdade, a “classe” branca e senhorial.

A negação à colonização portuguesa esteve presente em suas principais obras e pode-se afirmar, com tranquilidade, que essa posição não foi relativizada ao longo de sua vida, constituindo um dos pilares principais de sua narrativa e de uma linguagem antilusitana.¹³³ No livro *O Socialismo*, publicado em 1852, Abreu e Lima reafirmou esse argumento – o povo brasileiro “[...] sem usos do trabalho e da indústria, sem energia, sem vigor, não vive vida própria, e apenas vegeta por hábito seguindo a rotina dos seus progenitores, os portugueses, um dos povos mais atrasados da Europa”¹³⁴. Na carta, datada de 1868, ao General Paez, escrita pouco antes da morte deste, a negação a Portugal e o ressentimento de Abreu e Lima reaparecem: “sou o primeiro a confessar que vamos muito mal; porém, não serei eu o que toma

¹³¹ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 59.

¹³² *Idem*, p. 59.

¹³³ Sobre o antilusitanismo no Brasil na primeira metade do século XIX, o trabalho de Gladys Sabina Ribeiro oferece um diagnóstico a partir de uma abordagem social que toma de análise episódios políticos e conflitos sociais após a Independência. Ribeiro revela que a dicotomia entre portugueses e brasileiros, que se tornou mais expressiva após 1822, possui raízes mais complexas que foram mediadas pela questão racial e de classe. A investigação do antilusitanismo aponta para diferentes possibilidades da vivência da liberdade no começo no Império do Brasil, marcadas por rivalidades que expressavam desde a busca pelo mercado de trabalho nas ruas à busca por espaços nos círculos da Corte. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

¹³⁴ ABREU E LIMA, José Inácio. *O Socialismo*. Recife: Tipografia Universal, 1855, p. 30 – grifos meus.

a menor parte na política deste país – lá se avenham as facções – eu sou liberal de tempo antigo...” e continua “o Brasil seria hoje tão importante como os Estados Unidos, se não fossemos descendentes dos portugueses”¹³⁵. Ao demarcar sua posição política enquanto liberal e sublinhando que o país ia mal, Abreu e Lima revelava o afastamento com um determinado projeto civilizacional em vigor que passava por um elogio e conciliação com a herança colonial. Mas, na década de 1830, mesmo crítico à herança portuguesa, suas interpretações fomentavam melancolicamente a conciliação com esse legado.

A linguagem antilusitana mobilizada pelo general tem como base dois elementos. O primeiro está relacionado à compreensão do comércio como uma virtude, consequência do embate discursivo entre o humanismo cívico e o humanismo jurídico que compatibilizou virtude e comércio, sem que isso provocasse a corrupção do cidadão – essa experiência recebeu o nome de humanismo comercial. Trata-se da coexistência de concepções de cidadania tanto liberal (a intitulação de direitos) quanto republicana (atribuição de virtudes). O século XVIII definiu a corrupção e a irracionalidade em termos mais positivos, materiais e dinâmicos, baseado em uma teoria que valorizava a aceitação do crédito como medida de valor econômico e na consideração da imaginação, da paixão e do interesse como principais mecanismos psicológicos de determinação do comportamento humano. Deu-se ênfase na defesa de um ego de autosatisfação e autoapreço que poderia ser manipulado e coordenado em um todo comum. Nessa perspectiva, aceitava-se que os homens fossem seres de espíritos guiados por critérios ditados pelo interesse e, ao invés de entender essas características como funestas para a virtude e para a vida política, eles foram incorporados como virtudes.¹³⁶ As especificidades que a linguagem do humanismo comercial assumiu nas reflexões do letrado pernambucano foram majoritariamente reunidas no seu livro *O Socialismo*, abordado no terceiro capítulo. O que interessa por ora destacar é que a compreensão do comércio enquanto virtude não teria sido cultivada em Portugal. Daí, então, emergiriam os problemas relacionados à decadência e ao atraso do reino europeu, pois a disposição para o comércio tornou-se a fonte de quase todos os valores sociais, sendo, junto ao trabalho, as possibilidades mais radicais da civilização das sociedades.

¹³⁵ ABREU E LIMA. *Carta ao General Paez. Op. Cit.*, 1983, p. 234.

¹³⁶ POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: EDUSP, 2013. POCOCK, John. El debate del siglo XVIII. Virtud, pasión y comercio. In.: *El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Tecnos, 2002. ROTHSCILD, Emma. *Sentimientos Económicos*. Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. Rio de Janeiro: Record, 2003. SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

O segundo elemento que integra a linguagem antilusitana do general revela a complexidade na assimilação de alguns dos princípios de civilidade europeia, como a própria ideia de progresso mencionado nas seções anteriores. Abreu e Lima manteve em seu argumento uma tensão com a experiência da colonização, não apenas em razão da escravidão e da ausência de cultivo do comércio, mas porque a colonização foi interpretada pelo letrado como um projeto também de dominação e não apenas de civilização. Isso significa que a vivência do “brasileiro” e a tomada de consciência do que caracterizaria a singularidade de sua existência, a nacionalidade, teria se dado e se daria sempre por uma privação. O brasileiro se pensaria a partir de instrumentos como a língua e costumes que foram impostos violentamente, por isso a insistência em afirmar: “somos portugueses, porém já degenerados”. A degeneração refere-se ao estar condenado a levar à frente os elementos negativos da colonização. A insistência do general no *Bosquejo* sobre a urgência de “confessar o que somos” procurava impor a ambivalência dessa realidade prática – ser português e ser colonizado. O obscurecimento dessa tensão (gesto utópico) distanciaria o brasileiro daquilo que verdadeiramente seria: escravocrata, odioso, egoísta. Essa compressão assumiu, ao longo de sua obra, momentos mais ou menos pessimistas, mas, de modo geral, esteve presente e foi importante para sua recepção e negação na esfera pública.

A literatura: o conflito entre a herança colonial e o clima local

Na seção destinada ao diagnóstico mais detalhado sobre a herança lusa no *Bosquejo*, Abreu e Lima escreveu que os portugueses teriam sido bons soldados, bons marinheiros, empreendedores valentes e grandes conquistadores; um povo aventureiro – “muita glória [...] e nada mais”¹³⁷. Eles não teriam legado ciências e artes que pudessem servir à independência intelectual dos povos que colonizaram. Os conhecimentos básicos sobre ciências exatas e naturais que os habitantes das colônias espanholas aprenderiam em uma Capitania Geral ou em alguma Província, ao “brasileiro” era necessário ir a Coimbra, devido à ausência de universidades na Colônia. Havia também os limites impostos pela censura e quando algum “brasileiro” era notado por sua aptidão ao mundo das letras, “o pobre homem era reduzido a uma prisão [...]”¹³⁸.

Havia, apesar desse cenário, um aspecto da inteligência sob o qual os portugueses poderiam ser valorizados: a literatura. Se por literatura fosse considerado, como observou o

¹³⁷ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 64.

¹³⁸ *Idem*, p. 66.

general, o corpo de doutrinas técnicas (científicas) acumuladas por uma nação, de certo “os portugueses nunca possuíram nenhuma das ciências que os literatos chamam de utilidades”¹³⁹. Ele propôs, então, um alargamento do conceito de literatura conferindo à palavra um “sentido mais concreto”, seguindo a classificação dos “bibliógrafos” no que tange aos conhecimentos humanos. O conceito de literatura entendido até então como um conjunto de doutrinas que reunia a produção das ciências consideradas úteis, passava a significar a reunião de textos ligados e destinados à tematização do humano em termos sentimentais e não somente práticos. Com essa definição, seria possível admitir que “os portugueses têm uma literatura que *lhes é própria* e de algum modo original”¹⁴⁰.

Esse deslocamento do conceito de literatura acompanhou o fenômeno de historicização da realidade a partir do qual a identidade nacional foi disputada e forjada com projeções no passado e no futuro.¹⁴¹ A literatura se tornou um espaço de debate e um índice dos sentidos fundamentais que vigoraram em determinada temporalidade. No Brasil pós-independência, foi primeiramente nas discussões em torno da definição da literatura que se buscou descrever e (forjar) o brasileiro e sua nacionalidade. Embora o Brasil tenha se tornado um país independente em termos políticos, apenas a partir de 1822 parte de uma elite intelectual e política defendia que sua nacionalidade já havia germinado na Colônia. Era, portanto, por meio da literatura enquanto um campo de experiência – como um índice do desenvolvimento do espírito humano – que se percorria o suposto trajeto da nacionalidade. Junto à reconstrução do curso nacional, a literatura seria também o espaço ideal para reforma das ideias e dos costumes que orientariam a “boa sociedade” – homens brancos e livres – desenhando a nação e civilizando o Império.¹⁴² Essa educação teve no espaço público o lugar ideal à sua sedimentação: trata-se, assim, da formação da opinião pública realizada, sobretudo, através da imprensa. Nesse contexto, quando se fala em educação e imprensa como meios direcionados à formação do povo, os educadores e redatores seriam aqueles que constituiriam a República das Letras. A opinião pública era concebida como resultado da reflexão dos letrados e, principalmente, a vulgarização dessas reflexões para a maioria. A opinião pública implicaria também na existência de um público que poderia ser, ao mesmo tempo, receptor e criador: o primeiro se referiria ao povo em geral, e o segundo, aos seus pares letrados.¹⁴³

¹³⁹ *Idem.*

¹⁴⁰ *Idem.*

¹⁴¹ ARAUJO, Valdeik; Lopes. *A experiência de tempo... Op. Cit.*, 2008, p. 107-133.

¹⁴² RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política... Op. Cit.*, 2011, p. 125-219.

¹⁴³ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos... Op. Cit.*, 2005, p. 208- 214.

Retornando ao *Bosquejo*, Abreu e Lima defendeu que a independência política não correspondeu à conquista da descoberta e da autonomia nacional, razão pela qual o país não poderia ter uma literatura própria. Recorreu, portanto, à literatura lusa até que a singularidade nacional brasileira fosse construída – “porque ainda ontem éramos portugueses (com quanto isso nos pese) e se rejeitarmos a literatura portuguesa, ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem”¹⁴⁴. Observo, contudo, que o compartilhamento da literatura lusa foi realizado antevendo uma linguagem que previa também sua negação. O letrado atribuiu aos séculos XV e XVI o momento decisivo no qual os portugueses teriam florescido na poesia e na história – os “descobrimientos” teriam sido responsáveis pelo auge da civilização lusitana. Contudo, esse povo (e, conseqüentemente, sua literatura) teria se tornado decadente em razão da inquisição, que acabou por impedir o aprimoramento da produção de conhecimento fundamental ao desenvolvimento humano – “o que se poderia esperar de uma nação que corria com as ciências?”¹⁴⁵. Os esforços ilustrados – especialmente pombalinos para reversão desse quadro, como a criação da Real Academia das Ciências – que tentaram constituir e recuperar um corpo de doutrinas referentes às ciências úteis teriam fracassado.¹⁴⁶ O contexto contemporâneo à escrita do *Bosquejo*, porém, foi apresentado como benéfico e vivo. A experiência liberal em Portugal permitia o reflorescimento das letras, nas quais se via “produções interessantes que asseguram um porvir mais lisonjeio e a literatura portuguesa começa a aparecer à sombra das instituições livres que garantem a inviolabilidade da opinião e da liberdade da consciência”¹⁴⁷. Esse fenômeno, contudo, de nada servia ao Brasil. A literatura lusa que deveria ser retomada era a que correspondia ao período colonial e, por isso, o país americano estaria fadado a “carregar toda a ignorância que nos legaram nossos pais”¹⁴⁸.

Após a síntese da história da literatura portuguesa, o autor se voltou para uma análise do estado da literatura “brasileira”, tendo ressaltado a ausência de obras clássicas nas ciências positivas, exatas ou experimentais, estabelecendo uma contradição ao que ele mesmo havia proposto como literatura, a tematização da existência humana. Sua primeira crítica destinou-se contra o Visconde de Cayru e José Bonifácio. O primeiro, ele considerou um dos brasileiros

¹⁴⁴ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 69.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 68.

¹⁴⁶ Esse argumento segue uma lógica oposta a defendida por outros autores, como Francisco Solano Constâncio, por exemplo, que atribuía a decadência das letras portuguesas não à ausência de grandes obras e autores, mas à inexistência de um público leitor capaz de valorizá-las. Cf.: RODRIGUES, Thamara de O. *A Independência de Portugal... Op. Cit.*, 2014.

¹⁴⁷ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 71.

¹⁴⁸ *Idem*.

mais produtivos, porém seu estilo seria “pesado, indigesto e de mal gosto”.¹⁴⁹ Sobre Bonifácio, este não estaria correspondendo ao seu “imenso saber” e deixaria uma “memória estéril e passageira no mundo científico, se não tivesse legado aos brasileiros a imortal obra da Independência, em bem poucos anos ele ser[ia] mais conhecido como político do que literato”¹⁵⁰.

O debate mobilizado por Abreu e Lima no *Bosquejo* sobre a existência ou não da literatura e da nacionalidade brasileira constituiu, na verdade, num campo amplo de discussões no território nacional e fora dele. Na primeira metade do século XIX, diversas obras serviram às disputas pela institucionalização de um cânone que procurava localizar a origem da nacionalidade e da literatura brasileira. Retomaremos alguns desses textos a fim de identificarmos uma tensão fundamental na discussão entre a defesa da identidade nacional garantida pela relação com a natureza e os riscos dessa identidade mediante a presença colonial.

Em 1805, Friedrich Bouterwek (1765-1828), discípulo de Kant, no seu livro *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit (História da poesia e da eloquência portuguesa)* – que integra o quarto volume de um total de doze da sua obra *História da poesia e da eloquência desde o final do século XVIII* – apresentava Cláudio Manuel da Costa como “poeta de nobre talento, que, sendo influenciado pelos antigos poetas italianos”, teria sido o responsável por reintroduzir “um estilo nobre na poesia portuguesa”¹⁵¹. Tendo em vista o contexto no qual fora escrito, antes da transferência da corte para o Brasil, o livro não colocava em questão se a poesia de Cláudio Manuel era brasileira ou portuguesa. A produção dos poetas nascidos no Brasil integrava o *corpus* da literatura lusa, mas a centralidade dada à produção do território americano, iria se tornar, ao longo do século XIX, um dos pilares para a canonização daquilo que veio a configurar-se como literatura brasileira.

Em 1813, a obra de quatro volumes, *De la littérature du midi de l'Europe (Sobre as literaturas do meio dia da Europa)*, de Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi (1773-1842), abordou, no último tomo da coletânea, a história da literatura portuguesa. No contexto pós-transferência da família real, no qual o território do Brasil assumia protagonismo no Império Português, o letrado genebrino repercutia o receio da decadência e do desaparecimento do reino de Portugal na Europa e considerava o Brasil a possibilidade de permanência do

¹⁴⁹ Sobre as Cayru ver: DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa* (1808-1830). Dissertação de mestrado. UFOP, 2010.

¹⁵⁰ ABREU E LIMA. *Bosquejo... Op. Cit.*, 1835, p. 70.

¹⁵¹ BOUTERWEK, Friedrich. Da Costa e “o Judeu”. (1805). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855)*. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017, p. 244-245.

Império – “talvez o reino da língua portuguesa esteja a ponto de extinguir-se na Europa [...]; mas a imensa vastidão do Brasil lhes resta”¹⁵². A transferência da corte teria dado ao território americano “uma juventude e uma nova energia, e talvez se aproxime o tempo em que o Império do Brasil produzirá, na língua portuguesa, dignos sucessores de Camões”¹⁵³. Sismondi com base na idealização do “clima mais agradável [e do] solo mais rico”¹⁵⁴ do Brasil, lançava mão da expectativa de que o Brasil construiria um novo reino português na América.

Já na conjuntura pós-independência, o francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), que viveu no Brasil entre 1816-1821, foi considerado o primeiro letrado a tratar de forma monográfica a literatura brasileira considerando-a autônoma à portuguesa. Seu texto *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, de 1826, tem como argumento central a defesa de que “a América, brilhante de juventude, deve ter pensamentos novos e enérgicos como ela própria”¹⁵⁵. A presença da corte teria levado o “gosto das ciências e das artes”¹⁵⁶ e teria permitido a Independência do Brasil, que significava não apenas sua autonomia política em relação a Portugal, mas a condição de deixar emergir a energia singular (a nacionalidade) do território americano. Denis argumentava que a tradição literária europeia se enfraquecia ao atravessar o atlântico e era apagada ao entrar em contato com o clima brasileiro, o que significa dizer que os costumes dos colonizadores não teriam comprometido a criatividade e originalidade própria ao Brasil. Desse modo, a Independência remetia ao ímpeto da descoberta de uma nova poesia e de uma nova civilização. A ausência de uma história clássica e medieval (tão cara aos debates sobre a evolução da civilização e da literatura europeia), na interpretação de Denis, não representava um problema à vivência da nacionalidade brasileira.

Para o letrado, a história antiga do Brasil estaria associada aos tempos pré-coloniais – a “idade de fábulas misteriosas e poéticas” equivaleria aos “séculos em que viveram os povos em que exterminados, que nos surpreendem por sua coragem”¹⁵⁷. Embora esses povos não tivessem deixado uma cultura escrita e tivessem sido exterminados pelos europeus, o seu espírito – o maravilhoso, os pensamentos primitivos fundamentais à poesia que corresponderiam à Grécia antiga na história da Europa – poderiam ser presenciados: “[...] não

¹⁵² SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. O Brasil e o futuro das letras portuguesas. (1813). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira... Op. Cit.*, 2017, p. 254, 255.

¹⁵³ *Idem*, p. 255.

¹⁵⁴ *Idem*.

¹⁵⁵ DENIS, Jean-Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. (1826). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira... Op. Cit.*, 2017, p. 259.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 258.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 259.

será preciso buscar tais pensamentos às hordas que a civilização destruiu lentamente [...], se *penetrarmos o amago das florestas* [...] veremos os campos ainda animados por pensamentos verdadeiramente poéticos”¹⁵⁸. A Idade Média “brasileira”, o espírito aventureiro e desbravador das cavalarias, poderia ser encontrado nos tempos coloniais. Já a história moderna do Brasil teria começado em 1822 e, a longo prazo, representaria o futuro da civilização – “a Europa fundou a grandeza do novo mundo, o que será talvez um dia o seu mais belo título de glória”¹⁵⁹.

Uma das singularidades da civilização americana, especialmente, a brasileira, seria a fusão das “raças” indígenas, africanas e branca. Segundo Denis, o americano (índigena), por natureza melancólico, possuiria uma tristeza e pouca ou nenhuma excitação nos gestos a qual remeteria à sua independência e liberdade dadas pela convivência com a floresta. O africano teria, por necessidade, o ímpeto de lançar-se à imaginação. Sua fala e seus gestos seriam excitados e mais vivos. O sobrenatural comporia a preocupação de suas narrativas e o auxiliaria no esquecimento dos sofrimentos da escravidão: “geme ainda sem dúvida à lembrança dos infortúnios passados, mas não obstante, as dores da escravidão, o presente, cativando-lhe o ardor da imaginação, o conduz, desviando-lhe os olhos do futuro”¹⁶⁰. O branco compartilharia tanto a melancolia do indígena quanto a excitação do africano. Entre as miscigenações mais expressivas, o mameluco representaria o impulso de independência e o cuidado com a pátria. Era o sonhador e o herói. O mulato, por sua vez, seria determinado pelo amor, pelo pensamento rápido, pela imaginação colorida. Era ele o poeta.¹⁶¹

Um dos aspectos fundamentais do texto de Denis na caracterização das supostas raças para a distinção da literatura brasileira seria a relação delas com a natureza, com o clima próprio ao Brasil. Dessa forma, não seria incoerente falar em literatura brasileira na Colônia, pois o que estaria em jogo, para o letrado, era a descrição e tematização da “cor local” registrada pela literatura.¹⁶² O cânone estabelecido por Denis retomava Bento Teixeira Pinto, Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Santa Rita Durão, Basílio da Gama... Também incluía viajantes, oradores e historiadores, como Manuel de Moraes e Rocha Pita. Por esboçar

¹⁵⁸ *Idem*, p. 260 – grifos meus.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 261.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 263.

¹⁶¹ *Idem*, p. 262-263.

¹⁶² Cor local refere-se a um recurso associado ao campo pictórico. Trata-se de “um mecanismo narrativo de largo emprego que se manifesta em diferentes tipos discursivos e engendra um feixe de expressões contíguas que pode ser denominado de *retórica pictórica*. Durante o século XIX, o dispositivo é incorporado pela escrita historiográfica e torna-se parte significativa de uma *poética da história* mobilizada para a *representação histórica* do passado.” Sobre a categoria, consultar: CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado (História), UFOP, 2012.

argumentos que valorizassem a singularidade do território americano, o *Résumé* de Denis esteve entre os textos mais fundamentais ao longo do XIX para a definição de um argumento que não colocava em contradição a Independência e a recente instituição política do Brasil com a existência de uma nacionalidade projetada no passado colonial. Os aspectos literários próprios ao Brasil teriam vigorado no clima e na natureza e se imposto à própria presença do colonizador.

Em 1826, foi publicado outro texto importante na tematização da literatura lusa que incluía poetas brasileiros. Trata-se do *Parnaso lusitano ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos* de Almeida Garret (1799-1854). Nele há uma espécie de compartilhamento da literatura brasileira com a portuguesa. O árcade Cláudio Manuel da Costa foi apresentado como o primeiro poeta brasileiro e um dos melhores poetas lusos. Ele argumentou, de forma semelhante ao texto de Friedrich Bouterwek, que a literatura portuguesa fora enriquecida com o poeta nascido na província de Minas Gerais.

Na contramão do argumento de Denis, a tematização da autonomia da literatura brasileira foi abordada a partir de certos limites impostos pela presença portuguesa na história do Brasil. Garret, uma das figuras liberais mais expressivas do romantismo português, insistia que as práticas da censura e da opressão inviabilizavam a conquista da nacionalidade brasileira. A originalidade que a natureza e o clima do Brasil inspiravam aos poetas não encontrava condições de prosperar mediante a presença e a educação europeia. Daí o risco do Brasil repetir o destino decadente da pátria-mãe:

certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens expressões e estilo, do que neles aparece; *a educação europeia apagou-lhes o espírito nacional*: parece que se receiam de se mostrar americanos e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades.¹⁶³

Em 1829, o engenheiro militar prussiano, Carl Schlichthorst, que viveu no Rio de Janeiro em 1825 e retornou ao seu país em 1826, frustrado com as condições de vida que encontrou no Brasil, publicou uma obra intitulada *O Rio de Janeiro como é: uma vez e nunca mais (1824-1826)*, a respeito de suas impressões sobre a cidade onde viveu. O texto *Literatura Brasileira*, que integra o décimo capítulo, oferece uma reunião de sínteses similares às descritas pelos autores tematizados anteriormente. A narrativa enfatizou o encontro da alma cavalheiresca dos portugueses com a excitação dos perigos da floresta, e desse encontro emergiu o Brasil.

¹⁶³ GARRET, Almeida. A literatura portuguesa e os engenhos brasileiros. (1826). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira... Op. Cit.*, 2017, p. 22 – grifos meus.

Um tema recorrente ao período, a suposta preguiça do brasileiro, foi abordado por Schlichthorst não como uma apatia. Mas o gesto associado comumente à “indolência” por outros viajantes, seria, na verdade, a contemplação e a paixão aguçadas inevitavelmente pela natureza. O mar, por exemplo, seria a recordação eterna de seus pais, mesmo que nunca tivessem visto Portugal ou a África. A quebra das ondas na praia determinaria o ritmo do pensamento dos “brasileiros”, uma afinidade radical com a natureza seria categórica, portanto, para a identificação do ser “brasileiro”. E, embora estivessem distantes de valores e práticas comuns à “civilização europeia”, o “brasileiro” teria o pensamento rápido e “o instinto do belo sempre seguro” graças à terra onde habitam.

Schlichthorst também escrevera sobre a miscigenação. O “brasileiro” seria resultado de “todas as peculiaridades das diversas raças que o formaram”¹⁶⁴. A contemplação seria uma característica própria ao aborígene americano. A vivacidade e o ardor corresponderiam a referências aos africanos, e a paixão e a imaginação caberiam aos povos ibérios. Essas características reunidas, “se forem bem desenvolvidas pela educação, devem produzir grandes poetas”¹⁶⁵. Assim como em Denis, há o destaque para as figuras do mameluco e do mulato. O primeiro (filho de mãe índia) puxa a índole da mãe – “para ele, liberdade vale tudo”. O mulato seria vivo e cheio de imaginação. Mas, enquanto Denis associou aos mamelucos a figura do herói e da luta pela liberdade e ao mulato a poesia, Schlichthorst confere a ambas as raças a condição de poetas. Seriam as raças, frutos da miscigenação, tratadas “com desprezo” pelos europeus, que dariam a dimensão do “maravilhoso” à poesia brasileira, fundamental para evitar os vícios do mau gosto europeu. Schlichthorst argumentou também que o fato de a poesia indígena não ter sido escrita, não significaria que seriam ruins. Aqui, a ausência do texto, não remeteria à ausência da literatura e, tampouco, de sua qualidade.

Assim como para Denis, para Schlichthorst, a nacionalidade estaria para além da autonomia política. Contudo, esse argumento não significava que a presença da colonização não tivesse trazido problemas à obstrução da nacionalidade. De forma semelhante ao que foi pontuado por Garret, o autor prussiano sublinhou que o número de autores do Brasil poderia ser superior se não fosse a opressão portuguesa a destruir obras ou trancá-las na Torre do Tombo. Por essa perspectiva, não seria um problema letrados brasileiros, no contexto pós-independência, reivindicarem o cânone atribuído a Portugal, pois, se, por um lado, a natureza

¹⁶⁴ SCHLICHTHORST, Carl. *Literatura Brasileira* (1829). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira... Op. Cit.*, 2017, p. 307.

¹⁶⁵ *Idem.*

produzia uma atmosfera singular fundamental à nacionalidade brasileira, por outro lado, a colonização teria instituído uma herança comum compartilhada pela língua.

Em 1836, os letrados brasileiros Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem lançaram a *Revista Niterói*, marco inaugural do romantismo brasileiro. Nela Magalhães publicou o *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. No texto estava em questão a delimitação da identidade nacional, isto é, o esclarecimento sobre o que seria o brasileiro. Essa caracterização, como observaram as pesquisas de Marcelo Rangel, realizou-se mediante uma descrição subjetiva ou sentimental – “O brasileiro era definido como aquele capaz de amar e de ter orgulho de sua nação”¹⁶⁶. Mas, para além dos critérios sentimentais, Magalhães investira em um critério objetivo que procurava convencer seus leitores através da história da poesia do Brasil, da existência de um “passado comum e vigoroso marcado pelo progresso”.¹⁶⁷ No cerce do argumento, estava o pressuposto de que mesmo sob a colonização, os brasileiros teriam sido capazes de pensar e agir orientados por suas experiências singulares, tendo, por isso “instaurado ideias e costumes adequados ao espírito do povo e, a um só tempo, ao espírito do tempo”¹⁶⁸.

Ainda na *Revista Niterói*, o texto *Estudos sobre a literatura*, de João Manuel Pereira da Silva, defendia a correlação entre sociedade e literatura, na qual uma atuaria como espelho da outra. Nesse sentido, “uma sociedade ‘egoísta’ produziria, necessariamente, uma literatura fundada em ideias e costumes ‘egoístas’ e vice-versa”¹⁶⁹. O que estaria em questão para os autores da *Niterói*, sublinha Marcelo Rangel, era a compreensão de que seus leitores seriam “egoístas”, determinados pelos seus interesses particulares e não pelo compromisso com o bem-comum e com o projeto civilizador “cristão e amoroso”. Por isso, a Revista nutria-se de objetivos pragmáticos: civilizar a boa sociedade por meio de uma estratégia estética: a produção de emoção em seus leitores “convencendo-os a agir orientados pela fé cristã e pelo ‘amor à pátria’”¹⁷⁰; e de uma estratégia científica, que reunisse enunciados capazes de direcionar os leitores em decisões racionais que optassem pelo *ethos* liberal. Marcelo Rangel demonstra, portanto, que os primeiros românticos brasileiros construíram um diagnóstico para a sociedade brasileira que, a um só tempo, denunciavam o egoísmo das elites sem abrir mão da crença em uma filosofia progressiva da história e de um projeto pedagógico capaz de reparar esse

¹⁶⁶ RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política... Op. Cit.*, 2011, p. 23.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 24.

¹⁶⁸ *Idem*.

¹⁶⁹ *Idem*.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 19.

egoísmo. Trata-se, portanto, de um gesto melancólico, “uma espécie de tensão entre pessimismo e desconfiança por um lado, e otimismo e esperança por outro”¹⁷¹.

O português José da Gama e Castro (1795-1873), que viveu no Rio de Janeiro entre 1837 e 1842, assinou, por meio do pseudônimo *Um Português*, artigos nos quais defendia uma série de invenções lusas como pioneiras no cenário mundial. Os textos foram publicados no *Jornal do Comércio*, entre 1841 e 1842, e envolveram uma polêmica com outro letrado que assinava por *Um Brasileiro*. Embora não seja possível assegurar, como sugere as pesquisas de Roberto Acízelo Souza, é provável que o brasileiro seja Santiago Nunes Ribeiro, que, em 1843, publicou na *Minerva Brasiliense* textos que envolveram o *Bosquejo*, de Abreu e Lima, no debate sobre a literatura nacional.

O centro do debate entre Gama e Castro e Nunes Ribeiro diz respeito à autonomia ou não da literatura brasileira. O *Português* insistiu que não era possível a existência de uma literatura brasileira porque a literatura não se constituiria pelo nome do seu território, mas pela língua a partir da qual se expressaria. Não estava em questão a negação da soberania política do Brasil, mas Gama e Castro argumentou que era possível falar em literatos brasileiros que teriam contribuído para o enriquecimento do *corpus* da literatura portuguesa.¹⁷²

Em artigo na introdução da seção literária da Revista *Minerva Brasiliense*¹⁷³, Santiago Nunes Ribeiro defendeu que o Brasil teria uma literatura própria desde a Colônia, pois ela seria uma expressão do espírito do povo, determinado pelas condições físicas e sociais. Dessa forma, Santiago Nunes Ribeiro produziu uma releitura do passado nacional, defendendo a literatura brasileira desde a Colônia, combatendo as opiniões de Gama e Castro e de Abreu e Lima. O texto recebeu algumas críticas na imprensa, levando Nunes Ribeiro à escrita de outro texto – “Da Nacionalidade da Literatura Brasileira” – publicado no quarto número da *Minerva*, em 15 de dezembro de 1843.¹⁷⁴ Entre os assuntos que assumiram centralidade no debate, destacou-se o exercício de distinguir e definir a literatura brasileira como já sugere o título do ensaio.

Ribeiro respondeu a algumas críticas recebidas. Entre elas a de um artigo publicado no *Jornal Sentinela*, assinado pelo pseudônimo *Arquivista*. Este defendia que a literatura brasileira só poderia se distinguir da portuguesa quando a “língua” e a religião forem diferentes dos

¹⁷¹ *Idem*, p. 22.

¹⁷² CASTRO, José da Gama e. Uma polêmica: é possível existir uma literatura brasileira? (1841-1842). In.: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira... Op. Cit.*, 2017, p. 41.

¹⁷³ Sobre a Revista *Minerva Brasiliense*, consultar: MOURA, Bruna Schulte. *Historiografia Literária e Projeto Ilustrativo no alvorecer do Segundo Império: um estudo sobre a Revista Minerva Brasiliense (1843-1845)*. Dissertação de Mestrado. (História). UERJ, 2018.

¹⁷⁴ RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. In.: *Revista Minerva Brasiliense*, 15 de dezembro de 1843.

colonizadores. Na réplica, Ribeiro expôs que a França, Espanha e Portugal possuiriam a mesma religião, mas teriam literaturas distintas. No que diz respeito à linguagem, Nunes Ribeiro observou ironicamente a ausência de precisão do conceito, pois linguagem e língua não seriam a mesma coisa.

Após a resposta ao *Sentinela*, o texto segue com a réplica ao *Jornal do Comércio*, o qual contestava o fato de Santiago Nunes Ribeiro ter citado o *Bosquejo*, de Abreu e Lima. A obra do general, aos olhos do ensaísta do *Jornal do Comércio*, era considerada fútil, desordenada e desconhecida fora do Brasil. A resposta de Ribeiro a essa crítica se pautou na defesa da incorporação do *Bosquejo* no debate sobre a literatura brasileira e lastimava que as observações “dessem lugar a que o Sr. General de Abreu e Lima fosse tratado de ignorante por quem talvez tenha muito que aprender para chegar a possuir os conhecimentos deste ilustre Brasileiro”¹⁷⁵. Santiago Nunes Ribeiro não defendeu Abreu e Lima a partir do conteúdo daquilo que se predicava por literatura brasileira, pois, nesse aspecto, Ribeiro discordava de Abreu e Lima. A defesa do general por parte escritor da *Minerva* relacionava-se a uma concepção de debate público, no qual a discordância não precisaria representar o veto a determinado autor. Ribeiro deixava claro que discordava de Abreu e Lima – “nós combatemos a opinião do senhor Abreu e Lima porque estamos convencidos de que Portugal tem uma literatura nacional bela e rica em certos gêneros, que o Brasil tem a sua ainda mais notável...”¹⁷⁶. Mas essa discordância não significava que o *Bosquejo* estaria isento de perspectivas científicas como sugeriu o crítico do *Jornal do Comércio*, especialmente no que se refere à análise de fatos históricos.

Para Ribeiro, o problema do argumento de Abreu e Lima seria um desdobramento de uma “generalização defeituosa e arbitrária”, tendo em vista que o general teria se demorado na análise de fatos *menos relevantes ao tema*, “deixando de parte aqueles que lhe pertenciam”. Ribeiro insistiu que a esfera pública crítica precisaria apontar “nomeadamente os erros e determinar-lhes a natureza, antes de atribuí-los à ignorância”.¹⁷⁷ O autor da *Minerva* incorporou Abreu e Lima ao debate em torno do conceito de literatura e o negou não por meio de uma ofensa, mas por meio de uma valorização de sua figura intelectual. Nesse aspeto, Ribeiro pareceu compreender que a tese de Abreu e Lima no *Bosquejo* sobre a literatura era determinada por uma tensão – valorizar e negar a literatura colonial até que se conquistasse a literatura propriamente brasileira após a Independência. O escritor da *Minerva* preferiu não negar Abreu e Lima, mas ponderar sua leitura.

¹⁷⁵ *Idem*, p.112.

¹⁷⁶ *Idem*.

¹⁷⁷ *Idem*.

O cuidado crítico que Nunes Ribeiro teve com Abreu e Lima não foi direcionado ao “temível adversário Gama e Castro”. O autor que assinou por *Um Português* foi fortemente negado ao sugerir a impossibilidade da literatura brasileira. Ribeiro insistiu nos seus argumentos “em favor da influência do clima” que inspiraria uma poesia nova e singular no Brasil. Ele se imporia e modificaria os costumes, a religião e a própria língua herdados de Portugal. Ele retomou os textos de 1826 de Garret e de Denis, os quais argumentavam que o clima do Brasil produziria uma literatura própria. Ribeiro considerou que Gama e Castro representava “muito mal no Rio de Janeiro as opiniões de seus mestres, destes homens ilustres que estão à frente do grande movimento literário que em Portugal se opera em nossos tempos”, referindo-se a Garret.¹⁷⁸

Nunes Ribeiro, ao trazer Garret para o debate, além de reivindicar a autoridade de um autor português que admitia que o clima poderia produzir uma poesia autônoma, procurou mostrar que seu argumento era “ecclético”, isto é, que Ribeiro não concedia “tudo ao império do clima” bem como não entregaria tudo ao “império da religião, costumes e tradições”. Havia uma tensão a partir da qual reconhecia, assim como Garret, que os poetas brasileiros, ao irem para a Europa, restringiam sua disposição ao clima do Brasil, mas essa restrição não era equivalente a uma anulação das disposições singulares do Brasil. Santiago Nunes Ribeiro manteve seu argumento próximo da tensão entre a presença da tradição lusa e da inspiração decisiva do clima. O veto veio aos autores que negaram essa dualidade. O argumento de Abreu e Lima no *Bosquejo*, embora fosse mais radical e admitisse a necessidade de criação de uma literatura nacional distante dos costumes coloniais, mantinha no horizonte o conflito entre a herança e o clima. Ribeiro insistiu na convivência entre a tradição e a atmosfera local, sendo necessário voltar o olhar para a análise do clima, daí sua discordância com Abreu e Lima que teria se dedicado mais à análise dos costumes.

Para o autor da *Minerva*, seria necessário, na análise da literatura dos autores brasileiros, examinar não apenas “a exterioridade da arte que, muitas vezes apresenta as formas gregas e romanas”, mas cumpriria “atender ao sentido oculto, a intimidade, ou pelo menos ao elemento da poesia tradicional que se acha *combinada* ao elemento americano”.¹⁷⁹ O aspecto singular da literatura brasileira destacado por Ribeiro seria referente a “terna melancolia” distinta da “sombria tristeza” europeia. Associe essa melancolia à tensão, da qual nos fala Marcelo Rangel, sobre os primeiros românticos. A necessidade de identificar a “essência” do

¹⁷⁸ *Idem*, p. 113-114.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 115.

“brasileiro” a partir da literatura não ocorre a despeito de uma dúvida, de uma oscilação entre a presença colonizadora (constitutiva do egoísmo) e as possibilidades de superação do egoísmo pela natureza e pela educação sentimental e pragmática. O gesto de manutenção dessa dúvida, uma espécie de vigília crítica, nem bem otimista, nem bem pessimista, é o que Nunes Ribeiro quer assegurar para o debate a respeito da nacionalidade e da literatura brasileira. Aspira-se a um debate crítico, realista, sem, contudo, entregar-se à negatividade da experiência colonial.

A “cor local”, reivindicada como fonte de análise por Nunes Ribeiro e pelos demais autores mencionados como índice central da nacionalidade esteve associada, como observou Temístocles Cezar, à busca pelas origens. Ela foi a apresentação da vida moral de uma época e, por isso, um recurso largamente utilizado para a escrita da história do século XIX.¹⁸⁰ O trabalho de Eduardo Cardoso mostrou como a “cor local”, em um sentido metafórico, enfatiza uma dimensão visual e imagética da narrativa.¹⁸¹ Ela opera como uma resposta à demanda da visualização que, através da imaginação, ofereceria uma forma de acesso direto ao passado. A “cor local” também teria uma relação com o exotismo, no qual há um elogio e uma incompreensão do outro (papel geralmente atribuído ao “indígena” e também ao “africano”). A “cor local”, tanto na literatura quanto na historiografia do século XIX, delimitou um espaço, emoldurando uma espécie de pintura, essência rígida e autoritária, da nação.

A abordagem da singularidade do clima organizou a defesa de uma literatura autônoma no Brasil e criou condições para o enquadramento de uma determinada “nação brasileira”, na qual desenhou-se, por exemplo, uma conciliação e idealização do encontro das “raças” no território americano. Contudo, a insistência na “cor local” – e por essa razão recuperamos alguns dos textos sobre a literatura brasileira – só se pode pensar em contraste à experiência colonial. Esse contraponto, o qual Abreu e Lima enfatizou ao longo do *Bosquejo*, foi valorizado por Nunes Ribeiro (apesar das discordâncias com Abreu e Lima). A perspectiva do general manteve presente a crítica às idealizações que emergiam da leitura da “cor local”. O que significa dizer que a violência fundadora da colonização não esteve esquecida ou subsumida dos debates identitários e literários sobre o que seria o “brasileiro”. Ao contrário, elas tiveram o mesmo impacto nessa definição.

¹⁸⁰ CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo - RS, v. 08, n.10, p. 11-34, 2004.

¹⁸¹ CARDOSO, Eduardo W. *A cor local e a escrita da história no século XIX... Op. Cit.*, UFOP, 2012.

OS BASTIDORES DO CÂNONE: “distância histórica” e as escritas do Brasil

Os projetos que buscavam construir a “nação brasileira”, discutidos ao longo do século XIX, disputavam os elementos determinantes por meio dos quais “um povo” seria identificado, projetado e organizado no tempo e no seu território. Nesse processo foram vários os problemas que mediavam as discussões sobre o futuro que o Brasil trilharia como país autônomo. Uma questão, sem dúvida, determinou todas elas: o país americano estaria mais próximo da “civilização” deixada pelos europeus ou dos povos nativos e africanos? Essa questão indica que as expectativas que remetiam à construção do “Brasil”, como país e como experiência “singular”, precisaram mediar a distância histórica a ser estabelecida com a herança lusitana, ameríndias e africanas por meio da narrativa histórica. Sabemos que a opção pelo homem branco e europeu foi vitoriosa do ponto de vista formal, mas não passou sem disputas e discordâncias que impactaram também as escolhas e as possibilidades de escrita da história “brasileira”.

No livro *A experiência do tempo*, Valdeci Araujo identificou, no contexto do processo de crise do Império Português e da Independência duas linguagens, políticas acerca da relação Brasil-Portugal. A primeira, chamada de “linguagem da restauração”, da qual se esperava uma retomada da prosperidade de Portugal, articulava uma expectativa de continuidade entre o território americano. Essa linguagem revela uma experiência de tempo mais próxima a uma temporalidade circular: os destinos dos povos se determinariam por ciclos de ascensão e decadência previamente determinados pela providência. Após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, essa linguagem ganhou novos elementos, dando espaço para a segunda linguagem, a da “regeneração”. Ela descreve uma relação nova com a temporalidade: os povos caminhariam progressivamente para o futuro. Esse, de caráter inédito, autorizava expectativas como as Independências. Na linguagem da regeneração, as esperanças de prosperidade imperiais lusas passaram a ser (re)projetadas para o território americano: um novo Portugal seria construído no Brasil.¹⁸²

As inquietações em torno desse projeto levaram ao desenvolvimento de uma literatura internacional ampla sobre o território americano. Essas narrativas estavam conectadas à

¹⁸² ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, consultar especialmente os capítulos 1 e 2. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n.1, p. 8-26, 2005.

preocupação cosmopolita, a qual fora orientada, inclusive, pela necessidade de determinar o lugar do Brasil e suas contribuições e desafios naquilo que se acreditava ser uma experiência de história universal.¹⁸³ Como exemplos, destacaram-se *History of Brazil* (1807-1819), de Robert Southey; *Histoire du Brésil* (1815), do francês Alphonse de Beauchamp; *Résumé de l'histoire du Brésil* (1826), de Ferdinand Denys; *Resumo da História do Brasil até 1828* (1831), de Niemeyer Bellegarde; *History of Brazil* (1836), de John Armitage; *História do Brasil* (1839), de Solano Constâncio; entre outras.¹⁸⁴

Para as elites intelectuais e políticas do Brasil, o que fazer com a herança lusa após a Independência do ponto de vista civilizacional continuava constituindo um largo debate, especialmente ao longo das décadas de 1830 e 1840. Se, por um lado, a escravidão e o atraso comercial eram problemas herdados dos colonizadores, por outro, a literatura e a língua seriam elementos fundamentais e difíceis de serem negados em um momento de construção de um império “civilizado”.¹⁸⁵ No desejo de adequação à realidade europeia, parte dos projetos que eram forjados para a construção da nacionalidade justificaram o processo colonial em nome da “civilização”. Contudo, embora o modo de vida europeu não deixasse de ser uma referência direta para a maior parte da elite intelectual e política brasileira, as reflexões sobre a organização do Estado-nação, da sociedade imperial e sobre qual história escrever para o território americano não deixavam de ser atravessadas por tensões e críticas que disputariam os conteúdos que preencheriam o “progresso” do Brasil. Essas disputas podem ser mapeadas pela pergunta sobre o aumento ou diminuição da “distância histórica” em relação a Portugal. A ênfase dada à herança íntima compartilhada pelos dois países definia positivamente ou questionava o futuro da ex-colônia americana nas narrativas literárias, históricas, panfletárias...

“Distância histórica” refere-se a pontos de vista presentes nas narrativas capazes de apontar apreensões sobre as singularidades do tempo moderno. O fenômeno está relacionado a

¹⁸³ ARAUJO, Valdei; RAMOS, André. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na Universal History. *Almanack*, n.10, p. 479-491, 2015.

¹⁸⁴ Sobre as histórias de Southey, Beauchamp, Denis, Bellegarde, Armitage e Constâncio, consultar, respectivamente: RAMOS, André. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado. (História). Ouro Preto, UFOP, 2013. MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiá: Paco Editorial, 2012. ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991. CUNHA, Daniel Joni Mendes Nunes da. “*Cultura de História*” no Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831-1863). Dissertação de Mestrado (História). Ouro Preto: UFOP, 2019. VARELLA, Flávia. *Da Impossibilidade de se aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil de John Armitage*. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo: USP, 2011. RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal*. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação de Mestrado (História). Ouro Preto, UFOP, 2014.

¹⁸⁵ Sobre essa questão ver a seção “A literatura...” no capítulo 1 desta tese.

uma exigência imposta pelo processo de modernização que com sua contínua e acelerada transformação impôs aos homens a necessidade de realinhamento da relação entre passado e futuro. Trata-se do posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima, posicionamento no qual o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são necessariamente articulados, afastando-se ou aproximando-se. A distância histórica é constituída, desse modo, por um duplo movimento que pode incorporar tanto o desejo de se afastar do passado quanto de fazê-lo presente.¹⁸⁶ A aposta na maior proximidade ou afastamento com Portugal e a positivação ou não dessa relação projetaram concepções de Brasis diferentes, manifestadas nas escritas históricas disponíveis ao longo do século XIX.

As expectativas do IHGB e suas dissidências

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, que reunia parte significativa dos letrados do Império, foi um dos espaços principais voltados para discutir, documentar e organizar a história nacional.¹⁸⁷ O IHGB não foi um lugar homogêneo ou exclusivo para o debate, mas teve significativa relevância na sistematização das versões historiográficas “oficiais” sobre o que definiria o Brasil no século XIX bem como sobre a constituição do processo disciplinar da História. Repercutindo debates e disputas, ele organizou a atividade do historiador a partir de uma aliança com o Estado liberal-conservador em consolidação, sistematizando alguns autores e estilos narrativos como clássicos e legando outros ao esquecimento, como apontou a pesquisa de Manoel Salgado Guimarães.¹⁸⁸

Na primeira sessão do IHGB, realizada em dezembro de 1838, o cônego e secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), apresentou as demandas que atravessariam o Instituto ao longo dos seus primeiros anos: remediar as lacunas da história do Brasil e reparar os erros que havia nela. Entre as atividades dos membros do Instituto estaria a busca por documentos e textos de autores nascidos no território americano debaixo da administração lusa: “Nos tempos da passada monarquia, os escritos brasileiros [...] punham a glória de seus autores

¹⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história. In: *Futuro Passado... Op. Cit.*, 2006, p. 161-188; PHILIPS, Mark. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997, p. 26.

¹⁸⁷ GUIMARÃES, Lúcia. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, nº 388, p. 459–613, 1995. GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, v.1, 1988, p. 5-27; _____. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

¹⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. José Murilo de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

em comunhão com a dos portugueses e [...] ficavam absorvidos pelo crédito literário da metrópole, que bem pouco refletia sobre o Brasil”¹⁸⁹. Nesse sentido, o Instituto se ocuparia da retomada de uma herança brasileira absorvida pela colonização e zelaria por essa memória recuperando aquilo que seria particular ao Brasil e que se creditava importante para a construção da nacionalidade. Mas esse exercício, curiosamente, evitava publicações de contestação ao sistema colonial.¹⁹⁰

Os cuidados na recuperação desse passado auxiliariam na organização de uma história geral do Brasil, que se transformou em uma das principais promessas e expectativas do Instituto. Essa modalidade, que tinha como proposta basilar apresentar a totalidade da história de um país de forma mais genérica, estava entre as abordagens possíveis para a escrita da História no século XIX. Uma história geral organizaria os fatos em suas respectivas épocas e permitiria um olhar panorâmico sobre o passado, o presente e o futuro de um povo. O corpo dessa história prometida pelo IHGB, observou Barbosa, seria “encendido pela *filosofia* de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus fatos, a fim de serem dignamente compreendidos”¹⁹¹. Desse modo, ela também incorporaria demandas por uma História Filosófica, que identificaria o sentido capaz de afinar as particularidades de um povo com o percurso daquilo que acreditavam ser o “progresso da história universal”.

Procurando atender a essas demandas, três propostas foram apresentadas pelo secretário perpétuo e aprovadas por unanimidade, configurando as atividades mais urgentes para a escrita da história nacional. A primeira solicitava o Imperador como protetor do Instituto, sendo o Estado seu principal financiador. A segunda propunha a orientação sobre o modo de se pesquisar e escrever sobre as notícias históricas e geográficas. A terceira, e mais imprescindível, abordava a necessidade de se organizar cronologicamente a história do Brasil, “dividindo-se em antiga e moderna” e “subdividida em vários ramos e épocas”.¹⁹²

Em 1840, no segundo tomo da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, foi anunciado um concurso sobre um plano de como deveria ser escrita a história antiga e moderna do Brasil, incluindo seus aspectos políticos, civis, eclesiásticos e literários. A premiação prometida para o ano de 1842 faria parte das celebrações do aniversário do Instituto e ofereceria ao vencedor uma medalha de ouro e o valor em dinheiro de 200\$000 réis.¹⁹³ As

¹⁸⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839). In: GUIMARÃES, Manoel. (Org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010, p. 25.

¹⁹⁰ GUIMARÃES, Lúcia. *Debaixo da imediata proteção...* Op. Cit. 1995, p. 516-522.

¹⁹¹ BARBOSA. *Discurso no ato...* Op. Cit. (1839) 2010, p. 31 – grifos meus.

¹⁹² *Idem*, p. 23.

¹⁹³ *Revista do IHGB*, tomo II, 1840.

propostas deveriam ser entregues até setembro de 1842. Contudo, apenas em 1847 foi feito o anúncio de que a dissertação do alemão e viajante naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) havia ganhado o concurso. O texto vencedor, contudo, já não era inédito quando foi anunciado. Ele foi publicado três anos antes no vigésimo quarto número da *Revista*.

A dissertação de Martius teve apenas uma concorrente: a proposta de Henrique Julio de Wallestein (1790-1843), *Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, que, embora também escrita em 1843, foi publicada apenas em 1882.¹⁹⁴ Wallestein, cônsul russo e sócio do Instituto, propôs que a história do Brasil fosse escrita pelo sistema de décadas, tendo como início o “descobrimento”, em 1500, seguindo até a Independência com a coroação de d. Pedro I. A comissão designada para julgar o concurso considerou, no entanto, que Wallestein não teria compreendido a proposta.¹⁹⁵ As expectativas do Instituto, como observaram os membros, consistiria na escrita de uma história filosófica.¹⁹⁶ Esperava-se uma interpretação, uma identificação de sentidos que atravessariam a história nacional, e não apenas uma distribuição dos fatos em ordem cronológica. A proposta de Martius, publicada em 1844, teria contemplado melhor as demandas dos sócios. O fato de não ser inédita foi observado como um “descuido” por parte da redação.

Manoel Guimarães investigou o papel social desempenhado pela escrita da História do IHGB no processo de formação nacional. O Instituto criado junto à Sociedade para o Apoio da Indústria Nacional (SAIN), que se ocupava com o desenvolvimento econômico do Império, teria como função descrever esse processo pautado pela expectativa de progresso civilizatório do Brasil por meio da historiografia. O compromisso com a defesa da monarquia deixava claro o “significado pragmático para a vida política do país” que o Instituto aspirava.¹⁹⁷ Embora a SAIN tivesse disponibilizado as instalações iniciais, o IHGB desenvolveu sua própria direção. A proteção do Imperador trouxe o apoio financeiro necessário às atividades, acumulando ao longo do tempo “uma dependência material do Instituto em relação ao Estado”¹⁹⁸. A partir especialmente de 1849, após o “fim” dos levantes populares que atravessaram o território brasileiro, a Instituição ganhou uma expansão de suas temáticas de pesquisa, passando pela arqueologia, etnografia, língua dos indígenas, muitos desses temas pautados pela presença do

¹⁹⁴ WALLESTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Tomo 45, parte 1. Rio de Janeiro, 1882, p. 159-160.

¹⁹⁵ A comissão foi composta por Francisco Freire Alemão (1797- 1874), Thomaz Gomes dos Santos (1803-74) e pelo cônego Manuel Joaquim da Silveira (1807-75).

¹⁹⁶ Sobre a expectativa da história filosófica no Instituto ver: WEHLING, Arno. Historicismo e concepção nas origens do IHGB. In: _____. (Org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

¹⁹⁷ GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação... Op. Cit.*, 2011, p.74.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 76.

próprio Imperador nas seções. Muitos sócios, contudo, observou Guimarães, colocariam-se contra o IHGB enquanto “instituição oficial”.¹⁹⁹ O termo “oficial” seria contraditório ao exercício da atividade científica. Guimarães abordou algumas polêmicas que envolveram a política do período, procurando mostrar a divergência entre os membros e a ausência da tomada de uma posição final pelo Instituto, o que demarcaria, segundo o historiador, a pluralidade da Instituição.²⁰⁰ A tese de Guimarães, além da preocupação em definir as descontinuidades do IHGB ao longo do século XIX, investigou o perfil da elite política e intelectual que constituía o Instituto.²⁰¹ Utilizando das compreensões de José Murilo de Carvalho, argumentou que os sócios, embora possuíssem origens sociais distintas (o que não remete à inclusão das camadas propriamente populares), possuíam certa homogeneidade de formação remanescente de Coimbra e pelo trabalho no serviço público.

Apenas na década de 1850 a esperada *História Geral do Brasil* (1854-1857) foi publicada por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), um dos principais colaboradores do Instituto.²⁰² A narrativa foi estruturada a partir de uma relação de maior proximidade e elogio no que diz respeito à herança lusitana. O historiador procurou demonstrar a continuidade entre o passado colonial e o projeto nacional que vinha sendo produzido, e isso num sentido positivo, tendo por sujeitos de sua história o “homem branco” e o “Estado Nacional”, entes considerados capazes de “civilizar” um país constituído a partir da escravidão. Por meio da conservação da monarquia, o Brasil era definido como a “continuação da história da metrópole”.²⁰³ A obra de Varnhagen projetava a sedimentação de uma história harmônica que não evidenciasse as tensões, contradições e conflitos capazes de levar o Brasil à guerra civil e à fragmentação.²⁰⁴ Nessa interpretação conciliadora com o passado colonial, a Independência não foi considerada uma “revolução”, nem mesmo uma guerra, mas um ato da providência e, a um só tempo e no limite, um erro das elites portuguesas que não entenderam a vocação histórica do Brasil como a promessa da grandeza de Portugal.

A *História Geral do Brasil*, no momento de sua publicação (1854-7), recebeu duras críticas e suscitou intensos protestos no próprio IHGB – o que revela que a produção

¹⁹⁹ *Idem*, p. 81.

²⁰⁰ *Idem*, p. 83.

²⁰¹ *Idem*, p. 92-99.

²⁰² Sobre Varnhagen e a *História Geral do Brasil*, consultar: CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 88-105, 2012.

²⁰³ GUIMARÃES, Lúcia. História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2002, p.79.

²⁰⁴ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 28.

historiográfica no Instituto não fora homogênea, como já pontuara a pesquisa de Guimarães. Entre os elementos que estruturavam a crítica à obra de Varnhagen estava, por exemplo, a visão do autor que negava a contribuição dos povos nativos como entes civilizadores do Brasil. Os escritores românticos, como o poeta Gonçalves de Magalhães (1811-1882), com quem o historiador se enredou em algumas polêmicas, eram os protagonistas na defesa dos indígenas e, portanto, críticos a Varnhagen.²⁰⁵

As censuras renderam um relativo esquecimento ao autor de *História Geral do Brasil*, que foi retomado de modo positivo e crítico, a um só tempo, apenas com o necrológico lhe dedicado por Capistrano de Abreu, em 1878,²⁰⁶ no qual foi lançada a compreensão de Varnhagen como “o primeiro historiador brasileiro”.²⁰⁷ Apesar de criticar a ausência de sínteses no trabalho de Varnhagen, Capistrano considerava *História Geral do Brasil* “como autêntica obra da historiografia em comparação com os trabalhos anteriores dedicados ao mesmo tema, os quais distinguiu como crônicas”.²⁰⁸ Varnhagen atuou, segundo Capistrano, como os bandeirantes de sua terra natal, um “desbravador” que teria aberto os caminhos para a escrita da História brasileira.

Varnhagen, após sua morte, continuou recebendo menções positivas no Instituto, como as de Oliveira Lima (1865-1928) e de Pedro Lessa (1859-1921). Lessa, por exemplo, “invocava Varnhagen como fonte contrária às teorias difundidas a respeito da desconfortável composição étnica do povo brasileiro e de um *pessimismo* daí derivado quanto ao futuro do país”²⁰⁹. As referências póstumas a Varnhagen reivindicavam que sua obra “deveria transmitir lições para enfrentar o presente com *otimismo* em relação ao futuro”²¹⁰ do Brasil. Nesse aspecto, parte significativa dos textos sobre Varnhagen, especialmente os publicados após sua morte, o construíram como um “mito” ao qual se atribuía a origem e as orientações básicas no que tange à escrita da história nacional. Sua obra veio a ser considerada “o produto da institucionalização da reflexão e da pesquisa históricas no IHGB” pela preocupação com a erudição e com o rigor documental.²¹¹ Essa perspectiva auxiliou na construção de um determinado cânone nos protocolos que regimentam a escrita da história. Antonio Candido, por exemplo, considerou

²⁰⁵ Sobre a questão indígena no IHGB: MOREIRA, Vania. “O Ofício do historiador e os índios: uma querela no Império”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010. KODAMA, Kaori. Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. São Paulo: Edusp, 2009.

²⁰⁶ GUIMARÃES, Lúcia. *História Geral do Brasil*. *Op. Cit.*, 2002; GONÇALVES, Sérgio. *A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Brasília – Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n.1, 2013.

²⁰⁷ GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação... Op. Cit.*, 2011, p. 167.

²⁰⁸ *Idem*, p. 168.

²⁰⁹ *Idem*, p. 170 – grifos meus.

²¹⁰ *Idem*, p. 171 – grifos meus.

²¹¹ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil... Op. Cit.*, 2000, p. 28.

Varnhagen “o verdadeiro fundador da historiografia brasileira”²¹², pois, anteriormente a ele, não havia relatos com “diretriz interpretativa” que tenha abordado, naquela época, o processo de construção da nacionalidade “com muito mais competência e amplitude” do que os “estudiosos de literatura procuravam fazer do seu lado”²¹³.

A pesquisa de Manoel Salgado, contudo, observou que a razão para a construção de Varnhagen como pai fundador da historiografia brasileira deve-se menos aos protocolos historiográficos, como a relação com os documentos, por exemplo, e mais em razão de Varnhagen ter sido considerado como aquele que explicitou “os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização europeia”²¹⁴. Ainda que no momento de suas atividades intelectuais muitas de suas posições contrastassem com outros membros da elite política e intelectual, ele, também como membro dessa elite branca, “logrou, com seu trabalho, criar valores e pontos de referência para uma identidade, que no decorrer dos tempos foram sendo adotados por amplas camadas da nação”²¹⁵. Manoel Guimarães defendeu que a “historiografia brasileira quando surgiu tinha um cunho fortemente político, o que tornava muito fluido o limite entre a mitologia nacional e a ciência”²¹⁶.

Temístocles Cezar, levando à frente as intuições sobre a relação entre identidade nacional e a escrita da história no século XIX, de Manoel Guimarães, por meio da figura de Varnhagen, identificou uma linguagem política a qual denomina de “retórica da nacionalidade”. Trata-se de um

conjunto de estratégias discursivas que malgrado a natureza dispersiva de seus elementos constituintes, foi utilizada para *persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum, e conseqüentemente, igual origem e identidade.*²¹⁷

Essa linguagem, por meio da escrita da história e da literatura, visava domar a amplitude discursiva dos debates nacionais, resistindo à pluralidade. Ela exerceria uma espécie de controle sobre as visões possíveis de Brasil e as formas de sua escrita, produzindo a crença de um “patrimônio identitário a ser partilhado, no qual se projeta uma imagem sem rasuras de nação, capaz de neutralizar todos os impasses na integração dos respectivos súditos em uma consciência nacional e histórica”²¹⁸.

²¹² CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2014, p.33.

²¹³ *Idem*, p.34.

²¹⁴ GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos trópicos... *Op. Cit.*, 1988, p. 6.

²¹⁵ GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação*. *Op. Cit.*, 2011, p. 227.

²¹⁶ *Idem*, p. 251.

²¹⁷ CEZAR, Temístocles. Ser historiador... *Op. Cit.*, 2018, p. 20 – grifos meus.

²¹⁸ *Idem*, p. 21 – grifos meus.

As pesquisas de Manoel Guimarães e de Temístocles Cezar ampliaram o campo de estudos historiográficos no que diz respeito às disputas e esquecimentos do processo de apreensão histórica em sua relação com a identidade nacional. Seus objetos se concentraram no IHGB, produzindo uma ênfase das pesquisas de história da historiografia a partir da memória disciplinar – o mapeamento dos protocolos historiográficos sedimentados ao longo do século XIX com impactos decisivos para a reorganização da escrita da história e de novos modelos disciplinares no século XX.²¹⁹

Contudo, a história da historiografia como estudo da memória disciplinar é apenas uma das faces do enraizamento dos modos de produção e acesso ao conhecimento histórico bem como seus impactos na produção da identidade nacional.²²⁰ Antes da criação do Instituto, outros espaços se constituíram em campos igualmente privilegiados para as discussões em torno das apreensões da modernidade, da história de forma geral, do passado “nacional”.²²¹ Há também de se considerar as demandas regionais que tensionariam com a produção historiográfica carioca do IHGB. Marco Morel, levando à frente a noção de “rubro veio historiográfico” de Evaldo Cabral, enfatizou uma vertente historiográfica distinta daquela que teria se constituído em torno do IHGB. O “rubro veio historiográfico” traria uma relação conflituosa com a sede do Império, dando destaque ao nordeste brasileiro, especialmente Pernambuco.²²² Essa historiografia evidenciava conflitos entre o norte e o sul, questionava o projeto centralizador e monárquico e ressaltava o protagonismo de eventos como a Revolução de 1817.²²³

²¹⁹ Sobre a história da historiografia como estudo da memória disciplinar, ver: TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

²²⁰ ARAUJO, Valdei. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana. (Org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 281- 303.

²²¹ Segundo Marco Morel, a noção de espaço público corresponde à cena ou à esfera pública na qual participam diferentes atores que não podem ser apenas confundidos com o Estado, a saber: a esfera literária e cultural - que não está isolada do restante da sociedade e reúne a expressão letrada ou oral dos sujeitos históricos diversos - e os espaços físicos onde se dão as esferas anteriormente mencionadas. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18.

²²² MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997. _____. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed 34, 2004. MOREL, Marco. Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia; SILVEIRA, Marco Antônio. (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007, p. 181-206.

²²³ Sobre as disputas historiográficas entre a Revolução de 1817 e a Conjuração Mineira e seus impactos para o imaginário nacional, ver: RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Revolução Pernambucana e as Disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, v. 6, p. 289-308, 2017. Sobre estudos que investigam a história da historiografia e a história da ciência para além do centro do Império, ver: VASCONCELOS, Eduardo. The history of science in Brazil out of the center. *Journal of Multidisciplinary Developments*, v. 1, p. 122-130, 2016.

Nesse sentido, a demanda por história não se restringia aos espaços institucionais, como o IHGB, ou à administração pública.²²⁴ Pesquisas mais recentes, como as realizadas por Valdeci Araujo, sugerem que, no Império do Brasil, o crescimento da esfera pública resguardava distintas “formas de produção, apresentação, circulação e consumo da história, seja na imprensa, na literatura, nas instituições educacionais e em iniciativas do mercado editorial”²²⁵. Trata-se de espaços que construíram demandas e características próprias para compreensão da experiência histórica, possibilitando a emergência de letrados com perfil de atuação mais dinâmico – “jornalístico”, “educativo” – por meio do qual buscavam formas alternativas de escrita da história, mais aberto às influências da luta política, à história contemporânea, às flutuações e permanências do “gosto” de um público não especializado.²²⁶ Esse espaço não se ofuscou após a criação do IHGB, pelo contrário, protagonizou convergências e disputas significativas. Valdeci Araujo apresenta a hipótese de que, no Império do Brasil, havia diferentes “regimes de autonomia” intelectual que afetavam a escrita da história. Essa categoria diz respeito ao “arranjo de forças históricas que possibilita um determinado discurso ganhar individualidade e diferenciar-se”²²⁷. Trata-se da possibilidade de descrever “como a interação dessas forças afeta e configura o discurso, em especial a relação entre os vetores autor/produtor, leitor, circulação/consumo, linguagens, conceitos e mídias”. A categoria procurou pôr em diálogo demandas provenientes “do Estado, do mundo da política, do mercado editorial, dos leitores e do mundo ‘especializado’ e letrado, e mesmo da emergente preocupação com um ensino público de história”²²⁸.

Postas essas vertentes, que não se excluem, esta pesquisa situa-se nos estudos de história da historiografia brasileira, atento ao fato de que questões políticas em torno da identidade nacional ajudaram a definir os debates, discursos e protocolos historiográficos do campo no Brasil, como propuseram Manoel Salgado e Temístocles Cezar. Mas se além também ao fato de que a expansão do olhar para além do IHGB (sem abandoná-lo) permite ampliar a compreensão sobre outras formas possíveis para escrita da História. Mais importante que a polarização entre a escrita da História antes/depois, dentro/fora do IHGB é o avanço na

²²⁴ A formação dos espaços públicos nesse momento no Brasil, como a esfera literária e cultural e os espaços físicos, embora estivessem inter-relacionados, não podem ser confundidos com a influência da administração pública. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos...* Op. Cit., 2005.

²²⁵ ARAUJO, Valdeci. Narrativas populares no Museu Universal: a experiência do tempo para além da história disciplinar. In.: AVILA, Artur; NIZOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, versão e-book.

²²⁶ ARAUJO, Valdeci. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia história*, v.31, n.56, p. 365-400, 2015.

²²⁷ ARAUJO, Valdeci. Narrativas populares no Museu Universal... *Op. Cit.* 2019, p. 6.

²²⁸ *Idem.*

identificação dos modos de silenciamento do pensamento “brasileiro” ligado a versões menos otimistas e menos harmônicas sobre a identidade “brasileira”. A discussão leva à identificação de outros projetos de nação soterrados para além da hegemonia saquarema, efetivada na década de 1850.

A pesquisa de Marcelo Rangel, por exemplo, mostra que, embora os primeiros românticos tenham participado e ocupado espaços importantes na construção do Estado Imperial Brasileiro ao longo das décadas de 1830 a 1860, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Torres Homem não foram mencionados na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, que tinha por principal biógrafo o letrado e político Justiniano José da Rocha (1812-1862).²²⁹ Rangel atribui à crítica desempenhada pelos autores românticos à história do Brasil uma das possíveis razões para esse “esquecimento”. Os românticos “vulgarizaram”, por meio da literatura e da imprensa periódica (entendendo esses espaços como lugares de produção crítica em sintonia com o *ethos* liberal e burguês em expansão), interpretações menos harmônicas sobre a identidade “brasileira” – o egoísmo seria o sentido básico que orientaria os homens e mulheres da “boa sociedade”. Como já abordado no capítulo anterior, o projeto estético e civilizatório desses letrados articulava uma experiência melancólica que evitava tanto um otimismo ingênuo (acrítico) sobre o futuro do Brasil quanto um pessimismo radical capaz de evitar a proposição de alternativas. A análise de Marcelo Rangel integra as preocupações de restituir ao pensamento brasileiro do século XIX seus espaços críticos, observando que os primeiros românticos não eliminaram de suas expectativas e atividades intelectuais e políticas, sobretudo nas décadas de 1830 e 1840, a ênfase dos “perigos” aos quais o “povo brasileiro” estava exposto mediante sua “origem” determinada pela violência colonial, como a escravidão.

*

É na convergência dessas perspectivas que tematizam os horizontes historiográficos e a relação deles com interpretações possíveis (mais ou menos harmônicas) para a história do Brasil que a figura de José Inácio de Abreu e Lima e os debates nos quais ele se enredou junto ao IHGB e à esfera pública apresentam-se como fontes privilegiadas neste capítulo. A querela considerada a que instituiu as disputas acerca dos protocolos historiográficos no Brasil foi

²²⁹ A primeira caricatura feita no Brasil, vendida separadamente pelo Jornal do Comércio em 1837, é atribuída a Araújo Porto-Alegre. A peça, denominada “A campanha e o cujo”, acusa Justiniano José da Rocha, então novo editor do Correio Oficial, de ser cooptado pelo governo. A crítica, segundo Valdeci Araujo, “ao denunciar o caráter supostamente mercenário da ação de Rocha, Porto Alegre evocava uma concepção romântica de autoria que valorizava a originalidade e a inspiração, mas também confirmava as reclamações do Cônego Januário da inexistência de um espaço institucional letrado. [...] Essa relação mais direta com o mercado, ensaiada por Rocha, seria contraposta à ideia de uma vida intelectual autônoma subsidiada pelo poder público” ARAUJO, Valdeci. *Historiografia, nação e os regimes de autonomia... Op. Cit.*, 2015, p. 391-392.

protagonizada por Varnhagen e Abreu e Lima em torno do *Compêndio da História do Brasil* (1843), de autoria do general. O autor da futura *História Geral do Brasil* acusou Abreu e Lima de plagiário, especialmente, da obra do historiador francês Alphonse de Beauchamp, vetando a prática compilatória utilizada no *Compêndio* por Abreu e Lima.

A acusação de plagiário, feita por Varnhagen a Abreu e Lima, foi um dos aspectos de destaque dos estudos que mapeiam o processo de institucionalização do campo. A história da historiografia tem explicado essa querela a partir de uma polarização entre práticas antigas e modernas, na qual o método compilatório presente em uma longa tradição clássica teria caído em desuso e descrédito com a emergência de novas compreensões sobre a história.²³⁰ Não esteve entre os objetivos desta tese negar essa argumentação, tanto porque ela está correta. Mas procura-se ampliar o problema.

Para Lúcia Guimarães, a historiografia tem abordado “erroneamente” essa polêmica. Os trabalhos sobre o tema explicam a acusação de plagiário feita por Varnhagen por meio da argumentação dele próprio, ou seja, a crítica e a negação do método compilatório, que teria sido vetado pelo Instituto como prática historiográfica. No entanto, segundo Lúcia Guimarães, alguns anos mais tarde, Abreu e Lima seria reabilitado pelo IHGB como um “bom compilador, imparcial e justo”²³¹. Ainda segundo a historiadora, outro argumento comum da historiografia para o veto a Abreu e Lima se justificaria pelas inclinações republicanas do general, ex-combatente do exército de Simon Bolívar.²³² Mas um dos “paradoxos” de Abreu e Lima deve-se justamente ao fato de ter sido um defensor da República ao lado de Bolívar e, a um só tempo, um entusiasta da unidade conquistada pelo Império do Brasil a partir da determinação monárquica, tema abordado no primeiro capítulo.

Não se pode deixar de observar que a “definição” dos métodos e critérios considerados modernos e científicos no que diz respeito a uma “história da historiografia” foram organizados no século XX, especialmente com a pesquisa de José Honório Rodrigues.²³³ Apesar de

²³⁰ Entre os trabalhos mais recentes sobre a questão, consultar: SANTOS, Pedro. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 44-62, 2013. MEDEIROS, Bruno. *Plagiário... Op. Cit.* 2012.

²³¹ GUIMARÃES, Lúcia. O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*. v. 14, n. 25, 2012, p. 43.

²³² *Idem*, p. 43-44.

²³³ Sobre as pesquisas consultadas que investigam o trabalho de José Honório Rodrigues, ver: FREIXO, André de Lemos. Capistrano de Abreu, intérprete de José Honório Rodrigues? In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de Crítica Histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 83-106. _____. Corpo e alma: História e Tradição no pensamento de José Honório Rodrigues. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. A. 174 (461), p. 329-354, 2013. _____. Um ‘arquiteto’ da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011. GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das [et al.] (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.

compreender que Abreu e Lima foi o primeiro a concretizar uma periodização da história brasileira, Rodrigues o considerou distante do “apuro e competência” de Varnhagen, isso porque lhe faltava “tempo e obstinação para pesquisas demoradas ou porque carecesse de seriedade no trato da matéria histórica”²³⁴. Sobre a leitura de José Honório a respeito de Varnhagen, existe uma ambiguidade que vale a pena destacar. Géssica Guimarães, atenta à ampla produção historiográfica sobre os trabalhos de Rodrigues, ajuda-nos a identificá-la. A historiadora revela que Rodrigues mapeou duas operações historiográficas em Varnhagen. A primeira seria epistemológica, relacionada à crítica das fontes. A segunda seria de caráter ideológico, na qual o pertencimento histórico de Varnhagen à elite imperial era valorizada e instrumentalizada na História que fazia. Embora Rodrigues discordasse amplamente da perspectiva ideológica de Varnhagen, o historiador concordava que o gesto historiográfico de emitir juízo poderia compor instrumentos distintivos à prática histórica. Embora fosse importante o “fetichismo dos fatos e dos documentos”, o exercício do “juízo do historiador, criador da historiografia e da própria história nos seus efeitos futuros” também era um espaço de atuação importante a ser valorizado.²³⁵ De forma geral, Rodrigues trazia como provocação à prática historiográfica certo compromisso com a disputa das bases ideológicas. Mediante essa questão, Géssica Guimarães sugere a tematização de um desafio para historiografia que diz respeito ao “reconhecimento da escrita dos historiadores como um ato político”. Ela propõe, ainda, que:

[...] Rodrigues possa nos inspirar não apenas como pioneiro nos estudos de história da historiografia brasileira, mas também como um historiador irônico, disponível a tratar questões da “ordem do dia” e que não se exime em perceber na escrita na história o jogo de interesses entre os que dominam e aqueles que precisam lutar pelos seus direitos.²³⁶

Podemos, assim, usar a posição de Rodrigues para avaliarmos seu próprio trabalho. Mesmo que o entusiasmo de Rodrigues por Varnhagen não estivesse relacionado propriamente ao “fetichismo dos fatos e documentos”, mas a uma postura ideológica, fato é que os estudos de história da historiografia que Rodrigues ajudou a sistematizar deram mais ênfase ao “mito” do Varnhagen “científico”. Esse mito ajudou na construção de um imaginário, no qual Varnhagen foi tido como autor moderno e científico, adepto da neutralidade (posteriormente,

277-292. GUIMARÃES, Géssica. José Honório Rodrigues e a autonomização da história da historiografia no Brasil. *Revista do IHGB*. A. 179 (476), p. 97-126, 2018.

²³⁴ RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 62.

²³⁵ RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 14.

²³⁶ GUIMARÃES, Géssica. José Honório Rodrigues e a autonomização da história da historiografia no Brasil. *Op. Cit.*, 2018, p. 119.

problematizado e desconstruído pelas pesquisas de Manoel Salgado e Temístocles Cezar). Abreu e Lima, na contramão, foi tido como atrasado e arcaico, não só pelo tratamento conferido às fontes, mas por se expor politicamente de forma exagerada. Esse destaque em Varnhagen, apesar de relevante para a compreensão dos protocolos historiográficos correntes no campo, não abrange as demais experiências da apreensão e escrita da história existentes no Império do Brasil e suas consequências para a historiografia no século XX.

Procura-se argumentar que o entendimento da querela entre Abreu e Lima e Varnhagen, além das distintas compreensões sobre as funções e caminhos da História (as quais iremos percorrer), também precisa acompanhar a “distância histórica” em relação à herança colonial, um dos pontos centrais de organização das narrativas sobre o Brasil no período. A partir de Varnhagen encontra-se um viés mais “harmônico” e “conciliador” com o passado colonial, já com Abreu e Lima há mais tensões e críticas que o impedem de uma projeção positiva do futuro do Brasil. A figura de Abreu e Lima traz elementos que complexificam, portanto, a linguagem da “retórica da nacionalidade”, pois o passado comum evocado nela constitui mais uma fonte de problemas do que de soluções ao “progresso” do Brasil. Embora pudesse estar no horizonte do autor pernambucano uma neutralização das tensões com a história colonial, ele não consegue realizá-la. Procuro mostrar, desse modo, que a querela entre Abreu e Lima e Varnhagen remete para um “estrato temporal” que reúne experiências modernas ambíguas em relação ao passado e ao futuro. De um lado, a expectativa de continuidade como um recurso de produção de segurança para o futuro; do outro, uma necessidade de afastamento imediato com o passado (exatamente porque ele parece demasiadamente próximo).

Pretendo mostrar, ainda, que a formação dos campos de autonomia intelectuais, como sugeridos por Valdeci Araujo, não se constitui a despeito das expectativas esboçadas sobre o futuro do Brasil e dos debates da nacionalidade. A noção de autonomia dos perfis e espaços intelectuais não pode ser tomada como encerradas em si mesmas. É preciso se perguntar sobre as condições de possibilidade dessa autonomia. Para isso, evita-se entender o IHGB e a esfera pública como autônomos entre si de forma apriorística. Espero conseguir apresentar que foi o entrecruzamento das expectativas e frustrações em torno da temporalidade, da escrita da história e das condições materiais e técnicas que permitiu a delimitação desses espaços. Acrescento, ainda, que o perfil intelectual no qual Abreu e Lima se enredou – mais próximo à esfera pública, ao mercado editorial, a um público leitor menos especializado, ao “ensino” – não se constituiu primordialmente pelos métodos de escrita da história que utilizou, como a compilação. A repercussão da trajetória do general posta à margem na história da historiografia relaciona-se também à (in)capacidade dele de organizar em sua narrativa expectativas positivas

e harmônicas sobre o Brasil a partir da colonização. Com isso, procuro acrescentar que a negação de Abreu e Lima e a preferência por Varnhagen que chega a Antônio Candido e a José Honório Rodrigues, por exemplo, se dá, entre outras razões, por uma tendência de mediação da crítica colonial que acabou por hierarquizar o pensamento brasileiro, reduzindo o olhar sobre as possibilidades de Brasil em jogo.

Sobre o que esperar de uma História do Brasil: Martius e a perfectibilidade

A dissertação *Como deveria ser escrita a História do Brasil*, de Von Martius, publicada pelo IHGB em 1844, e posteriormente premiada, sugeriu que a futura História sobre o Brasil deveria ser filosófica: explicitaria o caminho e a contribuição da antiga América portuguesa para o progresso universal que tinha a Europa como palco e como centro de irradiação. O eixo interpretativo dessa “contribuição” determinado pelo viajante alemão girou em torno do elogio à miscigenação como parte das crenças do século XIX sobre a existência das “raças humanas”. Como um rio principal, o sangue português teria recebido outros dois afluentes: a raça indígena e a etiópica[sic]. Desse encontro teria nascido a população mestiça brasileira. Tendo cada uma delas “um movimento histórico característico e particular”, deveriam ser pesquisadas e reunidas em uma narrativa.²³⁷

Na abordagem da relação entre as “raças” foi colocada por Martius a diferenciação e estratificação entre os três povos. O português, na condição de “descobridor, conquistador e senhor”, teria influído “poderosamente” no desenvolvimento do país, instituindo “as condições morais e físicas para um reino independente”.²³⁸ O indígena e o afro-brasileiro, ao “*reagirem* sobre a raça predominante”²³⁹, produziram novos elementos físicos, culturais e civis. Mas ainda precisariam ser inseridos no processo “civilizatório”, sendo necessário estudar os meios “de sua educação moral e civil”.

O indígena contribuiria com a civilização a ser construída no Brasil a partir de sua presença e relação com a natureza. Martius abordava-o como um ente físico cujos aspectos intelectuais e culturais seriam inexistentes, exceto se pesquisas históricas e arqueológicas descobrissem algum passado monumental dos povos que habitavam o território correspondente ao Brasil. Enquanto vestígios de uma civilização perdida não fossem encontrados, o colono

²³⁷ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010, p. 64.

²³⁸ *Idem*.

²³⁹ *Idem* – grifo meu.

português se manteria no protagonismo da estruturação da nacionalidade brasileira. Daí a necessidade do destaque às escolas e aos métodos lusos de ensino. Era preciso ocupar-se “com o progresso da poesia, retórica e todas as outras mais ciências em Portugal, mostra[ndo] a sua posição relativa às mesmas no resto da Europa, e aponta[ndo] qual a influência que exerceram sobre a vida científica, moral e social dos habitantes do Brasil”²⁴⁰.

Além das demandas consideradas eruditas e letradas, os mitos populares também precisariam ser estudados. Eles permitiriam identificar as “várias conjunturas na vida do povo, e [colocá-las] em relação com a essência do grau de civilização intelectual em geral”, resultando em observações tanto “históricas como etnográficas”²⁴¹. Esse aspecto abrigaria uma das “poucas” contribuições dos povos afro-brasileiros que, ao gostar de falar, “o seu modo africano de pensar, seu fetichismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturais ou milagrosos”²⁴². Excetuando a proximidade dos descendentes africanos com os mitos e a cultura oral e sagrada, eles deveriam ser estudados apenas pelas relações estabelecidas com os colonizadores, tendo Martius, desse modo, reduzido a tematização da cultura afro à escravidão. Para o autor, os estudos sobre a história dessa cultura deveriam centrar-se na organização das feitorias portuguesas na África e na organização do tráfico em geral. O viajante alemão reforçou, ao longo de sua dissertação, que “nos pontos principais a história do Brasil *será sempre a história de um ramo de portugueses*; mas para ser completa e merecer o nome de uma história *pragmática*, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia”²⁴³.

A “verdadeira historiografia” brasileira, para Martius, precisaria evitar fatos e circunstâncias insignificantes; relação minuciosa e excesso dos acontecimentos, os feitos e não feitos de cada governante, fatos sobre a administração das cidades, municípios e bispados bem como o excesso de citações. Nesse sentido, as obras até então disponíveis não atenderiam a essa expectativa, pois teriam todos esses elementos e comporiam “espírito de crônicas”²⁴⁴. A História a ser escrita teria um caráter pragmático ao incentivar virtudes cívicas como o patriotismo, coragem, constância, indústria, fidelidade e prudência. Ela não poderia se aproximar de uma história utópica (leia-se republicana), geralmente incentivada por uma

²⁴⁰ *Idem*, p. 78.

²⁴¹ *Idem*, p. 80.

²⁴² *Idem*.

²⁴³ Tendo cada uma dessas raças “um movimento histórico característico e particular”, deveriam ser pesquisadas e suas contribuições à nação reunidas em uma narrativa. *Idem*, p. 64.

²⁴⁴ *Idem*, p. 81.

“imprensa desenfreada”. Martius deixava clara a obrigatoriedade de uma História que defendesse a Monarquia Constitucional, capaz de promover a unidade entre as províncias.

Para cumprir seus aspectos pragmáticos e acessíveis, o texto deveria ser escrito em um só volume, em “estilo popular, posto que nobre”. Popular aqui demanda uma proximidade com a oralidade, uma linguagem simples, não empolada, não sobrecarregada de erudição ou de citações sem razões. Deveria aproximar-se mais da crônica (no que tange ao estilo, não aos conteúdos) do que de investigações históricas secas e puramente eruditas. Martius lançou mão do pragmatismo e o direcionou para a realização de uma narrativa nacional filosófica e popular.²⁴⁵ Em função desse último aspecto deveria assemelhar-se a um Epos, uma epopeia, narrativa que contemplaria um povo ainda em “desenvolvimento progressivo”.

Além da hierarquia e particularidades de cada “raça”, outro elemento deveria ser popularizado. A história do Brasil não poderia estruturar-se pela evidenciação dos conflitos sociais e políticos entre os povos presentes no território. Sem lançar mão de “calor e viveza” em sua narrativa, o historiador que se propusesse nesse empreendimento deveria provocar emoção no leitor, mas estando em acordo com o projeto político vigente (a monarquia e a escravidão). A violência imposta pelos europeus deveria, portanto, ser ocultada. Em um contexto no qual aumentavam as críticas, especialmente por parte dos românticos, à dizimação dos povos indígenas, Martius reagiu responsabilizando os próprios nativos pela violência do processo colonizador: “eles [os indígenas] exerceram sobre os colonos uma influência negativa tão somente por quanto só os forçaram a acautelarem-se contra as suas invasões hostis[...]”²⁴⁶. Os portugueses seriam desbravadores altruístas que abandonaram seus direitos em Portugal para construir um novo reino em terra desconhecida e ainda teriam tido que enfrentar a hostilidade imposta pelos nativos. A hostilidade indígena, segundo Martius, contudo, teria sido positiva para impulsar os portugueses ao interior do país. A ocupação do sertão sedimentava a civilização a partir de suas principais atividades: a guerra e o comércio. A exploração do território americano pelos portugueses equivaleria à realização do espírito próprio do tempo, de seu progresso e desenvolvimento.

O que se esperava de uma história filosófica a ser popularizada no Brasil, portanto, segundo a dissertação de Martius, era a descrição do percurso de sua “perfectibilidade”. O narrador que estruturasse sua versão com base nos conflitos (do europeu em relação às “raças” americanas e africanas) não poderia ser considerado historiador, pois não respeitaria o princípio

²⁴⁵ “[...] Entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; [...] uma história popular vem muito a propósito [...]”. *Idem*, p. 86.

²⁴⁶ *Idem*, p.72.

da imparcialidade, a saber: acreditar no desenvolvimento progressivo da humanidade – “um historiador que mostra desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima de vistas parciais ou odiosas”²⁴⁷.

Manoel Salgado considerou que Von Martius esteve entre os sujeitos cujos trabalhos históricos impactaram na construção do imaginário de que o Brasil seria uma democracia racial.²⁴⁸ Analisando ainda as cartas de Martius ao Instituto, Salgado identificou, ao que tudo parece, que o IHGB havia sugerido ao próprio Martius a escrita da obra, cujo projeto apresentara ao Instituto. Ao dissertar sobre como a história deveria ser escrita, o alemão apresentou uma síntese de suas impressões que, por meio da premiação do IHGB, pretendia atuar como norte para aquelas que viriam posteriormente.

A história de Martius seria, como ele mesmo definiu, marcada por seu caráter filosófico. O termo “história filosófica”, usado pelo filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, refere-se a um tipo de História que pressupunha uma identificação de regularidades no curso do tempo capazes de desvelar uma pulsão que determinaria o futuro, organizando as expectativas sobre ele. Partia-se do pressuposto de que alguns acontecimentos e indivíduos concentrariam e revelariam com mais força o “espírito do tempo”: a história seria determinada por uma razão; uma tendência universalizante manifestada no tempo e no espaço, a partir da qual ações e valores se espalhariam capazes de mudar a vida cotidiana. No esteio dessa definição hegeliana de história filosófica, a ciência, sobretudo a histórica, não poderia ter como desejo “apenas acumular conhecimentos”²⁴⁹, mas revelar que os fatos não estariam entregues ao acaso. Trata-se da crença de que a história teria um plano cuidadosamente executado pela providência a se realizar na Terra. Mas o filósofo da história não poderia pressupor a existência desse plano – “não podemos nos ater a miudezas da crença na Providência, e menos ainda à crença abstrata e indeterminada, que apenas quer generalizar, ou seja, supor que existe uma Providência”²⁵⁰. A história filosófica exigia o reconhecimento da manifestação racional da divindade no mundo, também chamada de progresso, por meio de uma perspectiva imanente.

Julio Bentivoglio, ao estudar o processo de institucionalização da história no Brasil com base no IHGB, o fez não a partir dos textos fundadores como os de Januário da Cunha Barbosa, mas esteve mais atento ao perfil dos artigos publicados nos onze primeiros anos do Instituto,

²⁴⁷ *Idem*, p. 66 – grifos meus.

²⁴⁸ GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação... Op. Cit.*, 2011, p. 129.

²⁴⁹ HEGEL, Georg. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 2008, p. 17.

²⁵⁰ *Idem*, p. 20.

atento ao seu caráter mais geral.²⁵¹ Bentivoglio defende que Martius, além de Varnhagen e Tristão de Alencar, foi importante na agenda temática do Instituto, que tinha sua “perspectiva política para a história brasileira, relacionada com as raças e a Independência”²⁵². Bentivoglio considera, ainda, que a história proposta por Martius buscava superar “um tipo de história que vinha sendo combatida na Alemanha, porque cronológica, filosófica e universalista; inspirada em Schiller ou em Hegel”²⁵³. Martius, para Bentivoglio, se aproximaria da história praticada por Ranke, “mais próxima ao particular, à compreensão dos nexos entre os eventos, ao encontro com o espírito do povo e da nação. Uma história que buscava ser mais cientificamente orientada, pautada pela crítica das memórias, documentos e testemunhos”²⁵⁴.

Apesar dessa relação de Martius com a proposta de Ranke, como nos fala Bentivoglio, o aspecto que organiza a noção de perfectibilidade do projeto do viajante alemão não deixa de estar próximo de uma metanarrativa direcionada ao futuro: a idealização da miscigenação. Na proposta de Martius, a violência do colonizador e as assimetrias estruturais entre os povos que aqui habitavam precisavam ser obscurecidas para inserção do Brasil na história universal. Essa última, objeto da história filosófica, lidaria com indivíduos, que formariam os povos, que formariam a totalidade, os Estados.²⁵⁵ Identificar esse percurso de formação equivaleria à possibilidade de reconhecer a “perfeição” – a qual assumiria sua face em um processo histórico e racional. Na história hegeliana, a busca pelo entendimento da razão do mundo, a perfectibilidade das coisas, exigia um gesto de “reconciliação” com o mal.²⁵⁶ O mal, nesse contexto, equivale aos elementos históricos conflitivos e desarmônicos que deveriam se neutralizar por meio de um processo dialético. Martius, na sua proposta de uma história filosófica e popular, colocava a conciliação como princípio entre o encontro das “raças”. Isso significou a neutralização, o descrédito, o desencantamento das experiências, as ontologias, práticas dos povos indígenas e afro-brasileiros. O IHGB, ao premiar o texto de Martius, em 1847, autorizava, junto e a despeito das tensões que o constituía, uma história que se considerava mais adequada para definir a “harmoniosa” e “tolerante” nação brasileira.

Os horizontes historiográficos do Compêndio do Brasil

²⁵¹ BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História. Questões e Debates*, v. 63, p. 287-315, 2016.

²⁵² *Idem*, p. 307.

²⁵³ *Idem*, p. 293.

²⁵⁴ *Idem*.

²⁵⁵ HEGEL. *Filosofia da História. Op. Cit.*, 2008, p. 20.

²⁵⁶ *Idem*, p. 21.

O texto de Martius foi escrito em Munich em janeiro de 1843. Em maio do mesmo ano, os editores Eduardo e Henrique Laemmert anunciavam nos principais jornais de diferentes províncias do Império o *Compêndio da História do Brasil*. O livro viria suprir a expectativa da “primeira” História sobre o país escrita por um brasileiro, disputando espaço entre as histórias produzidas por autores europeus. Os editores afirmaram que as narrativas publicadas anteriormente, além de “mau gosto”, constituiriam uma “especulação estrangeira”. O *Compêndio* era apresentado como o fim da importação da visão do Brasil. Vendia-se “uma obra toda Brasileira”, incluindo o papel no qual fora impressa.

O anúncio ressaltava, ainda, que a “compilação” realizada pelo general fora cuidadosa: consultou-se livros publicados desde o século XVI, corrigindo fatos históricos por meio da “mais sã hermenêutica” e aqueles considerados demasiadamente controversos foram explicados detalhadamente nas notas de rodapé. Os documentos anexados seriam raros e ou esquecidos. O anúncio dava destaque ao índice cronológico, que, além de “minucioso e exato”, talvez fosse “a parte mais curiosa e importante” do trabalho. A narrativa seguiria uma boa divisão em épocas e estas em períodos – estratégia que facilitaria a leitura; em “uma só vista” seria possível identificar os principais elementos de uma época. O anúncio observava ainda a ausência de originalidade da obra do general. A compilação, método de escrita utilizado por Abreu e Lima, contrapunha-se à noção de um texto original. Mas ela era a alternativa mediante o pouco “apoio do governo em um país onde não havia arquivo público”. Os editores, contudo, anunciavam que o estilo de Abreu e Lima “cheio de elegância, energia e concisão” garantiria o sucesso do empreendimento, a despeito do método compilatório. Vale mencionar que o único “concorrente” mais imediato ao projeto de Abreu e Lima seria a segunda edição do livro do Bellegarde, do qual reivindicava ser o autor, afastando-se da ideia de suposta tradução da obra de Ferdinand Dennis.²⁵⁷

No mesmo ano, 1843, o livro de Abreu e Lima teve duas edições diferentes. A primeira, organizada em dois volumes, reunia o prefácio, noventa e nove notas, documentos e sete retratos que indicavam a composição de um panteão: d. Pedro I, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Felipe Camarão, Henrique Dias, d. Pedro II e José Bonifácio. A segunda edição reunida em um único volume suprimiu esses elementos deixando apenas 17 das 99 notas, pois, em razão do preço e do tamanho, a obra não poderia aspirar à circulação que os editores tinham em vista. Essa redução, segundo os Laemmert, não comprometeu o conteúdo do livro e poderia ser mais aproveitada “pelos pais de família” e “útil aos colégios”. A segunda edição era,

²⁵⁷ MENDES, Daniel. *Cultura de História... Op. Cit.*, 2019.

portanto, mais adequada à “vulgarização da leitura” do *Compêndio* que foi de fato adotado como livro de referência para a disciplina de História do Brasil no Colégio D. Pedro II entre os anos de 1851 e 1861, quando foi substituído pelo manual de Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882).

A pesquisa de Valdei Araujo sobre os “regimes de autonomia intelectual” revela formas distintas e competitivas de escrita da história no Império. De um lado, uma prática compilatória voltada para uma “demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais profundamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não-especializado”. De outro, estaria o arquétipo disciplinar “que precisou abrir e legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições”²⁵⁸. Tomando como base essas observações, o *Compêndio*, de Abreu e Lima, nasceu enredado junto a esses dois horizontes intelectuais e historiográficos. Selma Rinaldi Mattos, ao destacar as diferenças entre as expectativas dos editores e a do autor, reforça essa intuição:

se aos editores interessava um livro escolar, ou um ‘compêndio para a instrução pública’ [...] que pressupunha um leitor específico, o aluno –, esta não era a intenção ou preocupação do autor, razão pela qual se deva guardar certa cautela ao se atribuir a Abreu e Lima autoria do primeiro livro didático de história do Brasil.²⁵⁹

A observação de Rinaldi Mattos é importante para impedir uma classificação de Abreu e Lima *a priori* como representante do ensino básico, já que seu livro é considerado muitas vezes, por uma historiografia relacionada ao ensino de História, como um dos primeiros manuais didáticos do Império. Não é possível afirmar/negar que a intenção de Abreu e Lima era que seu livro tornasse um manual didático no Colégio Pedro II. Lúcia Bastos observou que Abreu e Lima, ao dedicar o livro para o uso da mocidade brasileira, tinha em vista um público escolar.²⁶⁰ Selma Rinaldi Mattos, na contramão, observa que Abreu e Lima direcionava-se para um “leitor-moço”, não necessariamente para um “leitor-aluno”, como faria posteriormente Manuel de Macedo em suas *Lições*.²⁶¹

As edições distintas do livro no mesmo ano remetem a expectativas diferentes entre o autor e os editores bem como a demandas por histórias distintas que só definiram os padrões intelectuais após sua recepção. Da mesma forma que se esperava uma história geral do Brasil mencionada desde a primeira sessão do IHGB, também ansiava-se por um livro de História a

²⁵⁸ ARAUJO, Valdei. *Historiografia, nação e os regimes...* *Op. Cit.*, 2015, p. 365.

²⁵⁹ MATTOS, Selma Rinaldi. *Para formar os brasileiros*. O *Compêndio* da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007. p. 105.

²⁶⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

²⁶¹ MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros...* *Op. Cit.*, 2007, p. 96.

ser utilizado no Colégio D. Pedro II. Na sessão de 08 de fevereiro de 1840 realizada no IHGB, Justiniano José da Rocha, professor de História Pátria do Colégio, reclamava a necessidade de um compêndio. Ele chegou a propor a criação de uma comissão para organizá-lo. Mas o secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, vetou a proposta por considerar que em “alguns pontos” a história do Brasil ainda estava obscura (sem viés interpretativo) e também que o *Resumo* de Bellegarde, utilizado pelo colégio entre 1841 e 1850, era adequado às demandas daquele momento.²⁶²

O *Compêndio*, de Abreu e Lima, revela que identificar a autonomização das experiências historiográficas no século XIX não é um processo simples, porque muitas vezes nascem imbricadas e relacionadas umas às outras. O momento analisado ainda não possuía um cânone definido, ele estava em disputa. O *Compêndio*, em suas duas edições em 1843, tentava atender simultaneamente duas demandas historiográficas. Abreu e Lima, como membro do IHGB, direcionava seu livro para seus pares letrados, eruditos e versados em História do Brasil. Mas junto à mediação dos editores, outros públicos eram pleiteados; embora restrito a uma pequena população alfabetizada do Império, o livro aspirava a um *status* mais pragmático, popular e “escolar”.

A recepção da obra, sobretudo pelo IHGB, como analisaremos adiante, “obrigou” Abreu e Lima a aproximar-se das intenções dos editores. O *Compêndio* indica a convivência de práticas historiográficas que só foram se tornando mais claras a partir de seu acolhimento e de sua rejeição. Foi a crítica (a aceitação ou não da obra) que definiu os silenciamentos e canonizações dos exercícios e dos conteúdos historiográficos. É importante observar que seguimos algumas das considerações acerca das linguagens histórico-políticas propostas por John Pocock.²⁶³ As intenções de um autor não podem se constituir previamente a alguns fatores. Elas ocorrem dentro de um determinado horizonte de ações possíveis, ou seja, suas expectativas não existem de modo independente de linguagens historicamente constituídas e, por isso, mobilizadas no texto: “A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para anunciar intenções outras que não as suas”²⁶⁴. O segundo fator que se desdobra deste é que as intenções de um autor só tornam-se concretas na medida em que o texto é publicado. O autor só sabe o que disse após ver o que disse. Contudo, a publicação não assegura a realização das intenções. Ao contrário, ela, ao abri-lo para a

²⁶² *Idem*, p. 94-95.

²⁶³ POCOCK, John Greville Agard. O Estado da Arte. In: *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 23-62.

²⁶⁴ *Idem*, p. 29.

recepção, torna expressivas as diferenças entre “intenção” do autor e o efeito que o texto causa. Há ainda uma segunda diferença entre a consciência do autor sobre os efeitos causados por seu texto e os efeitos propriamente ditos.

Nesse aspecto, o texto é uma performance, sua recepção ao longo do tempo “o impossibilita enquanto ação de terminar-se ou interromper-se” bem como de congelar seus significados.²⁶⁵ Ele é polivalente. Não possui uma unidade prévia, por isso é uma performance articulada sincrônica e diacronicamente: um jogo de intenções que cruza os interesses iniciais do autor e sua recepção no momento de sua publicação e ao longo do tempo. Um texto que mobiliza linguagens histórico-políticas só torna-se canônico, investido de autoridade, a partir da recepção crítica por atores históricos. O texto opera como um ato de comunicação marcado pela anunciação, réplicas e trélicas, constituindo, assim, uma “comunidade linguística”, um universo discursivo específico preenchido por ideias e temas determinados, em que os integrantes, por meio de leituras e diálogos, vão expandindo e complexificando tal agenda de discussão. Ao longo do tempo, a autoridade conquistada, especialmente quando organizada institucionalmente, sustenta a existência de paradigmas e dificulta outras elaborações discursivas. Mas, ao ser reivindicado, o texto está sempre exposto a novas intenções abertas ou não por ele.²⁶⁶

A partir dessas observações, procuramos nas seções seguintes deste capítulo e do próximo compreender a constituição das expectativas historiográficas das quais Abreu e Lima fez parte, evidenciando que suas “intenções” não estavam previamente estabelecidas. Se, na perspectiva dos editores, o *Compêndio* em volume único estaria voltado para leitores mais gerais, como “pais de famílias” e escolas, inicialmente, a proposta de Abreu e Lima direcionava-se ao IHGB. Um exemplar dedicado ao Imperador foi enviado ao Instituto junto a uma carta datada de 08 de setembro de 1843, endereçada ao secretário Januário da Cunha Barbosa e lida em sessão de 14 de setembro de 1843.²⁶⁷

As expectativas de Abreu e Lima

Na carta a Januário Barbosa, Abreu e Lima revelava sua expectativa de que o Instituto acolhesse seu livro. Ele não seria “perfeito”, em razão das dificuldades para obter documentos e esclarecimentos, tendo o autor que “mendigar porta em porta a mais insignificante data,

²⁶⁵ *Idem.*

²⁶⁶ *Idem.*

²⁶⁷ Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 08 de setembro 1843. Disponível no Instituto Histórico e Geográfico.

encontrando quase sempre [...] mesquinho acolhimento com muito poucas honrosas exceções”²⁶⁸. Mas a obra teria um mérito, observou o próprio autor. Como o Instituto até aquele momento não havia decidido sobre qual periodização adotar para a história do Brasil, Abreu e Lima buscou solucionar a questão. Sem periodização, as histórias disponíveis apenas constituíam “um montão de factos atirados ao acaso sem discriminação de épocas nem de períodos”. Organizar essa narrativa a partir de uma cronologia demandou a tomada de uma decisão metodológica e teórica, a qual o general esteve disposto a realizar, tendo o *Compêndio* estabelecido as “oito épocas ou capítulos” da história do Brasil.²⁶⁹

Na carta, Abreu e Lima parecia convencido de corresponder às expectativas do secretário expostas no discurso de fundação do Instituto, em 1838, momento no qual Januário Barbosa mencionou que a história brasileira deveria ser “subdivida em vários ramos e épocas”²⁷⁰. Segundo o secretário, a história seria “incompleta, *descorada* e árida, se, ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal-entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram”²⁷¹. A demanda pela periodização lançada pelo Instituto desde sua criação parece ter sido uma das motivações de Abreu e Lima no *Compêndio*, daí que seu esforço de periodização baseava-se na identificação da “cor” de cada época, a singularidade dos períodos.

A discussão em torno do conceito de época envolvia ao menos duas compreensões naquela conjuntura: a primeira ligada a um “acontecimento mais ou menos importante que deveria balizar a organização dos fatos históricos”²⁷²; a segunda definia “época como uma unidade histórica”²⁷³. O primeiro conceito aproxima-se das histórias filosóficas, nas quais os acontecimentos entrelaçavam-se dentro de um sentido amplo e teleológico. No segundo, as épocas buscariam definir, sobretudo, as discontinuidades entre os acontecimentos, remetendo às suas singularidades. Não há um abandono da visão processual, mas haveria um empenho empírico e documental capaz de permitir, posteriormente, a “visualização” dos sentidos que teriam atravessado os fatos. A periodização proposta pelo general estava mais próxima à segunda noção de época como ele mesmo sublinhava na carta a Barbosa:

²⁶⁸ *Idem*.

²⁶⁹ A divisão cronológica realizada por Abreu e Lima foi: “1º Descobrimto: primeiras explorações: estado físico do país. 2º Colonização. 3º Transição para o domínio estrangeiro. 4º Volta ao domínio pátrio: Guerra dos Holandeses. 5º Estado da Colônia: melhoramentos: administração interna. 6º Estabelecimento da Corte no Brasil: administração d’ El Rei. 7º Independência: administração do primeiro imperador. 8º Menoridade: administração das Regências: Maioridade”.

²⁷⁰ BARBOSA, Januário. Discurso no ato de estatuir-se o IHGB... (1839). *Op. Cit.* 2010, p. 23.

²⁷¹ *Idem*, p. 26 – grifos meus.

²⁷² ARAUJO, Valdei. *A experiência do tempo...* *Op. Cit.*, 2008, p. 146.

²⁷³ *Idem*, p. 146.

Portanto verá o Instituto que na divisão das épocas busquei sempre uma cor que as distinguísse; mas esta cor devia ser tal que se apresentasse à primeira vista, e para ser bem compreendida era mister que cada época tivesse seu cunho particular, isto é, uma mudança, uma variação do estado anterior.²⁷⁴

Abreu e Lima despedia-se de Barbosa na carta certo da “glória de ter dado o primeiro passo na carreira escabrosa de historiador” e também lisonjeado “de haver atingido ao menos um dos primeiros alvos do Instituto” – a periodização. Mas ele também parecia ciente do terreno crítico no qual sua obra estava exposta, por isso observava que seu *Compêndio* era um ensaio que traçaria o plano da “História pátria” *a ser escrita*. Ele não almejava suprir as expectativas de uma História Geral do Brasil, embora o anúncio dos editores sugerisse essa ideia. O *Compêndio* daria lugar a “justas correções, quando forem feitas com critério e bom senso”. No entanto, a valorização da periodização realizada e a crítica comedida esperada por Abreu e Lima não aconteceu. O Instituto, na figura de Januário Barbosa e de Francisco Adolfo Varnhagen, seria implacável “com aquele que se intitula general”²⁷⁵.

O plagiário

No prefácio do *Compêndio*, Abreu e Lima apresentou como ponto de partida da discussão da relação Brasil e Portugal o distanciamento entre as literaturas produzidas nesses territórios, negando a produção literária da América Portuguesa durante o período colonial – “pertence-lhe [a Portugal] exclusivamente, porque tem todo o cunho de sua nacionalidade”²⁷⁶. O autor pernambucano rejeitava a produção literária colonial, pois essa repercutiria os equívocos e vícios dos colonizadores ou bem tematizaria a nacionalidade portuguesa e não a cor local do Brasil, que só poderia ter se manifestado após a Independência política. A distância com Portugal era inegociável – “um país que apenas conta vinte anos de existência como nação, não pode ter literatura propriamente sua [...]”²⁷⁷. O trabalho fundamental aos homens de letras do Brasil seria a construção, portanto, de uma literatura autêntica. Era necessário “reparar o tempo perdido, dando princípio à obra da nossa regeneração intelectual”²⁷⁸.

²⁷⁴ Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 08 de setembro 1843. Disponível no Instituto Histórico e Geográfico.

²⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madrid: Imprensa da Viúva de D.R.J. Dominguez, 1846.

²⁷⁶ ABREU E LIMA, José Inácio. *Compêndio da História do Brasil* – Tomos I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843, p. 5.

²⁷⁷ *Idem*, p. 6.

²⁷⁸ *Idem*, p. 7.

A identificação e a construção da nacionalidade brasileira a partir da atividade letrada deveria ter início, segundo Abreu e Lima, com os trabalhos de História – “nenhum serviço será mais apreciado do que aquele que começar a preparar os elementos, averiguando e ordenando os fatos, corrigindo e verificando as datas, esmerilhando antigos documentos [...]”²⁷⁹. Essas preocupações de Abreu e Lima respondiam às demandas colocadas pelo Instituto. A construção da nacionalidade exigia, primeiramente, um trabalho no qual o recolhimento, a organização e crítica das fontes mostravam-se basilares. Por essa razão, Abreu e Lima, no prefácio, justificou o fato de sua obra não ser toda original já que não havia condições documentais para a escrita de uma história geral autêntica do Brasil– “servi-me grande parte do trabalho alheio, porque nem me era possível compulsar arquivos e muito menos repassar centenas de livros para julgar um ou outro fato [...]”²⁸⁰. O autor do *Compêndio* empenhou-se, primeiramente, em um esforço de organização da história do Brasil por meio da compilação, uma seleção dos autores considerados mais habilitados e a partir dos quais reuniu o “maior número de fatos”²⁸¹. A segunda etapa correspondeu ao arranjo de uma “exata dedução cronológica”, elemento do seu trabalho que considerava meritório como sublinhou em carta para o cônego Januário.

Tendo em vista o prefácio e a carta, não era contraditório para Abreu e Lima reivindicar uma literatura inédita, ainda que seu próprio texto não o fosse. A compilação buscava oferecer certo horizonte estável de representação sobre o passado. Método comum utilizado nas enciclopédias e escritas de histórias universais que pressupunha que “uma só história poderia surgir da colaboração de diversos autores, e que essa mesma história seria simplesmente continuada em direção ao presente, com novos capítulos e seções”²⁸².

Mas sua crítica teve uma compreensão oposta. Em 1844, no vigésimo primeiro número da *Revista* do IHGB, foi publicado o parecer que autorizava o primeiro júízo escrito por Varnhagen sobre o *Compêndio* do general. Nesse mesmo parecer, Januário da Cunha Barbosa e Antônio José de Paiva Guedes manifestaram ainda que o *Resumo da História do Brasil*, de Bellegarde, era preferível para instrução elementar ao de Abreu e Lima.²⁸³

²⁷⁹ *Idem*, p. 7-8.

²⁸⁰ *Idem*, p. 8.

²⁸¹ Os livros compilados por Abreu e Lima foram: *Corografia Brasílica* de Padre Ayres de Casal seguida das correções de Varnhagen; *História do Brasil* de Southey “recompilada por Beauchamp”; *História do Brasil* de Bellegarde; “Recompilação” da *História do Brasil* de Dennis; *História do Brasil* de Armitage, os *Anais do Visconde de São Leopoldo* e a obra de Muniz Tavares sobre a Revolução de 1817.

²⁸² ARAUJO, Valdeí. *Historiografia, nação e os regimes... Op. Cit.*, 2015, p. 371. ARAÚJO, André de Melo. *Tradução Ilustrada: Imagens da História Universal inglesa e de suas edições europeias no século XVIII. História da Historiografia*, v. 11, n. 26, p. 69-100, 2018.

²⁸³ Importante observar que, na primeira edição de 1831, a obra de Bellegarde apresentava diversas críticas à colonização e defendia um maior afastamento com a herança lusitana. Na edição de 1834, utilizada pelo Colégio

As primeiras linhas do *Juízo*, escrito por Varnhagen, já expressam o afastamento em relação às perspectivas de Abreu e Lima no que tange à herança lusitana. Varnhagen citou o historiador e poeta romântico português Alexandre Herculano – “a falta de amor à pátria é a causa da morte da nacionalidade”²⁸⁴. A referência ao poeta luso, “representante da literatura *co-irmã* do Brasil”, não era ocasional, ela reagia negativamente à tese sobre o afastamento com a literatura portuguesa proposta por Abreu e Lima. Para Varnhagen, o passado colonial não poderia ser abandonado como referência civilizacional do Brasil.

Mas Varnhagen desqualificou Abreu e Lima explicitamente por outros caminhos, atacando o que considerava sua falta de originalidade em razão do uso do método compilatório. O texto de Abreu e Lima era constituído em maior parte por outras narrativas, a exceção correspondia aos capítulos ligados à Revolução de 1817 e a outros episódios da história mais “recente do país”, como o próprio autor destacara. A crítica de Varnhagen evocou, contudo, uma noção de autoria pautada pela “originalidade”, na qual a presença de outros autores era negada. Aos olhos de Varnhagen, o *Compêndio* e suas ideias não seriam inovadoras, o que rendeu ao general a acusação de plagiário.

Essa perspectiva foi utilizada para condenar a prática compilatória. Para Varnhagen, a presença de outros livros no *Compêndio* agrediria a particularidade das narrativas anteriores, uma vez que esses textos também se tornavam obsoletos à medida que descobertas, impressões e demandas diferentes sobre o passado surgiam. Mas fica explícito no *Juízo* que alguns autores utilizados por Abreu e Lima incomodavam Varnhagen mais que outros. É o caso da presença de Alphonse de Beauchamp, o historiador francês acusado de plagiar a *History of Brazil* (1810-1819), de Robert Southey (1774-1843).

Entre Southey e Beauchamp: o que separa o Brasil de Portugal?

Publicada em três volumes, nos anos de 1810, 1817 e 1819, a *History of Brazil*, de Robert Southey, foi inicialmente planejada para ser o último capítulo da *História de Portugal* em uma abordagem imperial. No entanto, o contexto das invasões napoleônicas e a consequente transferência da sede do Império para o Rio de Janeiro colocou o território

Pedro II, os “excessos” críticos foram amenizados, embora estivessem presentes e estruturassem a narrativa, como observa a pesquisa de MENDES, Daniel. *Cultura de História...*, *Op. Cit.*, 2019.

²⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compêndio da História do Brasil pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*. Tomo 6, 1844, p. 60-83.

americano em destaque no mundo. Southey começou pelo Brasil sua História de Portugal que jamais veio a ser escrita. Como revelam os estudos de André da Silva Ramos, a recepção do primeiro volume, sobretudo, mas também do segundo, foi marcada por críticas no que tange ao excesso de detalhes presentes no texto. A extensão e a minúcia da obra eram tidas como “um real impedimento, não apenas à popularidade, mas ao uso geral” que se poderia fazer dela.²⁸⁵ Ramos, ao retomar em sua pesquisa a crítica realizada à obra de Southey, identificou que, em um primeiro momento, ela se distanciava da oferta de uma visão ampla sobre o Brasil. Além de difícil leitura, ela não correspondia à demanda por uma síntese filosófica que descrevesse o estado do progresso no qual se encontraria o território americano em relação à Europa. Foi apenas no último volume, em 1819, no último capítulo de sua história, que Southey atendeu a demanda da comunidade que o lia no que diz respeito a uma visão sintética e filosófica sobre o Brasil.

A intenção de Southey, ao responder aos críticos que o consideravam um simples compilador de crônicas, era demonstrar sua capacidade de tecer a *unidade* do Império Português por meio de um juízo capaz de conectar passado, presente e futuro. Os aspectos básicos do argumento da narrativa buscavam mostrar o quanto a unidade do Império Português era viável em dimensões étnicas e políticas. Nessa lógica, o Brasil era apresentado ao mundo como uma herança de Portugal, país que, embora pequeno, teria conseguido realizar empreendimentos significativos em outras partes do mundo. “O horizonte de expectativas para a fragmentação do Império estava aberto, porém, a unidade se tornava viável e passível de ser projetada no futuro”²⁸⁶. O povo que se constituía no território americano seria português na linguagem e nos sentimentos, o que significava que, apesar de alguns impedimentos dados pela história colonial, o progresso estaria presente no Brasil em razão dos próprios portugueses e da miscigenação que realizaram. O último volume da obra, publicado já durante o processo de Independência, reuniu uma interpretação na qual o Brasil continuaria à “grandeza” imperial da pátria mãe, embora críticas e tensões a essa relação não deixaram de ser mencionadas.

É importante registrar, com base nos estudos de André Ramos, que essa narrativa sobre o Brasil foi construída a partir de disputas sobre o processo histórico e a forma de ser narrado. De um lado, Southey projetou e iniciou uma história sobre o Brasil marcada pelo detalhe, pela tentativa de recuperação da linguagem própria a cada época, da descrição do comportamento dos povos nativos, dos erros da colonização nesse processo. Contudo, sua recepção foi marcada

²⁸⁵ RAMOS, André. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal de Ouro Preto, 2013, p.162.

²⁸⁶ *Idem*, p. 175.

por uma demanda mais pragmática, na qual o texto pudesse ter um uso mais imediato na compreensão do que seria o Brasil e seu futuro – estaria mais próximo aos nativos ou aos europeus? A expectativa por uma interpretação filosófica atendida ainda que tardiamente por Southey revela os “horizontes metanarrativos ambivalentes, que uniam a necessidade de crítica da opressão colonial, a valorização da herança étnica portuguesa e a manutenção da unidade Imperial”²⁸⁷.

A história sobre o Brasil escrita por Southey foi considerada a primeira macronarrativa ilustrada da então colônia portuguesa. Isso significou que ela abriu uma chave interpretativa sobre como o território americano poderia ser inserido na história universal que tinha na Europa o seu centro. O caminho político-historiográfico da recepção de Southey ao longo do século XIX, apesar das ambivalências de seu texto, situam a *History of Brazil* como uma narrativa historiográfica base na produção da diminuição da distância histórica entre Brasil e Portugal, isto é, a valorização e hierarquização da cultura europeia diante da especificidade do território americano.

Cinco anos após o primeiro volume da obra de Southey, foi publicada na França a *Histoire du Brésil*, escrita pelo francês Alphonse de Beauchamp, na qual o autor afirmou que naquela conjuntura não existia nenhuma história geral e completa sobre a América Portuguesa em língua francesa e em qualquer outra língua. Através dessa declaração, Beauchamp ignorava o primeiro volume da obra de Southey como capaz de projeção de uma visão sobre o Brasil, embora o livro do historiador britânico estivesse citado entre suas compilações.²⁸⁸

O historiador francês considerou que um território pouco conhecido como o Brasil não poderia ser tratado como um país da Europa, cujos costumes, usos, instituições e leis já haviam sido objeto de uma grande quantidade de observações, pesquisas, memórias e obras já publicadas. Julgava necessário, portanto, escrever sobre Portugal e sua colônia americana traçando simultânea e comparativamente as características portuguesas “já tão bem analisadas” e os costumes dos brasileiros, mas destacando que Portugal desempenharia um papel apenas acessório e episódico, buscando, assim, sublinhar a singularidade do Brasil.²⁸⁹ É possível identificar que a obra de Beauchamp atuou, ainda que de forma tênue, numa linha crítica à de Southey – a história do Brasil não nasceria como um capítulo da história de Portugal.

Como a pesquisa de Bruno Medeiros revelou, a *Histoire du Brésil* respondeu a uma experiência tematizada por vários letrados desde o fim do século XVIII: a sensação de

²⁸⁷ *Idem*, p. 178.

²⁸⁸ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário... Op. Cit.*, 2012.

²⁸⁹ *Idem*.

esgotamento da história europeia. Em contraponto, a América aparecia tendo um destino promissor, nela o progresso se desenvolveria ainda que em longo prazo. A obra de Beauchamp foi escrita em uma conjuntura na qual a Revolução Francesa estava em árdua disputa. Na França, em especial, o paradoxo entre os princípios revolucionários e suas práticas intensificava a descrença em relação ao futuro, aumentando a sensação de decadência e ruína da Europa. A história de Beauchamp, nesses termos, valorizava o espaço de experiência histórica do Brasil em detrimento do reino de Portugal. A obra de Beauchamp reivindicava o território americano como o verdadeiro espaço para realização do Império, tendo privilegiado, por isso, a singularidade do Brasil e conferido à colonização portuguesa um papel pouco relevante no progresso do novo país.

O historiador francês, contudo, ao longo de sua trajetória intelectual, esteve enredado em intrigas e oposições que determinaram sua fortuna crítica. Tendo se destacado pela sua preocupação com a história contemporânea, na qual a distância em relação aos acontecimentos era mínima, o tipo de historiografia que escrevia passava a ser mais criticado à medida que cresciam novas demandas por uma história com maior afastamento temporal dos fenômenos abordados. Entre as novas exigências para escrita da história, destacava-se aquela na qual o passado seria estudado por meio de uma reconstituição crítica, distanciada e objetiva por meio da análise e confronto de documentos. Beauchamp, como mostrou Bruno Medeiros, mantém-se próximo de uma história com base em práticas historiográficas mais antigas, como a compilação. Mas a prática de retomar textos de outros autores e reuni-los em nova narrativa começava a ser considerada antiquada mediante a emergente noção de autoria, na qual a singularidade e originalidade de cada autor era valorizada. Beauchamp foi várias vezes acusado de plagiário por lançar mão da prática compilatória, acusações que atravessaram sua recepção ao longo dos séculos XIX e XX de forma praticamente intacta.

Entre as acusações de plagiador recebidas por Beauchamp estava a de Robert Southey. Beauchamp provocou o autor da *History of Brazil* ao afirmar que a expectativa literária da Europa fora enganada quando Southey prometeu e não cumprira o segundo volume de sua História do Brasil também para o ano de 1810, o que ocorrera apenas em 1817. No segundo volume de sua *History of Brazil*, Southey respondeu à provocação de Beauchamp o acusando de plagiador – os dois primeiros volumes e partes do terceiro da *Histoire du Brésil* seriam, segundo Southey, uma reprodução do livro do historiador inglês.

Na década de 1840, Varnhagen retomou as acusações de plagiário que Southey atribuiu a Beauchamp e a partir dela organizou o veto ao *Compêndio*, de Abreu e Lima. Varnhagen cotejou as obras do general e a do historiador francês a fim de mostrar que o *Compêndio* seria

apenas uma tradução do texto de Beauchamp, cujo estilo “fascinador” seria perigoso e, portanto, necessário combater. Varnhagen, ao criticar a obra de Beauchamp e os “erros” históricos presentes nela, traçava um paralelo com Abreu e Lima, estabelecendo (ou tentando estabelecer) uma diferença entre práticas historiográficas, na qual, de um lado, estaria Southey, original e portador de critérios e métodos modernos autênticos e, de outro lado, os compiladores, que ostentariam uma falsa erudição – “sem conhecimento algum dos livros e dos autores, aproveita as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito no prefácio”²⁹⁰. Temístocles Cezar, em texto no qual analisa a relação que Varnhagen estabeleceu com Southey, observa que o historiador do IHGB “usa e abusa do trabalho de Southey ao mesmo tempo em que dele procura distanciar-se”²⁹¹. A razão dessa distância, aposta Cezar, é que Varnhagen queria “simplesmente ser o autor da primeira e definitiva história geral do Brasil”²⁹². Quero acrescentar, a partir do debate com Abreu e Lima, que a linha divisória que Varnhagen estabeleceu pondo de um lado Southey e de outro Beauchamp de forma não acidental separa aqueles que evocaram a proximidade histórica do Brasil com o legado colonial e aqueles que insistiram na distância e crítica com relação à herança lusa, e isso a despeito das intenções do próprio Southey e de Beauchamp.

²⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo... *Op. Cit.* p.64.

²⁹¹ CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, n.11 setembro/dezembro de 2007, p. 309.

²⁹² *Idem*, p. 310.

A CONSTRUÇÃO DO CÂNONE:
Abreu e Lima e sua retirada do IHGB

Ser historiador: verter em linguagem nova

As acusações e críticas de plagiário realizadas por Francisco Adolpho de Varnhagen, tematizadas no capítulo anterior, foram replicadas por Abreu e Lima no livro *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro Juízo de Francisco Adolpho de Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil* (1844). Na obra cujo objetivo era apresentar sua defesa perante o “tribunal” IHGB, o general reafirmou o uso que havia feito da obra de Alphonse de Beauchamp. O texto do historiador francês oferecia uma leitura mais agradável e acessível quando comparado ao de Robert Southey, defendido por Varnhagen na querela. *A History of Brazil*, embora mais completa, seria exageradamente grande, com inúmeras digressões irrelevantes.²⁹³ A escolha por Beauchamp deu-se em razão da boa dedução cronológica e encadeamento dos fatos, o que resultou uma obra mais organizada e com elementos fundamentais.

Um argumento que mobilizou bastante energia na réplica de Abreu e Lima era mostrar que Robert Southey, apesar de poeta laureado, não merecia toda a reputação que Varnhagen lhe conferiu. Abreu e Lima se empenhou em provar que os erros de que fora acusado, sobre fatos pontuais da história do Brasil, não pertenciam a Beauchamp e nem a ele próprio, mas a Southey. Os autores, ao tomarem a obra do historiador inglês como referência, repetiriam os erros. Isso não seria um problema grave para o general, já que a crítica documental, com o tempo, traria os erros à tona, permitindo corrigi-los. Esse ponto permite identificar as expectativas distintas sobre ser historiador entre o general e o seu crítico.

Que historiador seria Varnhagen aos olhos de Abreu e Lima? “Tem tino admirável para descobrir papéis velhos e sepulturas [...] tem em grau eminente o instinto da *Traça e do chagal*; porém talento, inteligência ou instrução sólida, perdoe-me que lhe diga que está longe de possuir essas qualidades essenciais à crítica literária”²⁹⁴. Abreu e Lima não contestou o mérito sob o qual o próprio Varnhagen se dava de descobridor de grandes fontes, como a carta de

²⁹³ Em sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen fez críticas semelhantes à obra de Southey. Conferir: CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 27-28.

²⁹⁴ ABREU E LIMA, José Inácio. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro Juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844, p. 32.

Caminha. Contudo, a ênfase demasiada no documento lhe tirou a capacidade da produção interpretativa. A narrativa de Varnhagen não tinha nexos, nem seguia uma ordem em respeito às “leis da hermenêutica”. Era confuso. Não passava de um “copista” de documentos.²⁹⁵ O general procurava, portanto, atribuir a Varnhagen uma imagem de historiador arcaico e medieval.

A capacidade de conferir sentidos aos documentos, acessar a época à qual pertenceriam, era a demanda contemporânea exigida do historiador, segundo a perspectiva de Abreu e Lima. Os documentos em si seriam secundários. Na querela com Varnhagen, essa compreensão pode ter como exemplo a longa discussão que envolveu informações sobre os primeiros donatários. No *Compêndio*, Abreu e Lima creditou João de Barros como o primeiro donatário da parte setentrional da Costa. Varnhagen contestou essa informação em seu *Juízo*. Nas discussões entre eles não há consenso. Após longas páginas sobre o assunto, expondo as razões documentais e históricas a partir das quais considerou João de Barros o primeiro donatário, Abreu e Lima registrou que a história seria atravessada por lacunas, documentos perdidos, roubados, ausentes, falsificados... As dúvidas que não poderiam ser preenchidas pelos documentos dependiam de uma decisão interpretativa, determinada, sobretudo, pela periodização, já que esta seria capaz de identificar a cor de cada época, organizando as dúvidas, mas não as eliminando.

Para que o argumento de Varnhagen como copista surtisse algum efeito, além da relação com os documentos, tornou-se fundamental disputar a própria noção de plágio e de originalidade. Segundo o general, plagiador, como constaria no dicionário de Moraes e Silva, seria aquele que não citaria a origem de sua reflexão. Nesse sentido, Abreu e Lima se defendia, ressaltando que deixou claro no prefácio que o *Compêndio* “muito pouco [inha]de própria lavra[...]”, que havia se servido “do trabalho alheio”, além de ter mencionado todas as obras que utilizou. Argumentou, ainda, que o plagiador seria o próprio Varnhagen, que teria feito as críticas a Beauchamp, copiando integralmente o texto do próprio Southey direcionado ao historiador francês. Abreu e Lima buscou sustentar, portanto, que lançar mão de fatos históricos mencionados por outros historiadores não configuraria plágio. Nas palavras do general:

...os fatos não se inventam; estão consignados na história já escrita por outrem, ou em documentos e registros autênticos; servir-se, pois, da história antiga ou de documentos, ou de uma e outra coisa, e *vertê-los em linguagem nova*, se assim se quiser, ou copia-los, eis

²⁹⁵ *Idem*, p. 34.

aí o que se chama compilar; isto é, reunir em um corpo ou livro coisas materiais extraídas de vários autores.²⁹⁶

Para Abreu e Lima, a prática compilatória constituía a própria condição da atividade historiográfica. Beauchamp, por exemplo, seria uma fonte que serviria como base e como inspiração para a escrita de uma história nova. Nesse aspecto, “[...]à exceção da história contemporânea, porque são fatos presenciais” não haveria, “historiador algum, que não fosse compilador”.²⁹⁷ A prática compilatória em Abreu e Lima refere-se a uma tomada de dados e informações que podem gerar um outro gesto interpretativo. É fundamental observar que essa hipótese não estava dada, por exemplo, no anúncio de venda do *Compêndio* ou na carta para Januário da Cunha Barbosa, nos quais os editores e Abreu e Lima adiantavam a sua “ausência de originalidade”. Se Abreu e Lima, inicialmente, ressaltou a falta de originalidade como limite do seu trabalho esperando ser valorizado sobre outros aspectos, posteriormente, a partir do debate com Varnhagen, isso foi disputado e ressignificado.

No prefácio do *Compêndio*, Abreu e Lima distinguiu duas práticas historiográficas: a crônica (descrição de fatos) e a História (interpretação dos fatos), em que a primeira precede a segunda – “assim foi que as artes precederam as ciências, que a crônica precedeu a história, porque começou-se pela prática e acabou-se pela teoria”²⁹⁸. No lançamento da obra, ele atribuiu a seu *Compêndio* um registro mais próximo à crônica do que à História. Contudo, na resposta a Varnhagen, ao mencionar as obras historiográficas como fontes de autoridade e ao defender os métodos utilizados na organização de sua história, o general tratava o exercício de periodização como uma atividade teórico/interpretativa, ou seja, a função do historiador por excelência. Foi necessário identificar e interpretar os elementos essenciais de cada época, e daí preencher os períodos correspondentes a cada uma, colocando os fatos secundários em ordem cronológica e “fazendo-os entrar no lugar e no tempo correspondente por meio de uma narração adequada”²⁹⁹. Nesse sentido, ele se considerava o primeiro que ofereceu ao país “um corpo de história, senão perfeito como era de desejar, ao menos escrito conforme as regras da cronologia, e o mais completo de quantos existiam até hoje”³⁰⁰. Abreu e Lima reivindicou, portanto, diante de Varnhagen, o mérito de primeiro historiador do Brasil.

²⁹⁶ ABREU E LIMA. *Resposta do General... Op. Cit.*, 1844, p. 36-37 – grifos meus.

²⁹⁷ *Idem*, p. 37.

²⁹⁸ ABREU E LIMA. *Compêndio da História do Brasil. Op. Cit.*, 1843a, p. VI.

²⁹⁹ ABREU E LIMA. *Resposta do General... Op. Cit.*, p. 39-40.

³⁰⁰ *Idem*, p. 40.

O uso e a justificativa da prática compilatória de Abreu e Lima, sobretudo após a polêmica com o IHGB, não podem ser confundidos com uma retomada de uma prática historiográfica antiga simplesmente. Embora tenha herança direta dela, a compilação é reivindicada por Abreu e Lima como uma forma de garantir a reescrita da história. Trata-se, portanto, de uma preocupação moderna que reagiu à temporalização, ao afastamento progressivo entre “espaços de experiência” e “horizonte de expectativas”. Abreu e Lima estava profundamente ciente de que a passagem do tempo traria não apenas novas informações sobre o passado, mas também novas formas de apreendê-lo e interpretá-lo. É nesse aspecto que a compilação e a periodização convergem para uma tentativa de organizar teoricamente (“começou-se pela prática e acabou-se pela teoria”) as próprias condições de relação com a história.

A História do Brasil disputada em imagem

*Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato*

Samba enredo da Mangueira, 2019

Emoldurados em dourado estão os retratos da Princesa Isabel, do bandeirante Domingos Jorge Velho, do Marechal Deodoro da Fonseca, de d. Pedro I, de José de Anchieta e de Pedro Álvares Cabral, personagens tradicionalmente considerados “heróis” de certa história do Brasil, na qual o protagonismo foi atribuído aos colonizadores. Do lado de fora do espaço que abriga os retratos, mulheres e homens indígenas e afro-brasileiros, outrora invadidos e escravizados, dançam a luta que contesta o destaque dado às figuras enquadradas. A resistência incomoda o panteão. Estão vivos. Saem dos quadros e, então, a surpresa: são pequenos demais diante daqueles que violentaram; o lugar que certa história lhes conferiu era demasiadamente maior do que mereciam: o que foram eles além de assassinos? As molduras estão agora vagas. Uma batalha se inicia entre os anões, os indígenas e os afro-brasileiros. No meio do combate, [a bateria faz a pausa] e anuncia a chegada de uma menina e sua expectativa: a presença afro-brasileira e indígena nas páginas dos livros de história do Brasil ainda a ser contada.

Essa cena refere-se à performance da comissão de frente da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, campeã do carnaval do Rio de Janeiro em 2019. O enredo – *História para ninar gente grande* – resgatou personagens indígenas, afro-brasileiros e pobres que não

tiveram suas vidas e contribuições ao país contadas em livros oficiais. A Escola, então, se propôs a reivindicar outra história do Brasil, aquela cuja imagem não fora emoldurada: a história da resistência que dá a forma e o conteúdo do(s) povo(s) brasileiro(s). Consciente de que essa reivindicação só é possível por meio de uma disputa – “Na luta é que a gente se encontra” –, a Mangueira desfilou o desejo por uma “história que não está no retrato”.

Voltemos a Abreu e Lima. Nos dois tomos do *Compêndio*, sete retratos aparecem ao longo do texto: d. Pedro I, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Felipe Camarão, Henrique Dias, d. Pedro II e José Bonifácio. Essa disposição dos personagens ao longo do livro, de forma não cronológica, narra por si mesma certa história do Brasil que se desejou substancializar. O começo e o fim (entendido aqui como destino) direcionam-se à Independência por meio das figuras de d. Pedro I e de José Bonifácio. Os “descobridores” também ocupam o panteão, mas não no início como se espera. O indígena Felipe Camarão e o afro-brasileiro Henrique Dias são referências à luta contra os holandeses, episódio a partir do qual se construiu certo mito do sentimento patriótico nacional.³⁰¹ Eles também ocupam o panteão com o objetivo de instituir espaço a indígenas e afro-brasileiros na história da emancipação do território americano. D. Pedro II, como imperador e herdeiro desse legado, não poderia estar fora dessa história “oficial” masculina e majoritariamente de herança europeia.

Os retratos presentes na primeira edição do *Compêndio*, entretanto, não agradaram a Varnhagen. A centralidade conferida à Independência pode constituir um dos fatores, já que Varnhagen claramente questionava o protagonismo de José Bonifácio bem como a interpretação de descontinuidade da emancipação política com Portugal.³⁰² Na querela com Abreu e Lima, o historiador do IHGB deixou claro, contudo, apenas o descontentamento com os retratos de Camarão e de Henrique Dias, justificando que as imagens dos personagens presentes no livro do general teriam sido “inventadas”. As figuras dos combatentes contra a Invasão Holandesa não teriam sido baseadas em referências contemporâneas aos personagens. Dessa forma, segundo o historiador do IHGB, a presença deles na obra ofendia aos críticos, entre eles Varnhagen, que admitiam a História como a tematização do “passado reduzida à

³⁰¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

³⁰² Sobre a relação de Varnhagen com a memória de Bonifácio, consultar: CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. In.: *História Unisinos* n.11 setembro/dezembro de 2007.

escrita”. As imagens despoetizariam “a crença [na História] com tais fantasias”³⁰³ e, caso o objetivo dos retratos fosse “materializar a memória de homens célebres”, teria sido preferível, avaliou o historiador, o uso de bustos cegos.³⁰⁴

Em resposta a Varnhagen, Abreu e Lima observou que, embora as imagens tivessem entrado por sugestão dos editores, ele as aprovou. Contrapondo-se ao argumento do seu crítico, os retratos teriam sido autorizados exatamente porque aumentariam a crença nas narrativas históricas, sobretudo, quando reunidas em livro. Os bustos cegos, argumentou o general, seriam mais adequados às galerias. Procurando reforçar seu argumento em defesa dos retratos, Abreu e Lima lançou mão de uma comparação da História com a religião. A primeira, tal como a segunda, dependeria de uma fé e de elementos capazes de induzir ao fascínio, fundamentais à sua popularização. Como a Igreja Católica reforçara a confiança de seus fiéis ao aproximá-los das experiências dos santos por meio das imagens, os livros de história teriam melhor desempenho ao trazer esboços de seus personagens. Desse modo, para Abreu e Lima, o incentivo à imaginação seria fundamental para a propagação de compreensões basilares sobre a história. Por isso, teria admitido os retratos no *Compêndio* ainda que algumas das roupas dos personagens fossem anacrônicas, por exemplo.

Ao se referirem à importância da crença na História, tanto Varnhagen quanto Abreu e Lima deixaram claro a consciência de que o sucesso dos estudos históricos dependeria do convencimento que seriam capazes de produzir.³⁰⁵ Contudo, enquanto o historiador do IHGB considerava que a escrita era a forma basilar e única de tematização do passado, afastando a imaginação e falseamentos, Abreu e Lima, de forma provocativa, a definia como a “gravura dos fatos”. A aproximação da história à imagem procurava demarcar ainda mais as diferenças com seu crítico. No entanto, essa analogia como incentivo à imaginação e persuasão da história não seria uma autorização à ficção. “A história não é poesia, nem nunca foi; a história não tem invenção, porque os fatos não se inventam, nem se alteram, nem os transportes do entusiasmo podem servir senão para adular a verdade”. Evidenciar a verdade demandava talento – “A história só tem necessidade de talento, de erudição, e de uma vontade firme para escrevê-la”³⁰⁶.

³⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do *Compêndio da História do Brasil* pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 6, 1844, p. 61.

³⁰⁴ *Idem*.

³⁰⁵ Temístocles Cezar tem investigado como o *topos* clássico da *historia magistra vitae* se converteu na modernidade “nas figuras gêmeas da tradição e da autoridade e, finalmente, em crença”. Com essa pesquisa, o autor tem procurado compreender as formas e condições do próprio conhecimento histórico e de seu acesso a ele. CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). In.: *Rev. antropol.*, v. 61, n. 2, 2018 p. 80.

³⁰⁶ ABREU E LIMA. *Resposta do General... Op. Cit.*, 1844, p. 39-40.

O talento ao qual Abreu e Lima se referia (e que considerava ausente em Varnhagen) dizia respeito à capacidade da narrativa trazer à tona todo um campo pictórico, fundamental ao convencimento.

Para o general, a “verdade histórica” teria sua condição de possibilidade assegurada menos pela edição crítica das fontes como em Varnhagen e mais pela capacidade de projeção dos sentidos históricos como em uma gravura. O sucesso desse empreendimento dependia de uma relação decisiva com o observador, pois a imagem se move em direção a ele.³⁰⁷ Vilém Flusser, ao diferenciar as imagens tradicionais das imagens técnicas como fotografia e cinema, definiu as primeiras como “superfícies que fixam e publicam visões das circunstâncias passadas pelo crivo de um mito. Significam circunstância simbolizada por mito”³⁰⁸. Trata-se de “modelos de ação” que orientam a sociedade “magicamente”. Elas constituem cenas que só podem ser decodificadas, avaliadas criticamente quando se revela “a visão do produtor, sua ‘ideologia’”³⁰⁹. O texto histórico, para Abreu e Lima, precisaria se aproximar da potência da imagem – a construção de cenários que magicamente (o que não é o mesmo que ficcionalmente) sejam capazes de edificar sentidos para um mundo no qual nada permanecerá imóvel por muito tempo.

A querela entre Abreu e Lima e Varnhagen, a partir dos retratos, torna mais evidente os diferentes modos de relação com a história. Ambas são radicalmente próprias à modernidade, o que significa que não são excludentes, mas possuem consequências distintas para a historiografia. Por um lado, Varnhagen, concentrando-se nas fontes, toma o passado como objeto, para identificá-lo o mais fielmente possível, a autoridade impõe-se pelo documento e a narrativa precisa estar comprometida com uma verdade que se acessa pelo texto. Por outro lado, Abreu e Lima dedica atenção aos efeitos que o passado teve na própria possibilidade de acesso a ele. Os métodos não são capazes de interromper as disputas que se instauram e se acumulam com o tempo. Os retratos do *Compêndio* possuem os olhares voltados para o horizonte ou para o expectador. Eles incomodam Varnhagen, especialmente as imagens de Camarão e Henrique Dias pelo anacronismo e pelo protagonismo direcionado a não-europeus. Na contramão, Varnhagen sugeriu bustos cegos para retratar os homens tidos como importantes

³⁰⁷ Valdeí Araujo, ao tematizar os panoramas e dioramas no Império, revela uma demanda por história na qual as tecnologias relacionadas à projeção de imagens ganhava cada vez mais espaço no Império. ARAUJO, Valdeí. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 281- 303.

³⁰⁸ FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas*. Elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008, p. 21.

³⁰⁹ *Idem*, p. 32.

da história do Brasil. Para Abreu e Lima, por sua vez, a escrita precisa facilitar o acesso à “verdade histórica”, já que em breve ela poderá se dissipar. Por esse motivo, o texto deve organizar o passado como uma imagem, de forma panorâmica, pois, assim, poderá resistir mais facilmente à passagem temporal devido à indução ao fascínio quando comparado ao texto desprovido de cenário.

Retornando ao enredo da Mangureira, seu desfile questionou a história do Brasil que tem ênfase nos colonizadores e também o método de projeção dessa história por meio dos retratos, criticando e, a um só tempo, fazendo uso da estratégia, já que representantes dos povos nativos e afro-brasileiros ocuparam os lugares antes reservados aos colonizadores. De forma radicalmente crítica, a Escola incorporava o protocolo historiográfico que, por meio de imagens e performances estéticas, eram capazes de reivindicar uma reescrita da história do Brasil. Ao projetarem uma imagem obscurecida e, por isso, inédita de Brasil, a Mangureira tenta criar condições de produzir a transformação do imaginário da sociedade brasileira “e o poder da imaginação faz com que a rigidez da circunstância, anterior à produção de imagens, seja substituída por fluidez e maleabilidade”³¹⁰.

Trago ainda outra referência contemporânea. No documentário sobre Abreu e Lima, *Todo Esto me Parece un Sueño*, do cineasta baiano Geraldo Sarno, uma das cenas abordou de forma metalinguística a dificuldade de fazer um documentário sobre o general, já que imagens dele seriam desconhecidas. Que imagens usar para projetar um personagem “esquecido” do século XIX? O documentário, por isso, tematizou também a sua própria (im)possibilidade. Uma das soluções encontradas pelo diretor foi ir atrás de um retrato de Abreu e Lima localizado no Salão Elíptico do Palácio Legislativo da Venezuela, em Caracas. O retrato foi levado para lá em 1981. Está assinado por Reynaldo. As pesquisas não identificaram esse pintor. Não se sabe exatamente por quem fora encomendado, mas ele possui as mesmas dimensões dos demais retratos dos líderes que compõe o panteão de libertadores da América. Não possui indícios de uma peça do século XIX, mas do XX. As roupas correspondem a de general, mas são anacrônicas. Sem deixar de mencionar os enigmas que rondam o retrato, o diretor do documentário o utilizou para problematizar o esquecimento e a reinvenção de Abreu e Lima, mas não deixou vazia a projeção de sua imagem. Além do retrato, cenas ficcionais foram inseridas na narrativa. Abreu e Lima, já velho, foi representado pelo ator Wilson Mello. A estratégia de Geraldo Sarno estava em consonância com a concepção de história do general, ao

³¹⁰ *Idem*, p. 20.

trazer imagens para a narrativa tornava o passado “visível” de forma mais potente que qualquer texto.

Quem são os brasileiros?

O Indígena

Nesta seção, analisamos um outro componente da disputa historiográfica entre os autores: os elementos identitários e étnicos do Brasil, singularizados na tipologia abstrata das supostas famílias “raciais”: “índios”, “africanos” e “europeus”. Diferentemente de Varnhagen, que valoriza o sujeito “branco” como único representante possível da “civilização” brasileira, Abreu e Lima constrói uma narrativa um pouco mais “dinâmica”, ainda que eurocêntrica, repercutindo e alimentando a tópica romântica de “proteção” (tutelar e infantilizada) dos povos nativos brasileiros, procurando atribuir a eles algum protagonismo no futuro do país. Ele também propõe a defesa da liberdade dos povos africanos escravizados e realiza uma crítica ao protagonismo bandeirante no processo de expansão do território. O uso do termo “brasileiro” por Abreu e Lima para se referir aos povos originários desencadeou a discussão.

Varnhagen acusou Abreu e Lima de empregar a palavra “brasileiro” de forma indevida no *Compêndio* – “Não achamos próprio que se empregue a palavra – Brasileiro – tratando-se dos índios selvagens e, da mesma expressão adjetiva, referindo-se às castas, e nações indígenas”³¹¹. Na resposta, Abreu e Lima se justificou:

Note-se que eu só fiz uso dessa palavra para significar os naturais do país logo depois da descoberta, quando todos os brancos não tinham outra denominação senão a de *portugueses* e a raça mesclada a de *mamelucos*, *mestiços*, etc.; além de que as palavras *indígenas*, *selvagens*, *índios*, etc. – convinham tanto aos naturais do Brasil como aos do Canadá ou do Estreito de Magalhaes; portanto era mister adicionar-lhes o adjetivo brasileiro, e para evitar essas repetições, substitui por elipse ao substantivo o adjetivo; que naquele tempo não se ligava, nem podia ligar-se, a certa ideia de *cidadão civilizado*, pois como já disse, os homens brancos denominavam-se *portugueses* ou simplesmente *colonos*.³¹²

Na citação está claro que Abreu e Lima não procurou atribuir ao indígena a noção de “cidadão civilizado”, pelo menos não no momento correspondente à colonização, já que esse seria um título próprio aos portugueses. Contudo, deixa em aberto essa questão para futuro. Há uma preocupação com a singularização dos povos que habitavam o Brasil, especialmente na

³¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo... Op. Cit.*, 1844, p. 70.

³¹² ABREU E LIMA. *Resposta do General... Op. Cit.*, 1844, p. 51.

diferenciação deles com os colonos. Ao acompanharmos a apresentação dos indígenas no *Compêndio*, identifica-se uma narrativa que lhes caracteriza como entes abertos e, por isso, susceptíveis a longo prazo de inserção no processo identitário e “civilizatório” do país. Um dos poucos aspectos de “fragilidade civilizacional” desses povos dizia respeito à ausência de uma visão teológica do mundo:

assim os Tupis eram os senhores absolutos destas costas, quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Da voz Tupá, que quer dizer trovão e pai universal, tinham eles formado por bárbara vaidade o nome de sua própria nação. Esta palavra encerra toda a sua teologia, porque não dirigiam súplica alguma ao criador: para eles não era objeto de ódio, de esperança, nem de temor.³¹³

A passagem acima induz, simultaneamente, de forma sutil, uma questão que problematiza a posse da terra pelos colonos e a noção de “descobrimento” – “eram os senhores absolutos destas costas” – mas também traz um argumento que “justificava” a evangelização dos povos nativos: a suposta ausência de relações com a transcendência. Mas essa ausência de relação com a divindade foi também relativizada pelo autor, construindo, assim, um texto mais tenso. A forma como celebravam os funerais, “com choros e tristes lamentações”, eram indícios, segundo o general, de uma relação, ainda que pequena, com uma visão “religiosa” de mundo, especialmente, porque juntos aos “pais de família” eram enterrados “as suas armas, suas penas e seus colares, e este é o único sinal pelo qual se poderia suspeitar que a ideia da outra vida lhes não é absolutamente estranha”.³¹⁴

A descrição dessas manifestações que revelariam alguma religiosidade dos povos nativos, aliada às páginas que Abreu e Lima dedicou à caracterização dos pajés, era importante para o autor abrir um campo interpretativo que provasse a predisposição do indígena à relação com o mundo que não fosse apenas o da natureza “pura” e “selvagem”. Abreu e Lima procurou, ainda que secundariamente, mostrar que os povos nativos tinham construído em suas comunidades elementos sociais “virtuosos”, por exemplo, a condenação do homicídio – “o homicídio é o único crime que castigam: os pais do matador o entregam ao morto, estes afogam o culpado e o enterram”³¹⁵. Nesse exemplo, era apresentada outra “virtude”: a capacidade de perdoar e de construir a reconciliação de modo “pronta e sincera entre as famílias”. De forma sutil, nesse momento do *Compêndio*, destinou uma crítica à noção de civilidade europeia que

³¹³ ABREU E LIMA. *Compêndio da História do Brasil* – Volume Único. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843b, p. 17.

³¹⁴ *Idem*, p. 21.

³¹⁵ *Idem*, p. 33.

não conseguiria viver plenamente o perdão: “bem diferentes nisso das nações civilizadas da Europa, entre as quais os ódios das famílias são algumas vezes hereditárias”³¹⁶.

Outra leitura de Abreu e Lima que corresponde à apresentação do indígena como ente aberto à “civilização” diz respeito à antropofagia, o que levou o autor a destacar dois pontos: primeiro, o fato de que “nem todos os Brasileiros eram antropófagos”³¹⁷; segundo, mesmo nessa prática “bárbara” haveria alguns “valores”, por exemplo, “apesar do atrativo que os arrasta para comerem carne humana, não comem os mortos no campo de batalha”³¹⁸. O general também destacou a hospitalidade, a tranquilidade com que viveriam em comunidade, não isolando os doentes e seriam fiéis aos seus aliados. Teriam disposição à ociosidade, mas, na mesma proporção, amavam a dança e os exercícios violentos, o que resultaria na sua “virtude guerreira”. Mas essa virtude só era mobilizada por motivos de vingança. Aqui há um ponto importante do argumento de Abreu e Lima sobre sua visão em relação aos povos nativos – a violência seria usada por eles em sua defesa. O indígena, ou o “Brasileiro”, fora vítima dos colonos, segundo o general, o que não significava a inexistência da necessidade evangelizadora. Esse argumento é claramente antagônico ao mobilizado por Von Martius, como abordamos no capítulo anterior, e também por Varnhagen, que prognosticou o desaparecimento dos povos nativos, considerando legítima certa violência contra eles.

Abreu e Lima também reforça uma diferença entre Portugal e o colonizador, tema clássico nos relatos e na historiografia. A nação portuguesa teria um projeto evangelizador adequado para os indígenas orquestrado pelos jesuítas, fundamentalmente. Contudo, os missionários enfrentavam vários obstáculos, especialmente, a “desumanidade e avareza dos colonos”³¹⁹. Esses não teriam respeitado os decretos da Corte em defesa dos povos nativos, o que teria levado os povos americanos a “resistirem de comum acordo a seus opressores”³²⁰. Em um dos capítulos sobre a ocupação holandesa de Pernambuco, Abreu e Lima dedicou um subcapítulo intitulado “Crueldade cometida contra os índios”, buscando descrever o comportamento violento e cruel dos colonos lusos em suas relações com os “Brasileiros”, utilizando das desavenças pré-existente entre as tribos para “os subjugar e destruir”³²¹.

³¹⁶ *Idem*, p. 33-34.

³¹⁷ *Idem*, p.18.

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ *Idem*, p. 42.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Idem*.

Palmares: a República

Abreu e Lima apresentou uma interpretação que, embora não fosse antagônica aos elementos considerados “civilizatórios” de sua época, deixava algumas dimensões abertas a disputas quando comparada à proposta de história do Brasil de Von Martius, por exemplo, e às compreensões do próprio Varnhagen. Abreu e Lima insistiu em frisar, no que tange ao “encontro” entre os povos, que a violência e o ódio eram dimensões estruturantes das relações entre eles e fora instaurada pelos colonizadores. Na abordagem da história dos povos afro-brasileiros, esse argumento não mudou.

A seção do *Compêndio* destinada à constituição de Palmares segue *ipsis litteris* o que doze anos antes Bellegarde havia escrito a respeito do Quilombo, que, por sua vez, era uma tradução com pequenas, mas importantes mudanças, do texto original de Ferdinand Denis.³²² A guerra entre portugueses e holandeses durante a invasão destes últimos no nordeste brasileiro no século XVII teria sido uma oportunidade para alguns escravos de Pernambuco e colônias vizinhas recobrem “a sua liberdade e independência no meio dos bosques”³²³. Aos quarenta primeiros que se refugiaram em uma floresta de palmeira, seguiram-se mais trinta mil escravos que constituíram a *República de Palmares*. No começo da formação do Quilombo, esses escravos teriam deixado um trajeto de “devastação e morte a todos os estabelecimentos dos colonos a que podiam alcançar”³²⁴. Foram tão poderosos belicamente que puderam resistir aos holandeses e aos portugueses durante a guerra, tendo sido derrotados apenas quando a “América Portuguesa” se viu livre da Holanda e, assim, Portugal se concentrou em exterminar Palmares. Antes de seu extermínio, contudo, “constituíram um Estado independente e soberano”³²⁵.

Como a maioria dos refugiados eram homens, saíram a procurar mulheres “à maneira dos romanos, caindo brutalmente sobre as habitações vizinhas” e apoderavam-se das “mulheres de cor”. Também imitaram os “antigos dominadores do mundo” por meio da prática dos saques e a “Colônia Africana tomou um aspecto florescente e terrível”³²⁶. No entanto, ao se dedicarem à agricultura com uma ordem e previdência “que fazem pasmar” tiveram seus costumes “adoçados”. A partir de uma civilidade conquistada por meio do trato com a terra, construíram

³²² CUNHA, Daniel Joni Mendes Nunes da. “*Cultura de História*” no *Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831-1863)*. Dissertação de mestrado (História). Ouro Preto, UFOP, 2019, p. 83.

³²³ ABREU E LIMA. *Compêndio da História do Brasil*. Op. Cit., 1843b, p. 90.

³²⁴ *Idem*.

³²⁵ *Idem*, p. 145.

³²⁶ *Idem*, p. 146.

um Estado no qual havia um chefe vitalício, encarregado de vigiar a segurança e aumento da população e, por meio de Ministros nomeados pelo chefe, executavam as leis, “uma espécie de código, hoje infelizmente ignorado”³²⁷. Palmares também teria adotado o cristianismo como religião principal, embora estivessem presentes “superstições gentílicas”. Vê-se, portanto, no argumento de Abreu e Lima que, embora o cristianismo estivesse presente como um elemento “civilizador”, o autor não ignorou os costumes originários dos habitantes do Quilombo. Observa-se também no argumento que não foi a religião o principal mecanismo de “civilização” dos quilombolas, mas a agricultura, conquista que não seria uma herança direta do colonizador. Ao contrário, os aspectos negativos do comportamento dos quilombolas remetiam a uma inspiração europeia. Abreu e Lima mostrou como os saques cometidos inicialmente eram resultados de um hábito romano, reivindicado como herança europeia.

O governo de Pernambuco, “amedrontado” por Palmares, resolveu, então, “aniquilá-lo”, mas, apesar dos sete mil homens enviados pelo Governo, “os negros os repeliram vigorosamente”, resistindo ao máximo, até que a fome os fez “sucumbir aos primeiros tiros de canhão”³²⁸. Observa-se aqui que os quilombolas não teriam sido propriamente derrotados pelos colonos, mas pela circunstância da guerra que os privou do alimento. A vitória dos colonos não os coloca como os mais fortes necessariamente; Palmares poderia ter resistido no que diz respeito à sua força interna e virtudes de guerra. Nesse momento, há um dos trechos mais fundamentais do *Compêndio*, no qual se vê que o general é orientado por uma visão de paridade dos sentimentos ordinários que comporiam as “raças”, elas dividiram os mesmos valores – “então, viu-se um daqueles rasgos, que atestam ser o verdadeiro valor o mesmo em todas as espécies do gênero humano”³²⁹. Abreu e Lima referia-se ao valor da liberdade, para o qual os afro-brasileiros teriam a mesma disposição que as outras “raças”: “Tendo que optar entre o horror do cativo e a morte, Zumbi e seus companheiros preferiram o último partido, despenhando-se do pico de um rochedo alcantilado”³³⁰. Com esse trecho, o general induzia a compreensão, ainda que de forma patronal, de que o destino dos povos afro-brasileiros não era o cativo, mas a retomada de sua liberdade, razão pela qual o Quilombo tinha sido fundado. O general terminou a narrativa sobre Palmares enfatizando a violência à qual foram expostos seus moradores. Palmares foi dizimado, mulheres e crianças vendidas, as cidades ficaram em ruínas e só restou a “memória de seus célebres habitantes”³³¹. Como mencionado no *Bosquejo*,

³²⁷ *Idem*.

³²⁸ *Idem*, p. 147.

³²⁹ *Idem* – grifos meus.

³³⁰ *Idem* – grifos meus.

³³¹ *Idem*.

livro de 1835 do general, abordado no primeiro capítulo, o sistema Republicano era uma utopia que o Brasil jamais poderia realizar em função do ódio sedimentado entre as classes. É curioso ver que os moradores de Palmares “realizaram”, na interpretação oferecida pelo *Compêndio*, essa utopia, construindo uma República.

Os Paulistas: piratas da terra

Na narrativa de Abreu e Lima, os povos nativos teriam entre suas principais virtudes a capacidade de viverem bem coletivamente e de se perdoarem, e os afro-brasileiros, por sua vez, conseguiram construir uma República. Já os colonizadores, por outro lado, foram aqueles que despertaram a violência constitutiva das relações entre as “classes”, tida como elemento base das relações no Brasil. Foi continuando essa linha interpretativa que o general inseriu as bandeiras paulistas no processo de expansão para o sertão: a ocupação do território americano foi marcada pela brutalidade e massacre de povos.

O encontro dos povos indígenas com diferentes europeus em São Paulo teria dado origem a uma população profundamente belicosa – como se referia Abreu e Lima aos mamelucos ou paulistas que se opuseram “ao sistema de civilização cristã dos jesuítas”³³². O empenho dos paulistas contra o trabalho “civilizador” e “pacífico” dos missionários devia-se ao fato de considerarem a “conversão dos índios como a abolição do comércio de escravos”³³³. Por essa razão, os paulistas teriam desenvolvido um novo cristianismo mesclado com “superstições brasílicas” que autorizava o assassinato e a escravidão dos povos indígenas que encontraram no processo de expansão. Esse ímpeto belicoso dos “piratas da terra” teria sido intensificado na exploração do ouro, razão pela qual o momento que “pareceria datar a prosperidade” da colônia correspondeu, a contrapelo, ao momento no qual mais se abandonou “as artes, e particularmente a agricultura, únicas bases sólidas da felicidade das nações”³³⁴.

Na narrativa de Abreu e Lima, os paulistas teriam repercutido os ímpetos egoístas e destrutivos da prática colonizadora. Desse argumento, desdobrou-se também mais claramente o pessimismo do autor em relação à violência que estruturou a miscigenação, pois, no encontro entre os europeus e os brasileiros, prevaleceu a índole do primeiro, a cobiça, que junto à violência determinavam o processo civilizatório nas Américas. A caracterização dos paulistas realizada por Abreu e Lima como “saqueadores” ou “piratas da terra” incomodou

³³² *Idem*, p. 138.

³³³ *Idem*.

³³⁴ *Idem*, p. 155.

profundamente Varnhagen que, considerando-se paulista sentia-se impelido a contestar essa versão do *Compêndio* e atribuiu a crítica do general à intolerância com a miscigenação: “que razão justa haverá para inventar epítetos injuriosos, e lançar anátema a uma casta ou geração, só porque é de outra gradação de cor?”³³⁵.

Na resposta a Varnhagen, Abreu e Lima denominou de “torpe” a estratégia de seu crítico. Denominá-lo “inimigo da gente de cor” seria um artefato político para impelir a inimizade dessa “classe” ao general. Mas o argumento central que o autor do *Compêndio* utilizou para responder ao veto de Varnhagen sobre sua interpretação dos paulistas retomou a querela Southey/Beauchamp. “[...] Já se sabe, o senhor Varnhagen sempre prefere Southey a Beauchamp [...]. Porém aqui cinçou o *nobre* paulista completamente: Beauchamp não foi o plagiário de Southey nessa parte, nem o poderia ser”³³⁶. Abreu e Lima preparava o terreno argumentativo ironizando Varnhagen como “nobre” paulista e questionando a preferência historiográfica de seu crítico por Southey – a interpretação de que os paulistas seriam piratas da terra e saqueadores não foi retirada de Beauchamp, mas do historiador inglês, no segundo volume de sua obra. “Ora, o sr. Varnhagen tem falado tantas vezes de Beauchamp, tem-lhe chamado tanto nome feio, e ao mesmo tempo elevado Southey às nuvens, que estou resolvido a pedir-lhe perdão, renegar a Beauchamp, e adotar completamente a Southey”³³⁷. Abreu e Lima apresentou os termos *freebooters* e *ruffians*, utilizados por Southey, e um trecho da *History of Brazil*, o qual descreve a caracterização do empreendimento paulista e sua relação hostil com os povos nativos:

There is now no alternative but emigration or slavery; many could not be persuaded to encounter the less but the certain evil: of these some returned to their old habits of savage life; the rest fell into the hands of the *Paulistas*. This ruffians enraged that any should have escaped them, pursued the emigrants.³³⁸

O argumento do general lançando mão de Southey procurava validar seu próprio argumento sobre os paulistas bem como sugerir o desconhecimento de Varnhagen da obra do historiador inglês e, desse modo, também desqualificar o veto do IHGB ao seu *Compêndio*. O debate foi também utilizado por Abreu e Lima para argumentar em favor da artificialidade da “brasilidade” de Varnhagen. Este teria nascido por acidente em São Paulo, indo ainda jovem morar em Portugal e, sendo filho de pais estrangeiros, não poderia pleitear cargos no exército, integrar o corpo diplomático do Brasil, sequer receber financiamento para pesquisar a história

³³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo... Op. Cit.*, 1844, p. 82.

³³⁶ ABREU E LIMA. *Resposta do general... Op. Cit.*, 1844, p. 112.

³³⁷ *Idem*, p. 112-113.

³³⁸ SOUTHEY *Apud* Abreu e Lima. *Resposta do general... Op. Cit.*, 1844, p. 113.

do país. Abreu e Lima questionava a autorização dada a Varnhagen pelo Estado do Brasil assegurada pela Constituição de 1824 de que o brasileiro seria aquele que nasce na terra “ainda que o pai seja estrangeiro”. O general desfazia a relação “nascer” e “nação”. Como Varnhagen teria vivido parte significativa de sua vida fora do Brasil, ele seria um colonizador: “Torno a dizer que o Sr. Varnhagen é tão brasileiro como eu sou português, e que ninguém acredita no seu brasileiro senão como um meio de vida; é uma especulação como as outras, porque isso lhe rende quatro mil cruzados de moeda forte[...]”³³⁹. As acusações como as de Abreu e Lima, que questionavam a brasilidade de Varnhagen, levaram o historiador do IHGB a cuidar de sua identidade e imagem posterior. Temístocles Cezar explicou a preocupação de Varnhagen com sua “identidade brasileira” a partir da categoria de Foucault, era uma necessidade de “cuidar-de-si”³⁴⁰.

A especulação estrangeira: Varnhagen outro Constâncio!

Em 1843, a revista *Minerva Brasiliense* publicou uma resenha entusiasta sobre o *Compêndio*, por se tratar de um livro escrito por um brasileiro. Ela era assinada por T., provavelmente referência ao codinome *Timandro*, de Francisco Sales Torres Homem. O artigo destacava a ausência de histórias e descrições geográficas sobre o Brasil escritas por seus próprios habitantes, sendo o país, até aquele momento, “quase inteiramente ignorado pelos brasileiros”. A ausência de mapas, descrições sobre as regiões como as vilas e povoações, solos e relevos e, principalmente, de uma interpretação dessa história, impedia o avanço na forma do país legislar-se configurando o Brasil como um país que “não se conhec[ia] bem”. O texto observava, ainda, que a história do país estava “depositada em antigos ou fastidiosos volumes” ou havia sido escrita “por mãos menos aptas; por estrangeiros que, como Beauchamp, trataram só de compor um romance, que excitasse a curiosidade de seus leitores na Europa”, obra irrelevante para os brasileiros, pois não era capaz de “despertar no espírito da nossa juventude o nobre sentimento de amor à pátria”³⁴¹. Já de antemão, percebe-se que a resenha tornava explícita uma relação com os textos historiográficos distinta daquela oferecido pelo IHGB e por Varnhagen: a crítica a Beauchamp não era usada como veto ao general.

³³⁹ ABREU E LIMA. *Resposta do general... Op. Cit.*, 1844, p. 108.

³⁴⁰ CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX... Op. Cit.*, 2018, p. 60.

³⁴¹ T. Bibliografia. Obras sobre a Geografia e História do Brasil. – O *Compêndio* do Sr. General J. I. Abreu e Lima. In: *Minerva Brasiliense*, n. 02, v. 01, 1843.

O parecer mencionou as obras tidas até então como mais relevantes a respeito da história do Brasil. Vejamos:

Além da *Corografia Brasílica* do padre Ayres, temos diferentes viagens ao Brasil, onde alguma informação se vai buscar a respeito dele. Se excetuarmos, porém, a obra in-fólio de Southey, esta informação está longe de ser suficiente, e em alguns desses livros avulta em erros graves; [...] conheçamos na matéria, as viagens de Koster, de Mawe, de lady Graham, do príncipe Maximiliano, a relação de Spix e Martius, as viagens do Sr. A. S. Hilaire, e a história do Sr. Constâncio. Podem-se acrescentar ainda as notícias sobre as coisas do Brasil devidas aos cuidados do Barão de Eschwege, do cônsul Russiano Langsdorf e as brilhantes compilações de Ferdinand Dennis.³⁴²

A exceção da obra de Southey e de Dennis, a maior parte dos livros mencionados seriam pouco exatos e com graves erros, já que muitos dos autores, segundo Timandro, discorreram sobre o país sem aqui terem estado, ou mesmo aqueles que estiveram no território não foram precisos ou já estariam desatualizados. A *História do Brasil* (1839), de Francisco Solano Constâncio, estava entre as obras mais criticadas da resenha. Ela foi considerada “uma compilação repleta de inexatidões e mesmo de erros grosseiros” relativos tanto à “geografia quanto aos fatos e conhecimentos registrados ali sem crítica”³⁴³. Em contrapartida, a obra de Armitage, por exemplo, recebeu uma apreciação menos crítica do que a de Constâncio, pois, mesmo sendo possível “que alguns juízos do Sr. Armitage possam ser contestados, cremos que foi mais ou menos verídico e imparcial”, podendo “ser lido com proveito”, já que se dedicou à história do Brasil mais recente, oferecendo “uma instrução preciosa de muitos fatos, que já hoje parecem estar esquecidos”³⁴⁴.

Perante um rápido balanço das principais obras escritas sobre o Brasil, o parecer considerou o *Compêndio*, de Abreu e Lima, “o mais útil que tem sido publicado”. Há nele “um espírito consciencioso, que dirigido unicamente pelo amor da verdade, prescinde de todas as considerações que poderiam por ventura alterar a fidelidade histórica”³⁴⁵. Apesar de a resenha ter ressaltado que faltava ainda “uma história geral e completa do Brasil”, que em mais ou menos tempo seria escrita por meio das pesquisas do IHGB, o *Compêndio* era, até aquele momento, a obra mais relevante e uma alternativa às produções estrangeiras.

Entre as obras estrangeiras mais criticadas na resenha, como já mencionado, estava a *História do Brasil* (1839), do português Francisco Solano Constâncio. Esse texto teve uma repercussão profundamente negativa na esfera letrada do Império. Em 1839, na *Revista do*

³⁴² *Idem*, 51.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ *Idem*.

IHGB, foi emitido um parecer bastante crítico a respeito da *História* de Constâncio, assinado por Cândido José de Araújo Vianna e por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ao comentarem sobre a *Introdução Geográfica* submetida à análise pela comissão de geografia, o parecer alegava “patente o vivo desgosto, e dissabor, que sentiu ao ler tantos, e tão notáveis erros de geografia espalhados por cada página” presentes não só na introdução, mas na obra como um todo.³⁴⁶ Como seria “sumamente penoso” descrever todos os erros, a comissão apontou apenas alguns, argumentando que os equívocos cometidos no que toca às notícias geográficas, dificilmente poderiam predispor alguém à leitura da história, pois tais erros teriam comprometido a obra como um todo. Caso “um leitor sensato e versado nas cousas da sua pátria” se dedicasse à leitura “de confuso dédalo suceder-lhe-ia as sensações desagradáveis e aflitivas umas após outras”³⁴⁷. Isso porque a “alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens e a política absolutamente errada são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se aplica o escalpelo da crítica”³⁴⁸.

O primeiro tomo da *História* de Constâncio foi pouco analisado pelo Instituto, isso porque se baseava, como o próprio Constâncio destacou em seu prefácio à obra, no trabalho de Southey. Para a comissão, “longo seria comparar as duas histórias somente para o resultado de sabermos, se o Sr. Dr. Constâncio copiou, ou não copiou fielmente os escritos do historiador inglês”³⁴⁹. Caso nessa comparação encontrassem fatos pouco exatos, “não teria de fazer censura aos escritos do Sr. Dr. Constâncio, mas aos de Southey, o que é fora do propósito do Instituto”³⁵⁰. Por essa razão, a comissão dedicou-se com mais cuidado à segunda parte, em especial aos capítulos relacionados à Independência. Nota-se que nesse parecer a compilação não era o problema, já que Southey era o autor base do texto de Constâncio, tendo o historiador português em sua obra também acusado Beauchamp de plagiador de Southey.

O problema estaria relacionado à Independência e autonomia da ex-colônia. Segundo os pareceristas, Constâncio, no que diz respeito à Independência, teria tido sempre um “insulto, uma calúnia, um convido, para lançar ao rosto à maior parte dos homens, que prestaram serviços à Independência do Império[...]”³⁵¹. Entre os exemplos, destacaram a descrição negativa que Constâncio fizera do “primeiro imperador do Brasil que tinha abraçado

³⁴⁶ VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a “História do Brasil” publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. *Revista do IHGB*. Tomo I, 3.ed., 1839, p. 81.

³⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 82.

³⁴⁸ *Idem*.

³⁴⁹ *Idem*.

³⁵⁰ *Idem*, p. 83 – grifos meus.

³⁵¹ *Idem*.

cordialmente a causa da Independência: e, por isso, conforme as expressões do autor tinha indignamente traído e vilipendiado a nação Portuguesa”³⁵².

No parecer do Instituto, a obra de Constâncio era avaliada como desdobramento de um ressentimento em relação à emancipação do Brasil de Portugal. Os membros do IHGB desautorizavam a obra, que criticava a proximidade do Brasil com a Inglaterra e a permanência com o sistema Monárquico. O aspecto “negativo” com que Constâncio interpretou o destino do Brasil incomodou os membros do Instituto, mas não só a eles. A comunidade letrada do Império, de modo geral, ignorou a obra. Um português (com predisposições republicanas) não estaria autorizado a escrever sobre a jovem nação independente.

Em sua *História do Brasil*, além de uma resposta às histórias escritas anteriormente por Southey, Beauchamp e Armitage, entre outras preocupações, Constâncio esboçou uma síntese na qual o seu pessimismo atribuído à história de Portugal se materializava também na leitura que realizava do futuro do Brasil. Nessa obra é explícita a frustração do autor pelo modo como se consolidou a Independência – esta entendida como o marco do esgotamento de possibilidades para a sobrevivência lusa, mas também para sua filha outrora considerada próspera. Ambos territórios estariam condenados à decadência. Decadência, no arcabouço semântico mobilizado por Constâncio, não remeteria necessariamente ao fim ou ao desaparecimento de ambos os países, mas à eternização de sua condição de mediocridade. A “ganância” dos portugueses, a “ vaidade” dos brasileiros, a “funesta” presença inglesa e o “ódio” sedimentado pela escravidão fizeram com que a herança íntima de Portugal a ser perpetuada no Brasil fosse o legado trágico da colonização e da escravidão.

O parecer do Instituto sobre a obra de Constâncio teve como uma das razões motivadoras do veto o fato de o autor ser um português a escrever uma história do Brasil. Mas o ponto mais definitivo para sua recusa deve-se ao fato de Constâncio ter defendido um destino negativo para o Brasil em razão da permanência da monarquia e da escravidão, argumento que interessava pouco aos letrados brasileiros. Esse veto parece confirmar-se na comunidade letrada de modo mais amplo, como na crítica da *Minerva* ou no fato, por exemplo, de a obra de Constâncio não estar entre as compilações de Abreu e Lima, ao passo que as histórias de Southey, Beauchamp, Armitage, Bellegard, Denis e outras, apesar de dissonantes entre si, estavam presentes.

Retornando a polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen, no *Juízo sobre o Compêndio*, o historiador do IHGB já prometia a esperada história geral do Brasil. Ele assegurou o “melhor

³⁵² *Idem.*

serviço” que imaginava possível realizar e que substituiria “na literatura e, portanto, nas próprias ideias, um passado assente e seguro de recordações sólidas” à “literatura de folhas efêmeras do *inquieto e insuficiente jornalismo*”, estilo ao qual pertenceriam Beauchamp e Abreu e Lima. O general, em resposta, revidou: “o Sr. Varnhagen nos ameaça com uma história do Brasil, escrita por ele! Ainda mais esta calamidade? Pois teremos ainda de passar pelas provas de *um segundo Constâncio*? Ainda uma história do Brasil por um português?”³⁵³. O general tentou, por meio da associação de Varnhagen a Constâncio, o veto à futura história geral do Brasil. Um “colonizador” não poderia estar autorizado a escrever sobre o Brasil.

Abreu e Lima, no entanto, fracassou. Na *Réplica apologética de um escritor caluniado*, resposta de Varnhagen à reação do general ao *Juízo*, Varnhagen observou que a melhor resposta a Abreu e Lima sobre a acusação que este lhe fizera sobre ser português e sobre ser um “especulador” como Constâncio seria dada pela obra que preparava. “Porém desejando guardar para a idade madura a aparição dessa [História Geral do Brasil], a fim de que possa sair mais aperfeiçoada do que todos esses escritos volantes anteriores”³⁵⁴, Varnhagen optou pela produção do esquecimento de Abreu e Lima. Não mais mencionaria o nome do *plagiador difamador que se intitula general*. Em 1952, Varnhagen, em biografia dedicada a Antônio Moraes e Silva, publicada na *Revista* do IHGB, realizou uma crítica a Constâncio denominando-o o “triste especulador de Paris”. Afastava sua imagem também de Constâncio. Ofuscava a estratégia do general.³⁵⁵

A saída do “mesquinho círculo de Southey e Bellegarde”

Mediante as críticas que recebeu, Abreu e Lima procurou desqualificar o IHGB. Primeiramente, afastou a imagem de d. Pedro II da Instituição. Na *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa* (1844), buscou mostrar para o público a legitimidade de seu *Compêndio*, dizendo que antes de publicá-lo, o Imperador o teria lido e o autorizado, daí o motivo de ter-lhe dedicado o livro. No segundo momento da resposta direcionada a Januário da Cunha Barbosa, atacou diretamente o Instituto a partir de seu secretário perpétuo. Embora reunisse os homens de letras mais notáveis do país, os membros

³⁵³ ABREU E LIMA. Resposta do general... *Op. Cit.*, 1844, p. 108.

³⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846, p. 3.

³⁵⁵ RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840)*. Dissertação de Mestrado. (História). Ouro Preto, UFOP, 2014, p. 130-138.

do IHGB não saberiam o que lá se passava porque a maior parte dos sócios não era frequente – recebiam por carta as incumbências em nome de prestarem honras ao Imperador. Abreu e Lima denunciava o Instituto como frequentado pela “reunião de uma meia dúzia de indivíduos sem crédito literário, nem reputação do menor quilate[...]”. Esses homens seriam comandados, disciplinados pelo secretário perpétuo, que teria feito do IHGB seu “escritório de agência, ou casa de câmbios, onde troca[ria] Diplomas honorários por Comendas, hábitos e outros títulos honoríficos”³⁵⁶. Abreu e Lima desqualificava o Instituto como instrumento de veto e buscava desautorizá-lo enquanto entidade múltipla e heterogênea, colocando-o apenas como uma extensão de Barbosa – “O instituto é do padre Januário e não do Brasil”³⁵⁷. Abreu e Lima ainda insistia que Barbosa não era um literato, não tinha obra, além de poucas poesias de mau gosto, não era conhecido como escritor. Era um autor de relatórios de “estilo pedante”. Contudo, o problema central que teria motivado o parecer do Instituto sobre seu *Compêndio*, explicou Abreu e Lima, seriam as desavenças das décadas de 1830 em torno da figura de d. Pedro I e da Abdicação que havia tido com Barbosa nas páginas de periódicos nacionais, como abordado no primeiro capítulo deste livro. Esse episódio consistia, segundo o general, na verdadeira razão do veto do IHGB ao seu trabalho, os motivos seriam políticos sobretudo.

A reação do general às críticas que recebera demarcou uma decisão: o general se retirou do círculo de autores mais “estimados” pelo IHGB. Sua (auto)exclusão foi também a condição para constituição do espaço e dos protocolos disciplinares e canônicos. Se o Instituto recomendava o texto de Bellegarde ao invés do seu, e se Southey seria mais adequado do que Beauchamp, o que seu livro poderia oferecer? “Ora, neste caso poderia eu sair de Southey, de Bellegarde e dos panfletos do Sr. Varnhagen na minha defesa? Não de certo, porque nenhuma autoridade me seria aceita no tribunal desses senhores[...]”³⁵⁸. O general deixava claro, portanto, que “a custo e a furtadelas sa[ía] deste círculo” no qual as “balas são sempre dos calibres Southey, Bellegarde e Varnhagen”. Ele abandonava o “mesquinho círculo de Southey e Bellegarde”³⁵⁹ e recorria aos leitores “doutos e indoutos” à avaliação dos juízos que recebera de Januário e de Varnhagen.³⁶⁰

O general afastava-se também de Martius. Sem muitas explicações, ele afirmou apenas na resposta a Varnhagen que o viajante alemão não seria “uma autoridade em história e nem

³⁵⁶ ABREU E LIMA. *Resposta do general... Op. Cit.*, 1844, p. 6.

³⁵⁷ *Idem*, p. 14.

³⁵⁸ *Idem*, p. 84.

³⁵⁹ *Idem*.

³⁶⁰ *Idem*, p. 122.

em geografia”³⁶¹. A proposta premiada de Martius era em muitos aspectos distinta do *Compêndio* do general, especialmente quando estava em questão a ênfase positiva que o alemão deu à herança lusitana e à defesa de uma história que anulasse os elementos conflitivos da miscigenação. O *Compêndio*, de Abreu e Lima, ao se perguntar sobre *Quais serão os futuros do Brasil?*, embora tenha defendido a história monárquica mais por conveniência do que por convicção, não sistematizou a expectativa de uma história filosófica que valorizasse a continuidade do empreendimento colonial. Sua narrativa deixou em aberto e, sobretudo, em dúvida, o sucesso do projeto colonizador e monárquico na medida em que evidenciou a violência constitutiva da “identidade nacional” em construção e em disputa.

A reação ao *Compêndio* deixa claro que o livro “frustrou” os membros do IHGB no tocante a uma história brasileira promissora e harmônica e talvez também tenha atingido demasiadamente a vaidade de Varnhagen, que pleiteava o *status* de grande historiador do Brasil. A saída do general do “mesquinho círculo de Southey e Bellegarde”, que na verdade significa o círculo de Januário e Varnhagen, permitiu um dos passos para a “separação” e “autonomização” dos perfis intelectuais e historiográficos no Império. Em 27 de abril de 1844, Abreu e Lima escreveu outra carta a Januário da Cunha Barbosa, dessa vez solicitando que riscasse seu nome dos membros honorários do Instituto.³⁶²

A Sinopse e o esquivo da terrível foice do Instituto Histórico

O Sr. Varnhagen é uma chaga pútrida que veio empestar a nossa nascente literatura. Calcule-se, pois, o que será uma história saída de semelhante pena. *Na minha nova redação prometo que nenhum erro, que esteja na possibilidade humana evitar-se, me escapará, e seja garantia do que digo esta minha resposta, pela qual se conhecerá que tenho estudado ao menos as causas de meu país.*³⁶³

Do mesmo modo que Varnhagen prometeu sua *História Geral* na querela com o general, Abreu e Lima, após a publicação do *Compêndio*, também mencionou a *Sinopse ou dedução cronológica* (1845) que estava escrevendo. O livro que o autor tentou reduzir a um estilo próprio, além de fatos históricos, contém a legislação, menção a estabelecimentos públicos, fundações, tratados, referências a ordens religiosas... organizadas cronologicamente.

³⁶¹ *Idem*, p. 54, 55.

³⁶² Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 27 de abril 1844. Disponível no Instituto Histórico e Geográfico.

³⁶³ ABREU E LIMA. *Op. Cit.*, 1844, p. 104-105.

Contudo, quando veio a ser publicada, após as discussões com o Instituto, ela revelava um intelectual amargurado e frustrado.

O anúncio de venda da *Sinopse* era mais objetivo quando comparado ao do *Compêndio*. Foi anunciada como a obra que encerrava a demanda, até o momento, por uma história civil, política e eclesiástica sobre o Brasil, não havendo na língua portuguesa “uma produção qualquer, que lhe possa ser comparada, tanto pela utilidade, como pelo método novo e simples de escrever a história cronologicamente”³⁶⁴. Era também anunciada a *Resposta ao Padre Januário...*, obra citada como “necessária para inteligência de várias passagens da *Sinopse*”³⁶⁵.

O prefácio da *Sinopse* chama a atenção como no *Compêndio*, porém por razões profundamente distintas. No livro de 1843, o prefácio revelava um Abreu e Lima entusiasmado com a prática intelectual e com a atividade de historiador, tinha esperanças de que seu trabalho atenderia às demandas do Instituto. Em 1845, o general estava cansado, “exausto de ânimo e de forças”, queria não ter que escrever o prefácio – “daria a minha obra a todos os diabos só para não ter que fazer um”³⁶⁶. O livro era apresentado como um gasto de energia e de dinheiro, cujo investimento não traria retorno prático – “Quem souber que este tremendo calhamaço me custa mais de quatro contos de réis depois de impresso, os quais não comi nem bebi, [...] poderá avaliar que não se trata já de recomendar a Obra, mas de haver o meu dinheiro”³⁶⁷. Além das dificuldades financeiras para sobreviver a partir do trabalho intelectual, ironizava a expectativa do reconhecimento – “oh! A fama, a glória de escritor no Brasil! Se ao menos viesse o proveito! E com tudo nem fama nem proveito, porque fama e proveito não cabem num saco”³⁶⁸. O general não escondia sua frustração – “não há velho mais rabugento que um subscritor quando a obra vai sair do prelo”³⁶⁹. Sem grandes expectativas em torno da recepção de sua obra dado o cenário crítico no qual o *Compêndio* se enredou com o IHGB, apostou em enfatizar o trabalho que teve para executá-la: “foram consumidos cinco anos de dia a dia na sua compilação. Contando mais de seis mil datas, quase todas foram retificadas com um trabalho insano[...]”³⁷⁰.

Ele apelava aos leitores que fossem sensíveis às suas frustrações – “se ao menos os leitores me levassem em conta os tormentos por que tenho passado, as angústias, as tribulações, as raivas, e os desgostos[...]”. Abreu e Lima, ao falar diretamente com seus leitores, punha a

³⁶⁴ Anúncio de venda *Sinopse* ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil. *Diário de Pernambuco*. Ano XXII, n. 209, 21 de setembro 1846, p. 2.

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ ABREU E LIMA, José Inácio. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845, p. V.

³⁶⁷ *Idem*.

³⁶⁸ *Idem*, p. 6.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ *Idem*, p. 8.

nu o processo intelectual e material de produção do livro, diferentemente do modelo institucional que era menos eloquente. Ele se referia à dificuldade de publicação da obra no mercado editorial, às dificuldades com “os compositores, impressores, compaginadores (sic), encadernadores, etc... e, sobretudo, a ideia perseguida de um Prefácio”³⁷¹. O “prefácio monstro” do general parece revelar que sua obra, na qual a organização dos fatos dava-se exclusivamente por meio das datas, não surtira grandes expectativas nos editores, no público em geral, mas sobretudo no próprio autor.

As condições de acesso às informações históricas também lhe teriam frustrado profundamente. A busca por documentos e confirmações de fatos lhe fez “passar por dissabores, por negativas, e até mesmo por humilhações, porque pedia muitas vezes uma data, uma notícia qualquer, com a mesma solicitude, com as mesmas plegarias com que se pede uma esmola”. Ele já havia mencionado essa dificuldade no prefácio do *Compêndio* e em cartas para Januário da Cunha Barbosa, nas quais solicitava documentos ao IHGB. Mas, na *Sinopse*, o tom foi mais crítico. Abreu e Lima induz à compreensão de que as condições para a escrita da história lhe teriam sido vetadas. Junto às dificuldades que mencionava para produção e publicação da obra, reafirmou sua decisão perante o IHGB no final do seu livro: “dar-me-ei por bem pago se [a *Sinopse*] não tiver a sorte do *Compêndio da História do Brasil* debaixo da terrível foice do Instituto Histórico. Finalmente ao destino entrego a minha obra[...]sê-lhe propício”³⁷².

A frustração de Abreu e Lima parece indicar uma expectativa de financiamento estatal e a busca por melhores condições para a pesquisa histórica. Na querela, ele já havia questionado o investimento público direcionado ao trabalho de Varnhagen – “Eu sabia que todos esses contos de réis, que se tem gasto com ele, e que continua a perceber ilegalmente pelo desleixo do Governo, não serviriam senão em seu proveito, e que ao cabo de tudo receberíamos três ou quatro cópias de papeis insignificantes”³⁷³. Abreu e Lima acusava, ainda, que o financiamento público direcionado a Varnhagen permitia ao “façanhudo copista alardear o seu imenso tesouro, tão rico como a famosa biblioteca de Alexandria”, riqueza paga com o tesouro nacional. Nesse aspecto, Abreu e Lima confirmava na *Sinopse* o que já havia insinuado na querela – a produção histórica, especialmente no que se refere ao acesso a documentos, era “controlada” pela mediação do Estado e ele não tinha mais expectativas de ser financiado por esse setor após sua saída do IHGB ou de ter melhores condições de acesso a documentos.

³⁷¹ *Idem.*

³⁷² *Idem*, p. 448.

³⁷³ ABREU E LIMA. *Resposta do general... Op. Cit.*, 1844, p. 108.

A pesquisa de Valdeci Araujo observa que a “indústria do livro garantiu a diversos autores um tipo de independência ancorada na venda do impresso, o que tornava o vínculo com o estado e suas autoridades algo a ser evitado”³⁷⁴. Mas o modelo do mecenato que afiançou mais de mil assinaturas ao *Compêndio*, “mesmo emoldurado pela Razão de Estado, mostrava-se incapaz de garantir as condições necessárias para a escrita da história[...]”³⁷⁵. Faltavam, por exemplo, “instituições mediadoras capazes de garantir legitimidade discursiva e condições materiais para o empreendimento”³⁷⁶. Abreu e Lima e as querelas nas quais se envolveu com o IHGB indicam os limites da Instituição para essa mediação, pelo menos quando levado em consideração a sua proposta. Na *Sinopse*, Abreu e Lima revelou as lacunas das condições de sobrevivência desse intelectual na esfera pública, o que teria sido diferente de Varnhagen, por exemplo. O fato de ser um dos representantes desse regime intelectual ligado ao mercado editorial se deu mais por razão da conjuntura de negação e conflito que encontrou do que de suas “intenções” propriamente ditas.

O *Diário de Pernambuco* publicou uma resenha sobre a *Sinopse* em três seções. A primeira parte, publicada em 25 de julho de 1846, destacou o caráter “inteiramente novo” da obra, argumentando que não existiria na “literatura moderna” algo daquele gênero. Sobre o estilo, segundo a resenha, seria raro encontrar um texto que além de ornato e elegante, priorizasse a clareza, a concisão e a pureza da linguagem – “hoje reviveram entre nós os tempos de Gôngora e quase sempre aparecem estes escritos cheios de imperfeições, e, sobretudo, de péssimo gosto, estilo pesado e nauseabundo, contrário às regras de bem dizer”.³⁷⁷ O estilo do general seria diferente – “suas palavras[...] convidam a ler, persuadem, ficam de tal modo gravado na memória como versos de uma epopeia”³⁷⁸. Abreu e Lima, “quer narrando, quer pintando ou descrevendo [...] é sempre claro e conciso”, e seu estilo deveria tornar-se um modelo, defendia o texto.

O prefácio, além de original, foi descrito como resultado de gênio, pois ali, além de sua originalidade, empregou energia, fazendo dele “inimitável”. Sobre a obra de modo geral destacou-se a “redação especial para cada acontecimento” e sobre a moralidade dos fatos após a redação “não é só o estilo a invejar, é também o tato fino em julgar dos acontecimentos,

³⁷⁴ ARAUJO, Valdeci. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia história*. Vol.31, n.56, p. 365-400, 2015, p. 376.

³⁷⁵ *Idem*, p. 283.

³⁷⁶ *Idem*.

³⁷⁷ *Idem*.

³⁷⁸ *Idem*.

pesando-os na balança do critério, e do senso comum”³⁷⁹. A primeira parte da resenha do *Jornal de Pernambuco* recomendou, ao final, que o livro fosse adotado nas escolas como livro elementar, não só como *Compêndio de História do Brasil*, mas também como modelo em estilo. A *Sinopse* foi difundida como obra capaz de “vulgarizar” a história nacional a fim de resolver ressentimentos históricos do Brasil, em geral, e de Pernambuco, em particular. Tratava-se, segundo o artigo, “de um livro popular” destinado para todas as classes: “o militar, o advogado, o eclesiástico, o artista, qualquer pessoa, enfim, achará nesta obra quanto deseje saber acerca da nossa existência como nação”³⁸⁰.

No dia 10 de outubro de 1846, a segunda parte da resenha foi publicada também no *Diário de Pernambuco*. Ela retomou elogios ao estilo do autor, sobretudo no que se refere ao modo como narrou eventos relacionados a figuras importantes da história nacional. Há neste momento uma defesa do modo imparcial da escrita do general, no entanto nota-se que essa imparcialidade não se caracterizaria pela omissão, mas pela elegância com a qual julgaria o fato alinhado a uma narrativa “fulminante”, ou seja, atrativa, sedutora, capaz de produzir “justiça” em relação ao evento, sem ofender, contudo, seus protagonistas. Nessa resenha, defendeu-se, ainda, que a *Sinopse* não seria uma história, mas a reunião de muitas histórias, uma vez que “a cada fato deu o nobre autor uma redação especial”. Isso demarcaria outro ponto fundamental da obra, pois não necessariamente precisaria ser lida do começo ao fim – o leitor poderia ler capítulos avulsos, escolher, sem comprometer o enredo, o tema que melhor lhe conviesse, em razão de cada fato ter sido descrito com “suas próprias cores”. O modo como descrevia os acontecimentos convergia também para a oferta de uma visão plena sobre eles, mesmo para aqueles que desconheciam monumentos, obras e eventos ali citados. Enquanto a primeira parte da resenha destacou a objetividade e a concisão como marcas-chave do estilo do autor, a segunda argumentou que esses elementos não excluiriam da narrativa detalhes e julgamentos fundamentais. Essas características fariam do livro um “monumento da inteligência” e, novamente, era recomendada a leitura de “todas as classes, por qualquer pessoa do povo, e que essas noções da nossa pátria se generalizassem até o mais pequeno sem distinção”³⁸¹.

A terceira parte da resenha foi publicada em 12 de outubro de 1846 e emitiu o juízo final sobre a obra. Ela retomou os debates e críticas referentes ao *Compêndio da História do Brasil* protagonizadas junto ao IHGB. Essa parte da resenha foi um recuo dos redatores do

³⁷⁹ *Idem*.

³⁸⁰ *Idem* – grifos meus.

³⁸¹ *Idem*.

Diário em relação às opiniões outrora publicadas pelo próprio Jornal sobre o *Compêndio*. Leia-se: “como não tínhamos feito estudos sobre a história do Brasil, assentimos que o Instituto [IHGB] tinha razão, e que o *Compêndio* tinha todos aqueles erros e defeitos[...]”³⁸². A resenha indica que anteriormente publicou pareceres favoráveis ao *Juízo*, de Varnhagen. Contudo, após tomarem conhecimento da resposta do general às críticas do IHGB, o autor da resenha teria compreendido melhor o debate e tomou partido de Abreu e Lima.

A *Resposta* do general, mais do que uma defesa ou uma série de provas convincentes contra o parecer do Instituto, foi “a ocasião para discutir todos os fatos duvidosos da nossa história”. O que decisivamente estava em jogo na querela, segundo o autor da resenha, era a disputa por leituras-chave da história do Brasil, cujos argumentos do general “não eram possíveis resistir-se”. A *Resposta* ao Instituto constituiria um documento tão importante, que “não se pode ler história do Brasil sem consultá-la[...]”. Entre os conteúdos fundamentais da réplica destacados pela resenha estavam: a comparação entre Southey e Beauchamp e a história de paulistas e mamelucos.

A revista *O Progresso* também publicou uma resenha sobre a *Sinopse* em 2 de abril de 1847. O texto iniciou apresentando duas definições para as ciências históricas, como já fizera Abreu e Lima no *Compêndio*. De um lado, estava a história propriamente dita, do outro, as filosofias da história. A primeira corresponde aos fatos em si, a segunda foi definida como a leitura feita a partir dos fatos, avaliando suas causas e consequências. Havendo, assim, duas definições para a História, haveria, necessariamente, “duas classes de historiadores”, cada uma com um objetivo específico. O historiador correspondente à primeira definição de História trabalharia com os fatos compondo um trabalho “árduo e ingrato”, não podendo dedicar-se às “louçainhas do estilo nem a profundidade do pensamento”. Destinava-se a juntar “os materiais e as distintas inteligências para coordená-los depois de preliminar escolha”³⁸³. Essa definição caracterizava o cronista. A segunda classe de historiadores dependia necessariamente da primeira, pois seria a partir do cronista que os filósofos da história teriam acesso aos fatos “para deles tirarem conclusões favoráveis a um sistema concebido de antemão, [...] conclusões proféticas sobre a sorte dos impérios, marcha e futuro da humanidade”³⁸⁴. Não haveria, portanto, segundo o texto, uma hierarquia entre essas distintas atividades – “sem o filósofo os

³⁸² Comunicado. Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil. *Diário de Pernambuco*. Ano XXII, n 227, 12 de outubro de 1846, parte 3, p.2.

³⁸³ *O progresso*. Revista social, literária, científica. Tomo II. Pernambuco: Tipografia M. F. de Faria, 2 de abril de 1847, p. 128.

³⁸⁴ *Idem*, 129.

trabalhos do cronista não apresentam mais que medíocre interesse de curiosidade [...], sem o cronista, filósofo não poderia trabalhar”³⁸⁵.

A *Sinopse* corresponderia “incontestavelmente” à primeira atividade, segundo a *Revista*. Abreu e Lima teria preferido “uma glória modesta e segura ao renome brilhante”. Além da modéstia, outra razão que impediria o desenvolvimento de um trabalho filosófico era o fato de o Brasil ser um país novo – “não há muito que ele começa a viver uma vida própria, e por isso os fatos [...] talvez não possam ministrar matéria suficiente a um trabalho filosófico”³⁸⁶. Desse modo, a *Sinopse*, “escrita no estilo puro e correto que era conveniente empregar em semelhante trabalho”, foi apresentada como obra imprescindível para os estudiosos da história do Brasil e o *Progresso* esperava que a “gratidão pública” recompensasse o autor.

A repercussão da *Sinopse* na esfera pública, em particular no *Diário de Pernambuco* e na *Revista O Progresso*, evidencia uma recepção bastante distinta daquela que Abreu e Lima protagonizara no IHGB. Seus livros eram tidos como veículos populares, formativos para um público mais amplo (e isso era um elemento positivo a ser valorizado). Verifica-se também que a ausência de uma projeção filosófica não foi a razão para o veto ao seu trabalho. Que futuro traçar se o país mal começara? O fato de Abreu e Lima não conseguir projetar uma narrativa “aprazível” e “terna” sobre o Brasil era impossibilitado pela recente Independência – seu caminho ainda começara a ser trilhado. Algumas tensões historiográficas e regionais, como a menção detratora aos paulistas, a defesa da história pernambucana e a preferência de Abreu e Lima por Beauchamp a Southey não passaram despercebidos na esfera pública. Eram argumentos recorrentes. Estavam postos os elementos e episódios críticos que “inviabilizaram a interpretação oficial de uma história harmoniosa”³⁸⁷ para o Brasil, bem como um perfil intelectual mais popular e público que assumiu protagonismo em outros espaços, que não necessariamente no IHGB.

³⁸⁵ *Idem.*

³⁸⁶ *Idem.*

³⁸⁷ LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 241.

A PRAIEIRA E O SOCIALISMO:
do ódio à conciliação

*E eu piso onde quiser
Você está girando melhor, garota
Na areia onde o mar chegou
A ciranda acabou de começar, e ela é!
E é praieira!!!
Segura bem forte a mão
E é praieira!!!
Vou lembrando a Revolução
Vou lembrando a Revolução
Mas há fronteiras nos jardins da razão*

Chico Science - Nação Zumbi

A Praieira

Em 12 de junho de 1844, Abreu e Lima desembarcava no Recife. As polêmicas com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do seu *Compêndio* o havia motivado a deixar a corte. Cartas de seus irmãos também o chamavam para atuar na agitada política provincial. Pernambuco estava atravessado por intensas disputas partidárias entre liberais e conservadores, conflitos entre proprietários rurais motivados por discórdias oligárquicas, furto de escravos, aumento significativo da pobreza. Essas tensões tinham seus antecedentes ligados ao período da Independência, quando os irmãos Cavalcanti conquistaram o poder na política provincial. A hegemonia dos Cavalcanti sofreu certo abalo durante a Regência, mas retornou após o Regresso em 1837. Dois dos irmãos atuavam no Partido Conservador e um deles, Holanda Cavalcanti, filiou-se ao Partido Liberal. Os Cavalcanti com alguns aliados, incluindo Araújo Lima, formavam praticamente uma bancada própria. Os três viriam a se tornar senadores, caso singular na história do Brasil. Fato é que desde o regresso, os irmãos “estavam representados direta ou indiretamente nos gabinetes ministeriais”.³⁸⁸

A oposição aos Cavalcanti e aos seus aliados, como Rego Barros, Araújo Lima, Maciel Monteiro, provocou rupturas no Partido Liberal. Seus dissidentes fundaram o Partido Nacional de Pernambuco, mais conhecido como Partido Praieiro fundado oficialmente em 1842, contexto de explosão de revoltas liberais no Brasil e no mundo. O partido reunia grande diversidade política: liberais, alguns republicanos e também conservadores insatisfeitos com o

³⁸⁸ CARVALHO, Marcus. Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 211.

monopólio eleitoral.³⁸⁹ Os fundadores e principais nomes do partido, Nunes Machado e Urbano Sabino, desejavam, inicialmente, romper com o monopólio dos Cavalcanti “dentro da ordem”.³⁹⁰ Contudo, a oposição ganhou caminhos mais críticos e tensos repercutidos na Assembleia Provincial, na imprensa, no interior do Estado e na esfera pública angariando intensa participação popular.

Um dos principais pontos de encontro dos praieiros foi a sede do jornal *Diário Novo* pertencente a um dos irmãos de Abreu e Lima, Luís Inácio Ribeiro Roma. O periódico era situado na rua da Praia e constituía-se em oposição ao *Diário de Pernambuco*, negativamente apelidado de “Diário Velho”, referência aos conservadores. O envolvimento da família de Abreu e Lima na política imperial não se restringiu ao pai em 1817. Os irmãos José Inácio, Luís Inácio, Francisco e João foram também figuras políticas ativas, como na Cabanagem em 1835. Sobre Luís Roma em particular, como registrou Vamireh Chacon, quando retornou do exílio após 1817, se envolveu “como autor de Pasquins incendiários”.³⁹¹ Foi expulso do país novamente, passando pela Inglaterra e voltando a Pernambuco escondido. Tentou sublevar o bairro recifense dos Afogados, habitado por uma população pobre. Seguiu para a cidade Vitória de Santo Antão, onde tentou formar um governo revolucionário. Perseguido, fugiu para o sertão. Foi preso em Sergipe e liberto após a Abdicação de D. Pedro I. Em 1834 participou da Insurreição dos irmãos Carneiros. Foi preso novamente e enviado a Fernando de Noronha, sendo absolvido no ano seguinte.³⁹²

Em 1844, os praieiros disputaram incansavelmente as eleições. Abreu e Lima, estava entre os candidatos a deputado geral pelo Partido. Nunes Machado era um dos responsáveis por sua campanha. O general não foi eleito. Desentendeu-se com o Partido: “Recebera promessa de 1190 votos”, obteve apenas 126.³⁹³ Rompeu com Nunes Machado. Com dificuldades financeiras para se sustentar, se envolveu em discussões públicas com os irmãos em torno da posse do antigo Engenho da Casa Forte pertencente à sua família desapropriada em 1817. Acusou o irmão de o ter atraído para Pernambuco sem o garantir meios de sobrevivência. Já havia tido problemas com Urbano Sabino, pois este considerava seus artigos contra a oligarquia dos Cavalcanti, “demasiado violentos”.³⁹⁴ As brigas com os irmãos em torno da posse do engenho e a relação com o Partido foi parar nas páginas dos jornais. Abreu e Lima

³⁸⁹ MARSON, Isabel. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.189-190.

³⁹⁰ SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Origem do partido Praieiro. *Clio*, Recife, n. 9, 1987, p. 86.

³⁹¹ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima. General de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 176.

³⁹² *Idem*.

³⁹³ *Idem*, p. 179.

³⁹⁴ *Idem*.

publicou no *Jornal de Pernambuco*, ao qual o periódico de Luís Roma fazia oposição, acusações aos familiares. Os irmãos se desentendiam. Mas não romperam.

Apesar da derrota de Abreu e Lima, em 1844, os liberais quebraram a hegemonia conservadora elegendo vários deputados, período denominado pela historiografia como quinquênio liberal (1844-1848), recuperando-se das derrotas das revoluções liberais em Minas e São Paulo de 1842. Em Pernambuco, isso permitiu aos praieiros pleitear o governo provincial. Em 1845, conquistaram o governo da província de Pernambuco, sendo eleito Chichorro da Gama, aliado dos liberais substituindo Manoel de Souza Teixeira. No poder, os praieiros iniciaram uma série de políticas que procurava desarticular estruturalmente a oposição. Demitiram em massa 650 autoridades como delegados, subdelegados, comandantes de milícias e guardas nacionais e nomearam outros proprietários urbanos e rurais. As decisões acirraram tensões políticas pela quebra da hegemonia política e administrativa dos Cavalcanti. A troca de poder obrigava os donos de engenhos a devolverem as armas aos novos delegados e subdelegados que não mais poderiam ser manejadas por civis. Quando parte dos novos delegados praieiros estava armada, começaram invasões às propriedades dos adversários na busca por armas não devolvidas.³⁹⁵ Era o chamado “varejamentos dos engenhos” que resultou em conflitos e mortes.³⁹⁶ Mas a prática tinha além da busca por armas, um objetivo eleitoral. João Roma, irmão de Abreu e Lima, nomeado delegado de Poço da Panela, varejou alguns engenhos. As razões, segundo ele, era porque “seus adversários impunham aos moradores da área uma ‘cousa’ que chamavam de ‘sua chapa’”³⁹⁷. O varejamento, nesse sentido, dizia respeito a uma tentativa de quebra da estrutura do monopólio eleitoral dos conservadores.

Em 1848, as tensões abertas pelo governo liberal estavam explodindo. Nessa conjuntura, d. Pedro II destituiu Antônio Pinto Chicorro da Gama da presidência da Província e nomeou Araújo Lima. Era a retomada dos conservadores ao poder. Em Pernambuco, os líderes dos conservadores “agora rearmados e equipados pelo governo provincial, passaram à ofensiva”.³⁹⁸ Os conservadores ao tentarem “desarmar e prender um delegado praieiro

³⁹⁵ CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, n. 08, novembro de 2008, p. 19.

³⁹⁶ “Esses inúmeros varejamentos geraram terror entre os adversários dos praieiros. Pouco a pouco eles foram se articulando de tal forma que a resistência à ação da polícia paulatinamente deixou de ser individualizada. Além de agir em conjunto, em alguns casos, tomaram a iniciativa, atacando eles mesmos a polícia praieira, antes que suas propriedades fossem invadidas. A imprensa panfletária guabiru [conservadora] acusava os praieiros de incendiarem e saquearem engenhos, matarem os cativos dos proprietários atacados e coagirem os moradores de engenho. Houve muitas mortes entre a clientela e parentes dos proprietários envolvidos em ambos os lados das lutas. Os conflitos multiplicavam-se atingindo o agreste e o sertão”. CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. *A Insurreição Praieira. Op. Cit.*, 2008, p.19.

³⁹⁷ *Idem*, p. 21.

³⁹⁸ *Idem*, p. 25.

destituído, o Coronel Manoel Pereira de Moraes, abastado senhor de engenho em Igarassu, que havia colaborado nas ações da polícia praieira nos anos anteriores”³⁹⁹ produziram a reação dos liberais. Em 07 de novembro de 1848 começara a Revolução.

Às vésperas da Praieira, Abreu e Lima editava o jornal *A Barca de São Pedro* que circulou entre maio e outubro de 1848. O periódico era impresso na tipografia do irmão Luís, na rua da Praia. Na última edição trazia o artigo *O triunfo das ideias socialistas*, cujo princípio fundamental do direito ao trabalho era proclamado:⁴⁰⁰ “*A Barca* terminou recordando ser muito difícil, senão impossível, ‘conter o natural movimento’ de protesto e revolta contra a opressão social num momento agudo de crise”.⁴⁰¹ Nessa conjuntura, Abreu e Lima estava em contato com as leituras ligadas ao socialismo “utópico” e viria a reunir suas impressões na década seguinte no livro *O Socialismo* (1855). O periódico e o livro de Abreu e Lima repercutiam o clima intelectual atravessado pela popularização de leituras ligadas ao socialismo utópico que teve nas páginas da Revista *O progresso*, dirigida por Antônio Pedro de Figueiredo, um de seus principais intérpretes e divulgadores.⁴⁰² Tematizarei essa questão mais à frente.

Em abril de 1848, um dos irmãos do general, o então delegado João Roma que fazia o varejamento de engenhos, refugiou-se com sua tropa nas matas do Catucá e, em maio, meses antes do levante, reagiu contra a nova polícia nomeada pelos conservadores que tentou desarmá-lo. “A partir de novembro de 1848, ele se destacaria como um dos mais destemidos líderes militares da Praieira, tornando-se um dos únicos quatro comandantes de divisão das tropas rebeldes”.⁴⁰³ Foi morto. A família Lima tinha seu segundo mártir. Na madrugada do dia 2 de fevereiro de 1849, mais de mil homens saíram da zona da mata sul de Pernambuco rumo ao Recife na tentativa de tomar o poder provincial. Os praieiros foram derrotados pelas tropas imperiais. Nunes Machado, principal líder do partido praieiro e parlamentar importante na Corte estava entre os mortos. Era o “fim” do movimento e das revoltas liberais durante o Império.⁴⁰⁴

³⁹⁹ *Idem.*

⁴⁰⁰ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima. General de Bolívar. Op. Cit.*, 1983, p. 184.

⁴⁰¹ *Idem.*

⁴⁰² CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século: discursos filosóficos no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado. (Filosofia). USP, 2017. Consultar especialmente capítulo 3.

⁴⁰³ CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. *A Insurreição Praieira. Op. cit.*, 2008, p. 21.

⁴⁰⁴ É importante observar que embora tenha acontecido a “pacificação” das revoltas da Praieira no sertão pela política imperial, sendo a mais popular delas, A guerra do Moraes, a luta armada não cessou imediatamente com o fracasso da tentativa de tomada do poder provincial. Segundo Marcus Carvalho: “Uma guerrilha continuou por mais dois anos na fronteira entre os engenhos de cana e as matas de Água Preta, na Zona da Mata úmida, já próximo à divisa com a província de Alagoas. Comandou essa guerrilha o tenente de artilharia Pedro Ivo, imortalizado por Castro Alves. Entre 1849 e 1850, as autoridades pernambucanas referiam-se a aqueles acontecimentos como *Nova Cabanada*”. CARVALHO, Marcus. *Os nomes da Revolução... Op. Cit.*, 2003, p. 215.

Quanto ao irmão Luís, o editor do *Diário Novo*, segundo Vamireh Chacon, os acontecimentos violentos “o traumatizaram a ponto da morte”, não ficando claro na análise do historiador as condições efetivas de seu falecimento. Abreu e Lima foi condenado à prisão perpétua, pena a ser cumprida em Fernando de Noronha. Foi posteriormente anistiado. Seu envolvimento com a praieira (além da questão panfletária) não é claramente explícita, mas há indícios de participação nas batalhas.⁴⁰⁵ Outras centenas de recrutados provenientes de camadas populares foram enforcados sem direito à defesa.

Importa ressaltar que a conjuntura que levou à Praieira não foi atravessada apenas por disputas oligárquicas ou meramente partidárias. Eram expressivos os problemas de ordem econômica e social que dificultavam a sobrevivência básica das camadas mais pobres da sociedade. Um conflito social estava latente. A Revolução expressava uma complexidade de demandas sociais, políticas e intelectuais que reunia liberais, republicanos, conservadores em oposição aos Cavalcanti, assim como trouxe a incorporação crítica das leituras relacionadas ao socialismo utópico bem como práticas xenofóbicas, especialmente contra os portugueses, em razão do monopólio no comércio a retalho. A Praieira foi “um movimento vinculado às disputas partidárias na câmara, mas enraizado em conflitos políticos localizados no interior de Pernambuco. [...] Uma rápida leitura nos Autos do Inquérito confirma a heterogeneidade dos participantes”.⁴⁰⁶

É atenta a essa conjuntura complexa que a historiografia social e política mais recente, como os trabalhos de Marcus de Carvalho, voltou-se para análise da Revolução, buscando “dimensionar a participação das camadas subordinadas no movimento praieiro e entender as motivações dos diferentes grupos envolvidos”.⁴⁰⁷ Essa historiografia esteve mais atenta às questões sociais e econômicas para explicar as motivações dos populares em participar do movimento. Trata-se de uma reação à historiografia sobre a Praieira do começo do século XX, como, por exemplo, a abordagem de Caio Prado Júnior, que tendeu a interpretar o evento de 1848 como “incompleto”. Prado Júnior teria analisado as expectativas do movimento a partir das propostas panfletárias mais radicais como o manifesto *Ao mundo*, escrito pelo liberal radical Borges da Fonseca que exigia “o voto livre e universal do povo brasileiro; o trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro; o comércio a retalho só para os cidadãos

⁴⁰⁵ CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima. General de Bolívar. Op. Cit.*, 1983 p. 186.

⁴⁰⁶ CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. *A Insurreição Praieira. Op. Cit.*, 2008, p.7.

⁴⁰⁷ *Idem.*

brasileiros; extinção da lei do juro convencional; extinção do atual sistema de recrutamento [...]”.⁴⁰⁸

Segundo Marcus Carvalho, a partir de Caio Prado, a historiografia, ao tomar como “objetivo final” da Praieira as propostas panfletárias mais radicais, acabou por tratar a Insurreição como um ato “limitado”. A leitura de Caio Prado ignoraria a complexidade dos acontecimentos de 1848 e as diferentes motivações intelectuais, práticas e políticas das camadas mais baixas que participaram deles. Para Carvalho, as expectativas das camadas mais vulneráveis em relação à Praieira – questão atravessada por problemas sociais, econômicos, políticos complexos – passou, sobremaneira, pelo problema em torno da nacionalização do comércio a retalho, demanda que na Sabinada na Bahia já havia reunido ampla participação popular.

A demanda pela nacionalização do comércio a retalho foi amplamente tematizada pelos Praieiros e por sua imprensa, o que indica que a produção panfletária do período não se deu de forma autônoma aos desafios sociais e econômicos ligados à população mais pobre (livre). Não significa, contudo, que estivesse exclusivamente preocupado com ela. De todo modo, não está em jogo uma cisão entre as motivações teóricas e a experiência social desse contexto. É a atenta a complexidade dessa convergência que procuro analisar as motivações e impactos da atuação panfletária e historiográfica de Abreu e Lima nesse período: suas produções ecoavam demandas políticas próprias de grupos aos quais estava ligado, mas também repercutiu e ajudou a sistematizar interpretações cruciais às performances e atuações populares na Revolução de 1848.

A “Cartilha do Povo”: o ódio como movimento histórico

Em seção do dia 21 do corrente foi o Sr. General J.I. de Abreu e Lima absolvido pelo júri desta cidade. O réu havia sido condenado no ano passado à prisão perpétua por haver tomado parte da revolta; e desta sentença havia apelado o ex officio o juiz presidente o Sr. Nabuco. Consta-nos que em sua defesa o Sr. Abreu e Lima se limitara às razões da operação.

A União, 25 de junho de 1850, edição 269, p. 1.

Em outubro de 1848 estava preparado e quase todo impresso pela *Tipografia da Viúva Roma e seus filhos* pertencente à família de Abreu e Lima um pequeno livro: *Cartilha do Povo*

⁴⁰⁸ *Idem*, p. 217.

por Franklin.⁴⁰⁹ Contudo, mediante a deportação dos presos políticos envolvidos na Praieira, os editores, familiares de Abreu e Lima, acharam melhor postergar a publicação do livreto que saiu no ano seguinte com acréscimo de algumas notas. Franklin era o pseudônimo de Abreu e Lima.

O pequeno livro com cerca de 80 páginas, incluindo as notas, reúne três artigos escritos pelo general durante a década de 1840. O primeiro, *Os brasileiros do parágrafo quarto*, corresponde ao décimo capítulo da memória *Vícios de nossa organização política*, escrita por Abreu e Lima em janeiro de 1842, no Rio de Janeiro. O segundo artigo, escrito em setembro de 1847, denominado *Estudos históricos*, correspondia a uma “profecia”/prognóstico acompanhada de uma densa análise de fatos históricos comparando a Monarquia Portuguesa e a Brasileira e prevendo o desaparecimento em pouco tempo da segunda. A dinastia dos Bragança acabaria muito em breve, segundo o general, sendo d. Pedro II o último representante dela no Brasil. O argumento não mobilizava a ideia de uma conspiração contra o poder, ela cairia pela força e lei própria ao tempo. Um prognóstico era elaborado por meio de um misto de profecia e filosofia da história. O terceiro artigo, intitulado *Centralização do poder* havia sido publicado na *Barca de São Pedro* em 30 de maio de 1848. Nesta seção e na próxima, analiso o primeiro e o terceiro artigos da *Cartilha*.

O título do primeiro texto, *Os brasileiros do parágrafo quarto*, é uma referência ao parágrafo quarto do artigo sexto da Constituição de 1824 que previa a condição de cidadãos brasileiros aos portugueses residentes no Brasil no momento no qual se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam.⁴¹⁰ A hostilidade e o incômodo de Abreu e Lima com a presença lusa no território americano, já expressas em outras de suas obras como abordado em outros capítulos, mantinham-se presentes no texto. Nenhuma novidade. Contudo, a tematização do problema, seja pelo formato mais curto e ensaístico do texto, seja pela autoria apresentada por pseudônimo permitiu uma abordagem mais pragmática e direta do problema quando comparado ao *Bosquejo* ou ao *Compêndio*. “A Independência tem sido até hoje uma deplorável decepção”.⁴¹¹ Abreu e Lima relacionava a presença lusitana no território brasileiro à impossibilidade da Independência, que não teria se realizado de forma efetiva. A

⁴⁰⁹ Em vários periódicos pernambucanos circulou o seguinte anúncio em 1850: “A loja de livros da Viúva Roma passou a pertencer ao bacharel Abreu e Lima e Pedro de Alcantara Faria de Abreu e Lima, por compra em virtude de consentimento do juiz de órfãos, cuja casa principia a girar sob a firma – Abreu e Lima & Irmão”. Cf.: *O comércio: jornal dos interesses comerciais, agrícolas, industriais e de literatura*, 1840, edição 77, p.1.

⁴¹⁰ “Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram à esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência”. Constituição Política do Império Do Brasil, 1824. Título 2º. Art. 6º, § 4.

⁴¹¹ ABREU E LIMA, José Inácio. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Pernambuco: Tipografia da Viúva Roma & filhos, 1849, p. 8.

permanência dos “colonizadores” era uma “fatal circunstância” aos povos que se tornaram independentes. A condição de cidadania brasileira estendida aos portugueses teria enraizado e oficializado o estado de colônia. A Independência, nesse sentido, configurava-se como uma impossibilidade porque estariam enraizados nas estruturas políticas do país “as formas daquele povo com todas as suas cores e matizes, com todas as suas imperfeições e deformidades[...]”.⁴¹² A presença lusitana seria “uma influência fatal” à sociedade brasileira em construção.

“Somos ainda portugueses, mas portugueses degenerados”, insistia Abreu e Lima no texto escrito em 1842 e republicado em 1849. Essa sentença não era inédita. Já havia aparecido no *Bosquejo* em 1835, como vimos.⁴¹³ Mas, na nova versão, ela ganhava explicações mais claras. A razão da degeneração do Brasil dava-se pelo fato de que a permanência dos colonizadores impedia a sobriedade e o amor ao trabalho, já que os portugueses ocupavam os cargos no exército, na magistratura, na Marinha, nos corpos políticos em geral. “O que é hoje o Brasil ou o Rio de Janeiro? Uma colônia portuguesa que mal nos pese”.⁴¹⁴

O argumento antilusitano de Abreu e Lima, alcançando tons claramente xenofóbicos, atravessou sua atuação intelectual e política como temos visto ao longo desta tese. No panfleto de 1849 ele ganhou, porém, contornos mais pragmáticos. Era um texto dedicado a orientar formas concretas para o “desimportuguesamento” do Brasil, o que consistia em construir outros costumes, “ferir tantos interesses”, “desarraigar preconceitos”. A população brasileira “ferida em seu orgulho nacional” estaria pronta para efetuar aquilo que instituiria sua verdadeira independência, isso porque nela estaria expresso o “ódio concentrado, este instinto de aversão a todos os portugueses, este desprezo tão bem retribuído”.⁴¹⁵

Nessa conjuntura, Abreu e Lima tematizou de forma mais franca o “ódio entre as classes”, tema recorrente em suas análises históricas. Esse ódio corresponderia a um sentimento, segundo ele, disponível e inevitável em uma sociedade estratificada e herdeira da colonização e da escravidão: “esse ódio, essa inimizade está no coração de todo brasileiro, como no coração de todo o que foi colono com respeito aos filhos das metrópoles”.⁴¹⁶ Esse ódio, entretanto, não seria uma característica específica do brasileiro em relação ao português, do colonizado contra o colonizador, mas a condição basilar do movimento da história e, por isso poderia ser visto “por toda a parte [que] reage contra a humilhação, contra a ideia do domínio pessoal, contra a supremacia de uma classe sobre o resto do povo, e contra a condição

⁴¹² *Idem*, p.12.

⁴¹³ Consultar capítulo 1, p. 49.

⁴¹⁴ ABREU E LIMA. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit., 1849, p. 8.

⁴¹⁵ *Idem*, p. 14 – grifos meus.

⁴¹⁶ ABREU E LIMA. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit., 1849, p. 14.

bastarda de um acidente tão miserável como o do nascimento nesta ou naquela parte do mundo”.⁴¹⁷

O texto escrito durante o crescimento dos ânimos liberais que atravessavam o Brasil e o mundo em 1842 e, publicado, posteriormente, na conjuntura da Praieira, dava ao movimento de 1848 e à província de Pernambuco uma particularidade. A Praieira continuaria um gesto da Revolução de 1817: ela voltava-se contra a centralização da corte no Rio de Janeiro e contra a presença lusa em cargos magistrados e no comércio a retalho. Nesse sentido, ela reafirmaria uma diferença radical entre as demandas do norte *versus* as demandas do sul, cujo ímpeto do primeiro seria efetivamente a preocupação com a Independência do Brasil.⁴¹⁸ “Se o instinto pode ter lugar de previsão política, o instinto dos Pernambucanos nessa época [1817] é a mais importante lição para todos aqueles que desconfiam sempre do juízo dos povos”.⁴¹⁹

Mas os problemas que levaram Abreu e Lima a criticar à Corte eram também de ordens pessoais, além do assassinato do pai, a morte do irmão, as dificuldades financeiras, a querela com o IHGB, especialmente, com Varnhagen alimentavam a raiva contra os portugueses. O ódio que Abreu e Lima articulou em discurso expressava o ressentimento relacionado aos eventos de 1817: execução do pai, expatriação, exílio, a perda de posses e, que de forma mais ou menos gerais, permaneciam latentes na década de 1840. Tratava-se, ao fim, da negação do direito de possuir sua pátria, o lugar onde se nasce e também o lugar a partir do qual se pode sobreviver:

Sim, os portugueses assassinaram a meu pai, saquearam e roubaram os nossos bens, e ainda agora (1842) disputo com um português as relíquias da nossa fortuna; e tenho eu pátria? Não, ninguém o dirá; e sem embargo sou a sexta geração nascida nesta terra. Quando em 1825 eu pretendia voltar para o Brasil, foi ainda um Português (o conde de Lages) quem me excluiu de novo por uma denegação absoluta.⁴²⁰

Por um conjunto de razões também pessoais, Abreu e Lima, a partir de seu discurso antilusitano, organizou em seu texto algumas sugestões pragmáticas para o que considerava ser o “desimportuguesamento” do Brasil. Seriam eles: 1) Retirar os portugueses da marinha, exércitos, magistratura e lugares honrosos por meio de reformas e aposentadorias moderadas. 2) Não os vender mercadorias em retalhos. 3) Incorporar alemães, italianos e franceses ao clero,

⁴¹⁷ *Idem*, p. 15.

⁴¹⁸ Sobre Abreu e Lima e sua interpretação da Revolução de 1817 consultar: RODRIGUES, Thamara. A Revolução Pernambucana e as Disputas Historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, v.06, p. 289-308, 2017.

⁴¹⁹ ABREU E LIMA. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit., 1849, p. 19.

⁴²⁰ *Idem*, p. 22.

especialmente, no que tange à educação elementar. 4) Abolir todas as academias ou escolas e substituí-las por uma ou duas Universidades. Os professores convidados para lecionar deveriam ser estrangeiros, vindos da Alemanha, de preferência para assim, esquecer “de uma vez para sempre tudo quando cheirasse a Coimbra e a seus velhos usos”.⁴²¹

Os encaminhamentos pragmáticos levantados na *Cartilha* tornavam-se necessários, segundo o general, uma vez que não seria possível eliminar a origem portuguesa da história do Brasil. Como alternativa restaria “corrigir” essa permanência. Não se trataria de um desejo de eliminar a convivência com os portugueses, mas afastar da magistratura, do comércio e da educação o seu modo de vida como modelo para os hábitos da população. A presença lusitana nos espaços chaves da constituição da nacionalidade incentivaria a “divisão” entre os povos residentes no Brasil. Os brasileiros, mediante a ausência de uma Independência de fato, não seriam capazes de se entender e não conseguiriam “curar-se de si” mesmos, isto é, daquele ódio que movimentaria as diferentes classes devido à certa força natural da história, porque lhes faltaria, segundo o general, “um estímulo, um sentimento que os aguilhoe, falta-lhes *o amor* da pátria, que até hoje não tem sido para seus filhos senão uma madrasta”.⁴²²

Abreu e Lima apresentou de forma mais sistemática na *Cartilha* uma visão da história a partir de uma dualidade entre ódio e amor. Há a mobilização de uma política dos afetos, uma economia sentimental pensada a partir desses sentimentos. O ódio equivaleria a uma força que emergiu, no caso particular do Brasil, do encontro entre os povos (sinônimos aqui para classes). O ódio como força motriz que atravessaria as relações entre os povos no Brasil. Esse ódio enquanto desdobramento natural da violência fundadora do país, seria por isso mesmo a condição de possibilidade para as mudanças estruturais; ele seria o impulso capaz de garantir a contestação às violências e injustiças sedimentadas pela colonização que o processo de Independência não teria sido capaz de transformar. Contudo, a contestação pelo ódio, embora fundamental, não asseguraria por si mesmo a possibilidade dessas classes viverem juntas. Daí a necessidade do amor, especificamente, do “amor à pátria”. Ao passo que o ódio seria um ânimo que emergiria da própria violência fundadora; o amor enquanto *força reativa* a esse ódio precisaria de alguma condição mínima para emergir. Nesse caso, Abreu e Lima se refere a “Independência de fato”, a valorização e integração na política, no comércio e na educação dos “brasileiros natos”. Enquanto essa independência não ocorresse, o ódio seria o motor e organizador das relações entre os povos do Brasil, que tinham historicamente a razão e o direito

⁴²¹ *Idem*, p. 24.

⁴²² ABREU E LIMA. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit., 1849, p. 27.

para se odiarem, bem como para recorrer a esse ódio mediante à necessidade de rupturas ainda não concretizadas.

Essa economia sentimental articulada por Abreu e Lima associada à sua interpretação histórica sobre o Brasil não possui implicações apenas teóricas, mas também pragmáticas. Um exemplo pode ser encontrado nas práticas xenofóbicas durante a conjuntura da Praieira quando muitos brasileiros pobres violentaram portugueses também pobres já que esses possuíam certo “controle” do comércio de retalhos. Foi nesse momento que petições populares, saques, cenas de violência se acirraram. A comunidade lusa era hostilizada por trabalhadores livres que a considerava responsável pelas dificuldades financeiras da população. A miséria levava o povo a projetar como inimigo o pequeno comerciante português, com quem convivia diariamente. Foi atento a esse problema que a nacionalização do comércio a retalho tornou-se uma característica singular do programa do Partido Praieiro em Pernambuco em relação ao Partido Conservador. Não se tratou de uma questão exclusivamente retórica. Era de fato a identificação de um anseio popular. “Era como se a nacionalização do comércio a retalho corrigisse as falhas da Independência, que pouco trouxera para o homem livre pobre, marginalizado em seu próprio país. Os praieiros levaram essa reivindicação a sério, incluindo-a até nas discussões da Câmara em 1848”.⁴²³ Foi dessa forma que o antilusitanismo ganhou novamente força popular após 1817, 1822, e 1824 na Província. Tornaram-se frequentes

violentas manifestações de rua, que muitas vezes fugiram ao controle das próprias lideranças praieiras. Entre 1844 e 1848, ocorreram cerca de sete mata-marinheiros que refletiam o clima difícil e propenso a todo tipo de desordens. No meio desse jogo político e da crescente insatisfação popular, quem sofria as consequências imediatas era a comunidade portuguesa, formada na sua maioria por pequenos comerciantes e seus respectivos caixeiros de parques recursos.⁴²⁴

O argumento mobilizado por Abreu e Lima na *Cartilha* dava voz a demandas populares que vieram a ser condensadas pelo Partido Praieiro durante o quinquênio liberal. Disso veio também a capacidade de mobilização popular quando os conservadores assumiram o poder. O *Diário Novo*, pertencente ao irmão de Abreu e Lima e no qual o próprio general chegou a escrever, foi um dos espaços mais importantes para difusão desse sentimento antilusitano. Mas vale à pena mencionar que, embora o *Diário Novo* tenha sido o jornal oficial do Partido e tenha sido decisivo no aumento do antilusitanismo na Província, “havia uma imprensa nativista ainda

⁴²³ CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. *A Insurreição Praieira. Op. Cit.*, 2008, p.6.

⁴²⁴ *Idem*, p.31.

mais radical”.⁴²⁵ Entre os principais exemplos, destaca-se “O Verdadeiro Regenerador Brasileiro” de Borges da Fonseca e Jacinto Severiano Moreira da Cunha de 1844, e “A Voz do Brasil” de Inácio Bento de Loiola, de outubro de 1847. “Essas folhas radicalizavam tanto no discurso que chegavam a propor à expulsão, por meios legais, desses imigrantes”.⁴²⁶

A nacionalização do comércio a retalho foi o elemento que acionou o apoio popular do movimento de 1848. Entre 1845 e 1848 ocorreram ao menos cinco manifestações violentas no Recife. Esses atos denominados mata-marinheiros consistiam em espancamentos, roubos, mortes contra a comunidade lusa pobre. Houve também duas marchas, uma em 1844 e outra em 1848, em direção à Assembleia Provincial, nas quais foi exigido pela população a expulsão dos portugueses solteiros e a nacionalização do comércio a retalho.⁴²⁷ É importante observar, como destaca Marcus Carvalho que “os portugueses solteiros agredidos nos mata-marinheiros, embora brancos, geralmente eram pobres e nem sempre europeus, mas imigrantes das ilhas atlânticas do vasto império ultramarino lusitano[...]”.⁴²⁸ Esses homens chegavam ao Brasil de forma precária, em navios patrocinados por brasileiros. Muitos só poderiam desembarcar em Recife se algum proprietário interessado em seu serviço pagasse as despesas de sua viagem a juros altos, impossibilitando para muitos a quitação da dívida com os negociantes. Em razão das condições da viagem e do regime de trabalho, a diplomacia lusa denominou esse processo como “tráfico de escravatura branca”. Mas embora em condições pouco favoráveis, possuíam algum trabalho, o que não era equivalente para muitos brasileiros “espremidos entre a escravidão e o inerte bolor do desemprego, já que as camadas superiores não os consideravam brancos e preferiam imigrantes europeus para qualquer serviço que não fosse próprio de escravos”.⁴²⁹

A situação social e econômica dos brasileiros pobres fortaleceu um discurso antilusitano que impulsionou práticas xenofóbicas por parte da população nativa. Uma atuação panfletária e historiográfica como a realizada por Abreu e Lima não só alimentou essa prática como também se alimentava dela para organizar historicamente uma interpretação que legitimasse as demandas populares e o ódio contra as medidas imperiais vindas do Rio de Janeiro. É importante observar ainda sobre os efeitos práticos desse discurso antilusitano que colocou em um mesmo nível brancos, escravos, mestiços livres no Brasil em oposição aos portugueses. O problema dessa acomodação, como observa Marcus Carvalho, é que ela

⁴²⁵ *Idem*, p. 34.

⁴²⁶ *Idem*, p. 34.

⁴²⁷ *Idem*, p. 20.

⁴²⁸ CARVALHO, Marcus. Os nomes da *Revolução...* *Op. Cit.*, 2003, p. 229.

⁴²⁹ *Idem*, p. 229.

obscreceu “diferenças mais profundas de raça, classe e condição legal. Isso sem falar no abismo cultural que separava os negros livres e libertos nascidos no Brasil, dos brancos das camadas dominantes”.⁴³⁰ Não quero com isso argumentar que houvesse por parte dos letrados que popularizaram o discurso antilusitano a intensão de “ofuscar” as diferenças entre classes uma vez que no caso do general ele mesmo insistia em frisar as diferentes demandas entre elas. Mas, como diz o ditado popular, o ódio cega.

Vale à pena mencionar que na década de 1850, nas páginas de alguns jornais pernambucanos, especialmente no *O liberal* pernambucano (relacionado aos praieiros), e na *A União* (periódico conservador), é fácil encontrar uma disputa pela memória da Insurreição. A *União* acusava os praieiros de anarquia e de proximidade com as ideias antimonarquistas “do radical Borges da Fonseca”. *O Liberal* se defende definindo 1848 como “fato político, uma luta armada entre nós praieiros e vós guabirus. Uns e outros somos parte interessadas; a vós compete a responsabilidade de agressores... Não insulte a Revolução, porque ninguém, nem contemporâneos nem vindouros poder-vos-há acreditar”.⁴³¹ Nessa disputa o fundamental é a necessidade por parte dos liberais de afastamento em relação a Borges da Fonseca e, por isso, recorre-se a Abreu e Lima e ao seu jornal *A Barca de São Pedro* como a voz panfletária dos praieiros:

Lede a barca de São Pedro escrita pelo Sr. General Abreu e Lima e aí vereis sustentada a necessidade de colocar-se o imperador à frente de uma revolução pacífica para operar as reformas que a experiência mostrava ser de primeira necessidade. [...] Quando apareceu a Revolução, o que foi que pediu ela pelo seu órgão na Imprensa? Não foi que o imperador se pusesse à frente do movimento e realizasse as reformas? Onde está, portanto, que o Sr. Borges da Fonseca tenha dado o seu pensamento à Revolução e imposta a ela a sua bandeira?⁴³²

O Liberal Pernambucano procura afastar as propostas de Borges da Fonseca do Partido Praieiro, na qual de um lado estaria a proposta de uma “constituente revolucionária”, isto é, uma nova constituição que acenava para a República. De outro, os praieiros insistiam em reafirmar que desejaram uma reforma levada à frente pelo próprio imperador da constituição vigente. Não estaria em questão a ruptura com a monarquia e, desse modo, “o pensamento da revolução foi o mesmo que havia dominado na *Barca de São Pedro* e no *Diário Novo*”.⁴³³

⁴³⁰ *Idem.*

⁴³¹ “As miseráveis intrigas e a falta de critério dos homens da União”. Cf.: *O Liberal Pernambucano*: jornal político e social. Terça-feira, 04 de abril de 1854. Ano III, número 444, p. 1.

⁴³² *Idem.*

⁴³³ *Idem.*

Na disputa pela memória da Revolução nas páginas dos periódicos liberais e conservadores, *A União* reforçava uma crítica ao partido praieiro alegando que seus principais nomes estariam esquecidos pelo Partido ou que negariam a causa na qual se envolveram:

Aonde estão esses velhos, e conhecidos liberais, que foram outrora valentes campões nas tribunas, nos prelos e nos campos de batalha? Aí jazem pela maior parte *deslembrados, caluniados até pelos seus* antigos aliados, que a eles devem o que são. Aonde estão o ilustrado Abreu e Lima, os dedicados Vilellas, Farias, Figueiredos, Rego Monteiros e outros muitos influentes opositoristas? No *esquecimento*, ameaçados de nunca mais tornarem as suas antigas posições. Conquanto para nós uns e outros sejam adversários políticos, não podemos todavia deixar de reconhecer, que nas mãos de velhos chefes a causa política estaria menos exposta do que nas mãos dos novos.⁴³⁴

A memória da Revolução de 1848 por parte dos praieiros passava não apenas pela necessidade de construir seu ideário pacífico e reformista, mas também por assegurar a fidelidade de seus participantes mediante às acusações da *União*. *O Liberal Pernambucano* afirmava que os nomes mencionados pelo periódico conservador não teriam sido esquecidos ou afastados da vida política, eles estariam em “postos de honra” e seriam incapazes de renegar suas ideias. “Isso mesmo foi declarado pelo sr. General Abreu e Lima”.⁴³⁵

O Brasil, vastas solidões

*Toda a administração, portanto, de um país tão extenso como o Brasil, separado por vastas solidões, montanhas elevadas e rios nevegáveis, está reduzido à corte do Rio de Janeiro.*⁴³⁶

O terceiro artigo da *Cartilha do Povo, Centralização do Poder*, buscava responder à pergunta: “Convém ao governo a centralização do poder na Capital? Convém ao país semelhante sistema?”. A resposta rapidamente já era apresentada: a centralização não seria conveniente nem ao governo nem ao povo porque o poder ficara exposto às vicissitudes da Capital. Não seria possível administrar as províncias mediante à exclusividade da corte. “Para ali afluiria toda a vida, todo o sangue do país: enquanto a cabeça se achasse farta e repleta, o corpo estaria exangue, inanido, e uma congestão cerebral poderia matar todo o Império”.⁴³⁷

Nesse artigo, publicado inicialmente em maio de 1848 na *Barca de São Pedro*, o ódio e o discurso antilusitano ganhavam outro encaminhamento pragmático. Não se tratava de uma

⁴³⁴ *O Liberal Pernambucano* citando *A União*. Edição 443, 1854, p 1.

⁴³⁵ *Idem*.

⁴³⁶ ABREU E LIMA, José Inácio. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit., 1849, p. 75.

⁴³⁷ *Idem*, p. 62.

crítica à presença lusitana apenas, mas de sua institucionalização: a corte instalada no Rio de Janeiro. Nesse sentido, há uma disputa pela interpretação da centralização que o general distanciava de um evento civilizador:

O estabelecimento da corte no Brasil não foi um fato civilizador nem benéfico; a abertura dos nossos portos ao estrangeiro, e a liberdade do comércio foram logo compensadas por novos e extraordinários tributos [...]. O furto, o roubo escandaloso, o peculato, a concussão, o suborno, tudo era lícito a um recém-chegado, porque o emprego público era considerado como um modo de vida. A ação do governo tornou-se eminentemente corrupta em lugar de civilizadora, que deveria ser.⁴³⁸

A instalação da Corte no Brasil, para Abreu e Lima, teria matado certa autonomia relativa as províncias, tendo o poder se centralizado no Rio de Janeiro. Era nessa chave de leitura que a Revolução de 1817 era novamente evocada. O movimento de 1817 era tido como a explosão do espírito de autonomia da província contra o espírito colonial abrigado na Corte, e, nesse aspecto, teria sido também o primeiro passo rumo à Independência.⁴³⁹ “Triunfou a Corte? Sim, por enquanto, mas dali data a decadência do poder absoluto no Brasil”.⁴⁴⁰ Teriam sido os pernambucanos a começar o movimento de Independência incentivado não por um sentimento de unidade nacional, mas pelo ódio ao Rio de Janeiro, equivalente ao ódio à colônia: “Se nas províncias não havia unidade nacional, ao menos um pensamento era comum entre elas, isto é, ódio contra o governo do Rio de Janeiro.”⁴⁴¹

O golpe da maioria, contudo, teria obstruído essa pulsão odiosa e histórica contra à Corte: “atribuía-se a d. Pedro só o que era efeito de um sistema vicioso de administração; quisemos ser brasileiros, e ficamos portugueses como dantes [...] porque a ignorância dos verdadeiros princípios administrativos não dava lugar as reformas convenientes”.⁴⁴² O contexto “bélico” das regências, “a guerra civil nas províncias, as desordens, a anarquia” que “exasperou a muita gente” teria confundido os homens, inclusive o próprio Abreu e Lima que atribuiu os problemas enfrentados na Regência às “ideias de federação”.⁴⁴³ Abreu e Lima considerou ter se enganado em relação ao que defendera anteriormente na década de 1830. O general procurou justificar sua crítica direcionada a federação e as ideias republicanas reunidas no *Bosquejo* em 1835.

⁴³⁸ *Idem*, p. 63.

⁴³⁹ *Idem*, p. 67

⁴⁴⁰ *Idem*.

⁴⁴¹ *Idem*, p. 69

⁴⁴² *Idem*.

⁴⁴³ *Idem*, p. 70

Na década de 1830, ele estava confiante de que a monarquia era o caminho para garantir a união e a ordem entre as províncias. Contudo, no texto presente na *Cartilha do Povo* escreveu: “Quem considerar como se fez a maioria, verdadeira revolução na Capital, que destruiu um governo legal em duas horas, verá que a concentração administrativa não é nem pode ser garantia do poder”.⁴⁴⁴ A tese fundamental do artigo era clara: “a unidade administrativa não corresponde à unidade nacional”. Ao contrário, a centralização alimentava o ódio (legítimo) nas demais províncias. O argumento no final da década de 1840 se inverte quando comparado ao da década anterior. Nos anos 30, o general defendeu que só a centralização garantiria a aplacação do ódio próprio ao Brasil, já na década de 1840:

O Brasil é muito extenso para o reduziordes ao pequeno recinto do Rio de Janeiro. Fazei o que quiserdes, despojai as províncias de suas prerrogativas, do seu dinheiro, do suor de seu povo; chamai à corte toda a riqueza, todo o poder, todo o prestígio, ainda assim nunca conseguireis prostrar a nacionalidade brasileira ante o ídolo do pão de açúcar.⁴⁴⁵

O Brasil conservaria o sistema administrativo concentrado no Rio de Janeiro? Sim, e Abreu e Lima foi melancólico quanto a possibilidade de alterá-lo: “*quase* que não há esperança de melhor sorte”⁴⁴⁶ se esperado o desenvolvimento natural da marcha do destino brasileiro. Mas algo poderia ser produzido para quebrar a centralização: “Um grande acontecimento imprevisto, desapercibio, talvez toruxesse resultados favoráveis; mas ninguém pode calcular as vicissitudes destas alterações, talvez a anarquia, a guerra civil, a dissolução completa de toda a sociedade brasileira”.⁴⁴⁷ Era a defesa da violência como condição para mudança.

Em 1835 no *Bosquejo* os argumentos mobilizados por Abreu e Lima convergiam para crítica da “anarquia” e “desordem” e a defesa da monarquia e da centralização como instrumentos capazes de barrar os elementos que desagregariam o país. No artigo publicado em maio de 1848 e republicado em 1849 o caminho foi inverso. O texto que saíra às vésperas da Revolução de 1848 buscava já justificar a necessidade de um levante contra o Rio de Janeiro bem como parecia já antever seu fracasso – “Desgraçada a província que desse o primeiro brado, infeliz daquela que, no estado do seu isolamento e debilidade desse um só passo para travar luta intestina[...]”. O sofrimento, contudo, desse povo, seria “necessário” como “a resignação daquele que sofre a amputação de uma perna gangrenada, ou as dores de uma reumatismo agudo”.⁴⁴⁸

⁴⁴⁴ *Idem*, p. 71

⁴⁴⁵ ABREU E LIMA. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Op. Cit, 1849, p. 71

⁴⁴⁶ *Idem*, p. 73-74.

⁴⁴⁷ *Idem*, p. 74.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 74.

Enquanto que na década de 1830 importava manter a monarquia e a centralização para evitar a explosão dos “ódios entre as classes” que atravessavam o Brasil durante a Regência, na década de 1840 importava mesmo a exasperação desse ódio como condição da mudança histórica, ruptura com o destino imposto pela experiência colonial e aguçada pela presença da Corte. O texto mobiliza uma interpretação melancólica do destino do Brasil: não haveria ruptura possível sem a negação (ainda que violenta) ao Rio de Janeiro. O Brasil, “separado por vastas solidões”, precisaria cuidar das províncias “esquecidas” pela Corte aporuguesada.

Nesse aspecto, encontramos uma historiografia que desejava determinar os ritmos e as condições adequadas para as mudanças. Essa historiografia seria marcada por uma dimensão profundamente pragmática, relacionada à compreensão de que é preciso fazer algo diante de uma determinada conjuntura (ou evitar que algo seja feito). Nessa historiografia, o estudo do passado não quer acessá-lo para alcançar uma verdade objetiva necessariamente, mas almeja-se uma verdade protocolar relacionada à necessidade de preparar para uma ação. O mais importante no direcionamento ao passado seria colocar em evidência os elementos mais fortes para o convencimento do povo de como ler a sua própria história a partir de uma sintonia com um determinado ritmo temporal.

Na *Cartilha do povo*, obra da década de 1840, esse movimento crítico se radicaliza e seus efeitos práticos se invertem em relação ao *Bosquejo* (1835). Na segunda, o acesso popular à história associado a um projeto pedagógico direcionado à educação e “controle” da ação do povo visava evitar os processos mais abruptos de mudança, procurando convencer a população de que no período regencial a violência era um risco à construção da unidade territorial. Na *Cartilha*, de forma antagônica, está em jogo o estímulo a essa demanda sediciosa procurando expor uma justificativa histórica capaz de legitimar a Revolução Praieira.

Embora haja diferenças significativas no formato e no público ao qual esses textos se dirigem, vale destacar que neles, o projeto monárquico esteve sempre sob o efeito da dúvida, dúvida que emerge das heranças da colonização e, sobretudo, da presença lusitana. Nesse aspecto, a historiografia construída por Abreu e Lima é atravessada por certa tensão e conflito. Essa historiografia nem quando mais conservadora (década de 30) nem quando mais progressista (década de 40) admitiu plenamente uma conciliação com o passado colonial. O passado mante-se como um espaço de tensão sobre aquilo que constituiria as im(possibilidades) da nacionalidade brasileira.

O Socialismo

*É que faltava a esta carta sublime [Declaração Universal dos Direitos do Homem] o enunciado de um direito que é o seu complemento, ou antes o antecedente necessário: o direito de viver, sem o qual, a liberdade, a igualdade, a fraternidade, não são senão audaciosas mentiras, empregadas por alguns para disfarçar a dependência e depredação indireta que exercem sobre o resto da humanidade.*⁴⁴⁹

Antônio Pedro Figueiredo

A experiência da Praieira não legou à década seguinte apenas uma necessidade de conformar sua memória. Outra palavra ganhava as páginas dos periódicos e era disputada nos jornais e nos debates públicos e intelectuais: socialismo. As discussões em torno do que essa experiência corresponderia ganhou expressividade na década de 40 e 50 no Império, especialmente em Pernambuco. Em 1855, Abreu e Lima publicou o livro *O socialismo*, no qual procurava assegurar uma interpretação para o termo mediante as disputas panfletárias em torno do conceito.⁴⁵⁰ O seu livro procurava organizar as leituras realizadas desde a década de 40, bem como marcar sua própria visão a respeito do que seria essa “teoria” econômica e social. Nas publicações anteriores do *general*, as tensões e dissonâncias no que diz respeito a um direcionamento mais específico do futuro marcaram mais diretamente os seus trabalhos intelectuais. *O socialismo* por meio de uma filosofia da história, por sua vez, articulava mais claramente um destino para a humanidade. Abreu e Lima defendeu uma suposta tendência do mundo em formar uma única família a partir de alguns princípios considerados universais e invariáveis: amor, justiça, caridade e trabalho. Em seu livro, o autor procurava convencer os seus pares de que a fraternidade universal era a lei providencial que conectaria os homens por meio do amor e da caridade.

Em respostas às acusações que os jornais mais conservadores direcionaram ao “socialismo”, Abreu e Lima negava que o termo correspondesse a uma ciência, doutrina, religião, princípio ou ideia. O socialismo se referiria a um destino providencial, cuja tendência seria formar uma mesma família no globo. Essa lei da providência para a qual convergiria à humanidade poderia ser identificada por meio da análise dos fenômenos sociais. Segundo Abreu e Lima, o século XVIII teria sido o século das ideias, na qual a “filosofia transcendental” teria instituído um tempo novo que teria imposto aos homens os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Esse fenômeno foi identificado como a primeira ruptura basilar “do patriarcado sobre o plebeísmo”. Se até as revoluções Americana e Francesa, o povo não teria existência própria e estaria subjugado por uma pequena parcela detentora de privilégios historicamente arranjados, a filosofia iluminista aliada ao sofrimento humano teria dado aos

⁴⁴⁹ FIGUEIREDO, Antonio *Apud* CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século... Op. Cit.*, 2017, p. 106.

⁴⁵⁰ ABREU E LIMA. *O Socialismo*. Recife: Tipografia Universal, 1855.

homens a “consciência da vida política”, na qual estava em questão os questionamentos das regalias de uma sociedade de corte sobre o povo. O general argumentava ainda que a história, após as revoluções Americana e Francesa, teria se revelado aos homens como pertencente ao povo que sofre as injustiças sociais. A “ascensão dos plebeus” contra os “patrícios” seria a ruptura mais radical vivida pela humanidade no seu processo de reabilitação desde a sua “queda do paraíso”. Se o século XVIII havia permitido o desenvolvimento e a conquista dessa “consciência” com a ajuda das filosofias da história, o século XIX, por sua vez, faria a realização material (social) dessa formulação teórica. O desenvolvimento da técnica junto a um cuidado moral instituiria o bem-estar da coletividade, único modo possível de garantir o bem-estar individual.

A leitura de Abreu e Lima se aproximava de *O livro do Povo* (1838) de Hughes Félicité Robert de Lamennais (1782-1854), que encontrou nas páginas da revista pernambucana *O Progresso*, de Antônio Figueiredo, amplo espaço de divulgação e reflexão. Figueiredo, a partir de Lamennais, entendia o socialismo como assegurado por

uma ideia de liberdade de direitos *dirigida* em proveito da felicidade de todos; uma ideia de igualdade de direitos sem privilégios sociais ou políticos; uma ideia de fraternidade entendida como solidariedade entre irmãos de uma família, de modo que o povo seria a humanidade inteira, a palavra “estrangeiro” sendo um vocábulo “imoral”; e, por fim, sendo o povo o legítimo herdeiro do “globo”, ao qual tem o direito de usufruir enquanto seu “capital primitivo”.⁴⁵¹

A leitura que Abreu e Lima construiu sobre o socialismo se aproximava bastante daquela expressa por Pedro Antônio de Figueiredo. Ambos, compartilhando uma leitura de Lamennais, procuravam demarcar um posicionamento intelectual e político referente tanto ao socialismo, quanto ao cristianismo. Além de Lamennais e Figueiredo, Abreu e Lima também estabelece diálogo com outros autores como Pierre-Simon Ballanche (1776-1847), François Marie Charles Fourier (1772-1837), Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon, (1760-1825) e Robert Owen (1771-1858). É importante mencionar que a leitura desses autores relacionados a uma “filosofia social” será mediada por críticas e pela preocupação com a elaboração com uma interpretação própria. Há ainda uma ampla preocupação em diferenciar o socialismo do “comunismo”. Contudo, apesar do cuidado em interpretar e oferecer uma leitura singular sobre o problema social, Abreu e Lima compreendia que todas essas teorias apresentavam caminhos diferentes para uma mesma finalidade: a emancipação material e social do povo que sofre as desigualdades sociais. Essas teorias, “diversas utopias com o mesmo fim”,

⁴⁵¹ CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século... Op. Cit.*, 2017, p. 107.

eram elas mesmas uma evidência da lei providencial de que a preocupação com o bem-estar individual só seria possível mediante a preocupação coletiva. Esse entendimento estava próximo ao de Figueiredo:

O socialismo não é uma doutrina, ainda não passa de uma aspiração; mas esta aspiração tende a reformar o estado social atual em prol do melhoramento moral e material de todos os membros da sociedade. Para este fim cada escola socialista oferece meios diferentes, mas não há uma sequer, cujas intenções deixem de ser puras e generosas, cujo ideal não seja a realização na terra dos princípios de liberdade e fraternidade.⁴⁵²

Tanto Figueiredo em sua revista quanto Abreu e Lima em seu livro procuraram afastar o socialismo de uma doutrina, isto é, ambos reivindicaram uma autonomia interpretativa dos teóricos ligados ao tema. Figueiredo propôs uma “independência autoral que o desobrigasse de atender ao critério da absoluta fidelidade e da completude na apropriação de autores socialistas. Segundo seu ponto de vista, pode-se ser socialista sem que seja necessário haver uma *doutrina socialista*”.⁴⁵³ Nesse sentido, os autores em questão foram construindo e demarcando sua posição própria em relação ao socialismo e também ao cristianismo, destacando que articulariam uma posição mais “realista” e menos utópica quando comparada aos teóricos estrangeiros. A razão desse realismo, argumentam, é que não procurariam abortar ou destruir duas bases fundamentais da organização social: família e propriedade. No Capítulo XVI de seu livro, Abreu e Lima argumentava que família e propriedade seriam as bases fundamentais do socialismo. A família porque seria um núcleo divino feito à imagem e semelhança de Deus; a propriedade porque seria a garantia contra o abuso dos patrícios. Esta última seria o elemento capaz de expressar a conquista do trabalho, a recompensa do esforço e, por isso, o orgulho do trabalhador. O autor argumenta que a civilização teria nascido no momento em que as propriedades foram estabelecidas por meio da agricultura, constituindo e assentando famílias. Família, propriedade e trabalho seriam as condições para a civilização quando assentadas nos princípios cristãos do amor, justiça e caridade.

Importante observar, segundo o autor, que a primeira propriedade ao qual os homens teriam direito seria possuir-se a si mesmo, daí propriedade confundir-se com liberdade. Aqui está em jogo uma crítica à escravidão, especialmente no que dizia respeito à experiência brasileira. Defender a propriedade não poderia confundir-se com defender a escravidão. Um homem não poderia ser escravo de outro. A propriedade seria um direito fundamental do

⁴⁵² FIGUEIREDO, Antônio. “Correspondência”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de agosto de 1852, n. 179, p. 2.

⁴⁵³ CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século... Op. Cit.*, 2017, p. 100.

socialismo na medida em que ela manifestaria o direito ao trabalho. A propriedade seria legítima a quem trabalha:

O homem, diz Mr. Thiers, tem uma primeira propriedade na sua pessoa e nas suas faculdades; tem uma segunda menos aderente ao seu ser, mas não menos sagrada, no produto de suas faculdades, que abraça todas as coisas, chamadas bens deste mundo; o que a sociedade interessada no mais alto ponto a garantir-lhe, porque sem esta garantia não há trabalho, e sem trabalho não há civilização (ainda a necessária), mas miséria, rapina e barbárie. E Mr. Bastial acrescenta que: privar a um homem suas faculdades, ou o produto dela, dá o mesmo resultado, e a este resultado chama-se escravidão.⁴⁵⁴

O socialismo proposto por Abreu e Lima, em diálogo com outros pensadores sobre o tema, compreende a propriedade como um direito universal a ser assegurado pelo trabalho, elementos fundamentais de uma civilização que se constituiria em oposição à miséria e à escravidão. A propriedade não seria um problema em si, visto que ela estaria em consonância com o espírito do mundo: o espírito comercial. O problema seria a concentração da propriedade nas mãos de poucos homens que a sustentariam mediante o trabalho de outros. Sua compreensão aproximava-se bastante daquela expressa por Figueiredo nas páginas de *O Progresso*: “Em primeiro lugar, que “não há socialista que pretenda abolir a família”; em segundo lugar, “que a imensa maioria dos socialistas não nega a utilidade da propriedade individual, e nenhum quer suprimi-la completamente”. Como explica Canhada em análise sobre a obra de Figueiredo, a postura deste em relação a defesa da propriedade não significava uma isenção de crítica e combate à “feudalidade” realizada pelos “novos *latifundia*”. Esses manteriam “sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio do imenso poder que lhe dá esta massa de vassalos obedientes”. O autor do progresso considerava urgente, desse modo, “facilitar a todos o acesso à propriedade territorial”.⁴⁵⁵

Aqui é importante retornar a epígrafe de Antônio Figueiredo citada nesta seção. O limite do século XVIII teria sido, na leitura do autor, promulgar a *Declaração universal dos direitos do homem* esquecendo-se de defender uma instância antecedente à liberdade, à fraternidade e à igualdade. Trata-se antes do “direito de viver” sem o qual os valores mencionados seriam “audaciosas mentiras empregadas por alguns para disfarçar a dependência e depredação indireta que exercem sobre o resto da humanidade”. O direito de viver em Figueiredo, e podemos estendê-lo, a Abreu e Lima é o direito ao trabalho.

Quando Abreu e Lima definiu o socialismo como uma tendência do gênero humano para formar uma única família, expressava-se a defesa das relações sociais mediadas pelo

⁴⁵⁴ ABREU E LIMA. *O Socialismo. Op. Cit.*, p. 54.

⁴⁵⁵ CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século... Op. Cit.*, 2017, p. 99.

direito ao trabalho e pela propriedade como expressão desse trabalho. A garantia que essas relações não seriam atravessadas por abuso, ou seja, a conquista da soberania popular dar-se-ia pelo princípio cristão de amar ao próximo como a si mesmo. Estava prevista uma relação entre sociedade e indivíduo, na qual o homem cuidaria e asseguraria a si próprio apenas na medida em que cuidaria de seus semelhantes. Para que fosse possível que os homens se entendessem como “irmãos”, torva-se necessário o compartilhamento de uma linguagem única formulada pelo cristianismo e difundida por meio da evangelização dos povos. Foi nesse contexto que a colonização dos povos não europeus foi explicada como uma forma de expansão dos valores cristãos que, embora por si mesma não tivesse sido capaz de garantir uma sociedade civilizada, teria colocado diferentes homens em contato entre si e tentado os disciplinar pelo “amor” e pela presença da cruz. A colonização revelava-se, segundo Abreu e Lima, como a oportunidade do encontro de diferentes povos e a evangelização levada por ela seria um dos caminhos para a comunicação mediante suas diferenças. A violência fundadora, contudo, dessa relação, teria limitado a efetividade desse “desígnio providencial”.

Há outra questão importante na reflexão de Abreu e Lima sobre a tendência da humanidade para formar uma única família: trata-se, ao fim, de um “desígnio providencial” para a constituição de uma única nacionalidade e também de uma única raça. A miscigenação, nesse contexto e nesse argumento do general, aparecia como uma “necessidade histórica” na medida em que esse processo garantiria a não eliminação das raças – elas “desaparecem quando não se mesclam, ou não se cruzam [...], necessitam de nova seiva ou de novo sangue para regenerar-se”.⁴⁵⁶ Aqui, diferentemente dos textos dos anos 30 e 40, Abreu e Lima se aproximaria daquela perspectiva de Von Martius apresentada no segundo capítulo.⁴⁵⁷ A miscigenação, além da condição para a sobrevivência das raças que ao se encontrarem legariam suas características à posteridade, seria também um dos caminhos para a eliminação do ódio “que divide as raças, e o único meio de fundi-las em uma só por meio do cruzamento”.⁴⁵⁸ Importa mencionar que no processo de miscigenação prevaleceria (ou deveria prevalecer) a raça Caucásia “não só porque é primitiva, como porque também é mais enérgica e a mais inteligente de todas as raças”.⁴⁵⁹ Sua interpretação sobre a miscigenação acabava por justificar a violência fundadora do encontro de brancos com os povos indígenas e africanos que outrora, no *Bosquejo* e no *Compêndio*, insistia em criticar.

⁴⁵⁶ ABREU E LIMA. *O Socialismo. Op. Cit.*, p. 102.

⁴⁵⁷ Ver capítulo 2, seção “Sobre o que esperar de uma História do Brasil: Martius e a *perfectibilidade*”.

⁴⁵⁸ ABREU E LIMA. *O Socialismo. Op. Cit.*, p. 102.

⁴⁵⁹ *Idem*.

Vale mencionar que a formação dessa família universal não dependeria de uma forma de governo em particular. Tanto faria um governo republicano ou monarquista desde que seu modo de governar não obstruísse o desenvolvimento do “progresso material”. No caso particular do Brasil, Abreu e Lima observou que essa pulsão estaria comprometida devido à colonização lusa ter deixado como herança uma forma de organização social na qual a escravidão junto à produção exclusivamente agrícola não permitiria o estímulo para o desenvolvimento industrial e para novas formas de organização do trabalho. O desenvolvimento do progresso material, bem como o conseqüente bem-estar da população, em casos como o do Brasil precisaria de um estímulo a ser garantido pelo Estado. As preocupações de um governo monarquista ou republicano deveriam ser a implantação de reformas sociais capazes de assegurar a liberdade do comércio, da indústria e, sobretudo, do direito ao trabalho. Essas medidas acelerariam a diminuição do sofrimento do povo. O socialista seria, deste modo, aquele capaz de se comprometer com a inovação da ordem social existente, garantindo acesso do trabalho ao povo e desenvolvimento técnico da indústria e do comércio ao país.

O desígnio socialista, a constituição de uma única família a tomar o mundo como sua propriedade, dependeria de um ritmo de desenvolvimento histórico específico: lento, gradual e processual. Segundo Abreu e Lima, a prudência seria um elemento fundamental para o assentamento das transformações estruturais de uma nova dinâmica social: as verdadeiras transformações seriam garantidas a longo prazo. Mas essa compreensão trazia junto de si um problema significativo: ao dizer que o ritmo histórico de realização da teoria socialista era lento, corria-se o risco de perda do compromisso e dos entusiasmos dos homens relacionados a ele. Nesse sentido, Abreu e Lima precisava alertar a seus leitores e também a si próprio a respeito de uma vigília necessária que manteria firme a energia e a expectativa de que o progresso material e o bem-estar social se estenderia a todos.

Segundo o general, após longos séculos, desde a Reforma, interpretados como séculos de radical crescimento e aceleração do progresso, o momento no qual ele escrevia o seu livro seria de dúvidas: os homens teriam sido tomados pelo cansaço, uma redução das expectativas e do entusiasmo com o progresso. – Lembremos que o texto foi escrito após certa “derrota” dos movimentos liberais no Brasil tendo em vista a consolidação da hegemonia conservadora. – Abreu e Lima procurava explicar que esse “desânimo”/ desaceleração do progresso seria um desdobramento do próprio processo histórico. O progresso ao qual os homens teriam assistido desde a Reforma Protestante seria o progresso *político*. A consolidação efetiva de uma sociedade socialista, a expansão radical do progresso material sobre as relações sociais, não poderia depender apenas da consciência de cidadania ofertada por esse tipo de progresso. A

garantia do progresso material dependeria de um terceiro progresso, o moral, ou seja, o avanço da prudência e do cuidado com os costumes capaz de assegurar entre os homens a preocupação com o seu semelhante. “O progresso moral será daqui em diante a condição da legitimidade e estabilidade de um sistema. [...] É chegada a época de um governo moral, daquele que só vive das luzes da razão pública e das pulsações da consciência popular.”⁴⁶⁰

O livro do general em vários momentos se dedicou a revelar as manifestações do progresso moral, ao mesmo tempo em que procurava impelir os homens a esse comportamento. É nesse aspecto, que a sua noção de cristianismo tem papel significativo no socialismo no qual defende. Não há socialismo possível entre homens que se odeiam ou que se dediquem à sua individualidade a despeito de quem está em seu entorno. Percebe-se, então, uma mudança no tom em relação, por exemplo, ao texto da *Cartilha*. O texto de 1855 oscila, desse modo, entre a difusão de um diagnóstico sobre os progressos e a defesa de uma pauta moralizante. Contudo, a evidenciação do progresso moral não se apresentava fácil de provar, tendo em vista que a avareza, o egoísmo, a exploração... continuavam a operar significativamente no mundo ao qual descrevia.

Nesse sentido, os princípios cristãos de justiça e caridade precisariam ser cultivados e disseminados. Deles haveria a garantia da ascensão ao progresso moral. Essa leitura cristã organizava também a explicação em torno do sofrimento (decadência). O povo pobre sofrido seria o escolhido por Deus e seu sofrimento equivaleria à provação histórica pela qual precisaria passar. Quanto mais esse povo avançava na conquista de sua soberania, maior seria a repressão do patriarcado. Nesse aspecto, a realidade seria constituída pela tensão dialética entre diferentes forças: “vê-se claramente a luta dos princípios, isto é, entre o princípio religioso e o irreligioso, entre o princípio espiritualista e o materialista, entre o princípio monárquico e o democrático, entre o princípio de progresso e de repressão, e finalmente entre a liberdade e o despotismo”.⁴⁶¹ A batalha entre esses princípios estabelecia uma síntese que até então estaria “ensanguentado” o mundo até que chegasse o momento no qual os homens se convencessem de que a “violência e a injustiça [eram] amaldiçoadas por Deus”.⁴⁶²

Mas decidido a manter os seus leitores confiantes no progresso, Abreu e Lima se voltou para a descrição do progresso material. É nele que o autor reuniu as ênfases necessárias para manter seus interlocutores animados, com energia, em relação à possibilidade do alcance dessa

⁴⁶⁰ *Idem*, p.116.

⁴⁶¹ *Idem*, p. 39-140.

⁴⁶² *Idem*, p. 140. O texto de Abreu e Lima é marcado por uma oscilação entre a defesa da prudência para a conquista do progresso moral e o afastamento da violência e, ao mesmo tempo, pela justificativa de que a violência é um índice da repressão patriarcal quanto maior o povo caminha para sua soberania.

sociedade familiar. Foi lançando mão do progresso material e técnico que produziu contraste com a sensação de “decadência” e estagnação do progresso moral. Vale à pena a leitura da citação abaixo:

Era de decadência? Oh não; cumpre ser justo e respeitoso com o tempo em que se vive. O nosso tem realizado prodígios, que teriam parecido sonhos de um visionário: pôs nas mãos do homem forças misteriosas e sem limites; tirou das ciências efeitos que nos deviam encher de espanto, e que contemplamos com surpresa: suprimiu as distâncias e suspendeu a dor a seu bel prazer; estendeu fios no espaço, e até sobre o leito do oceano, e a palavra insonora que percorre com rapidez a luz, o próprio raio foi domado e a luz elétrica afugentou as trevas, que ocultavam todos os mistérios da natureza; a luz solar foi para o homem mais do que fogo de Prometeu, porque por meio da fotografia e heliografia pode reproduzir toda natureza orgânica e inorgânica como *fiat lux*. Nunca a dignidade humana foi melhor representada, nem o homem conheceu em tempo algum toda a elevação de seu ser. Onde pois está o sinal da decadência?”.⁴⁶³

Esse trecho corresponde a uma nota de rodapé na qual Abreu e Lima procurou responder às supostas dúvidas de homens de seu tempo (e às suas próprias) de que não haveria uma lei providencial capaz de garantir uma relação harmônica entre os homens. Se no corpo do texto ele chamou atenção para o cuidado com o desenvolvimento do progresso moral, reafirmando sua existência ainda que duvidando dela, na nota de rodapé ele se volta para o fascínio com a técnica para garantir algum entusiasmo e negação da decadência. Essa estrutura é bastante comum nas teorias do progresso difundidas junto ao humanismo comercial. Elas expressam a dúvida de que a cultura (o aprimoramento técnico e do comércio) seria autossuficiente para garantir a existência equilibrada dos homens.

Esse problema refere-se a uma ambivalência própria do mundo comercial em desenvolvimento. No humanismo cívico, correspondente à experiência ilustrada dos séculos XVII e XVIII, atribuía-se ao espaço público o *locus* de construção do que seria bom para os homens e para a sociedade. Nesse contexto exercer a liberdade significava participar ativamente da vida política bem como defender a legitimidade do Império/Estado. Com o desenvolvimento mais radical do comércio, uma outra experiência, o humanismo comercial transferiu esse *locus* de realização do que seria bom ao homem para o espaço privado.⁴⁶⁴ Começou a ser experimentado efeitos de um paradoxo “entre *virtude* e *comércio*: a personalidade, antes pautada no exercício dos direitos públicos – na virtude igualitária em ‘governar e ser governado’ –, passa agora a ser estabelecida em termos de posse, inclusive a

⁴⁶³ *Idem*, p. 117.

⁴⁶⁴ POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: EDUSP, 2013. _____. El debate del siglo XVIII. Virtud, pasión y comercio. In: POCOCK, John. *El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Tecnos, 2002. ROTHSCCHILD, Emma. *Sentimentos Econômicos*. Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. Rio de Janeiro: Record, 2003. SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

posse de direitos, especialmente os privados”.⁴⁶⁵ O comércio apareceu como a grande promessa de civilizar os homens, contudo, as bases nas quais se assentavam as relações de troca eram móveis, não havia garantia de que o egoísmo e a corrupção deixassem de fazer parte dessas relações. Mesmo na linguagem do humanismo comercial, um *ethos* da virtude cívica permaneceu: o medo da imponderabilidade da história, da decadência humana em razão da ambição dos homens. Nesse contexto entraria em cena uma experiência estética orientada para refinar as maneiras e comportamentos.

A preocupação de Abreu e Lima com o progresso expressa-se em uma radical confiança no espírito do progresso comercial e concomitantemente à constante dúvida sobre suas garantias de permanência. Tornava-se fundamental insistir na educação continuada das maneiras, dos sentimentos e das paixões humanas. O pensamento possuía, deste modo, uma função profundamente pragmática: educar e direcionar os homens nessa nova vida comercial que ganhava forma. Esse empenho moralizante e civilizador, contudo, não escapava à força histórica que se desejava combater e é essa tensão entre progresso técnico e moral que o livro de Abreu e Lima repercute. Mesmo mediante a difusão do comércio e da técnica como destinos fundamentais da história, não desaparece o medo e a sensação de ameaça à civilização. A dificuldade de mostrar o crescimento do progresso moral, aumentava a necessidade de assegurar que algum progresso existisse, mesmo que fosse o técnico. Ele foi mencionado em nota de rodapé no que tange ao estímulo de energia não por qualquer razão, mas pela atenção ao fato de que os melhoramentos materiais poderiam induzir os homens ainda mais à cobiça e ao luxo, acentuando os egoísmos e as diferenças sociais. A análise histórica filosoficamente orientada, por mais bem realizada que fosse, não conseguia identificar aquilo que a sua imaginação projetava: um ponto perfeito no qual as forças de construção e destruição se encontravam em equilíbrio. Quando se tornava possível identificar esse momento, era rápido e seguido por intensa reação violenta na história dos povos. O socialismo do general aliado ao imperativo de amor cristão dedicado ao próximo era apresentado pelo autor como uma das saídas mais prudentes e “realistas” mediante a contradição trágica/decadente do humanismo comercial e de um indivíduo que se constrói a partir da propriedade privada: o comércio era um empreendimento necessário para a confirmação de uma experiência mais civilizada, mas simultaneamente autodestrutiva. Sobretudo, num país onde a escravidão era ainda uma força ativa.

⁴⁶⁵ ALVES, Marcella Regina Silva. *Virtudes e sentimentos: estética, moral e formação da modernidade*. Dissertação de Mestrado (História). UFOP, 2017, p. 13.

A razão pela qual nesse capítulo retomei ainda que rapidamente o *Socialismo* de Abreu e Lima foi para mencionar certa variação da narrativa do autor ao dialogar com elementos correspondentes a uma filosofia da história quando comparado às demais obras abordadas nesta tese. Nas obras da primeira metade do século XIX, no *Bosquejo* (1835), no *Compêndio* (1843) e na *Cartilha* (1849), embora com motivações políticas, sociais e históricas distintas seja pelo formato/público, seja pela conjuntura nas quais os textos foram produzidos, e, sobretudo, pelos conteúdos mobilizados mais próximos à história do Brasil; a tematização do passado não está plenamente organizada por princípios e chaves de leitura que determinariam a realidade. A “distância histórica”, operada pela semelhança e pela proximidade na relação Brasil/Portugal, nesses textos constrói uma narrativa mais tensa e, com isso quero dizer, menos conciliatória na abordagem devido à colonização/escravidão. Já no seu livro *O socialismo* (1855), a relação paradigmática Brasil/Portugal se atenua. Embora Abreu e Lima estivesse mais claramente preocupado com a tematização das relações sociais, ao entender o socialismo como “destino dos povos”, sua narrativa suaviza alguns elementos críticos relacionados à colonização ou à miscigenação, por exemplo, uma vez que essas passaram a integrar mais decisivamente a noção de necessidade histórica. Há dissonância no texto, sem dúvida, mas certa vigília crítica e não conciliatória com o passado ameniza-se em razão de uma expectativa de convencimento do triunfo de um tipo progresso. Este, outrora entendido como “entretenimento para aqueles que possuiriam conhecimento prático do mundo”, como tematizado no capítulo 1, passa a ser uma aposta decisiva no texto. Ainda que sob a égide da dúvida, o progresso haveria de vir, em etapas (político, técnico, moral). O ódio, entendido como direito histórico fundamental à mudança, como visto acima, vai perdendo espaço para uma estrutura mais conciliatória, harmoniosa e processual na medida em que a história do Brasil deixa de ser o objeto crítico fundamental. Trate-se, portanto, de uma aposta no todo, não particular e necessariamente adequada ao Brasil.

UMA HISTORIOGRAFIA DOS VENCIDOS:
sobre o que não fizemos ainda

*Ele [Walter Benjamin] costumava dizer que também devemos celebrar aqueles que foram derrotados e que devemos convidar as pessoas para ver as coisas do ponto de vista delas. Então por que não?*⁴⁶⁶

Reinhart Koselleck

José Honório Rodrigues em *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-político*, livro publicado em 1965, apresenta a tese de que a estrutura socioeconômica do país seria historicamente organizada pelo divórcio radical entre o poder (instituições políticas) e a sociedade (o povo). Uma política de conciliação teria vigorado ao longo da história brasileira assegurando os privilégios de uma minoria dominante frente às demandas sociais do povo. O historiador procurou mostrar como essa política de conciliação se fundamentou em atos de profunda violência na medida em que os elementos não-conciliáveis eram abertos pelas dissidências e críticas populares. Rodrigues apresentou a história brasileira marcada por uma dialética entre as estruturas políticas dominadoras (tese) e as discordâncias populares como elementos criadores (antítese).

Essa política de conciliação teria um *ethos* conservador (para além da própria violência) que reuniria tanto os políticos autodenominados conservadores quanto os liberais. Ela seria também “anti-progressista, antinacional e não-contemporânea”.⁴⁶⁷ O livro escrito na conjuntura do golpe civil-militar de 1964 argumentava que a história brasileira se caracterizaria por apego a retrocessos relacionados à manutenção de privilégios da elite. A narrativa do historiador situa a “origem” dessa conciliação no processo de colonização, no qual o triunfo por meio da violência do grupo minoritário branco-europeu teria imposto a “unidade” linguística, a mestiçagem, a ideia de tolerância racial e certo esforço de atenuar os antagonismos sociais a partir, por exemplo, da construção de um imaginário pacífico do povo brasileiro.⁴⁶⁸ Contudo, o que o historiador procurou sublinhar, sobretudo, é que a síntese desse processo não teria resultado, necessariamente, em comportamentos conformistas, ou seja, haveria fissuras

⁴⁶⁶ “He [Benjamin] used to say that we should also celebrate those who have been defeated and that we should invite people to see things from their point of view. So, why not?”. KOSELLECK *Apud* SEBASTIÁN, Javier; FUENTES, Juan. *Conceptual history, memory, and identity: an interview with Reinhart Koselleck. Contributions to the History of Concepts*, v. 2, 2006, p. 125.

⁴⁶⁷ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Um desafio histórico-político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965, p. 15.

⁴⁶⁸ *Idem*, p. 27.

decisivas no projeto ideológico das elites direcionado à conciliação. Rodrigues retomou histórias de resistência popular e as apresentou como a antítese da política de conciliação imposta pelas elites. A dialética entre a imposição de uma cultura ocidental manifestada violentamente e a reação a ela em razão das presenças nativas e africanas teriam conduzido a uma síntese nova: à impossibilidade de uma conformação e conciliação aos moldes desejados pelos colonizadores e seus herdeiros:

A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricava substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da natureza, dos índios, dos negros e mestiços uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia.⁴⁶⁹

A crítica de Rodrigues tem como fundamento a ideia de que o processo histórico de construção nacional foi discriminador e violento, mas seu “conteúdo” democratizou-se por meio da permanência de traços culturais não-europeus. Embora José Honório não deixe de repercutir certo problema proveniente do processo de construção da identidade nacional ao pressupor certa “singularização” de um Brasil, ainda que dissonante do projetado pelas elites coloniais e saquaremas, ele se esforça em argumentar que o “conteúdo” daquilo que seria o Brasil não se determinaria *exclusivamente* pela atuação dos vencedores.

Na análise do autor, e esse me parece o ponto fundamental, a “síntese-Brasil” – que não se poderia moldar pelo projeto civilizatório europeu, a dimensão destoante da experiência “brasileira”, a resistência mediante à violência... – não teria recebido a atenção devida por parte da historiografia. Esses elementos teriam sido “obscurecidos por uma historiografia a serviço das elites e pelo grande desconhecimento da nossa formação”, sobremaneira elaborada durante o século XIX.⁴⁷⁰ Nesse sentido, o livro de José Honório Rodrigues se constitui como um esforço crítico direcionado não apenas à história do Brasil, mas, sobretudo, à historiografia enquanto elemento capaz de pôr em evidência as tensões históricas. Se a conciliação teria sido uma estratégia ideológica das elites brasileiras para evitar rupturas mais sistemáticas, a historiografia teria sido um dos instrumentos capazes de assegurar esse imaginário conciliatório. Faltaria à historiografia, nesse sentido, direcionar sua atenção aos “vencidos”, produzindo alguma visibilidade sobre os elementos democratizantes da experiência brasileira. (Embora valha mencionar que o próprio José Honório tenha realizado em seu trabalho

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 27.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 13.

historiográfico certa conformação de um imaginário conciliatório com base na sua predileção por Varnhagen, por exemplo, como abordado no capítulo 2).

O problema da conciliação na história brasileira foi também tematizado por outros autores canônicos como Antônio Cândido, Paulo Mercadante e Michel Debrun.⁴⁷¹ Atualmente, o problema é significativamente explorado por historiadores ligados à perspectiva da “cultura política”. Rodrigo Patto Sá Motta, por exemplo, inspirado por esses e outros autores clássicos pergunta como o encontro entre europeus, indígenas e africanos, encontro que teria dado “forma ao Brasil” por meio da escravidão e dominação, produziram tradições de acomodações políticas. (A pergunta parte de um mito tantas vezes repetido que parece índice paradigmático do real). Diferentemente de Rodrigues, Motta diferencia “conciliação” e “acomodação” procurando superar “a aparente polaridade entre cultura e ideologia, com base no entendimento de que esta pode estar subsumida naquela”.⁴⁷² Em outras palavras, a questão central para Motta é até que ponto as estratégias de conciliação organizadas pelas elites, especialmente a partir do século XIX, ecoaram e foram integradas à cultura popular. Motta questiona: “é possível que uma estratégia de natureza ideológica tenha se tornado cultura?”.⁴⁷³ É partir dessa proposição que a diferenciação entre conciliação e acomodação se apresenta. A conciliação significaria um “acordo político ‘pelo alto’, envolvendo os grupos dirigentes e o Estado”⁴⁷⁴ orquestrado pelas elites, mas que repercute na configuração da sociedade brasileira em geral, constituindo o seu caráter acomodado. A acomodação revelaria o enraizamento dessas estratégias em outros espaços sociais, culturais e institucionais levadas à frente por outros sujeitos, “como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares”.⁴⁷⁵ As reflexões de Motta relacionadas à cultura política, isto é, a investigação dos “impactos de valores e comportamentos culturais sobre a política”,⁴⁷⁶ oferecem um contraponto à polarização dialética de Rodrigues entre o projeto conciliatório das elites e sua negação orquestrada pelo povo. Nesse sentido, a ênfase exclusiva nas revoltas populares, por exemplo, não seria suficiente para o questionamento das estruturas de conciliação e acomodação na sociedade brasileira.

⁴⁷¹ MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, 1970; DEBRUN, Michel. *A “conciliação” e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983. MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Edições Saga, 1965.

⁴⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, jan./mar. 2018, p. 117.

⁴⁷³ *Idem*, p. 118.

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 119.

⁴⁷⁵ *Idem*.

⁴⁷⁶ *Idem*, p. 111.

Retornando ao problema posto por José Honório Rodrigues, o historiador mencionou a relação da historiografia e seu compromisso secular com os vencedores. Gostaria de acrescentar a perspectiva de Reinhart Koselleck sobre a questão na medida em que as reflexões desse autor foram decisivas em muitos momentos da tese. Sabemos que as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas” constituem os elementos definitivamente metahistóricos e teoricamente imprescindíveis da filosofia do tempo de Koselleck. O par antitético revela um entendimento importante sobre a sua compreensão de realidade histórica. Eles procuram explicar o que tornaria a existência humana possível em termos coletivos. A realidade histórica, a organização dos homens em um determinado tempo/espaço, seria desdobramento dessas categorias. O presente abrigaria heranças que articulariam consciente e inconscientemente os modos de comportamento autonomizados e enraizados, os “passados-presentes”. Trata-se do “espaço de experiência” – a acumulação e a repetição das vivências ao longo da história. Igualmente decisivo seria o que não foi experimentado, mas pode ser intuído ou desejado. Envolto pela imaginação, pela curiosidade, pela esperança ou pelo temor, aquilo que é projetado e pode resultar em existências surpreendentes, desconhecidas e/ou frustradas. Trata-se do “horizonte de expectativas”, que embora nunca se possa alcançar, determina igualmente as decisões tomadas no presente.⁴⁷⁷

Há, em Koselleck, outro dualismo relacionado ao anterior e igualmente responsável pela pulsão do movimento histórico: a dialética entre “vencedores” e “vencidos”, com base na qual os últimos seriam definitivamente responsáveis pelas mudanças e movimentos históricos. Em curto e até mesmo em médio prazo, os vencedores e os historiadores ligados aos vencedores conseguiriam sustentar uma determinada realidade com bases assimétricas e violentas de poder. Mas a longo prazo, a manutenção dessas estruturas torna-se difícil, isso porque na longa duração as frustrações em torno das expectativas outrora projetadas aparecem mais precisamente. O movimento de acúmulos de frustrações e retroação das esperanças seria a experiência primária do derrotado. Como as coisas não aconteceram como desejado cabe a esses sujeitos a reflexão sobre seu fracasso, mas também, a proposição (combativa) de novas possibilidades.

Nesse aspecto, Koselleck propõe que o conhecimento histórico se torna possível mediante a observação da relação entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, mas também pela *perspectiva dos derrotados* e dos *historiadores dos derrotados* que vão de

⁴⁷⁷ KOSELLECK, R. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativas: duas categorias históricas”. In.: *Futuro Passado. Op. Cit.*, p. 305- 327.

Tucídides a Marx. Importante destacar que a categoria “derrotado” não assume em seu pensamento um valor pejorativo. Ao contrário, é o silenciado quem pode convocar diferentes horizontes por estar diante de experiências antagônicas às suas expectativas. Ele não corresponde a uma dimensão histórica destituída de agência. Sua noção de história, dessa forma, se aproxima da “história a contrapelo” de Walter Benjamin como sugerido na epígrafe desta seção. A “derrota contém um potencial inesgotável para a aquisição do conhecimento”, pois de sua disposição conflitiva e da reelaboração narrativa dos derrotados visualiza-se outros cenários possíveis imprescindíveis à mobilidade da história.⁴⁷⁸

Como a proposta de Koselleck se aproxima de forma deliberada de Walter Benjamin, seguimos para ele. Marcelo Rangel, ao propor uma atividade teórica-historiográfica a partir de Benjamin, sugere que ela atuaria como “âmbito adequado à produção de atmosferas ou de economias sentimentais próprias à reorganização da história ou da realidade”.⁴⁷⁹ A partir das leituras das teses *Sobre o conceito de história*,⁴⁸⁰ Rangel identificou em Benjamin uma proposição na qual a transformação da realidade e reorganização da história a partir de uma igualização só seria possível por meio de uma economia sentimental “favorável à insistência nesta reivindicação que seria necessária e incessantemente contestada e suprimida”.⁴⁸¹ Mudanças históricas estruturais dependeriam dessa economia sentimental capaz de pôr “incessantemente em questão cada vitória que couber aos dominantes”.⁴⁸² Entre os sentimentos dessa economia sentimental benjaminiana, estaria presente o ódio: “a classe trabalhadora desaprendeu tanto o ódio quanto a vontade de sacrifício”.⁴⁸³ O ódio para Benjamin teria o poder de afastar os homens de uma empatia ontológica que os levaria ao conformismo. Essa empatia seria própria à modernidade e teria se generalizado por meio do progresso. Marcelo Rangel apresenta, desse modo, um Walter Benjamin que reivindica a importância de mobilizar uma “antipatia” pelo que vige, “pelo o quê está sedimentado em nosso mundo”.⁴⁸⁴ O ódio pelos sentidos e experiências enraizadas do mundo “seria a tonalidade afetiva (*Stimmung*) própria à

⁴⁷⁸ KOSELLECK, Reinhart. Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico. *In.: Estratos de Tempo. Op. Cit.*, 2014, p. 72

⁴⁷⁹ RANGEL, Marcelo de Mello. História e *Stimmung* a partir de Walter Benjamin: sobre algumas possibilidades ético-políticas da historiografia. *In.: Cadernos Walter Benjamin*, n. 17, 2016, p. 165.

⁴⁸⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In.: LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

⁴⁸¹ RANGEL, Marcelo de Mello. História e *Stimmung* a partir de Walter Benjamin... *Op. Cit.*, 2016, p. 168.

⁴⁸² *Idem*, p. 169.

⁴⁸³ BENJAMIN, Walter. *Apud* RANGEL, Marcelo de Mello. Rehistoricização da história, melancolia e ódio. *In.: BENTIVOGLIO, Julio. & CARVALHO, Augusto. (Org.). Walter Benjamin: Testemunho e Melancolia*. Serra: Editora Mil Fontes, 2019, p. 111.

⁴⁸⁴ *Idem*, p. 112.

constituição do que Benjamin chama de história a contrapelo”.⁴⁸⁵ Esse ódio induziria a comportamentos capazes de acolher e repercutir perspectivas denegadas e dissonantes. Ele estaria assentado em outro sentimento de base, o amor aos vencidos, esquecidos e silenciados.⁴⁸⁶

As proposições críticas dos atores mencionados acima, embora advindas de caminhos distintos, se encontram na necessidade de impor um desafio à história e à historiografia: tornar-se um espaço continuado de disputa pela reorganização de estruturas históricas. Mediante essas propostas, o problema se estende necessariamente à história da historiografia, já que esta se ocupa das metas-abordagens a respeito das possibilidades das reflexões históricas. À história da historiografia cabe o exercício de colocar em evidência os conteúdos, os imaginários históricos e suas respectivas formas dando condições de possibilidade para essa disputa. Além do caráter político, essa disputa também se faz no nível epistemológico, pois se investiga os limites do conhecimento histórico, suas potencialidades, lacunas e denegações. É também de abrangência ontológica, uma vez que precisa investigar e tornar audível o que torna possível as múltiplas existências. Como sugeriu Valdeci Araujo por meio da categoria *analítica da historicidade*: “o estudo da formação da historiografia como disciplina científica [...] é apenas a parte mais recente e visível de uma história da historiografia; sua parte mais profunda e promissora reside justamente no estudo do enraizamento dessas formas de conhecimento do passado no próprio tempo histórico”.⁴⁸⁷

Temístocles Cezar, ao abordar os estudos historiográficos da história da nação no Brasil e da historiografia que dá voz a ela e que tem atravessado todo um campo disciplinar por mais de um século, pergunta pelo legado desses estudos. Essa historiografia que vai de Southey a Caio Prado Júnior não construiu apenas “um sentido para a colonização”, mas para “a própria história do Brasil”.⁴⁸⁸ Como essa formação é hoje vivida? Onde e como eles ecoam? Deixemos que o autor fale: “Minha hipótese é a de que uma das fortes razões para lermos e

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 113.

⁴⁸⁶ *Idem*, p. 113.

⁴⁸⁷ ARAUJO, Valdeci. Narrativas populares no Museu Universal: a experiência do tempo para além da história disciplinar. In.: AVILA, Artur; NIZOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, versão e-book. Ver também sobre o tema: ARAUJO, V. “História da historiografia como analítica da historicidade”. In.: *História da Historiografia*, v. 12, p. 34-44, 2013.

“Ao tornar a produção/emergência do tempo histórico como sua identidade mais ampla, a história da historiografia poderia superar o destino de ser apenas uma atividade auxiliar da historiografia geral e se libertar, assim, do risco de se tornar um discurso legitimador de práticas historiográficas, quando sua possibilidade mais profunda seria justamente a contrária, isto é, a de contribuir para uma destruição, em sentido positivo, do discurso e dos objetos historiográficos com o propósito de nos manter abertos para a experiência e o pensar da história.” ARAUJO, Valdeci. “História da historiografia como analítica da historicidade”. *Op. Cit.*, 2013, p. 41.

⁴⁸⁸ CEZAR, Temístocles. “O que fabrica o historiador quando faz história, hoje?”... *Op. Cit.*, 2018, p.90.

conhecermos a história da nação, ou essa história consolidada no século XIX, é sua importância para o que não fizemos, para o que não realizamos, para seus descaminhos e para a vida que se esvaiu de lá até aqui”.⁴⁸⁹

É na perspectiva de uma ausência, de um algo por se fazer, de uma espera que este livro abordou a trajetória de Abreu e Lima dando prioridade a seus textos da década de 1830 e 1840, com uma rápida atenção aos anos 1850. Nesse percurso, identifiquei uma historiografia que não conseguiu, ao menos em um primeiro momento, formular uma conciliação com o passado e com certo projeto conservador mesmo que estivesse em um primeiro momento (década de 30, Regências) comprometida com ele e, em um segundo momento, o questionando mais propriamente (década de 40, Praieira). A produção historiográfica do século XIX foi um dos principais espaços responsáveis pela estruturação de um imaginário conciliatório, harmônico, pacífico de “Brasil” e dos “brasileiros”, obscurecendo as práticas profundamente violentas, excludentes e contraditórias da formação nacional. Encontrar fissuras nessa mesma historiografia, evidenciar suas contradições, limites e confrontos no momento de sua gestação pode ser *um dos* caminhos para a desconstrução do imaginário conciliatório, com base no qual se manifesta certa ausência de questionamentos acerca de passados violentos. Nesse sentido, não se trata de considerar Abreu e Lima um ente antagônico à produção historiográfica canônica do século XIX. Ao contrário e/ou de maneira um tanto ambígua. Ele é, a um só tempo, um dos agentes desse imaginário conciliatório e também um de seus críticos expressivos. De todo modo, estou convencida: a importância dos estudos da história da historiografia brasileira reside, sobretudo, no que ainda está por ser feito.

⁴⁸⁹*Idem*, p.85 - grifos meus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

ABREU E LIMA, José Inácio. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835.

ABREU E LIMA, José Inácio. *Compêndio da História do Brasil – Tomos I e II*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843a.

ABREU E LIMA, José Inácio. *O Socialismo*. Recife: Tipografia Universal, 1855.

ABREU E LIMA, José Inácio. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa* ou Análise do primeiro Juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844.

ABREU E LIMA, José Inácio. *Resumen histórico de la última ditadura del Libertador Simón Bolívar – comprobada con documentos* (1828). Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O norte”. 1922.

ABREU E LIMA, José Inácio. *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845.

ABREU E LIMA, José Inácio. *Compêndio da História do Brasil – Volume Único*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843b.

ABREU E LIMA, José Inácio. *A Cartilha do Povo por Franklin*. Pernambuco: Tipografia da Viúva Roma & filhos, 1849.

Anúncio de venda Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil. *Diário de Pernambuco*. Ano XXII, n. 209, 21 de setembro 1846.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839). In: GUIMARÃES, Manoel. (Org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

BOUTERWEK, Friedrich. Da Costa e “o Judeu”. (1805). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 08 de setembro 1843. Disponível no Instituto Histórico e Geográfico.

Carta remetida por Abreu e Lima para Januário da Cunha Barbosa, 08 de setembro 1843. Disponível no Instituto Histórico e Geográfico.

CASTRO, José da Gama. Uma polêmica: é possível existir uma literatura brasileira? (1841-1842). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

Comunicado. Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil. *Diário de Pernambuco*. Ano XXII, n 227, 12 de outubro de 1846, parte 3, p.2.

DENIS, Jean-Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. (1826). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

Diário de Rio de Janeiro, n. 1. Rio de Janeiro. 1 de fevereiro de 1836.

FIGUEIREDO, Antônio. “Correspondência”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de agosto de 1852, n. 179.

GARRET, Almeida. A literatura portuguesa e os engenhos brasileiros. (1826). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. “Como se deve escrever a história do Brasil” (1843). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Livro de Fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

O comércio: jornal dos interesses comerciais, agrícolas, industriais e de literatura, 1840, edição 77,

O cronista, n. 128. Rio de Janeiro. 9 de janeiro de 1838.

O Liberal Pernambucano: jornal político e social. Terça-feira, 04 de abril de 1854. Ano III, número 444.

O progresso. Revista social, literária, científica. Tomo II. Pernambuco: Tipografia M. F. de Faria, 2 de abril de 1847.

SCHLICHTHORST, Carl. Literatura Brasileira (1829). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

SISMONDI, Jean-Charles-Léonard Simonde de. O Brasil e o futuro das letras portuguesas. (1813). In: SOUZA, Roberto Acízelo. (Org.). *Na aurora da literatura Brasileira*. Olhares portugueses e estrangeiros sobre o cânone literário nacional em formação. (1805-1855). Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2017.

T. Bibliografia. Obras sobre a Geografia e História do Brasil. – O Compêndio do Sr. General J. I. Abreu e Lima. In: *Minerva Brasiliense*, n. 02, v. 01, 1843.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compêndio da História do Brasil pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. *Revista do IHGB*. Tomo 6, 1844, p. 60-83

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846.

VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a “História do Brasil” publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. *Revista do IHGB*. Tomo I, 3.ed., 1839.

WALLESTEIN, Henrique Julio. Memoria sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. In: *Revista do IHGB*. Tomo 45, parte 1. Rio de Janeiro, 1882.

Bibliografia:

ALVES, Marcella Regina Silva. *Virtudes e sentimentos: estética, moral e formação da modernidade*. Dissertação de Mestrado (História). UFOP, 2017.

ARAÚJO, André de Melo. Tradução Ilustrada: Imagens da História Universal inglesa e de suas edições europeias no século XVIII. *História da Historiografia*, v. 11, n. 26, p. 69-100, 2018.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAÚJO, Valdei. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34-44, 2013.

ARAÚJO, Valdei. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia história*, v.31, n.56, p. 365-400, 2015.

ARAÚJO, Valdei. Narrativas populares no Museu Universal: a experiência do tempo para além da história disciplinar. In.: AVILA, Artur; NIZOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. (Orgs.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, versão e-book.

ARAÚJO, Valdei. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana. (Org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 281- 303.

ARAÚJO, Valdei. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ARAÚJO, Valdei; RAMOS, André. A emergência de um ponto de vista cosmopolita: a experiência da História de Portugal na Universal History. *Almanack*, n.10, p. 479-491, 2015.

ARAÚJO, Valdei; RANGEL, Marcelo. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, v. 8, n. 17, p. 318-332, 2015.

BASILE, Marcello. “O laboratório da nação”: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*, v. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: Um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014, v. 1, p. 37-62.

BASILE, Marcello. Propostas radicais no parlamento regencial: República, religião e escravidão. *Revista do IHGB*, v. 459, p. 13-42, 2013.

BASILE, Marcello. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, v. 20, p. 1-9, 2018.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In.: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BENTIVOGLIO, Julio. A História no Brasil Imperial: a produção historiográfica na revista do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro (1839-1850). *História. Questões e Debates*, v. 63, p. 287-315, 2016.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Consciência Histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos*, v.14, n. 3, P. 535-556, 2010.

BRUNI, Sergio. *O mui desassossegado Senhor General*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2014.

CANHADA, Júlio Miranda. *Construções de um século: discursos filosóficos no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado. (Filosofia). USP, 2017.

CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado (História), UFOP, 2012.

CARVALHO, Marcus. Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, v. II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, n. 08, novembro de 2008.

CARVALHO, Marcus. Os nomes da *Revolução*: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. Como se derruba um Presidente de Província: partidos e lutas políticas em Pernambuco durante a Regência (1834 a1835). In: *Anais do XXVII*

Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26 de junho de 2013, s. p.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. In.: *História Unisinos* n.11 setembro/dezembro de 2007.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, v. 08, n.10, p. 11-34, 2004.

CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Rev. antropol.* São Paulo, v. 61 n. 2: p. 78-95, 2018.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen.* Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima: general de Bolívar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 66.

CUNHA, Daniel Joni Mendes Nunes da. “*Cultura de História*” no Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831-1863). Dissertação de Mestrado (História). Ouro Preto: UFOP, 2019.

DEBRUN, Michel. *A “conciliação” e outras estratégias.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830).* Dissertação de mestrado. UFOP, 2010.

DOMANSKA, Ewa. Sincerity and the Discourse of the Past. Paper presented at the International Conference on the History and Theory of Historical Studies: Historical Studies: Disciplines and Discourses. CEU, Budapest, October 21-24, 2004.

FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas.* Elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas.* Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIXO, André de Lemos. Capistrano de Abreu, intérprete de José Honório Rodrigues? In: GUIMARÃES, Géssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de Crítica Histórica.* Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 83-106.

FREIXO, André de Lemos. Corpo e alma: História e Tradição no pensamento de José Honório Rodrigues. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro.* A. 174 (461), p. 329-354, 2013.

FREIXO, André de Lemos. Um ‘arquiteto’ da historiografia Brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História,* v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2005, p. 32-33.

GONÇALVES, Sérgio. *A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, v. 2, n.1, 2013.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lúcia Bastos Pereira das [et al.] (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 277-292.

GUIMARÃES, Gêssica. José Honório Rodrigues e a autonomização da história da historiografia no Brasil. *Revista do IHGB*. A. 179 (476), p. 97-126, 2018.

GUIMARÃES, Lúcia. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, nº 388, p. 459–613, 1995.

GUIMARÃES, Lúcia. História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

GUIMARÃES, Lúcia. O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*. v. 14, n. 25, 2012.

GUIMARÃES, Manoel. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. José Murilo de Carvalho (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, v.1, 1988, p. 5-27.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente*. O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.

HEGEL, Georg. *Filosofia da História*. Brasília: Ed. UNB, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KODAMA, Kaori. Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. São Paulo: Edusp, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos de tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RIO, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Is There an Acceleration of History? In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William E. (ed.). *High-speed society: social acceleration, power, and modernity*. State College: Penn State University Press, 2009, p. 113-134.

LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008, p. 241.

LÖWITH, Karl. *Meaning in History*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1949.

LYNCH, Christian. *Monarquia sem despotismo e Liberdade sem anarquia*. O pensamento político do marques de Caravelas (1821-1836). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.

MARSON, Isabel. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n.1, p. 8-26, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/ INL, 1987.

MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros*. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2007.

MAZIN, Angelo Diogo; STEDILE, Miguel Henrique. *Abreu e Lima: general das massas*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Edições Saga, 1965.

MOREIRA, Vania. “O Ofício do historiador e os índios: uma querela no Império”. *Revista Brasileira de História*, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX. In: CHAVES, Cláudia; SILVEIRA, Marco Antônio. (Orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007, p. 181-206.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MOURA, Bruna Schulte. *Historiografia Literária e Projeto Ilustrativo no alvorecer do Segundo Império: um estudo sobre a Revista Minerva Brasiliense (1843-1845)*. Dissertação de Mestrado. (História). UERJ, 2018.

NESVES, Lúcia Bastos; NEVES, Guilherme. Revolução. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014, p. 379-399.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

NEVES, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca. (Orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj: 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *A História da Historiografia Brasileira e suas evidências. História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 275-276, 2012.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *A cultura política da crise brasileira: um ensaio de síntese histórica*. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez, GUIMARÃES, Géssica, BRUNO, Leonardo. (Org.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 249-291.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Dissertação de Mestrado (História). USP. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Luísa Rauter. *O conceito político de povo no período regencial brasileiro: revolução e historicização da linguagem política (1831-1840)*. *Revista de historia social y de las mentalidades*, v. 15, 2011, p. 97.

PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil. Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PEREIRA, Luísa Rauter; SENA, Hebert Faria da. A historicidade do político. O debate sobre representação e cidadania no império brasileiro (1823-1840). *Revista História da Historiografia*, v. 9, n. 22, p. 258-274, 2017.

PHILIPS, Mark. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820*. Princeton University Press, 1997.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *Revista História da Historiografia*, v.2, n. 3, p. 53-82, 2009.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, n. 11, p. 88-99, 2010.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, John. El debate del siglo XVIII. Virtud, pasión y comercio. In: *El momento maquiavélico: el pensamiento político florentino y la tradición republicana atlántica*. Madrid: Tecnos, 2002.

POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: EDUSP, 2013.

RAMOS, André. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

SANTOS, Mário Márcio de Almeida. Origem do partido Praieiro. *Clio*, Recife, n. 9, 1987.

RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

RANGEL, Marcelo de Mello. Rehistoricização da história, melancolia e ódio. In.: BENTIVOGLIO, Julio. & CARVALHO, Augusto. (Org.). *Walter Benjamin: Testemunho e Melancolia*. Serra: Editora Mil Fontes, 2019.

RANGEL, Marcelo de Mello. História e *Stimmung* a partir de Walter Benjamin: sobre algumas possibilidades ético-políticas da historiografia. In.: *Cadernos Walter Benjamin*, n. 17, 2016.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Nação e cidadania em alguns jornais da época da Abdicação: uma análise dos periódicos *O Republico* e *o Tribuna do Povo*. In: LESSA, Mônica; FONSECA, Silvia Clara. (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República*. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889). Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2008, p. 35-60.

RIBEIRO, Santiago Nunes. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. *Revista Minerva Brasiliense*, 15 de dezembro de 1843.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1184-1843)*. Campinas, Unicamp, 2001.

RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1965.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Um desafio histórico-político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1965.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. *A Independência de Portugal: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840)*. Dissertação de Mestrado. (História). Ouro Preto, UFOP, 2014.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, v. 6, p. 289-308, 2017.

RODRIGUES, Tamara de Oliveira. Theory of history and history of historiography: Openings for ‘unconventional histories. *História da Historiografia*. Ouro Preto, v. 12, n. 29, p. 96-123, 2019.

ROTHSCHILD, Emma. *Sentimentos Econômicos*. Adam Smith, Condorcet e o Iluminismo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. *História da Historiografia*, v. 5, n. 9, p. 88-105, 2012.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (187801951). In: SILVA, Ana Cloet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (Org.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec/ Belo Horizonte: Fapemig, 2014, p. 15-73.

SANTOS, Pedro. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 44-62, 2013.

SEBASTIÁN, Javier; FUENTES, Juan. Conceptual history, memory, and identity: an interview with Reinhart Koselleck. *Contributions to the History of Concepts*, v. 2, 2006, p. 99-127.

SENA, Hebert Faria. *História e temporalidade no debate político brasileiro sobre representação e cidadania (1823-1842)*. Dissertação de Mestrado (História). UFOP, 2017.

SILVA, André Drumond Mello. *Sem Rei e sem escravos*. O republicanismo e as linguagens políticas do abolicionismo no Brasil. Tese de Doutorado. UFMG. Belo Horizonte, 2015.

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

VARELLA, Flávia. *Da Impossibilidade de se aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil de John Armitage*. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo: USP, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo. The history of science in Brazil out of the center. *Journal of Multidisciplinary Developments*, v. 1, p. 122-130, 2016.

WEHLING, Arno. Historicismo e concepção nas origens do IHGB. In: _____. (Org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.